

**VIRGÍNIA JULIANE ADAMI PAULINO**

**AGIR DIRETO, VIOLÊNCIA E DEMOCRACIA**

**Tese de Doutorado**

**Orientador: Prof. Dr. Samuel Rodrigues Barbosa**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE DIREITO  
SÃO PAULO - SP  
2017**

**VIRGÍNIA JULIANE ADAMI PAULINO**

**AGIR DIRETO, VIOLÊNCIA E DEMOCRACIA**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração em Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação do Prof. Dr. Samuel Rodrigues Barbosa.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE DIREITO  
SÃO PAULO - SP  
2017**

*À minha mãe e ao meu pai.*

## AGRADECIMENTOS

Professor Samuel, muito obrigada pela orientação, pelos aconselhamentos bibliográficos, pelo empréstimo de livros, pelo incentivo concedido nos momentos mais difíceis, por me ajudar com o tema, apresentando-me a obra de Graeber, por ter me colocado na monitoria, em suma, muito obrigada pela maior oportunidade que tive na vida, ao poder cursar o doutorado.

Professor Boucault, obrigada pela presença constante em minha vida, desde 2005, com as aulas de IED. Apesar do senhor acreditar que sempre existirão palavras capazes de exprimir a situação fática, a fim de que as normas as abriguem, rsrs, nunca poderei verbalizar suficientemente o quanto sou grata ao senhor.

À minha mãe e ao meu pai, agradeço a vida, o carinho, o amor, a formação e o exemplo. Agradeço a toda minha família, minha avó Dirce, meus irmãos, tios e primos.

Agradeço aos meus queridos amigos, simultaneamente, peço desculpas pelo desaparecimento ao longo destes anos, em que fiquei escrevendo a tese, rsrs, vocês moram no meu coração: Tônia Barouche Querubim, Bianca Richter, Wallan Pereira, Ana Paula F. Sicca, Emílio Miranda, Diego Milão, Gabriel Frias, Jackeline Didone, Mariani Fraçon, Fernanda Oliveira, João Paulo Capelotti, Ana Cristina Gomes, Ana Carolina Devito Dearo, Mirian Barreta e Diana Monroe.

Muitíssimo obrigada pela amizade e pela ajuda, em diversos sentidos: Lúcia Maria Cavalcanti Curiki, Henning Teschke, Cleyton Silva, Nilma Henriques, Laís Prado, Fabiana Valdoski e Pedro de Castro.

Meus profundos agradecimentos à melhor turma da Sanfran, a monitoria de IED 2015, os responsáveis pelos melhores momentos que passei no doutorado, foram vocês que me fizeram crer que tudo valeu a pena, faria tudo outra vez, se eu soubesse que um dia encontraria pessoas tão especiais quanto vocês. Espero que sejam felizes, apesar da vinda próxima do apocalipse. Em especial, agradeço ao Caio Augusto Delfino Rezende, continue no caminho da pesquisa, acredito em vc e sei que, se fizer as leituras!!!!!!!, terá um grande futuro. Também destaco os seguintes nomes: Bernardo Pacola, Felipe Gato, Fernando Melo, Adriano Sasseron, Aya Meira, Amanda Iranaga, Débora Marconcini Bittar, Beatriz Canhoto, Bruno Catini, Camila Contri e Érika Portela.

Aos meus amigos, companheiros de convivência diária, no trabalho, agradeço toda a ajuda, colaboração e incentivo que me concederam, em especial, Solange Hokama, Thiago Galhardo, Marcia Batalini, Sueli Hayashi, Fabiana Soares e Margherite Bodinaud.

A legitimidade democrática se apoia [...] no pensamento de que o Estado é a unidade política de um povo. Sujeito desta definição do Estado é o povo; Estado é o *status* político de um povo. Modo e forma da existência estatal se determinam, segundo o princípio da legitimidade democrática, pela livre vontade do povo. A vontade constituinte do povo não está vinculada a nenhum procedimento determinado. Schmitt, *Teoría de la Constitución*, p. 106.

A Constituição recebe legitimidade a partir de algo chamado “povo”. Mas como o “povo” concedeu essa legitimidade à Constituição? Graeber, *Um Projeto de democracia*, p. 233.

Virgínia Juliane Adami Paulino. Agir direto, violência e democracia. 259 folhas. Doutorado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 01/2017.

## RESUMO

O agir direto, sem mediação, praticado por um coletivo de pessoas que se move com um propósito político comum será estudado nesta pesquisa, a partir do confronto entre duas perspectivas antitéticas. A primeira delas, a de Carl Schmitt, concebe este agir com base em seu conceito de aclamação, fruto imediato de um povo dotado de consciência política, em situação de recíproco reconhecimento, que unido expressa seu grito de aprovação ou de recusa. E a segunda, a de David Graeber, concede à ação direta seu sentido estrito de ativismo, graças ao qual, o Estado é confrontado diretamente, sem, no entanto, ser reconhecido, em sua soberania. São pessoas que agem como se já fossem livres, fazendo desta ação um modelo para a mudança que desejam realizar. Por expressarem a dialética entre autoridade e anarquia, por serem antagônicas na maneira de comporem a relação que o agir direto pode ter com violência e democracia, estas duas vias serão utilizadas para interpretar junho de 2013, em sua onda massiva de manifestações ocorridas nas principais cidades do país. Este é o objetivo central e a forma básica, por meio da qual esta pesquisa será constituída.

**Palavras-chave:** aclamação - ação direta – violência – democracia - junho

Virgínia Juliane Adami Paulino. Acting Directly, Violence and Democracy. 259 sheets. Doctorate degree. Law School, University of São Paulo, São Paulo, 01/2017.

### **ABSTRACT**

Direct action, unmediated, carried out by a collective of people moving towards a common political purpose, will be studied in this research, based on a comparison between two antithetical perspectives. The first, that of Carl Schmitt, conceives such a direct action based on his concept of acclaim, an immediate reaction by people endowed with political consciousness who, in a situation of mutual recognition, express their cry of consent or rejection. And the second, that of David Graeber, conceives direct action in its strict sense of activism, thanks to which the State is confronted directly, without, however, being recognized in its sovereignty. These are people who act as if they were already free, making this action a model for the change they wish to accomplish. For expressing the dialectic between authority and anarchy, which are antagonistic in the way they form the relationship that a direct action might have with violence and democracy, those two routes will be used to interpret the June 2013 events, when a massive wave of demonstrations took place in the main cities of Brazil. This is the main objective and the basic form of this research.

**Keywords:** acclaim - direct action - violence - democracy - June

Virgínia Juliane Adami Paulino. L'agir direct, violence et démocratie. 259 feuilles. Doctorat. Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 01/2017.

## RÉSUMÉ

L'agir direct, sans médiation, pratiqué par un collectif de personnes mû par une visée politique commune sera étudié dans cette recherche, à partir de l'affrontement de deux perspectives antagonistes. La première d'entre elles - celle de Carl Schmitt - conçoit cet agir sur la base de son concept d'acclamation, fruit immédiat d'un peuple doué de conscience politique, en situation de reconnaissance mutuelle qui, uni, lance sa clameur d'approbation ou de récusation. Et la deuxième – celle de David Graeber – concède à l'action directe son sens strict d'activisme par lequel l'État est affronté directement sans, toutefois, être reconnu dans sa souveraineté. Il s'agit de personnes qui agissent comme si elles étaient libres de faire de cette action un modèle à suivre pour le changement qu'elles souhaitent mettre en place. Par le fait d'exprimer la dialectique entre l'autorité et l'anarchie, par le fait d'être antagoniques dans la manière de montrer que l'agir direct peut mettre en lien la violence et la démocratie, ces deux voies seront utilisées pour interpréter Juin 2013 et sa déferlante de manifestations dans les plus grandes villes du pays. Tel est le but fondamental et la forme élémentaire selon lesquels cette recherche sera menée.

**Mots-clés:** acclamation – action directe – violence – démocratie - Juin

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1 Apresentação do tema.....	13
1.1 Apresentação da primeira via .....	14
1.2 Apresentação da segunda via.....	16
1.3 O confronto entre as duas vias.....	17
2 Indicação metodológica e bibliográfica.....	19
<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>22</b>
<b>ACLAMAÇÃO – O GRITO DO POVO REUNIDO.....</b>	<b>22</b>
1.1 O sujeito da aclamação .....	23
1.2 O conceito de aclamação .....	41
1.3 A finalidade da aclamação .....	54
1.4 Aclamação e democracia .....	59
1.5 A representação verdadeira.....	66
1.6 O homem que aclama .....	73
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>79</b>
<b>AÇÃO DIRETA - ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA SEM GOVERNANTES .....</b>	<b>79</b>
2.1 O sujeito da ação direta.....	81
2.1.1 Características do sujeito da ação direta .....	90
2.2 Ação direta e não-violência .....	100
2.3 O conceito de ação direta.....	112
2.4 Ação direta e democracia.....	126
2.5 Imaginação, Revolução e Futuro .....	134
2.6 O homem da ação direta .....	143
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>148</b>
<b>UMA ESCOLHA ENTRE EXTREMOS – JUNHO DE 2013 .....</b>	<b>148</b>
3.1 Junho como alegoria: a exposição de sua aparência, de seus fatos .....	151
3.2 A primeira alegoria: junho significando aclamação .....	178
3.3 A segunda alegoria: junho e a ação direta anarquista.....	204
3.4 A escolha da narrativa verdadeira.....	229
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>247</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>254</b>
-------------------------	------------

## **INTRODUÇÃO**

## 1 Apresentação do tema

As manifestações de junho de 2013 deflagraram a crise de representatividade que afeta as instituições políticas brasileiras, dando a ela visibilidade e um grau de certeza posteriormente confirmado por meio de pesquisa realizada pelo Instituto IBOPE Inteligência, sob o título *Índice de Confiança Social* (ICS). Segundo seus dados, coletados entre os dias 11 e 15 de julho de 2013, pela primeira vez, desde 2009, todas as 18 instituições avaliadas caíram em suas pontuações, na média de sete pontos negativos.<sup>1</sup> Especialmente os Partidos Políticos, o Congresso Nacional, a Presidência da República, o Governo Federal, o Sistema Eleitoral e o Governo Municipal destacaram-se quanto à baixa confiança depositada, sendo que a última posição foi ocupada pelos Partidos Políticos, com 25 pontos, numa escala de 0 a 100.

É significativo, pois justamente os partidos que deveriam ser as peças essenciais ao funcionamento do sistema, seja durante as eleições, garantindo um processo competitivo de disputa entre legendas, com lisura e transparência, seja depois da escolha dos representantes, quando deveriam continuar fortes, para o cumprimento dos valores democráticos que deram causa às suas existências, estão enfraquecidos, e a revelação deste fracasso põe em xeque a qualidade da democracia institucionalmente vigente.

Mas se o significado de “dar crédito” a uma instituição for a crença de que ela esteja cumprindo a sua função com qualidade, conclui-se a coincidência entre esta queda estatística de prestígio e o que foi testemunhado nas ruas, em junho: uma massiva participação política direta. Uma efusiva tomada do espaço público, por vezes com a participação de centenas de milhares de pessoas, que ganhou diferentes explicações, nenhuma delas, entretanto, definitiva. O que teria começado em razão dos vinte centavos de aumento nas passagens do transporte público, em São Paulo, ampliou-se infinitamente, ganhando escala nacional, transformando-se numa insatisfação generalizada perante o governo. Tal ausência de demandas homogêneas pode ser interpretada exatamente como um reflexo de sua principal característica: a inexistência de mediadores políticos ou burocratas.

“Primavera brasileira” e “jornadas de junho” exemplificam as denominações atribuídas a estas manifestações anônimas e coletivas, cujos integrantes apesar de serem

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/cai-a-confianca-dos-brasileiros-nas-instituicoes/>. Acesso em: 12 jun. 2016.

muito diferentes, até na vestimenta utilizada, com o contraste da roupa preta de alguns, bastante próxima da camisa verde e amarela de outros, fizeram-se presentes neste emblemático momento histórico brasileiro, a partir do qual podemos falar na intensificação dos movimentos de ação direta, o que dá relevância ao tema e justificativa ao seu estudo.

O agir político sem mediação institucional, conforme se deduz dos parágrafos precedentes, será o objeto desta pesquisa, a partir da reflexão sobre qual a relação que este agir pode ter com violência e democracia, bem como sobre qual o impacto deste quadro à legitimidade de um governo.

Esta proposta será concretizada com o amparo teórico de Carl Schmitt (1888-1985) e de David Graeber (1961-), o primeiro conhecido como jurista emérito do terceiro *Reich*, e o segundo aclamado como anarquista, militante e defensor da democracia direta. O antagonismo destas personalidades refletiu-se na maneira por meio da qual cada um concebeu este objeto, concepções distintas em quase tudo, excetuando-se o fascínio de ambos frente ao agir político direto. O confronto destes posicionamentos extremos, uma vez fazer parte da pretensão desta pesquisa, não pretende reduzir as manifestações a uma síntese dialética. Junho de 2013 será apenas o quadro fático sobre o qual aqueles instrumentos teóricos serão projetados, como uma forma de interpretá-lo.

## **1.1 Apresentação da primeira via**

Em linhas gerais, na composição dos textos weimarianos de Schmitt, a preponderância dos interesses partidários e econômicos, no modo de se conduzir a política estatal, foi revelada através de expressivas críticas ao Parlamento, por ele compreendido como um órgão incapaz de representar a unidade política do povo. Não que o autor fosse contrário à ideia de representação, seu posicionamento inclusive é o de que não pode haver Estado sem representação. O agir direto, em sua teoria, foi apresentado como uma forma de aperfeiçoar o vínculo entre o povo e o governo. Este é um ponto distintivo deste autor, inimigo do isolamento burguês, para quem, o conceito do político deve ser sempre pensado em escala pública. Toda a crítica dirigida aos partidos políticos, ao Parlamento e ao sistema eleitoral (individual e secreto) deu-se paralelamente ao elogio que fez da aclamação,

enquanto grito de aprovação ou de recusa do povo reunido, formador do que ele compreende como fenômeno democrático originário.

A abordagem do conceito de aclamação se restringirá, nesta pesquisa, à interpretação que Schmitt fez sobre ele, vinculando-o às formas naturais e espontâneas de manifestação da vontade popular. Trata-se de um conceito associado às situações extremas, uma vez que o autor reconhece que, em tempos pacíficos, sua ocorrência será incomum, para ele: “[...] pode o povo dizer sim ou não, assentir ou recusar, e este sim ou não será tão mais singelo e elementar quanto mais se tratar de uma decisão fundamental sobre sua existência comum.”<sup>2</sup>

Na teoria política schmittiana, o valor do indivíduo é instituído pelo Estado, logo, não há qualquer razão de ser em atribuir a este autor o predicado de ter sido um grande defensor da soberania popular. A sua máxima da *Teologia Política* (1922) é incisiva: soberano é quem decide sobre a exceção. Sendo este o caso, é necessário informar que sua crítica ao parlamentarismo e sua defesa do conceito de aclamação não foram feitas em prol da crença de que o ser humano estivesse à frente, sobrepondo-se ao Estado. O que importa, para este autor, não é o homem individual, mas sim o povo reunido, produzindo o “público”. A existência do povo como unidade política seria, portanto, superior à realidade natural de agrupamentos humanos e comunidades, sendo que caberia ao governo representá-la como um todo. O agir direto, em síntese, fortalece a representação.

Esta defesa da presença popular no espaço público é diretamente proporcional à crítica que o autor fez ao sistema eleitoral, uma vez que ele restringiria a expressão democrática ao interior das cabines de voto. Nas ruas, o homem seria capaz de atuar coletivamente, agindo como um intérprete de propósitos que transcendem seus objetivos egoísticos. Na votação secreta, ao invés, reduzir-se-ia a um homem privado, que vota em conformidade com seus próprios interesses. Então, para Schmitt: “O sufrágio secreto significa que o cidadão que vota se encontra isolado no momento decisivo. [...] O povo já não elege e vota como povo.”<sup>3</sup> Assim sendo, a aclamação seria prova de uma opinião de fato pública, enquanto o sufrágio secreto seria tão somente uma soma de opiniões privadas,

---

<sup>2</sup> SCHMITT, Carl. **Teoría de la Constitución**. Versión española de Francisco Ayala. 1º ed. Segunda reimpresión. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1996. p. 100. No original: [...] puede el pueblo decir sí o no, asentir o rechazar; y su sí o no será tanto más sencillo y elemental cuanto más se trate de una decisión fundamental sobre la propia existencia común. (tradução livre)

<sup>3</sup> Ibid., p. 239. No original: El sufragio secreto significa que el ciudadano que vota se encuentra aislado en el momento decisivo. [...] El pueblo ya no elige y vota como pueblo. (tradução livre)

capaz de anular o que pelo menos desde Rousseau é ressaltado como imprescindível à democracia: a vontade geral.

É assim que os movimentos de rua, na perspectiva de Carl Schmitt, podem adquirir uma faceta virtuosa, quando embasados neste conceito de aclamação. O agir popular direto é de fundamental importância para este teórico, conforme se procurou demonstrar. A produção de tudo o que for público depende de que o povo esteja presente e reunido, este é um dos seus postulados políticos básicos. Forte o bastante para que nem mesmo a influência exercida por partidos, demagogos, imprensa ou oradores descaracterize a expressão desta maneira formada.

## 1.2 Apresentação da segunda via

O agir direto, na perspectiva de David Graeber, não é uma escolha teórica ou uma preferência doutrinária, sua colocação, nesta via, aparece como um elemento imprescindível do anarquismo, algo indissociável do que ele descreve como democracia verdadeira. Em suma, ação direta e democracia direta são conceitos que se combinam e que se harmonizam, sendo a expressão da coincidência defendida entre os meios e os fins da política.

Para ele, este agir é um modo de confrontar o Estado, sem reconhecer sua autoridade, que é praticado por pessoas que agem como se já fossem absolutamente livres de sua dominação.<sup>4</sup> Trata-se de uma forma de resistência estruturalmente organizada, de modo a prefigurar a sociedade que se deseja criar, um conceito que se funde aos princípios básicos do anarquismo: autonomia, ajuda mútua, associação voluntária, autogestão e tomada de decisão igualitária. Quanto às suas pretensões: “[...] almeja criar e instituir redes horizontais em vez de estruturas verticais como Estados, partidos ou corporações. [...] em última instância aspira a reinventar a vida cotidiana como um todo.”<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Cf.: “It is a form of action in which means and ends become, effectively, indistinguishable; a way of actively engaging with the world to bring about change, in which the form of the action-or at least, the organization of the action-is itself a model for the change one wishes to bring about.” GRAEBER, David. **Direct Action: An Ethnography**. Oakland: AK Press, 2009. p. 210.

<sup>5</sup> GRAEBER, David. Os Novos Anarquistas. In: \_\_\_\_\_. **O anarquismo no século XXI e outros ensaios**. Tradução de Heitor Magalhães Corrêa. Rio de Janeiro: Rizoma, 2013.

Nesta perspectiva, o curso da ação política é decidido conjuntamente, de forma não hierárquica e consensual, a liberdade neste movimento está interligada à responsabilidade para com o grupo, acordando-se uma síntese ou um compromisso mútuo capaz de harmonizar o comportamento individual à causa coletiva. O pressuposto é o de oferecer ao outro o benefício da dúvida, questionando-se uma proposta sem questionar as boas intenções de quem a criou.

O anarquismo, por Graeber definido como um projeto moral, encara a ação direta preponderantemente a partir do princípio da não-violência. Há um forte escrúpulo quanto a ferir outros seres humanos, uma preocupação ética de agir de modo coerente às transformações sociais que deseja concretizar. O conceito *black bloc* de violência restrito à agressões contra formas de vida é apreendido com simpatia pelo movimento, muito embora não sejam admissíveis generalizações, havendo também ativistas que rejeitam destruições simbólicas.

Nesta via, a ação direta, a prática política sem mediação de partidos ou de burocratas, é algo associado ao projeto democrático do anarquismo, sendo conseqüentemente uma forma de contraposição à ideia de poder central, que não faz demandas, não pede direitos, vai às ruas e confronta, criando espaços de exceção. Ela não deve ser enquadrada como a ação de um povo portador de consciência nacional, ao invés disso, a melhor imagem seria a de pessoas simpáticas ao conceito de cidadania global, uma multidão que defende, por exemplo, o fim das fronteiras, da burocracia e do capitalismo, sem pretender qualquer tipo de reforma estatal inclusiva. Nada se espera do Estado, nada se cobra dele, pois a única liberdade possível estaria na associação voluntária sem governantes.

### **1.3 O confronto entre as duas vias**

As duas vias abordam atuações coletivas em espaços públicos, as duas são céticas quanto à escolha de representantes por meio de uma cabine de votação, além disso, ambas sabem da influência dos interesses partidários e econômicos, no modo de se fazer política, e, inclusive, pode-se dizer que tanto em uma quanto na outra há uma preferência

pelos interesses da coletividade, em detrimento dos interesses privados, ditos liberais ou burgueses.

Mas ainda assim são posicionamentos absolutamente antagônicos. O olhar de um jurista, mais habituado a pensar o mundo a partir dos limites de tempo e de espaço estabelecidos pela norma, é distinto do olhar de um antropólogo, cuja atividade profissional não depende das restrições de competência e de jurisdição, indo além das fronteiras estatais muito bem vigiadas. O jurista confrontado pelo antropólogo é também, de modo mais restrito, a representação do debate entre o defensor da ordem jurídica *versus* o defensor do anarquismo. Este é o ponto básico que faz com que, em hipótese alguma, o vínculo entre agir direto, violência e democracia seja igual para ambos.

A base para essa diferenciação será apresentada a partir de três principais eixos, os quais expressam as características diversas que este agir pode ter quando interpretado como aclamação ou como ação direta.

Em primeiro lugar, tem-se o confronto de uma forma cujo sujeito é um povo dotado de consciência política e de vontade nacional, cujo grito de aprovação ou de recusa fortalece o Estado, aperfeiçoando a representação da unidade política. No avesso disso, está um movimento composto por grupos portadores de um conceito de cidadania global, que se une em razão do compartilhamento de uma ideologia e de princípios básicos como a autonomia e a ajuda mútua. Seu maior desejo é o fim do Estado, por meio da concepção de um agir revolucionário criador de zonas autônomas, nas quais se possa viver com liberdade.

Outra possibilidade de distinção está no fator que move o agir direto, assim, na hipótese schmittiana, não assumida explicitamente, trata-se do mito da nação, um agir motivado por impulsos inconscientes, relacionados a fatores subjetivos como a vontade nacional e o desejo de preservação de um modo de vida. Já em Graeber, o curso da ação é decidido por caminhos racionais determinados pelo processo de consenso. A proposta é elaborada de forma clara e todos decidem objetivamente se querem ou não fazer parte dela.

Por fim, o ponto de maior discordância tem a ver com a concepção que ambos possuem sobre a natureza humana, quanto a ser ela naturalmente problemática ou não, o que irá se refletir na maneira como a violência do Estado será defendida ou combatida. Sinteticamente, a concepção antropológica de Schmitt caracteriza o homem como um ser que oferece risco aos demais, desta forma o autor justifica a necessidade de que haja uma entidade política capaz de fornecer segurança. Contrariamente, para Graeber, além da

crença de que o poder corrompe e degenera, há a dissociação do papel dos policiais do cumprimento da ordem, afirmando-se que eles não passam de burocratas armados. Logo, cada um seria perfeitamente capaz de agir de forma decente, sem a existência de uma autoridade que lhe diga como, impondo-lhe sanções, em caso de desvio.

Esta última discussão abrange o atrito entre as formas de violência legitimadas pelos manifestantes e aquela que é praticada pelo poder público, afinal, em meio a um agir político direto que confronte a ordem institucionalmente vigente, o que se efetiva é o choque entre uma violência que pode ser chamada de pura, por se originar da sociedade, e a violência/poder, empregada pelo Estado, em conformidade às regras jurídicas.

Noutras palavras, nas manifestações, o que se tem é um tipo de violência que emerge imediatamente das pessoas, por meio do seu agir direto, o qual pode ser compreendido *lato senso* como a violência da contestação, sendo que ela não precisa ser necessariamente convertida em atos de força (como acontece na tática *black bloc*).

Seja como for, tanto na via de Carl Schmitt, quanto na proposta de David Graeber, o que se exige é que se tenha consciência política, uma possuída por um povo dotado de vontade nacional e outra defendida por uma multidão que confronta o poder, visando à construção de formas diferentes de comunidade. De uma maneira ou de outra, é suficiente que ao espaço público compareçam aqueles dotados de um sentido político que queiram imprimir, pensando como coletividade. São duas forças em atrito, duas formas diferentes de violência que se chocam, numa procura pelo aperfeiçoamento da democracia.

A ampliação dos movimentos de rua a contrastar com a diminuição da confiança no processo eleitoral, assim como nos partidos políticos, define novos horizontes de possibilidades, seja para um perfil institucional que tende a ser mais “realista”, seja a um quadro revolucionário, no interior do qual o jogo de improvisações e surpresas faz com que tudo pareça subitamente possível. De um modo ou de outro, o agir político direto pode estar presente como mecanismo gerador de transformações.

## **2 Indicação metodológica e bibliográfica**

Para satisfazer o tema proposto, a metodologia será, em primeiro lugar, derivada da exposição bibliográfica destes dois autores, quanto ao agir político direto, o

que será feito nos dois primeiros capítulos. Após, no capítulo terceiro, as manifestações de junho de 2013 serão o quadro fático sobre o qual serão instrumentalizadas as perspectivas anteriormente expostas.

Tendo em vista que Carl Schmitt, ao longo de sua vida, apresentou diversos escritos, nos quais se constata algumas variações conceituais, será preciso realizar um recorte temporal. Nesta pesquisa, serão trabalhadas algumas de suas produções escritas durante a República de Weimar, oportunidade em que o autor se dedicou fortemente ao tema da democracia parlamentar. Citam-se os seguintes exemplos: *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, 1923 (A crise da democracia parlamentar); *Volksentscheid und Volksbegehren. Ein Beitrag zur Auslegung der Weimarer Verfassung und zur Lehre von der unmittelbaren Demokratie*, 1927 (Democracia e liberalismo – 1. Referendo e iniciativa popular); *Der Begriff des Politischen*, 1932 - extensão do artigo de 1927 (O conceito do político) e *Verfassungslehre*, 1928 (Teoria da Constituição). A partir de 1933, seus textos, preponderantemente, passaram a refletir sua adesão ao regime hitlerista, ao menos enquanto ele perdurou, de modo que fugirão dos propósitos desta pesquisa vinculada à temática da democracia. A exceção será a série de escritos sobre Thomas Hobbes, iniciada em 1936/37 (*Der Staat als Mechanismus bei Hobbes und Descartes in: Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie*) e reunida na coletânea italiana *Scritti su Thomas Hobbes* (1986).

Quanto a David Graber, não se constata nenhuma variação conceitual significativa para justificar a seleção temporal de suas obras. Por este motivo, o recorte será temático, excluindo-se as produções de perfil mais econômico ou antropológico, em prol dos seus textos políticos. Destacando-se: *Fragments of an anarchist anthropology*, 2004 (Fragmentos de uma antropologia anarquista); *Possibilities: essays on hierarchy, rebellion, and desire*, 2007. (Possibilidades: ensaios sobre hierarquia, rebelião e desejo); *Direct action: an ethnography*, 2009 (Ação direta: uma etnografia) e *The Democracy Project: a history, a crisis, a movement*, 2013. (Um projeto de democracia: uma história, uma crise, um movimento).

Nos dois primeiros capítulos, a metodologia considerará as obras supracitadas para a construção de uma análise, sempre objetivando demonstrar qual relação pode haver entre agir direto, violência e democracia.

Para o terceiro capítulo, a pesquisa levará em consideração outros pensadores que ajudem a compor o raciocínio, destacando-se Georges E. Sorel, cuja obra maior

*Réflexions sur la violence*, 1908 (Reflexões sobre a violência), estudada por Carl Schmitt, defende a violência proletária e o mito, enquanto elemento mobilizador das massas; Walter Benjamin, sobretudo, em razão do seu conceito de violência pura (*reine Gewalt*), desenvolvido no texto *Zur Kritik der Gewalt*, 1921 (*Para uma crítica da violência*), dada sua semelhança à proposta de Graeber sobre uma não-violência capaz de fundar uma nova ordem. Além de Antonio Negri e Michael Hardt, relevantes, graças ao livro *Multitude: war and democracy in the age of empire*, 2004 (Multidão: guerra e democracia na era do Império), no qual há uma distinção importante entre os conceitos de povo e de multidão.

Para a análise das manifestações de junho de 2013, serão utilizados teóricos brasileiros que vivenciaram este momento, escrevendo sobre ele, a citar: Marcos Nobre, Vladimir Safatle, Esther Solano, Bruno Paes Manso, Willian Novaes, Paulo Eduardo Arantes, Maria da Glória Gohn, entre outros. Além de matérias jornalísticas e conteúdos publicados em redes ou mídias sociais.

Enfim, o tema proposto será concretizado, sobretudo, com o material bibliográfico acima descrito. Feitas estas considerações preliminares, chega o momento de colocá-las em prática, ao longo dos capítulos que seguem.

## **CAPÍTULO 1**

### **ACLAMAÇÃO – O GRITO DO POVO REUNIDO**

Quem é este Deus que traz paz e segurança aos homens atormentados pelo medo, que transforma os lobos em cidadãos e que por meio deste milagre se manifesta Deus, ainda que seja apenas um ‘Deus mortal’ [...]? Carl Schmitt, *Scritti su Thomas Hobbes*, p. 48.

Esta pode parecer uma declaração estranha, mas algo de tal visão parece implícito em grande parte da linguagem utilizada para descrever como os Estados operam. David Graeber, *Direct Action: An Ethnography*, p. 511.

Na dialética existente entre autoridade e anarquia, este capítulo dedicar-se-á ao primeiro extremo. Carl Schmitt, autor escolhido graças à expressividade do seu conceito de aclamação, concebeu e estudou profundamente a relação entre agir direto, violência e democracia. O propósito, então, desenvolvido em cada um dos tópicos subsequentes, será o de analisar seus escritos weimarianos, para expor aquela relação. O caminho será iniciado com a procura do sujeito da aclamação, quem a realiza e por qual motivo. Para tanto, o conceito do político terá importância decisiva, devido a três principais motivos: a distinção entre amigo e inimigo, a colocação da segurança como a principal função do Estado e a defesa da possibilidade sempre presente de conflitos extremos, que faz da violência um meio perfeitamente legítimo para conferir proteção. Identificado o agente da aclamação, o passo seguinte será o de precisar seu conceito, mostrando o quanto ele depende da eficácia de um mito - reafirma a nação contra a imagem de um mundo sem Estados. Feito isso, a finalidade da aclamação será abordada e, por via de consequência, a finalidade de se conceber um povo “nação” dizendo viva ou morra a um representante, exaltando ou derrubando um governo. Carl Schmitt apresenta a aclamação como fenômeno democrático originário, daí ser relevante enfatizar, no tópico quarto, o vínculo entre ela e democracia. Tudo com o intuito de compreender de que maneira o autor compôs sua teoria política, qual foi a alternativa que ele ofereceu à crise do seu tempo, o porquê de suas críticas à maneira liberal de conduzir os assuntos públicos e, sobretudo, o motivo para que o agir direto seja o elemento mais importante de todo este contexto. Até que, no tópico quinto, o conceito de representação verdadeira será analisado, a partir de suas ponderações sobre o catolicismo romano e o presidencialismo. Por fim, o capítulo será finalizado buscando a profissão de fé antropológica de Carl Schmitt como meio de se questionar toda a consistência do seu posicionamento político.

### **1.1 O sujeito da aclamação**

Carl Schmitt não teorizou sobre o indivíduo, muito embora tenha dissertado sobre política, nunca o fez com o propósito de exaltar a diversidade, a autonomia, os hábitos e as predisposições humanas. Que seja lembrada a primeira frase do *Conceito do*

*Político*(1932),<sup>1</sup> “O conceito de Estado pressupõe o conceito do político”<sup>2</sup>. A obra é inaugurada com uma tese, indicando, antes de tudo, que os dois conceitos não são idênticos. O Estado que pressupõe um povo organizado, bem como um território, pressuporia também o tal conceito do político. Este é um importante fator em Schmitt, pois vinculado às suas definições de amizade e de inimizade. Desde já, indica-se a relevância que tem, para o autor, o grupo, constituído por amigos e aliados, não o homem individual, mas o grupo, sempre ele que ganha significação. E compreende-se mal o sentido de povo e de Estado, caso a essência do político não tenha sido muito bem assimilada previamente.

Este capítulo exige este primeiro esclarecimento. Apenas o coletivo aclama, seu sim ou seu não fundamental expressa uma vontade comum, pois proveniente de um ideal de povo suficientemente homogêneo. De que maneira, porém, se constitui esse grupo, qual a intensidade de sua união ou associação, quem é, por fim, o sujeito que aclama, são questões que se responde conhecendo-se as categorias especificamente políticas, a amizade e a inimizade, cuja diferenciação também fornece o critério para o conceito do político.<sup>3</sup>

Assim, se dentro de um território, um povo estiver perfeitamente ligado entre si, dará forma ao que o autor entende por amizade política, reduzindo o outro ao estrangeiro, aos que vivem do outro lado das fronteiras estatais. Para Schmitt, é uma premissa de trabalho que “os povos se agrupam conforme a antítese de amigo e inimigo.”<sup>4</sup>

Tudo o que importa na política deve ser pensado em escala pública, tanto a amizade quanto a inimizade não envolvem nossos sentimentos. Para uma situação de conflito, o ódio que sintamos em relação ao outro é absolutamente irrelevante, assim como o amor. Em razão desta publicidade, todo julgamento só será pertinente se pautado nestas categorias, pois apenas elas são políticas, descartando-se, com isso, qualquer outro critério que se refira à moral, à economia, à estética ou ao que quer que seja. A justificativa para a inimizade é a de que o outro representa a negação do tipo de existência que se leva, de modo que será repellido, rechaçado e combatido, com o propósito de se resguardar um modo de vida, o qual envolve todos os aspectos históricos e de ordem concreta que disserem respeito ao povo suficientemente homogêneo. Nota-se que não se trata igualmente de preservar a vida em si, mas o modo de vida que se tem coletivamente, este

---

<sup>1</sup> A primeira publicação do Conceito do Político foi feita em 1927, no *Heidelberger Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, vol. 58, caderno I, p. 1/33.

<sup>2</sup> SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político/Teoria do Partisan**. Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 19.

<sup>3</sup> Cf. *Ibid.*, p. 27.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 30.

seria infinitamente mais importante, por situar-se em escala pública. Isso explica que apenas os envolvidos possam decidir sobre estes conflitos, impossíveis de serem previstos com antecipação por normas gerais. Nas palavras do autor: “[o inimigo] é precisamente o outro, o desconhecido e, para sua essência, basta que ele seja, em um sentido especialmente intenso, existencialmente algo diferente e desconhecido, de modo que, em caso extremo, sejam possíveis conflitos com ele.”<sup>5</sup>

A aclamação que ocorre justamente a partir desta ligação existencial contrasta com todo tipo de expressão política individualista, daí o fato de acompanhar a crítica que o autor fez, em boa parte de seus escritos weimarianos, às democracias parlamentares. Segundo ele, a crise do Estado liberal, pautada em sua incapacidade de conferir segurança, é o motivo principal para que a figura do inimigo político surja internamente. Seu aparecimento impossibilita a ligação ideal que deveria constituir o povo, fazendo com que ao invés de um grupo, passem a existir diversos, o agrupamento amigo/inimigo é trazido para o interior do Estado, cuja crise representaria, finalmente, uma possibilidade constante de conflitos.

A culpa foi posta na incapacidade liberal de conduzir a política pública, por sequer conseguir reconhecê-la, em suas categorias básicas, ao tentar “[...] reduzir o inimigo, pelo lado comercial, a um concorrente e pelo lado espiritual, a um adversário nas discussões.”<sup>6</sup> Esta ideologia nos é apresentada como um incentivo para a clausura do indivíduo em si mesmo, com seus afetos e desafetos privados, prova disto seriam as eleições - somatória de votos contados por cabeça, o contrário disto seria a aclamação - expressão política plural.

No Estado de Direito liberal e burguês, “[...] as crises constantes do governo, a falta de objetivos e a banalidade dos discursos, o nível cada vez mais baixo das formas de trato parlamentar, [...] a prática indigna das diárias extras, a má distribuição representativa da casa [...]”<sup>7</sup> exemplificariam as inúmeras falhas apresentadas pelo sistema. Esvaziando o conceito de representação, devido à ausência de publicidade (as decisões de maior relevância seriam tomadas em reuniões secretas) e de discussões (o Parlamento não se

---

<sup>5</sup> SCHMITT, **O Conceito do Político**, 2009, op. cit., p. 28.

<sup>6</sup> Ibid., p. 29.

<sup>7</sup> SCHMITT, Carl. **A crise da democracia parlamentar**. Tradução de Inês Lohbauer. São Paulo: Scritta, 1996. p. 20.

apresentaria como um lugar de controvérsia racional, no qual pudesse existir a possibilidade de que uma parte dos envolvidos convença a outra, por meio do debate).<sup>8</sup>

Esta crise e o conseqüente aparecimento do inimigo político a nível interno não são insignificantes. Um povo de tal forma heterogêneo e o acirramento das contraposições político-partidárias são os catalisadores perfeitos para uma situação de guerra civil, quando então “os agrupamentos do tipo amigo-inimigo intra-estatais, não os de política externa, que são os normativos para o conflito armado.”<sup>9</sup>

Esta é a problemática que envolve Schmitt, semelhante a de Thomas Hobbes, no *Leviatã* (1651), uma obra cujo assunto deve muito à tentativa de superação da Guerra Civil Inglesa (1642-1649).<sup>10</sup> Que existem afinidades entre os dois autores não se questiona, muito mais interessante, porém, é verificar que a resposta dada por Schmitt não coincide com a solução hobbesiana, afastando-se dela em todo argumento que sobreponha o indivíduo diante do Estado.

A solução de Hobbes é conhecida e não faz parte dos propósitos desta pesquisa abordá-la, em linhas gerais, no entanto, o autor idealiza uma espécie de contrato, no qual os indivíduos entregariam a maior parte dos seus poderes ao Leviatã, obedecendo a ele, por uma questão utilitária de custo/benefício, afinal, cada um movido por paixões próprias, incapazes de serem domadas exclusivamente por regras prudenciais, tornaria uma guerra de todos contra todos inevitável. A síntese foi feita por John P. McCormick: “[...] o medo é a fonte da ordem política. Os seres humanos, uma vez confrontados com o prospecto de sua própria periculosidade, irão aterrorizados aos braços da autoridade.”<sup>11</sup> Racionalmente, então, é mais prudente obedecer, desde que haja a contrapartida fornecida pelo Leviatã: segurança. Este binômio hobbesiano, obediência/segurança, define os rumos políticos do Estado.

Em igual medida, os conceitos de amizade e de inimizade procuram ser uma solução às crises internas e internacionais, estabelecendo a função e a essência da política. Uma solução que prioriza o grupo e que não envolve qualquer espécie de pacto, daí a séria crítica feita por Schmitt: “O pacto é concebido de modo inteiramente individualista, todo

<sup>8</sup> Cf. SCHMITT, Carl. **Teoría de la Constitución**. Versión española de Francisco Ayala. 1º ed. Segunda reimpresión. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1996. p. 306/307.

<sup>9</sup> SCHMITT, **O Conceito do Político**, 2009, op. cit., p. 34.

<sup>10</sup> Constatação coincidente foi feita por John P. McCormick: “This is quite an apt description of Weimar Germany during its crisis years. Schmitt sees in the context of Hobbes's thought a parallel with his own and, relatedly, a parallel in their projects.” McCORMICK, John P. **Carl Schmitt's Critique of Liberalism: Against Politics as Technology**. New York: Cambridge University Press, 1997. p. 252.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 253. No original: [...] fear is the source of political order. Human beings once confronted with the prospect of their own dangerousness will be terrified into the arms of authority. (tradução livre)

vínculo comunitário é dissolvido, indivíduos atomizados se reúnem, amedrontados, até que resplandeça a luz do intelecto, realizando-se um consenso.”<sup>12</sup>

Nos *Escritos sobre Hobbes*, o que se encontra é uma meditação profunda a respeito do Leviatã, Schmitt afirma categoricamente que Hobbes foi “o primeiro pensador sistemático do individualismo moderno.”<sup>13</sup> Daí a impossibilidade de reduzir Schmitt à alcunha de hobbesiano, o que se pode fazer com justiça é dizer que sua admiração por Hobbes foi tão grande que dispensou grande parte do seu tempo criticando-o. Por isso a coexistência de duras objeções com a seguinte passagem: “Hobbes permanece sendo um mestre político incomparável. Não há outro filósofo cujos conceitos tenham tido tanta eficácia.”<sup>14</sup> A contra-argumentação que gira sempre em torno do individualismo hobbesiano harmoniza-se com a teoria antiliberal desenvolvida pelo autor, para quem, um pacto assinado por indivíduos motivados em prolongar pelo maior tempo possível suas existências terrenas, esperando proteção do grande Leviatã, sem ter com ele ou com os demais súditos nenhum laço de comunhão, para além do interesse egoístico, não pode ser levado a sério.<sup>15</sup>

Este binômio hobbesiano tornou-se, na realidade, um pressuposto de trabalho majoritário para os teóricos provenientes da tradição ocidental, a segurança passou a ser vista como um dos principais propósitos das entidades políticas, talvez, efetivamente o principal. Neste aspecto, Schmitt não se diferenciou, para ele: “Não há nenhuma relação de superioridade e inferioridade, nenhuma legitimidade ou legalidade razoável sem a relação existente entre proteção e obediência. O *protego ergo obligo* é o *cogito ergo sum* do Estado.”<sup>16</sup>

Ao definir o conceito do político a partir da diferenciação entre amigo e inimigo, nosso autor admite a presença de uma ameaça constante, conseqüentemente, a

---

<sup>12</sup> SCHMITT, Carl. **Scritti su Thomas Hobbes**. A Cura di Carlo Galli. Milano: Giuffrè Editore, 1986. p. 54. No original: Il patto è concepito in modo interamente individualistico; ogni vincolo comunitario è dissolto; singoli individui atomizzati si ritrovano insieme, nella loro paura, finché non risplende la luce dell'intelletto e si realizza un consenso. (tradução livre)

<sup>13</sup> Ibid., p. 148. No original: il primo pensatore sistematico dell'individualismo moderno. (tradução livre)

<sup>14</sup> Ibid., p. 132. No original: Hobbes resta un incomparabile maestro politico. Non c'è un altro filosofo i cui concetti abbiano avuto tanta efficacia. (tradução livre)

<sup>15</sup> Cf.: “Schmitt's task then is to elaborate on Hobbes's view of humanity and revive the fear that is characteristic of man's natural condition in three ways: (1) by demonstrating the substantive affinity between his concept of the political and Hobbes's state of nature, (2) by making clear the ever-present possibility of a return to that situation in the form of civil war, and (3) by convincing individuals - partisans and nonpartisans alike - that only a state with a monopoly on decisions regarding what is "political" can guarantee peace and security.” McCORMICK, **Carl Schmitt's Critique of Liberalism: Against Politics as Technology**, 1997, op. cit., p. 253.

<sup>16</sup> SCHMITT, **O Conceito do Político**, 2009, op. cit., p. 56.

segurança, para ele, também é algo a ser garantido pela entidade política, mais que isso, cabe a ela distinguir os amigos dos inimigos. Em condições de normalidade, fora de crise, quando o Estado efetivamente se apresenta como unidade política organizada, cabe a ele decidir com relação a estas categorias extremas.<sup>17</sup> Isto deriva dele ser o *status* de um povo em situação de reconhecimento recíproco, cuja unidade política é representada pelo governo, caso em que se desenvolve um agrupamento humano em sentido normativo. O Estado apresentando-se como o *status* da unidade política se afirma também como unidade normativa e soberana, portanto, cabe a ele decisões de tal ordem.<sup>18</sup> Nas palavras de Denis Trierweiler: “A existência do Estado – ou do seu *Dasein* político, caso se queira – é provada por seu poder de determinar o inimigo e de instaurar a homogeneidade interna, a partir de sua exclusão.”<sup>19</sup>

Em Schmitt, se não existissem inimigos suficientemente identificados, não poderia haver política, tampouco haveria qualquer necessidade de um aparelho estatal duro que monopolizasse a violência, com o intuito de gerar segurança. Noto que esta ideia está em Schmitt, assim como em Hobbes, mas volto a afirmar que é um argumento majoritário na teoria política de moldes ocidentais, todo Estado procura monopolizar em si a violência e a maior justificativa para fazê-lo, qualquer que seja a forma de governo, é a de gerar segurança, a qual se tornaria um argumento vazio, se não existissem inimigos contra os quais se está combatendo, se eles não fossem claramente definidos e identificados.

Fundamentada a função da política como uma das principais defesas do *Conceito do Político*, sublinha-se que a obra de Schmitt não se restringiu ao óbvio, seus objetivos foram infinitamente mais amplos. Isso porque o princípio amigo/inimigo não tem apenas este motivo instrumental, faz parte também da essência do político, precisando o seu conceito. Assim, no conteúdo do político está a inimizade, ou seja, a guerra é uma possibilidade constante, simultaneamente, está a amizade, tornando viável a paz constituinte de um grupo ou associação. A política é amizade e inimizade. Esta definição difere-se da teoria hobbesiana, uma vez que o contrato social é legitimado ao representar uma superação do estado de natureza, então, uma superação de um estado de hostilidade

<sup>17</sup> Cf. SCHMITT, *O Conceito do Político*, 2009, op. cit., p. 31.

<sup>18</sup> Para Schmitt: “Ao Estado como unidade essencialmente política pertence o *jus belli*, isto é, a real possibilidade de determinar o inimigo no caso dado por força de decisão própria e de combatê-lo.” Ibid., p. 48.

<sup>19</sup> TRIERWEILER, Denis. Georges Sorel et Carl Schmitt: D'une théorie politique du mythe à l'autre. In: ZARKA, Yves Charles. *Carl Schmitt ou le mythe du politique*. Paris: Presses Universitaires de France (Débats philosophiques), 2009. p. 20. No original: L'existence de l'État—ou de son *Dasein* politique, sil'on veut—se prouve par sa puissance à déterminer l'ennemi et à instaurer l'homogénéité intérieure; donc à exclure l'ennemi. (tradução livre)

constante, já para Schmitt, esta superação nunca acontece, pois um mundo que eliminasse a possibilidade de guerra se tornaria apolítico.

Para Leo Strauss, teórico judeu crítico de Schmitt, que manteve com este uma relação de interlocução (velada quando se deu a ascensão nazista), a definição schmittiana de estado de natureza é absolutamente distinta da hobbesiana, uma vez que não se trata mais da guerra de todos os indivíduos entre si, mas da possibilidade de guerra entre grupos (preferencialmente entre povos), além disso, o ‘todos contra todos’ de Schmitt cede espaço à possibilidade de alianças e de neutralidade. Lembrou, por fim, que o estado de natureza hobbesiano não cessa completamente com a afirmação do Leviatã, continua existindo na relação entre os Estados.<sup>20</sup> Seja como for, a presença do outro, do dissemelhante, do inimigo faz com que Schmitt naturalize e interiorize, em seu quadro político, a possibilidade de guerras e de conflitos. Nas suas palavras:

A guerra é apenas a realização extrema da inimizade. Ela não precisa ser nada de cotidiano, nada de normal, tampouco precisa ser percebida como algo ideal ou desejável, tendo, antes, que permanecer existente como possibilidade real, na medida em que o conceito do inimigo conserva seu sentido.<sup>21</sup>

Política e hostilidade não se excluem, a existência da primeira não significa a superação da segunda. Apesar de o Estado ter o dever de garantir segurança, dentro do binômio “obediência/proteção”, a perpétua existência do agrupamento amigo/inimigo faz com que o conceito do político abrace a hostilidade e precise dela. Em outras palavras, com o mesmo sentido, o conceito do político implica no uso da violência e na sua legitimação. Mais uma conclusão: a violência e a hostilidade não aparecem quando a entidade política falha, ao contrário disso, a política deixaria de existir num mundo completamente pacificado.<sup>22</sup> Nem belicista, nem pacifista, a definição do político depende da coexistência dos seus dois critérios extremos.<sup>23</sup> Dentro desta linha de pensamento, está

---

<sup>20</sup> Cf. STRAUSS, Leo. Comentario sobre el concepto de lo político de Carl Schmitt. In: MEIER, Heinrich. **Carl Schmitt, Leo Strauss y el Concepto de lo Político**: sobre un diálogo entre ausentes. Traducido por Alejandra Obermeier. Buenos Aires: Katz Editores, 2008. p. 143/148.

<sup>21</sup> SCHMITT, **O Conceito do Político**, 2009, op. cit., p. 35.

<sup>22</sup> Esta afirmação foi feita expressamente por Schmitt: “[...] um planeta definitivamente pacificado, seria um mundo sem a distinção entre amigo e inimigo, por conseguinte, um mundo sem política.” Ibid., p. 37.

<sup>23</sup> Esclarecendo que o conceito do político não coincide com o de hostilidade, mas tampouco o anula: “De modo nenhum é a guerra objetivo e finalidade, nem conteúdo da política, sendo, antes, o *pressuposto* sempre existente como real possibilidade, o qual determina de forma singular a ação e o pensamento humanos, provocando, assim, um comportamento especificamente político.” Ibid., p. 36.

a colocação de Gabriella Slomp: “[...] O político de Schmitt segue violência, hostilidade e terror assim como a forma segue a matéria.”<sup>24</sup>

Estabelecido o lugar da hostilidade, no *Conceito do Político*, e retornando à afirmação de que, para o autor, idealmente, não haverá inimizade dentro das fronteiras de um Estado, pensemos agora no segundo aspecto, o da amizade. Para tanto, é importante indicar dois princípios político-formais retratados em sua obra, *Teoria da Constituição* (1928), o da identidade e o da representação, princípios contrapostos, cuja realização estabelecerá a forma concreta da unidade política. Graças ao primeiro, os indivíduos adquiririam um status coletivo, saindo de suas vidas privadas, para se tornarem “povo”, ou seja, portadores de consciência política e de vontade nacional, o que geraria reconhecimento recíproco. Esta homogeneidade pode ser alcançada historicamente ou ser favorecida por circunstâncias naturais, como idioma comum e fronteiras bem estabelecidas. Por não haver Estado sem povo, mais que isso, pelo fato de que o Estado é o próprio *status* de um povo, seria importante considerar esta sua realidade imediata, sua ligação existencial.<sup>25</sup> Trata-se, portanto, do mecanismo, por meio do qual, se dá forma à nação. Em Schmitt, o princípio da identidade é essencial para que saibamos reconhecer quem são nossos amigos.

Nota-se que este princípio também faz ressaltar a existência coletiva do indivíduo, a amizade, igualmente, não tem nada a ver com afinidades particulares que sintamos pelo outro, esse tipo de laço privado ainda é visto por Schmitt como um sintoma liberal, sem relevância para a política, a amizade que ele pretende como conceito é pública, absolutamente desnecessário que saibamos o nome, o endereço ou a data de aniversário destes nossos amigos, para que, se for preciso, matemos e morramos por eles.<sup>26</sup> Identificados com nosso grupo, faremos qualquer coisa para proteger nosso modo de vida.

Sintetizando, o princípio da identidade, numa entidade política ideal, garante que o povo seja pensado a partir de uma conexão essencial, favorecida por seu grau de homogeneidade, aliança, consciência política e evolução como grupo coeso, o que se harmoniza com a maneira por meio da qual Schmitt conceitua a unidade política: “[...] é,

---

<sup>24</sup> SLOMP, Gabriella. **Carl Schmitt and the Politics of Hostility, Violence and Terror**. London: Palgrave Macmillan, 2009. p. 10. No original: Schmitt’s political follows violence, hostility and terror just as form follows matter. (tradução livre)

<sup>25</sup> Cf. SCHMITT, **Teoría de la Constitución**, 1996, op. cit., p. 213.

<sup>26</sup> Cf.: “Os conceitos de amigo, inimigo e combate adquirem seu sentido real pelo fato de que se referem especialmente à possibilidade de morte física e mantêm está referência.” SCHMITT, **O Conceito do Político**, 2009, op. cit., p. 34/35.

necessariamente, ou a unidade normativa para o agrupamento amigo-inimigo sendo, neste sentido [...], soberana, ou ela absolutamente não existe.”<sup>27</sup>

O segundo princípio, o da representação, se pauta na convicção de que esta unidade política precisa ser representada por homens, tanto faz se isso for feito mediante uma monarquia, democracia ou o que quer que seja. Se não há Estado sem povo, tampouco pode haver Estado sem representação. O definitivo é que se encontre o equilíbrio entre ambos os princípios. Um povo de homogeneidade absoluta enfraqueceria o representante, tornando-o dispensável. Para afastar o risco de se conceber um povo sem liderança, esta situação foi vista como utópica pelo autor, uma identidade absoluta do povo presente consigo mesmo nunca teria tido lugar na história, em razão disso, qualquer intenção de fundar uma democracia direta, que não considerasse estes limites, levaria à dissolução da unidade política.<sup>28</sup> O contrário também seria prejudicial, um povo heterogêneo exigiria um máximo de representação, terminaria sem importância, pois muito desarticulado, fazendo o Estado perder seu conteúdo, qual seja, o de um povo em situação de unidade política.<sup>29</sup> Um Estado sem povo é um Estado sem substância. Dito de outra maneira, com o mesmo sentido: a condição da representação é o público e não existe publicidade sem povo. Por isso, repito, é importante o equilíbrio entre o povo e o representante, a aclamação é um medidor desta harmonia.

Uma vez definidos os princípios de identidade e de representação, volto ao conceito de amizade. Em primeiro lugar, não é admissível que uma entidade política chegue a se constituir sem amigos, a hostilidade não deve coincidir com o político, tão somente ser para ele uma possibilidade, sempre a mão, na hipótese de conflitos extremos, caso contrário, tornar-se-ia um embuste para justificar uma guerra interminável contra um inimigo universal, o qual, aliás, nem chegaria a ser claramente definido. Enquanto conceito negativo, o inimigo, aparece quando há um contraste para se distinguir, o amigo.<sup>30</sup> A mútua dependência entre os dois conceitos reflete-se na política, inutilizada caso se atinja a paz perpétua. Para que instrumentos de coação, se não houver contra quem garantir

<sup>27</sup> SCHMITT, **O Conceito do Político**, 2009, op. cit., p. 42.

<sup>28</sup> Cf. SCHMITT, **Teoría de la Constitución**, 1996, op. cit., p. 207.

<sup>29</sup> Cf. *Ibid.*, p. 213/214.

<sup>30</sup> O termo “negativo” foi utilizado nesta passagem em sentido político, harmonizando a concepção de inimigo com seu atributo de ser ele “o outro, o desconhecido”. Num ponto de vista linguístico, a palavra alemã *Feind* não é o negativo de *Freund*, tem sua raiz etimológica atribuída, possivelmente, à *fijan*-odiar. Nas línguas latinas, inimigo apresenta-se necessariamente como negativo linguístico. Conforme a informação dada por Schmitt, originalmente, no latim, havia dois termos, *inimicus* e *hostis*, porém, depois da paz universal proporcionada pela *Pax Romana*, o conceito de *hostis* foi diluído ou se reduziu a uma questão de política interna. Cf. SCHMITT, **O Conceito do Político**, 2009, op. cit., p. 112/113.

segurança? Pergunta retórica que se responde recordando-se a discussão anterior sobre a função da política.

Compensa desenvolver esta digressão, sobre o contraste existente entre amigo e inimigo, a mútua dependência entre os conceitos e a criação do negativo por via de comparação. Tudo isso se relaciona com o princípio da identidade. O grupo se forma a partir da rejeição do outro, do inimigo, porém, mesmo em escala individual, precisamos do antagonismo para que possamos compreender mais de nós mesmos. Destruir completamente o inimigo, não desejar possui-lo ou simplesmente superar esta hostilidade significaria perder o parâmetro de medida do autoconhecimento, bem como de reconhecimento coletivo, no princípio da identidade. Assim, o essencialmente outro é nosso irmão, o único que nos pode colocar em questão, sendo que ele não poderia fazer isso sem que estivesse no mesmo nível que ocupamos, embora do outro lado do espelho, numa imagem negativa. E assim como passamos por metamorfoses ao longo da vida, a política tampouco é estável, um atual inimigo pode se converter num grande aliado político, este laço se sujeita a transformações.<sup>31</sup>

Para Schmitt, é possível dar o máximo de nós mesmos, matando ou morrendo por nossos amigos, mas só chegaremos a reconhecer a importância de proteger tão intensamente nosso modo de vida, se soubermos quem somos e o que representa nossa unidade política, para tanto, conhecer e identificar o outro é essencial. Como muito bem colocou Gabriella Slomp: “Se nós não tivermos inimigos ou se nosso inimigo for o absolutamente outro, nossa identidade permanece desconhecida para nós.”<sup>32</sup>

Mas é necessário ter cuidado com conclusões rápidas, não é porque nossa identidade é formada a partir do contraste com o inimigo que temos a autonomia moral de defini-lo, isso de jeito nenhum. Não é um inimigo definido em escala privada que importa para Schmitt. Repito esta ideia por ser muito importante compreender que o argumento do autor gira sempre em torno da importância do grupo, do inimigo em escala pública. Conforme bem colocou Michael Marder: “[...] O encontro com o inimigo político nunca é

---

<sup>31</sup> Sobre o caráter dinâmico da política: “o critério da distinção entre amigo e inimigo tampouco significa de modo algum que um determinado povo tenha que ser eternamente amigo ou inimigo de um outro povo determinado, ou que uma neutralidade não possa ser possível ou politicamente razoável.” SCHMITT, **O Conceito do Político**, 2009, op. cit., p. 37.

<sup>32</sup> SLOMP, **Carl Schmitt and the Politics of Hostility, Violence and Terror**, 2009, op. cit., p. 13. No original: If we have no enemy or if our enemy is the absolute other, our identity remains unknown to us. (tradução livre)

privado, mesmo se eu tiver a impressão de que isto diz respeito a apenas nós dois.”<sup>33</sup> Assim, a moral individual é absolutamente supérflua, mais que isso, perniciosa, pois o essencial é que nos identifiquemos com o grupo, que sintamos como ele e que tomemos por inimigos aqueles que se contrapuserem à entidade política.

O seguinte trecho demonstra o afastamento empreendido entre moral, estética e economia perante a política: “O inimigo político não precisa ser moralmente mau, não precisa ser esteticamente feio; ele não tem que se apresentar como concorrente econômico e, talvez, pode até mesmo parecer vantajoso fazer negócios com ele.”<sup>34</sup> Trata-se de uma afirmação interessante, os critérios destas outras esferas não se relacionam com os critérios do político, quem distingue entre amigo/inimigo é a entidade política, idealmente o Estado, muito embora em situações de crise, este título possa ser possuído por outros grupos que exerçam a função já discutida de segurança em troca de obediência. Em Schmitt, não se trata de uma disputa movida pelo lucro, pela beleza, pela bondade ou por elevados valores abstratos, quer-se apenas a manutenção de um modo de vida. Numa situação de conflito extremo, o que se ameaça é o tipo de existência que faz o grupo, do qual dependemos inteiramente.

A rejeição da justificativa moral também está em Hobbes, segundo o qual: “[...] o mesmo homem, em momentos diferentes, diverge de si mesmo, por vezes louvando, ou seja, chamando de bom, o que em outra hora despreza, chamando de mau: disto procedem disputas, controvérsias, e, finalmente, a guerra.”<sup>35</sup> Trocando em miúdos, cada um tem sua própria concepção moral e ela sequer é estável, tamanho atrito de opiniões, invariavelmente, seria mais um motivo para a ‘guerra de todos contra todos’.

Quando Schmitt afirma que o inimigo não precisa ser o “moralmente mau”, evita justamente que as opiniões privadas façam julgamentos e com base neles gerem tal situação de conflito.

Em Hobbes, a resposta é clara, cada um pode ter suas próprias opiniões, mas quem deve decidir sobre o bem e o mal é o Leviatã. A moral do Estado é apresentada como a melhor das opções possíveis. Nas suas palavras: “[...] Nas divergências entre os homens,

---

<sup>33</sup> MARDER, Michael. **Groundless Existence: The Political Ontology of Carl Schmitt**. New York: The Continuum International Publishing Group Inc., 2010. p. 88. No original: [...] the encounter with the political enemy is never private, even if I have the impression that it concerns only the two of us. (tradução livre)

<sup>34</sup> SCHMITT, **O Conceito do Político**, 2009, op. cit., p. 28.

<sup>35</sup> HOBBS, Thomas. **Leviathan**. Edited with an Introduction and Notes by J. C. A. GASKIN. New York: Oxford University Press Inc., 1998. p. 105. No original: the same man, in divers times, differs from himself; and one time praiseth, that is, calleth good, what another time he dispraiseth, and calleth evil: from whence arise disputes, controversies, and at last war. (tradução livre)

para declarar o que é equidade, o que é justiça e o que é virtude moral, e para torná-las obrigatórias são necessárias as ordenações do poder soberano, bem como, punições para aquele que as infringir.”<sup>36</sup>

Esta última colocação faz parte do senso comum contemporâneo, pois, frequentemente, as normas jurídicas são escritas com o uso de conceitos abstratos, cujo sentido é definido, em última instância, pela autoridade legítima. Que seja o Leviatã a assumir tal atribuição gera pouco dissenso, o ponto com o qual Schmitt não concorda de forma alguma é que os indivíduos possam cultivar, em suas consciências privadas, opiniões morais próprias, mesmo que as escondam e as reprimam, aceitando o Leviatã. Retira-se daí a seriedade do seu conceito de amizade pública, responsável pela criação do nível ideal de homogeneidade.

O posicionamento de Schmitt crítico a Hobbes fica claro no campo da fé, uma vez que os homens, segundo este último autor, seriam livres para cultivá-la, enquanto exercício de um assunto privado. O Leviatã pode muito bem controlar a confissão pública,<sup>37</sup> mas não pode agir no pensamento humano. Concepção suficientemente clara na seguinte passagem:

Mas e se (poderia ser objetado) um rei, um senado ou outra pessoa soberana nos proibir de acreditar em Cristo? Para isso eu respondo que essa proibição não tem efeito, porque a crença ou a descrença nunca segue os comandos humanos. A fé é uma dádiva de Deus, que o homem é incapaz de dar ou retirar mediante promessas, recompensas ou ameaças de tortura.<sup>38</sup>

Em Hobbes, por ser interior e impalpável, a fé não se subordina a qualquer jurisdição humana, desde que, é claro, permaneça nesta interioridade, ações e palavras sujeitam-se às ordenações estatais, fazendo com que o cidadão só possa exteriorizar aquilo que a lei não proíba. O Leviatã decide quais dos nossos pensamentos podem ser convertidos em ações: “[...] Em todos os tipos de ações não previstos pelas leis, o homem tem a liberdade de fazer o que sua própria razão sugerir como sendo o mais favorável para

---

<sup>36</sup> HOBBS, *Leviathan*, 1998, op. cit., p. 177. No original: For in the differences of private men, to declare, what is equity, what is justice, and what is moral virtue, and to make them binding, there is need of the ordinances of sovereign power, and punishments to be ordained for such as shall break them. (tradução livre)

<sup>37</sup> Cf.: “There is therefore no other government in this life, neither of state, nor religion, but temporal; nor teaching of any doctrine, lawful to any subject, which the governor both of the state, and of the religion, forbiddeth to be taught. And that governor must be one; or else there must needs follow faction and civil war in the commonwealth.” Ibid., p. 311/312.

<sup>38</sup> Ibid., p. 332. No original: But what (may some object) if a king, or a senate, or other sovereign person forbid us to believe in Christ? To this I answer, that such forbidding is of no effect; because belief, and unbelief never follow men's commands. Faith is a gift of God, which man can neither give, nor take away by promise of rewards, or menaces of torture. (tradução livre)

si mesmo.”<sup>39</sup> Ainda, em Hobbes: “Tudo que é NECESSÁRIO para a salvação está contido em duas virtudes, a fé em Cristo e a obediência às leis.”<sup>40</sup> As duas virtudes são igualmente necessárias, logo, a desobediência ao soberano é autorizada, caso o homem hobbesiano seja forçado a renunciar à fé em Cristo. Neste autor, portanto, a obediência não é ilimitada e encontra esta exceção por ser de foro íntimo, tendo o espírito liberdade de crença.<sup>41</sup>

Como era de se esperar, Schmitt é avesso a esta dualidade entre o pensamento do indivíduo e suas ações. A aclamação demonstra exatamente isso, um grupo unido pelo desejo e por atitudes que expressam um propósito comum, a vontade política é a mesma, assim se consegue uma representação eficiente de um povo suficientemente ligado entre si. Na separação entre fé interior e conduta pública, Schmitt encontra uma grande deficiência do Leviatã, prova do individualismo de Hobbes, pura e simplesmente pela existência de argumentos que defendem a consciência privada. Esta abertura teria sido progressivamente aproveitada pelo pensamento político posterior, perfeitamente útil ao liberalismo.<sup>42</sup> Crenças e opiniões divergentes seriam típicas de um povo heterogêneo, elas favoreceriam o quadro já comentado de guerra civil, quando o inimigo público aparece internamente às fronteiras do Estado. Para ele: “Esta reserva [de liberdade privada e interior de pensamento e de fé] tornou-se o germe mortal que destruiu internamente o poderoso Leviatã, abatendo o Deus Mortal.”<sup>43</sup>

Gabriella Slomp, autora simultaneamente estudiosa de Schmitt e de Hobbes, em sua obra, *Carl Schmitt and the Politics of Hostility, Violence and Terror* (2009), lançou uma tese bastante audaciosa. Segundo ela, no *Leviatã*, os casos de exceção, quando o cidadão pode se recusar a fazer o que foi ordenado pelo soberano, abrem uma fissura irreparável entre estes dois autores. Para compreendê-la, recordo, em primeiro lugar, que, no contrato, o indivíduo não transfere a totalidade do seu poder ao Leviatã, resguardando parte dele. Vejamos o que diz o autor: “[...] Um soldado a quem se determine que lute

<sup>39</sup> HOBBS, *Leviathan*, 1998, op. cit., p. 141. No original: [...] in all kinds of actions, by the laws praetermitted [passed over], men have the liberty, of doing what their own reasons shall suggest, for the most profitable to themselves. (tradução livre)

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 391. No original: All that is NECESSARY to salvation is contained in two virtues, faith in Christ, and obedience to laws. (tradução livre)

<sup>41</sup> Cf. *Ibid.*, p. 332.

<sup>42</sup> Cf.: “Le distinzioni di privato e pubblico, di fede e confessione (‘fides’ e ‘confessio’, ‘faith’ e ‘confession’), sono così introdotte in un modo tale che ogni ulteriore sviluppo, nel corso del secolo seguente fino al liberale Stato costituzionale di diritto, ne è derivato consequenzialmente. [...] della libertà di pensiero e di coscienza, moderna ed individualistica, e di quei diritti di libertà del singolo che sono qualificanti per la struttura del sistema costituzionale liberale.” SCHMITT, *Scritti su Thomas Hobbes*, 1986, op. cit., p. 105.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 106. No original: Questa riserva risultò il germe mortifero che ha distrutto dall'interno il potente Leviatano e che ha abbattuto il Dio mortale. (tradução livre)

contra o inimigo, mesmo que seu soberano tenha o direito de puni-lo com a morte, caso se recuse, pode, ainda assim, em muitos casos, recusar, sem injustiça.”<sup>44</sup> Em síntese, já que o fim máximo do indivíduo hobbesiano é o de obter segurança, perde o sentido obedecer a uma ordem que o obrigue ao suicídio, que lhe gere ferimentos ou que de qualquer outra maneira coloque sua vida em risco. A obediência é, portanto, condicionada à posse de direitos naturais anteriores ao Estado, de modo que este indivíduo vai obedecer dentro do limite estabelecido pelo desejo de preservar sua vida e de salvar sua alma. É curioso, pois se trata de uma substituição, deslegitima-se o direito de resistência coletivo, salvaguardando-se o individual.

Gabriella Slomp observa, com isso, que se o cidadão hobbesiano pode desobedecer ao Estado que o ordene a guerrear, o cidadão schmittiano não pode de jeito nenhum. Efetivamente, Schmitt ao reconhecer o Estado como unidade político-normativa, afirma seu direito soberano de fazer a guerra, dispondo assim da vida dos seus súditos.<sup>45</sup> Por todos os argumentos que já foram dados, o conceito de amizade une de tal maneira este povo, que cada um estaria disposto a matar e a morrer imediatamente, num caso de conflito extremo. Em Schmitt: “[...] o povo politicamente unido está disposto a lutar por sua própria existência e independência.”<sup>46</sup> O princípio da identidade, descrito anteriormente, faz com que a decisão sobre o que consiste sua independência e liberdade pertença ao próprio povo, referencial forte o suficiente para justificar seu agrupamento. As experiências mais intensas que podem afetar um ser humano, matar e morrer, fazem parte do conceito do político, sem escusas.

Neste ponto arquiteta-se o argumento audacioso da autora supracitada, para ela, o que une e dá base ao raciocínio hobbesiano é o indivíduo, ao passo que, em Schmitt, o grupo cumpre esse papel. Ela, então, concorda com o individualismo de Hobbes, e disso tirará uma conclusão muito surpreendente. Antes de expô-la, cabe mais uma colocação sobre a importância do grupo, em Schmitt. Conforme foi bem compreendido no prefácio à edição francesa da *Teoria da Constituição* (1928), escrito por Olivier Beaud:

Os indivíduos, governantes e governados, estão submetidos à instituição que enquadra suas existências jurídicas. Para designar o Estado, Schmitt recorre de qualquer maneira a expressões tipicamente objetivistas tais como formação ‘supra-individual’ (überindividuelle), ou entidade ‘suprapessoal’ (überpersonnelle). Uma tal teoria é necessariamente anti-

<sup>44</sup> HOBBS, *Leviathan*, 1998, op. cit., p. 145. No original: a man that is commanded as a soldier to fight against the enemy, though his sovereign have right enough to punish his refusal with death, may nevertheless in many cases refuse, without injustice. (tradução livre)

<sup>45</sup> Cf. SCHMITT, *O Conceito do Político*, 2009, op. cit., p. 49.

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 48.

individualista. [...] o homem não tem qualquer valor real que não seja o instituído pelo Estado, pela ordem objetiva.<sup>47</sup>

Da forma como consta no trecho transcrito, em Schmitt, o valor do homem é instituído pelo Estado, ele nunca pretendeu incentivar a identidade individual, sua base de argumentação converge para o agrupamento amigo/inimigo, seus partícipes apenas dão forma a ele.

Vejam, por fim, a conclusão de Gabriella Slomp sobre os casos de exceção, nos quais, o indivíduo pode não obedecer ao comando do Estado, pode, para preservar sua própria vida, rejeitar a convocação de uma guerra que visaria à proteção da coletividade:

Se a vontade que decide as emergências públicas pode ser afastada pela vontade que decide as emergências privadas; se, em outras palavras, o poder final reside no indivíduo, então, ele e não o Leviatã é o soberano, pois ‘Soberano é quem decide sobre a exceção’.<sup>48</sup>

Slomp fez o que Schmitt não fez, ao menos não explicitamente, utilizou as informações presentes na obra *Teologia Política* (1922), para fazer uma crítica inovadora. Se o indivíduo decide quando sua emergência privada é superior a uma emergência pública, decide sobre os casos de exceção, ou seja, é o verdadeiro soberano. Afinal: “Soberano é quem decide sobre a exceção.”<sup>49</sup> Sublinha-se esta ideia, pois se levados a sério os argumentos da *Teologia Política* (1922), o Leviatã deixa de ser absoluto, deixa de ser o grande agente da soberania, o desejo de autopreservação do indivíduo lhe supera. Schmitt nunca afirmou isso, ainda assim, essa possibilidade foi criada a partir dos seus argumentos. Não deixa de ser uma perspectiva plausível, fazendo com que a autora veja em Hobbes o verdadeiro pai do liberalismo, retirando-o do posto de teórico da monarquia absoluta.<sup>50</sup> Schmitt que se limitou a apontar em Hobbes o erro de valorizar excessivamente o indivíduo e sua consciência privada, criando uma teoria que seria posteriormente

<sup>47</sup> BEAUD, D’Olivier. Préface. In: SCHMITT, Carl. **Théorie de la Constitution**. Traduit d’allemand par Lilyane Deroche. Paris: Presses Universitaires de France, 1993. p. 37. No original: Les individus, gouvernés comme gouvernants sont soumis à intitution qui encadre leur existence juridique. Pour désigner l’Etat, Schmitt recourt d’ailleurs à des expressions typiquement objectivistes telles que formation «supra-individuelle» (überindividuelle), ou entité «suprapersonnelle» (überpersonnelle). Une telle théorie est nécessairement anti-individualiste. [...] l’homme n’a de réelle valeur qu’une fois institué par l’Etat, par l’ordre objectif. (tradução livre)

<sup>48</sup> SLOMP, **Carl Schmitt and the Politics of Hostility, Violence and Terror**, 2009, op. cit., p. 50. No original: If the will which decides public emergencies can be overruled by the will that decides private emergencies; if, in other words, the ultimate power resides in the individual, then he and not the Leviathan is sovereign because ‘Sovereign is he who decides on the exception’. (tradução livre).

<sup>49</sup> SCHMITT, Carl. **Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty**. Translated by George Schwab. Cambridge, Massachusetts, and London: MIT Press, 1985. p. 5. No original: Sovereign is he who decides on the exception. (tradução livre)

<sup>50</sup> Cf. SLOMP, **Carl Schmitt and the Politics of Hostility, Violence and Terror**, 2009, op. cit., p. 50/51.

aproveitada e desenvolvida por autores liberais, tornou-se o combustível para que Slomp fosse tão longe em suas conclusões.

De uma maneira distinta, este liberalismo de Hobbes também foi apontado por Leo Strauss, para quem, o autor do *Leviatã* seria de fato o verdadeiro fundador do liberalismo, justamente por ter criado uma teoria na qual a segurança da vida foi posta em primeiro plano, na condição de um direito humano inalienável, anterior ao Estado e condição que o limita, de modo que: “[...] A fundamentação que faz Hobbes da demanda proveniente do direito natural de preservar a vida permite compreender o desenvolvimento posterior de toda a teoria dos direitos humanos, tal como a entende o liberalismo.”<sup>51</sup> Para Strauss, porém, a coincidência não é total, a percepção hobbesiana da natureza humana essencialmente perigosa o distinguiria do liberalismo posteriormente desenvolvido, concluindo finalmente que: “[...] em um mundo que não é liberal, Hobbes instala os fundamentos do liberalismo contra – *sit venia verbo* – a natureza não liberal do homem.”<sup>52</sup>

Bem, seja como for, em Schmitt, contrariamente a Hobbes, o povo ideal é a massa de amigos cuja verdade da alma não se distingue da verdade estatal, isso impediria situações de crise e de guerra civil, quando o inimigo público, aparecendo internamente, se acha em condição de questionar e desafiar o Estado.<sup>53</sup>

Não é o caso de dizer que o governo ideal vai controlar e suprimir a consciência privada dos seus súditos, mas que ele será formado de modo a coincidir com ela. E como isso será feito? Já foi dito, amigos públicos que se tornam um grupo suficientemente homogêneo, graças ao princípio da identidade. Feito isto, a unidade política terá um representante, cuja medida de eficiência será dada por meio da aclamação. Nela, a consciência pública da massa de amigos atuará perante o governo, o qual poderá ser questionado ou desafiado, mas desde que o seja por essa consciência pública emanada na aclamação.

---

<sup>51</sup> STRAUSS, **Comentario sobre el concepto de lo político de Carl Schmitt**, 2008, op. cit., p. 145. No original: la fundamentación que hace Hobbes de la demanda del derecho natural a preservar la vida permite comprender el desarrollo ulterior de toda la teoría de los derechos humanos tal como la entiende el liberalismo. (tradução livre)

<sup>52</sup> Ibid., p. 146. No original: en un mundo que no es liberal Hobbes instala los fundamentos del liberalismo contra - *sit venia verbo* - la naturaleza no liberal del hombre. (tradução livre)

<sup>53</sup> A empatia ideal entre representante e representado faz com que Schmitt coloque o Estado como sendo aquele que possui o monopólio para nomear o inimigo, ainda assim, esta nomeação perderia o sentido se o povo igualmente não reconhecesse a distinção amigo/inimigo. Como consta na seguinte passagem: “[...] um povo tem sua existência na esfera do político, ele tem que, mesmo se for apenas para o caso extremo [...] determinar, ele próprio, a distinção entre amigo e inimigo. É aí que reside a essência de sua existência política.” SCHMITT, **O Conceito do Político**, 2009, op. cit., p. 53.

A defesa desta presença popular no espaço público vincula-se à ideia de representação eficiente, uma vez que, para o autor, é imprescindível criar uma harmonia entre os princípios político-formais. A aclamação é esta consciência pública, criação de Schmitt, o grande inimigo do isolamento burguês, para quem, toda ação política não pode ser motivada por interesses privados, deve haver um sentimento de todo, ser cidadão, pensar e agir como tal, colocar esta condição cívica a frente de desejos pessoais.

O Estado liberal democrático tem sua crise explicada por favorecer o contrário, a consciência privada, resultando num povo heterogêneo, de interesses plurais, que traria para dentro das fronteiras a política, ou seja, o agrupamento amigo/inimigo e, conseqüentemente, a hostilidade. O poder de gestão do governo tornar-se-ia muito menor, por ter que desviar recursos para a segurança interna, nomeando, lutando e combatendo o inimigo, tornando-se progressivamente mais agressivo e, simultaneamente, pouco representativo, ao refletir a já mencionada heterogeneidade do povo. A pacificação passaria a ser seu maior objetivo, a fim de produzir com todos os instrumentos de violência legítima: “tranquilidade, segurança e ordem.” Quando falha, porém, sua crise poderia derivar na multiplicação, dentro do seu território, de outras entidades políticas que viriam com a mesma promessa de fornecer segurança. Já não precisaria ser o Estado a nomear o inimigo, qualquer outra entidade tornar-se-ia competente para fazê-lo.

Conforme foi analisado em momento oportuno, se não há crise, o Estado se apresenta como a unidade política que toma para si a decisão sobre o caso normativo, é importante, porém, que se estabeleça que o político sempre será o agrupamento que se orienta para o caso extremo e excepcional, assim, se nas situações de conflito, as forças contrárias ao Estado, sejam elas econômicas, morais ou culturais, se sobrepuserem, a tal ponto que sejam elas a decidir sobre o caso crítico, elas terão se tornado o agente da soberania, a nova substância da unidade política,<sup>54</sup> recorda-se mais uma vez, a máxima da *Teologia Política*, “soberano é quem decide sobre a exceção.”

Se houver, entretanto, no interior de uma unidade política, não mais o agrupamento normativo do tipo amigo-inimigo, mas um pluralismo tal que impossibilita qualquer distinção, a unidade política se destrói e junto dela o conceito do político.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Para o autor, estas forças antagônicas ao representante oficial: “Se forem suficientemente fortes para evitar uma guerra desejada pela liderança estatal, contradizendo seus interesses e princípios, mas não suficientemente fortes para determinar, por si mesmas, uma guerra segundo sua decisão própria, não mais existirá, então, nenhuma grandeza política uniforme.” SCHMITT, **O Conceito do Político**, 2009, op. cit., p. 41/42.

<sup>55</sup> Cf. *Ibid.*, p. 48.

Segundo Gabriella Slomp: “A resposta de Schmitt [...] é a mesma em todas as suas obras: se o estado é incapaz de proteger, então, os cidadãos já não são obrigados a obedecer, e, portanto, o Estado não tem mais a única autoridade para nomear o inimigo.”<sup>56</sup> Ou seja, para exigir obediência, o Estado precisa conceder proteção, se for incapaz de fazê-lo, será compreensível que o cidadão passe a obedecer outra entidade que lhe faça a mesma promessa.

Trata-se de um cenário de crise absoluta, no qual o Estado perde o monopólio para movimentar o conceito do político. Esta pluralidade pode resultar numa guerra civil, quando já não existiriam meios para assegurar a paz dentro das fronteiras de um Estado. Se não há paz, tampouco existe o meio homogêneo necessário à eficácia absoluta das normas jurídicas, conforme pontuou Schmitt, na *Teologia Política*: “Não existe norma aplicável ao caos. Para que a ordem jurídica faça sentido, uma situação normal deve existir.”<sup>57</sup> Colocação semelhante no *Conceito do Político*: “toda norma pressupõe uma situação normal e nenhuma norma pode ter validade para uma situação que lhe é plenamente anormal.”<sup>58</sup> O Estado de Direito liberal e burguês, em crise, torna-se estado de exceção.

Para Schmitt: “O atual conceito de Estado de Direito fixou-se a partir do ponto de vista da liberdade burguesa.”<sup>59</sup> Adiante, o autor afirma que: “[...] mais além das simples exigências moderadoras e temperadoras próprias do Estado de Direito, sua finalidade era o ‘sistema parlamentar’. Este sistema é a exigência política própria da burguesia liberal.”<sup>60</sup> Os conceitos de Estado de Direito e de parlamentarismo foram colocados como ideais para a burguesia liberal, conseqüentemente, contra esta classe foram dirigidas as críticas do autor.

Todo este quadro faz com que Schmitt se torne um rival obsessivo das democracias liberais, munindo-se de argumentos contra ela, criando alternativas a ela, uma das quais, o governo por aclamação, é o objeto desta pesquisa. Descoberto o sujeito que aclama, vejamos no que ela consiste.

<sup>56</sup> SLOMP, *Carl Schmitt and the Politics of Hostility, Violence and Terror*, 2009, op. cit., p. 65/66. No original: Schmitt’s reply [...] is the same in all his works: if the state is unable to protect, then citizens are no longer obliged to obey, and hence the state no longer has the sole authority to name the enemy. (tradução livre)

<sup>57</sup> SCHMITT, *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty*, 1985, op. cit., p. 13. No original: There exists no norm that is applicable to chaos. For a legal order to make sense, a normal situation must exist. (tradução livre)

<sup>58</sup> SCHMITT, *O Conceito do Político*, 2009, op. cit., p. 49.

<sup>59</sup> SCHMITT, *Teoría de la Constitución*, 1996, op. cit., p. 141. No original: El actual concepto de Estado de Derecho se ha fijado bajo el punto de vista de la libertad burguesa. (tradução livre)

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 215. No original: más allá de las simples exigencias moderadoras y temperadoras propias del Estado de Derecho, su finalidad era el ‘sistema parlamentario’. Este sistema es la exigencia política propia de la burguesía liberal. (tradução livre)

## 1.2 O conceito de aclamação

No *Conceito do Político*, uma obra em sentido nenhum libertária, Schmitt cita Proudhon, para quem, aquele que “diz humanidade, pretende enganar.”<sup>61</sup> Valendo-se deste recurso retórico brilhante, tira uma frase do seu contexto original, qual seja, anarquista, para fortalecer seus próprios argumentos, mostrando como eles podem ser ratificados por correntes antagônicas. Efetivamente Schmitt não diz humanidade, ao invés, diz povo, sempre povo, o povo para Schmitt tem uma importância monumental. Resta a questão que não foi feita por Schmitt, será que Proudhon poderia ter observado que quem diz povo, igualmente, engana? Muito provavelmente, afinal o conceito de povo, quando aliado ao de nação, foge do respeito de um pensador anarquista. Na vasta produção bibliográfica de Schmitt, não se encontra sequer uma passagem na qual o autor tenha defendido a autogestão popular, ao contrário disso, com facilidade são identificados argumentos que exaltam a importância de um líder, a quem caberia a tarefa de guiar, representar e governar o tal povo.

Engodo é um termo preciso para especificar esta forma tão eficiente de atrair a mentalidade coletiva, recriando a nação como mito. Em Schmitt, ela é o laço de coesão entre os indivíduos, não a classe ou a religião, mas o nacionalismo os une, compondo-os como povo suficientemente homogêneo. Um mito para contrabalancear outro, o que preocupa este jurista, sobretudo, em seus escritos dos anos 20, como *A Crise da Democracia Parlamentar* (1923), é o avanço do poder soviético, conjuntamente ao mito de um mundo sem Estados e de uma sociedade sem classes. Contra o marxismo, contra o anarquismo, contra o totalitarismo da técnica, contra qualquer ideia que deseja revolucionar o Estado até destruí-lo, Schmitt exalta o mito da nação e exclusivamente dentro dele devem ser compreendidas todas suas ponderações sobre o povo. Empresto o conceito oferecido por Denis Trierweiler: “O mito certamente não é uma formulação conceitual, é melhor definido como um sistema simbólico no qual os elementos emocionais são incorporados.”<sup>62</sup> Noutros termos, o mito não exige uma construção

<sup>61</sup> SCHMITT, *O Conceito do Político*, 2009, op. cit., p. 59.

<sup>62</sup> TRIERWEILER, Denis. Georges Sorel et Carl Schmitt: D'une théorie politique du mythe à l'autre. In: ZARKA, Yves Charles. *Carl Schmitt ou le mythe du politique*. Paris: Presses Universitaires de France (Débats philosophiques), 2009. p. 16. No original: Le mythe n'est donc sûrement pas une formulation conceptuelle, mais plutôt un système symbolique dans lequel sont intégrés des éléments émotionnels. (tradução livre)

racional dos seus elementos, ao invés disso, ele atua em camadas mais profundas do nosso espírito, aquelas vinculados aos nossos medos, desejos, emoções, moldando-as, uniformizando-as, em direção a determinado propósito.

Sua provável inspiração está na Revolução Francesa de 1789, quando foram construídos os pilares jurídicos da moderna teoria da constituição. O povo francês aparece no papel de sujeito do poder constituinte, por ser compreendido como entidade política existencial, de modo que a palavra nação significa exatamente isso, um povo em estado de epifania que descobre sua própria maioria, sua capacidade de atuar *per se*, sua consciência política imanente e por tudo isso sua chance de fixar com autonomia seu destino político subsequente. Quando este povo se dá uma Constituição, decide sobre o modo e a forma de sua existência e se faz nação. Neste período, o propósito maior era o de superar e vencer a monarquia, mostrando a desnecessidade de um rei absoluto, afinal, um povo em situação de autoreconhecimento e autoconsciência é em si mesmo algo de um absoluto incontrovertido. Um teórico deste período, Sieyès, foi bastante enfático em sua obra intitulada *Qu'est-ce que le Tiers état?* (1789), esta pergunta associa o terceiro estado ao povo, melhor dizendo, ao povo burguês, criando a dualidade burguesia X aristocracia, exaltando, com isso, o povo como sujeito do poder constituinte, definindo-o justamente como nação.<sup>63</sup> A unidade política que, na maior parte dos Estados europeus, havia sido obra do absolutismo monárquico, agora ganha o status de unidade política do povo, a nação corresponde a este status, cabendo ao governo apenas representá-la.<sup>64</sup> Fazendo a correspondência histórica com seu próprio país, Schmitt vê na Constituição de Weimar algo de semelhante, quando o poder constituinte do povo alemão se afirmou como unidade capaz de atuar por si, consciente do ponto de vista político.<sup>65</sup>

Trocando em miúdos, aproveitando-se do mito da nação, a ideia polêmica de Carl Schmitt para salvar seu país da ameaça vermelha, foi a de opor à ditadura do proletariado sua concepção de ditadura nacionalista, na qual o líder foi aclamado pelo povo e por representar perfeitamente sua unidade política, tem seu posto justificado. Aliás, uma salvação dupla, contra o marxismo, mas também contra o liberalismo, ambos exterminados

---

<sup>63</sup> Cf.: “Qu’est-ce qu’une nation? Un corps d’associés vivant sous une loi commune et représentés par la même législature, etc [...] Le Tiers embrasse donc tout ce qui appartient à la nation; et tout ce qui n’est pas le Tiers ne peut pas se regarder comme étant de la nation. Qu’est-ce que le Tiers? TOUT.” SIEYÈS, Emmanuel Joseph. **Qu’est-ce que le Tiers état?** Paris: Éditions du Boucher, 2002. p. 5.

<sup>64</sup> Cf. SCHMITT, **Teoría de la Constitución**, 1996, op. cit., p. 70/71. Cf.: “La legitimidad democrática se apoya, por el contrario, en el pensamiento de que el Estado es la unidad política de un Pueblo. Sujeto de esta definición del Estado es el Pueblo; Estado es el status político de un Pueblo.” Ibid., p. 106.

<sup>65</sup> Cf. Ibid., p. 79.

por tal líder soberano. Ao invés dos debates e discussões intermináveis da *clasa discutidora*, como foi chamada a burguesia por Donoso Cortés,<sup>66</sup> ao invés então deste modo de racionalização interminável, Schmitt recuperou a força do mito, dos instintos irracionais. Ainda que a filiação de Schmitt ao nacional socialismo não venha ao caso para esta pesquisa, concentrada no que o autor produziu durante Weimar, fica muito clara sua adesão a Hitler, este *Führer* que teve tão grande prestígio junto ao povo alemão.

Identificar o povo com a nação, na qualidade de uma massa autoconsciente capaz, numa democracia, de tomar decisões fundamentais, é o embasamento perfeito para que este povo lute, mate e morra em prol de preservar o modo de vida construído coletivamente. Por isso que Schmitt, no *Conceito do Político*, repete tanto a questão da possibilidade de guerras que protejam um modo de vida, tudo idealmente decidido pelo Estado, portador do *jus belli* que, nomeando o inimigo, manda seus súditos para a batalha e ninguém pode se escusar de ir, pois é muitíssimo mais importante preservar um modo de vida do que a vida mesma. A ideia do sacrifício individual em prol de algo muito maior. O mito que move pessoas não racionalmente, mas instintivamente por tal crença. A mesma conclusão foi dada por Denis Trierweiler: “[...] A existência política de um povo é este estado que se alcança designando o inimigo, graças à vontade nacional. Em suma, trata-se do mito da nação.”<sup>67</sup>

É extremamente importante esclarecer que para ele: “a ditadura não é o oposto da democracia.”<sup>68</sup> Ao contrário, na sua lógica, no “domínio de um ditador, a identificação democrática pode predominar, e a vontade do povo ser a única determinante.”<sup>69</sup> Citam-se entre aspas as palavras originais, para que nenhuma paráfrase obscureça o sentido da ideia, nenhuma má interpretação desmintam que foi esta a aposta de Schmitt: a ditadura como um meio de realização da democracia.

A conclusão do parágrafo precedente será um instrumento de trabalho importante para esta pesquisa, por indicar um traço relevante na compreensão de qual pode ser o vínculo entre aclamação, violência e democracia. No primeiro tópico, foi demonstrado que a violência se legitima pelo próprio exercício natural da política, uma vez

<sup>66</sup> Cf. SCHMITT, *Political Theology*: Four Chapters on the Concept of Sovereignty, 1985, op. cit., p. 59.

<sup>67</sup> TRIERWEILER, Denis. Georges Sorel et Carl Schmitt: D'une théorie politique du mythe à l'autre. In: ZARKA, Yves Charles. *Carl Schmitt ou le mythe du politique*. Paris: Presses Universitaires de France (Débats philosophiques), 2009. p. 25. No original: L'existence politique d'un peuple est cet état que l'on atteint en désignant l'ennemi et grâce à la volonté nationale. Bref, on a là un mythe de la nation. (tradução livre)

<sup>68</sup> SCHMITT, *A crise da democracia parlamentar*, 1996, op. cit., p. 29.

<sup>69</sup> Ibid., loc. cit.

que a possibilidade de guerra nunca deixa de existir. Cabendo a nomeação do inimigo ao Estado, caberá a ele também a função de segurança, dentro do binômio ‘proteção/obediência’. Pois bem, a intenção agora é a de revelar o vínculo entre aclamação e democracia, expandindo-o para abraçar a conclusão apontada.

Para que a ditadura não seja o oposto da democracia, é necessário conceituá-la de uma forma especial, de modo que o ‘governo do povo’ não esteja no centro de sua significação, no lugar dele Schmitt coloca uma série de identidades, quais sejam:

[...] de governantes e governados, dominador e dominado, sujeito e objeto da autoridade estatal, identidade do povo com sua representação no Parlamento, identidade do Estado com o povo eleitor, do Estado com a lei e, por último, a identidade do quantitativo (maioria numérica ou unanimidade) com o qualitativo (a lei correta).<sup>70</sup>

Em síntese, a essência da democracia está na identidade entre governantes e governados, sendo este o propósito, ele pode ser atingido com a figura de um ditador. Schmitt teorizou sobre a democracia e a defendeu, em igual medida, teorizou sobre a ditadura, defendendo-a contra a ideologia liberal presente no Estado. No estudo feito por John P. McCormick, foi bem observado que para Schmitt: “o liberalismo é incapaz de realizar com êxito a democracia substantiva.”<sup>71</sup> Os diversos motivos para esta incapacidade serão esclarecidos neste capítulo, adianta-se, porém, que todos eles giram em torno do individualismo burguês, em sua ineficiência para manter o povo coeso.

A aclamação, maior defesa feita por este jurista à presença das grandes massas num espaço público, reflete este desejo de realizar a democracia substantiva. Ela, diferentemente do voto individual e secreto, seria capaz de expressar o sim e o não das questões políticas fundamentais. Por espaço público, quer-se dizer que em absolutamente qualquer lugar onde o povo estiver reunido, sua configuração será a de uma entidade política em potência, podendo ocorrer o fenômeno da aclamação. Não é necessário que tal encontro seja previamente organizado, podendo realizar-se inclusive a qualquer pretexto, basta que haja tal reunião popular, “em manifestações de rua, em festas públicas, em teatros, no hipódromo ou no estádio.”<sup>72</sup>

A graça desta massa reunida está no fato de que ela não é uma instância fechada, compactada, bem definida, burocratizada e que atue conforme normas

<sup>70</sup> SCHMITT, *A crise da democracia parlamentar*, 1996, op. cit., p. 27.

<sup>71</sup> McCORMICK, *Carl Schmitt's Critique of Liberalism: Against Politics as Technology*, 1997, op. cit., p. 3. No original: liberalism is incapable of successfully realizing substantive democracy. (tradução livre)

<sup>72</sup> SCHMITT, *Teoría de la Constitución*, 1996, op. cit., p. 138. No original: en manifestaciones callejeras, en fiestas públicas, en teatros, en el hipódromo o en el estadio. (tradução livre)

anteriormente definidas. A atuação do povo, por tudo isso, sempre será uma surpresa, não é possível prevê-la oficialmente, esta sua falta de definição normativa lhe dá a prerrogativa de ser espontânea. Certamente isso não faz dela algo de sobrenatural, em certos casos, é possível reconhecer que recebeu influências externas, por exemplo, vindas de partidos, ainda assim, sua essência é constituída por algo que foge do controle. E, para Schmitt, assim mesmo deve ser, pois a atuação do povo antecede toda norma, sua existência, na condição de unidade política, precede sua existência jurídica, além disso sua decisão fundamental é o que legitima todas as normas posteriores. A força do povo está na sua procura de constituir e de preservar a forma e o modo desta sua unidade, e graças ao mito da nação, todas suas manifestações em direção a esta autopreservação devem ser compreendidas como legítimas. Uma via prescrita, “quadrada” e cheia de regras não limita o povo e tampouco o representa. Para Schmitt é um erro monstruoso acreditar que os métodos do século XIX, quais sejam, os procedimentos de votação secreta, são a forma definitiva de democracia. A vontade do povo, o que quer o povo, sua forma natural para se manifestar é a aclamação, o grito da massa reunida, seu assentimento ou sua recusa, para ele:

Efetivamente a verdadeira atividade, capacidade e função do povo, o núcleo de toda expressão popular, o fenômeno democrático originário, o que até Rousseau propôs como verdadeira democracia, é a aclamação, o **grito de aprovação ou de recusa da massa reunida**. [...] A aclamação é um fenômeno eterno de toda comunidade política. Nenhum Estado sem povo, nenhum povo sem aclamação.<sup>73</sup>

No trecho transcrito, a aclamação foi definida como o fenômeno democrático originário e a imagem que lhe deu forma foi a de um grito, não propriamente uma imagem, portanto, mas um som tão alto e potente que torna possível a visualização de um quadro. Nele, o povo se torna presente como grupo, sua força combinada impede que enxerguemos homens individuais ou que distingamos uma voz da outra, quase que chegamos a visualizar os contornos de um gigante composto por diversos homúnculos, tal como consta na alegoria do Leviatã, estampada em sua edição de 1750. Apenas uma miragem, na medida em que Schmitt nunca fez essa vinculação, de todo modo, a consciência política inerente à formação e ao autoreconhecimento deste povo permite que, em casos extremos, ele se

---

<sup>73</sup> SCHMITT, Carl. **Democrazia e liberalismo**. 1. Referendum e iniziativa popolare 2. Hugo Preuss e la dottrina tedesca dello Stato. A cura di Manuela Alessio. Milano: Giuffrè Editore, 2001. p. 62/63. No original: Infatti la vera attività, capacità e funzione del popolo, il nucleo di ogni espressione popolare, il fenomeno democratico originario, ciò che anche Rousseau ha prospettato come vera democrazia, è l’acclamazione, il grido di approvazione o di rifiuto della massa riunita. [...] L’acclamazione è un fenomeno eterno di ogni comunità politica. Nessuno Stato senza popolo, nessun popolo senza acclamazioni. (tradução livre)

reúna para fazer uma ratificação ou recusa, perante o governo. Daí o grito, vozes pungentes que partem de corpos movidos pelo propósito de salvar um modo de vida, exaltando um líder ou derrubando-o. Normas positivadas não importam, a vontade do povo, enquanto fonte da qual emana todo o poder, impõe sua primazia. A aclamação, numa frase, é a apologia do povo reunido, sua força de assentir ou de recusar define os rumos da existência comum.

Desenvolverei a informação anterior, da aclamação como fenômeno democrático originário, com a observação de que, para Schmitt, mesmo o monarca absoluto necessita da massa do seu povo exaltando-o, ou seja, a aclamação não se restringe à democracia, pode ocorrer em qualquer comunidade política.<sup>74</sup> Feita esta ressalva, recuperemos o primeiro parágrafo deste capítulo, no qual foi citada a abertura do *Conceito do Político*: “O conceito do Estado pressupõe o conceito do político.” Já vimos que isso significa a pressuposição do agrupamento amigo/inimigo, sendo que, idealmente, o inimigo está situado do lado de lá das fronteiras estatais. Noutras palavras, o conceito do Estado pressupõe a existência de um povo suficientemente homogêneo, quem é o povo, portanto?

Uma digressão. Conforme se sabe, Carl Schmitt desenvolveu um amplo debate acadêmico com Hans Kelsen, foi um dos seus maiores rivais, ironizando boa parte da produção teórica deste austríaco. Como recurso didático, vejamos antes quem é o povo para Kelsen, para que a partir deste contraste, compreendamos quem ele é para Schmitt. Sem a intenção de submergir nos conceitos deste positivista, digamos simplesmente que, para ele, não vem ao caso o povo como somatória de indivíduos, num território. Isso interessaria para a sociologia, não para o direito. Para o direito, tudo que importa são as pessoas que se sujeitam à mesma ordem jurídica estatal. Citando-o:

Na verdade, o povo só aparece uno, em sentido mais ou menos preciso, do ponto de vista jurídico; **a sua unidade, que é normativa, na realidade é resultante de um dado jurídico: a submissão de todos os seus membros à mesma ordem jurídica estatal constituída** – como conteúdo das normas jurídicas com base nas quais essa ordem é formada – pela unidade dos múltiplos atos humanos, que representa o povo como elemento do Estado, de uma ordem social específica.<sup>75</sup>

<sup>74</sup> Cf. SCHMITT, *Teoría de la Constitución*, 1996, op. cit., p. 138. Cf: SCHMITT, *Democracia e liberalismo*. 1. Referendum e iniciativa popolare, 2001, op. cit., p. 62.

<sup>75</sup> KELSEN, Hans. Essência e Valor da Democracia. In: \_\_\_\_\_. *A Democracia*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti, Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla e Vera Barkow. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 36.

Basta esta citação para compreender que, em Kelsen, a unidade é feita pela norma, resulta do direito. Sem o dado jurídico, não há povo, exceto se for como ideologia, irrealidade, ficção, situações que interessam apenas a outras áreas do conhecimento. Em Schmitt, não é nada disso, absolutamente. Daí a aclamação ser compreendida como fenômeno democrático originário, pois se quem aclama é o povo, sua figura também está na origem, vejamos este ponto com maior cuidado.

Na *Teoria da Constituição* (1928), são encontradas as respostas para estas inquietações, na medida em que são revelados os conceitos-chave deste autor. Em primeiro lugar, o que Schmitt entende por Constituição não se resume a um conjunto de normas positivadas. Há um sentido absoluto e um sentido relativo. No primeiro, dizer Constituição do Estado é o mesmo que dizer da unidade política do povo, pois o ente estatal já nos havia sido apresentado como unidade política organizada, assim, nesse sentido, a Constituição significaria uma situação total de unidade e ordenação políticas. O sentido absoluto pode se remeter também a um sistema de normas fechado que assim designará uma unidade pensada como ideal. Nas palavras do autor: “Constituição em sentido absoluto pode significar, prontamente, a concreta maneira de ser resultante de qualquer unidade política existente.”<sup>76</sup> Já no sentido relativo, perdendo-se a dimensão do todo, da ordenação, da unidade, estariam as leis constitucionais e as prescrições legais que receberem esta alcunha.

Se a Constituição, em sentido absoluto, coincide com a situação concreta da unidade política e da ordenação social, fica claro que Schmitt não compartilha daquela definição dada por Kelsen. Uma vez que o Estado não tem uma Constituição, mas é uma Constituição, para identificar quem é o povo, a fórmula de submissão à mesma ordem jurídica estatal perde a eficácia.<sup>77</sup> Em Schmitt, o conceito de ordenação jurídica é formado por dois elementos, o elemento normativo de direito, mas também o elemento real de ordenação concreta. Tanto esta unidade quanto a ordenação residem na esfera política do Estado, a qual ganha toda a relevância. Este é o ponto de não concordância entre os dois autores, Schmitt deu à política um relevo que Kelsen recusou-se. Outro caso que exemplifica esta posição está na *Teologia Política* (1922), obra na qual a decisão aparece

---

<sup>76</sup> SCHMITT, *Teoría de la Constitución*, 1996, op. cit., p. 30. No original: *Constitución en sentido absoluto puede significar, por lo pronto, la concreta manera de ser resultante de cualquier unidad política existente.* (tradução livre)

<sup>77</sup> Cf.: “Una Constitución, en sentido de un Status idéntico a la situación total del Estado, nace naturalmente con el Estado mismo. Ni es emitida ni convenida, sino que es igual al Estado concreto en su unidad política y ordenación social. Constitución en sentido positivo significa un acto consciente de configuración de esta unidad política, mediante el cual la unidad recibe su forma especial de existencia.” *Ibid.*, p. 66.

como elemento jurídico, sublinho que se trata da decisão sobre a exceção, ou seja, não se pauta em normas positivadas. Ainda que todo o elemento normativo seja suspenso, o direito sobreviverá graças à decisão. Nas suas palavras: “A exceção é o que não pode ser subsumido; que desafia a codificação geral, mas que simultaneamente revela um elemento especificamente jurídico – a decisão absolutamente pura.”<sup>78</sup> Em esclarecimento presente no Prefácio da Teoria da Constituição, escrito por Olivier Beaud: “[...] a legitimidade da decisão procede unicamente da necessidade de decidir, de resolver o caso concreto.”<sup>79</sup> Assim, a decisão se mostra como um elemento jurídico não apenas por arbitrar o conteúdo da norma, mas também nas situações de exceção, quando não houver meio homogêneo, o direito continuará existindo exclusivamente graças a ela. Política e Direito foram assim essencialmente conectados.

Para este decisionista, a unidade de um Estado não é feita pela somatória de artigos da Constituição positivada, compondo-se sim pela existência política do povo. Na seguinte passagem se estabelece, por excelência, o contraste com a anteriormente anunciada postura de Kelsen: “a vontade do povo alemão – portanto, uma coisa existencial – funda a unidade política e jurídica, mais além das contradições sistemáticas, incongruências e obscuridades das leis constitucionais concretas.”<sup>80</sup>

O conceito positivo de Constituição aparece justamente significando a decisão de conjunto sobre o modo e a forma da unidade política, verifica-se assim até onde chegou o culto realizado pelo autor em torno deste aspecto decisório, sendo que será ele o de maior importância para que compreendamos sua percepção sobre o povo. Culto é a palavra exata para o caso, na medida em que na decisão de absoluta pureza, que se revela na exceção, originando-se do nada, tem-se mais um elemento mitológico, ainda que nesse caso, com uma profundidade teológica próxima do cristianismo, por ser equiparada ao milagre. Quando todas as normas estiverem suspensas, elas levam consigo sua racionalidade, por certo período o tempo natural deixa de existir, até que a normalidade seja novamente declarada por um soberano megalomaniaco, cuja ação quer ser semelhante a do Deus único.

---

<sup>78</sup> SCHMITT, **Political Theology**: Four Chapters on the Concept of Sovereignty, 1985, op. cit., p. 13. No original: The exception is that which cannot be subsumed; it defies general codification, but it simultaneously reveals a specifically juristic element- the decision in absolute purity. (tradução livre)

<sup>79</sup> BEAUD, D'Olivier. Préface. In: SCHMITT, Carl. **Théorie de la Constitution**. Traduit d'allemand par Lilyane Deroche. Paris: Presses Universitaires de France, 1993. p. 31. No original: la légitimité de la décision procede de la seule necessite de décider, de trancher le cas concret. (tradução livre)

<sup>80</sup> SCHMITT, **Teoría de la Constitución**, 1996, op. cit., p. 35. No original: la voluntad del Pueblo alemán – por tanto, una cosa existencial – funda la unidad política y jurídica, más allá de las contradicciones sistemáticas, incongruencias y oscuridades de las leyes constitucionales concretas. (tradução livre)

Bem, neste sentido positivo, a Constituição surge em virtude de um ato do poder constituinte, no qual não existem normas prévias, tudo que existe no instante da decisão é a vida concreta da unidade política, cuja forma e modo serão constituídos por meio deste ato. Na origem, está a decisão, depois dela aparecem as normas jurídicas, assim como as leis constitucionais concretas, mas antes de tudo precisa existir uma vontade política fundadora. Precisa, então, existir um povo em situação de recíproco reconhecimento, sua existência de fato como unidade política fundada por meio de um contrato social, de sociedade ou de Estado, tanto faz, precede sua existência jurídica. Para Schmitt: “a essência da Constituição não está contida em uma lei ou em uma norma. No fundo de toda normatividade, reside uma decisão política do titular do poder constituinte, então, do povo na democracia.”<sup>81</sup>

Da forma como consta na abertura deste tópico, o povo em Schmitt tem uma importância monumental.<sup>82</sup> “Todo o poder emana do povo”, a frase *slogan* estampada numa pluralidade de constituições mundo afora, incluindo a Constituição de Weimar, encontra em Schmitt uma evocação perfeita. Lembremos: o conceito de povo aliado ao mito da nação foi o casamento idealizado por este futuro fascista. Inclusive este *slogan* foi por ele interpretado como sendo uma prova incontroversa de sua teoria, uma vez que seria uma decisão política concreta, demonstrativa da forma política do povo, da base, enfim, que antecede e legitima todas as normas posteriores.<sup>83</sup>

Este grau de importância conferido ao povo, na teoria schmittiana, sempre valorizará suas formas naturais e espontâneas de manifestação, sua voz transmitida no espaço público é exercício pleno da democracia e tão mais necessário quanto mais vinculado estiver com as decisões fundamentais sobre sua existência comum. Como de costume, Schmitt associa seus conceitos fundamentais às situações extremas, de modo a reconhecer que em tempos pacíficos, serão incomuns as ocorrências de aclamação, pois o silêncio do povo é também uma expressão coletiva, significando, no caso, assentimento. Se algo desandar, o grito de “não” se legitima, esta negação projetada num tempo de crise

---

<sup>81</sup> SCHMITT, **Teoría de la Constitución**, 1996, op. cit., p. 47. No original: la esencia de la Constitución no está contenida en una ley o en una norma. En el fondo de toda normación reside una decisión política del titular del poder constituyente, es decir, del Pueblo en la Democracia. (tradução livre)

<sup>82</sup> Sobre o vínculo existe entre povo e Constituição, vejamos o que diz Schmitt: “En el Poder constituyente descansan todas las facultades y competencias constituidas y acomodadas a la Constitución. Pero él mismo no puede constituirse nunca con arreglo a la Constitución. El pueblo, la Nación, sigue siendo el basamento de todo el acontecer político, la fuente de toda la fuerza, que se manifiesta en formas siempre nuevas, que siempre saca de sí nuevas formas y organizaciones, no subordinando nunca, sin embargo, su existencia política a una formulación definitiva.” Ibid., p. 97.

<sup>83</sup> Cf. Ibid., p. 48.

demonstra que se deseja uma forma de existência diversa. Para ele, “a vontade constituinte do povo se manifesta sempre em um **sim ou não fundamental**, adotando desta maneira a decisão política que dá conteúdo à Constituição.”<sup>84</sup>

Em muitas de suas obras, como na *Teoria da Constituição* (1928) e na *Democrazia e Liberalismo – Referendum e proposta di legge* (1927), fica claro que o povo existe como unidade política e é isto que lhe confere importância. Essa unidade política é superior à realidade natural de agrupamentos humanos e comunidades e é ela como um todo que precisa ser representada por aquele que governa. Nas suas palavras: “A diferença consiste no fato de que todo Governo autêntico representa a unidade política de um povo não sua realidade natural.”<sup>85</sup> É por isso que a aclamação é importante, ela vem como medida de autenticidade, na medida em que por meio dela, o governo é aprovado ou rejeitado. Em síntese, ela visa ao fortalecimento da representação. Para Schmitt: “*um povo grita viva ou abaixo, exalta ou protesta, coloca abaixo alguém e proclama líder um outro.*”<sup>86</sup>

Mas por qual motivo, diante de todo o relatado, o tópico foi iniciado com a sugestão de que quem diz povo igualmente engana? Para responder a isto, se faz necessário pensar nas implicações da teoria de Carl Schmitt, como um todo. Em primeiro lugar, regressemos a uma de suas obras de maior relevância, *Teologia Política* (1922), nela retiramos a informação da incompetência caracterizante das constituições liberais por sua falta de zelo com o tema da exceção, responsáveis por desvincular o direito do cuidado que deve existir com o tema da soberania.<sup>87</sup> Assim, Schmitt, nobremente, constatando esta deficiência jurídica achou por bem assumir para si a tarefa de redimir o Estado do que ele poderia ter chamado de “praga liberal”.

A crise da República de Weimar ativou a sensibilidade deste jurista, leitor de Thomas Hobbes, intuitivamente preocupadíssimo com quadros de guerra civil. Schmitt viu na crise política do seu tempo, a não realização do binômio obediência/segurança e a

<sup>84</sup> SCHMITT, **Teoría de la Constitución**, 1996, op. cit., p. 100. No original: La voluntad constituyente del Pueblo se manifiesta siempre en su sí o no fundamental y adopta así la decisión política que da contenido a la Constitución. (tradução livre)

<sup>85</sup> Ibid., p. 211. No original: La diferencia consiste en que todo Gobierno autêntico *representa* la unidad política de un pueblo - no al pueblo en su realidad natural. (tradução livre)

<sup>86</sup> SCHMITT, **Democrazia e liberalismo**. 1. Referendum e iniziativa popolare, 2001, op. cit., p. 62. No original: il popolo grida viva o abbasso, esulta o brontola, butta giù qualcuno e proclama capo qualcun altro. (tradução livre)

<sup>87</sup> Cf.: “The contemporary theory of the state reveals the interesting spectacle of the two tendencies facing one another, the rationalist tendency, which ignores the emergency, and the natural law tendency, which is interested in the emergency and emanates from an essentially different set of ideas. That a neo-Kantian like Kelsen does not know what do with the exception is obvious.” SCHMITT, **Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty**, 1985, op. cit., p. 14.

consequente necessidade de dedicar-se ao tema da exceção. Foi o que fez com obras de grande peso, um ano antes da *Teologia Política*, já havia publicado *A Ditadura* (1921), inclusive menciona o fato de que o primeiro presidente da República de Weimar, Friedrich Ebert, usou extensivamente os poderes de emergência conferidos pelo artigo 48, da Constituição de 1919. Sua gestão desenvolveu-se de 1919 a 1925, portanto, no período em que o autor escreveu estas duas obras. Esta confluência histórica explica os motivos de Schmitt ter expressamente feito menção a este artigo 48, na *Teologia Política*, afirmando que nele tenta-se abranger o estado de exceção, mas limitando-o ao controle do Parlamento, o qual podia exigir sua revogação. Para Schmitt, este artigo é mais um sintoma liberal que se expressa em divisões de competência, controle recíprocos de órgãos, sempre empurrando a questão sobre quem decide de fato, pulverizando o poder em diversas instâncias, ignorando, sintomaticamente, o problema da soberania. Schmitt dedica-se à exceção, à ditadura e à soberania, para confrontar uma crise contemporânea, essa é uma observação que vem com o auxílio de montar este autor como a um mosaico, no qual o povo, o ditador, a exceção, a soberania e a decisão formam a imagem de conjunto, combinando-se sem lacunas.

De que forma? Simples, num contexto de exceção, quando todas as normas jurídicas forem suspensas, a legitimidade do poder será retirada diretamente do povo. Quando se compreende isso, tudo o mais se clarifica imediatamente, começando pela utilidade de conceber a Constituição num sentido absoluto, independente de codificações. Além disso, o vínculo direto entre povo e líder, num sistema de identidade, como se fosse este o princípio mais essencial da democracia, também é uma peça-chave, posto que o soberano que decidir sobre a exceção, tomará todas as outras decisões que forem necessárias, sem qualquer limitação, e isso é justificado pelo próprio interesse popular de vencer uma crise. É o que Schmitt afirma explicitamente:

A Constituição é intangível, ainda que as leis constitucionais possam ser suspensas durante o estado de exceção e violadas pelas medidas do estado de exceção. [...] Tudo isto não atenta contra a decisão política fundamental nem contra a substância da Constituição, ao contrário, serve precisamente em proveito da manutenção e subsistência da mesma.<sup>88</sup>

---

<sup>88</sup> SCHMITT, *Teoría de la Constitución*, 1996, op. cit., p. 50. No original: La Constitución es intangible, mientras que las leyes constitucionales pueden ser suspendidas durante el estado de excepción, y violadas por las medidas del estado de excepción. [...] Todo esto no atenta a la decisión política fundamental ni a la sustancia de la Constitución, sino que precisamente se da en servicio del mantenimiento y subsistencia de la misma. (tradução livre)

Este trecho da *Teoria da Constituição*, livro publicado seis anos depois da *Teologia Política*, mostra a confluência do pensamento do autor, a insistência no assunto do estado excepcional, sua frequente justificativa e legitimação, enquanto poder absoluto, no interesse da democracia. Foi escrito, sem pudores, que as leis constitucionais podem ser suspensas e até mesmo violadas, uma vez que a Constituição em si, a tal da decisão política fundamental, é intangível e, portanto, não é destruída pelo estado de exceção, ao contrário, ele vem em sua defesa. A restauração da ordem contra o caos é o seu motivo.<sup>89</sup> Para ele, deve-se diferenciar entre a destruição da Constituição e sua supressão, a primeira hipótese ocorreria apenas quando o poder constituinte que a originou é dissolvido junto com ela, assim sendo, golpes de Estado e mudanças constitucionais, por não dissolverem o poder constituinte, não destroem a Constituição.<sup>90</sup> Aplicando este raciocínio ao contexto histórico de Weimar, a conclusão que se tira vem com os melhores termos de John P. McCormick: “[...] a ordem política liberal é apresentada como algo tão corrompido pela ciência e pela tecnologia que a exceção e a ação ditatorial soberana de fato seriam redentoras.”<sup>91</sup> Confirmam-se assim as passagens finais do tópico precedente, o cenário de crise proporcionado pela ideologia liberal, no Estado de Direito, poderia ser redimido por meio da ditadura de exceção, quando haveria o retorno de uma figura que já tinha sido muito comum na Alemanha seiscentista, o soberano de poderes absolutos, com a diferença de que agora ele ressurgiu respaldado pela democracia e sem duração indeterminada.

A autoridade ilimitada do soberano acompanhada da suspensão normativa não significa que o direito deixe de existir, pois conforme já se expôs, a decisão pura é algo de jurídico e todos seus efeitos não desejam outra coisa que a restauração do meio homogêneo.<sup>92</sup> Tampouco seu contrário dialético é verdadeiro, esta teoria não quer a ressurreição de um estado absolutista, volto a afirmar que Schmitt chama a isso de afirmação democrática, afinal, se todo o poder emana do povo e essa é a decisão política

---

<sup>89</sup> Schmitt exemplifica com os plebiscitos napoleônicos, graças aos quais todas as violações constitucionais podiam ser corrigidas pelo assentimento do povo. Outro exemplo está nas revoluções francesas e golpes de Estado de 1848, 1851, 1852 e 1870, uma vez que ocorreu mudança constitucional com ruptura ou supressão das Constituições, porém mantendo-se o poder constituinte do povo francês. Cf. SCHMITT, **Teoría de la Constitución**, 1996, op. cit., p. 109/110. Parece-nos, entretanto, que Schmitt usa argumentos falaciosos, sobretudo, quando dá como exemplo os plebiscitos napoleônicos, afinal de contas, dificilmente se consegue apreender a verdadeira opinião pública, para saber seu grau de satisfação, quando ela se encontra subjugada por um tirano.

<sup>90</sup> Cf. *Ibid.*, p. 115.

<sup>91</sup> McCORMICK, **Carl Schmitt's Critique of Liberalism: Against Politics as Technology**, 1997, op. cit., p. 135. No original: liberal political order is presented as being so corrupted by science and technology that it is actually redeemed by the exception and the sovereign dictatorial action. (tradução livre)

<sup>92</sup> Para Schmitt: “[...] the legal order rests on a decision and not on a norm.” SCHMITT, **Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty**, 1985, op. cit., p. 10.

fundamental, aquele que se identifica com ele, retira dessa condição seu poder ditatorial, não se faz necessário um sistema de fiscalização e controle, toda a legitimidade necessária a esse soberano carismático é concedida pelo povo.<sup>93</sup> A solução final de Schmitt pode, por este motivo, ser chamada de democracia plebiscitária ou governo por aclamação, sua concretude depende da eficácia dos símbolos, das imagens mitológicas por ele criadas para moldar o que de irracional existe no homem, esculpindo-o em torno do seu objetivo.

Este vínculo entre teologia e política foi muito bem descrito por Carlo Galli:

[...] a fé democrática na onipotência do povo é o equivalente secularizado do argumento teológico segundo o qual toda autoridade deriva de Deus. E esta imanência imediata – culminante na *acclamatio* do povo como *Dasein* autoevidente e incontestável, que é a verdadeira expressão da opinião pública.<sup>94</sup>

Para finalizar este raciocínio, uma vez que o reconhecimento de uma Constituição se dá quando ela contiver as decisões políticas fundamentais sobre a forma da existência política de um povo, tudo que for necessário para preservá-la se relaciona com violência e hostilidade. Lembremos que a função do Estado é a de proporcionar segurança, protegendo um modo de vida, salvaguardando, então, justamente a existência política concreta de um povo, ou seja, sua Constituição e sua capacidade de distinguir os amigos dos inimigos. Os argumentos de Schmitt querem provar aos seus contemporâneos que a ideologia liberal coloca em risco tudo isso, sendo uma ameaça imensa à democracia, por ser incapaz de realizá-la substancialmente, sua continuidade poderia resultar numa guerra civil, quando todos os males políticos e econômicos são acompanhados pelo risco de uma morte violenta. Incutindo o medo no povo, a intenção é a de que ele se insurja contra o governo, para derrubar um líder e aprovar outro, um que seja carismático, que declare a exceção, tornando-se assim soberano, podendo decidir livremente até chegar o momento de declarar a normalidade. Um redentor que salve seus subordinados e os mantenha em segurança, representando a totalidade da nação, tudo isso, volta-se a dizer, por meio do governo por aclamação.

<sup>93</sup> Compensa o comentário de Augustin Simard: “L’acclamation est, pour Schmitt, l’élément moteur de la légitimité démocratique. En ce sens, l’identité ne relève ni d’une norme constitutionnelle, ni d’un état de fait empirique, mais d’une pure affirmation autonome.” SIMARD, Augustin. **La loi désarmée**: Carl Schmitt et la controverse légalité/légitimité sous Weimar. Québec: Les Presses de l’Université Laval, 2009. p. 162.

<sup>94</sup> GALLI, Carlo. **Genealogia della politica**: Carl Schmitt e la crisi del pensiero politico moderno. Bologna: Il Mulino, 1996. p. 538. No original: la fede democratica nell’onnipotenza del popolo è l’equivalente secolarizzato dell’argomento teologico secondo il quale ogni autorità deriva da Dio. E questa immanenza immediata - culminante nell’*acclamatio* del popolo come *Dasein* autoevidente e incontrovertibile, che è la vera espressione dell’opinione pubblica. (tradução livre)

### 1.3 A finalidade da aclamação

O povo que aclama é a imagem central que amarra a teoria política weimariana de Carl Schmitt. Talvez seja possível acusá-la de excessivamente abstrata, pois o autor não se preocupou em citar exemplos históricos que lhe consolidassem o argumento, o que se percebe, ao invés disso, é a presença deste conceito na condição de emblema, pura teoria, algo bonito de se imaginar, um povo no espaço público, vivenciando uma experiência de alteridade, na qual não importa o que quer o indivíduo, tudo o que interessa é o que quer o grupo, em estado de empatia, comunhão, comunidade, expressando sua consciência política coletiva, para se afirmar como unidade. Aliás, é interessante observar a frequência com que esse jurista católico utiliza a palavra *unidade*, sua repetição efusiva não é fortuita, o uno formado pelo povo tem a ver não apenas com sua constituição suficientemente homogênea, mas com sua ligação com o líder, tão ideal que se constitui uma só coisa. A unidade do Estado, então, a unidade do povo, a unidade política que é a unidade normativa para o agrupamento amigo/inimigo, a representação perfeita, o contrário dialético do estado liberal, quando o uno se faz plural e perde toda a consistência.

Por que gritar viva ou abaixo, exaltar ou protestar, colocar abaixo alguém e proclamar líder outro? Porque todo poder emana do povo, conforme se viu no tópico anterior, a decisão política fundadora sendo dele, faz com que a aclamação seja o fenômeno democrático originário. Este é o emblema belíssimo. Recuperemos neste ponto, uma passagem já citada do autor, para que seja possível interpretá-la: “Efetivamente a verdadeira atividade, capacidade e função do povo, o núcleo de toda expressão popular [...] é a aclamação, **o grito de aprovação ou de recusa da massa reunida.**”<sup>95</sup> Há um ponto revelador nesta assertiva de que a aclamação é a verdadeira função do povo. Aqui a beleza do emblema começa a perder um pouco de sua suntuosidade. Função do povo? O que isso pode representar numa teoria política? O engodo mencionado anteriormente precisa ter seu esclarecimento enfatizado.

No mosaico das obras de Carl Schmitt, o poder de exceção é o conceito-chave, por via de consequência, a reinserção do problema da soberania no Estado e no direito. Ora, se cabe ao povo a decisão política fundamental, é correto ver neste jurista um

<sup>95</sup> SCHMITT, **Democrazia e liberalismo**. 1. Referendum e iniziativa popolare, 2001, op. cit., p. 62. No original: Infatti la vera attività, capacità e funzione del popolo, il nucleo di ogni espressione popolare, il fenomeno democratico originario, ciò che anche Rousseau ha prospettato come vera democrazia, è l'acclamazione, il grido di approvazione o di rifiuto della massa riunita. (tradução livre)

vigoroso defensor da soberania popular? É uma pergunta pertinente, afinal se todo poder emana do povo, ele é o verdadeiro soberano? Não, *soberano é quem decide sobre a exceção*. Aqui a voz não tem que ser coletiva, mas individual, o verdadeiro líder aparece no momento de crise, quando a aclamação ganha importância, não por si, mas por sua função de contribuir para a criação de um Estado forte. John P. McCormick definiu bem este quadro:

[...] a situação excepcional é aquela que clama pela vinda de um potencialmente todo-poderoso soberano que não apenas deve resgatar a ordem constitucional de uma crise política em particular, mas também carismaticamente geri-la valendo-se de seus próprios procedimentos constitucionais.<sup>96</sup>

A função do povo é a de acolher um líder carismaticamente. Sobre isso é relevante colocar que John P. McCormick reconheceu neste “carisma” a recepção feita por Schmitt da teoria de Max Weber, trazendo-nos inclusive a informação de que a *Teologia Política* havia sido originalmente dedicada a este sociólogo.<sup>97</sup> Dito de forma concisa, a definição de carisma elaborada por Weber se relaciona com o aparecimento de um líder natural, sobretudo em épocas de dificuldade, cuja força de transformação simbólica (conquistada pela posse de um dom excepcional – físico ou espiritual) consegue superar os constrangimentos impostos por regras burocráticas, por autoridades racionais ou por qualquer outro modelo de rotina institucional, tradicional. Com os melhores termos de H. H. Gerth e C. Wright Mills:

Weber reproduziu esse conceito de Rudolf Sohm, historiador da igreja e jurista de Estrasburgo. O carisma, significando literalmente “dom da graça”, é usado por Weber para caracterizar o líder auto-indicado, seguido pelos que estão em desgraça e seguem-no por acreditarem ser ele extraordinariamente dotado. Os fundadores das religiões mundiais e os profetas, bem como os heróis militares e políticos, são os arquétipos do líder carismático. Milagres e revelações, feitos heroicos de valor e êxitos

---

<sup>96</sup> McCORMICK, **Carl Schmitt's Critique of Liberalism**: Against Politics as Technology, 1997, op. cit., p. 122. No original: the exceptional situation is that which calls for the emergence of a potentially all-powerful sovereign who must not only rescue a constitutional order from a particular political crisis but also charismatically deliver it from its own constitutional procedures, procedures. (tradução livre)

<sup>97</sup> Cf. Ibid., p. 135. O mesmo recordado por Augustin Simard: “On sait que le constitutionnaliste Carl Schmitt s’est réclamé de Max Weber depuis qu’il a assisté à son dernier séminaire de l’hiver 1919-1920 à Munich, mais on oublie souvent que le texte qui allait devenir sa Théologie politique, hormis le dernier chapitre, a d’abord été publié dans cet ouvrage collectif à la mémoire du maître disparu. [...] Entremêlant un sens de la dette et un désir de subversion, la relation que la pensée schmittienne noue à cette occasion avec l’œuvre de Max Weber s’avère complexe, trop complexe en tout cas pour être ressaisie au moyen d’une filiation simple.” SIMARD, **La loi désarmée**: Carl Schmitt et la controverse légalité/légitimité sous Weimar, 2009, op. cit., p. 64.

surpreendentes são marcas características de sua estatura. O fracasso é sua ruína.<sup>98</sup>

Este líder político agraciado que conquista os “que estão em desgraça”, revolucionando, movimentando a história, trazendo para si obediência espontânea, em razão dos dons excepcionais que possuiria, sem dúvida alguma, lembra muito o tipo de líder, de representante, de soberano que Schmitt pretendeu construir. Trata-se de uma forma de recepção, como colocou John P. McCormick, talvez meramente uma inspiração, uma interlocução velada, não sei. A questão é que a autoridade política capaz de encarnar uma vontade coletiva foi explorada e debatida por estes dois autores, atentos para estas personalidades capazes de interagir com o maior número possível de pessoas, com o intuito de criar uma visão partilhada, homogeneizando-as de forma suficiente, para assim liderá-las na acepção pura do termo. Conforme Weber: “Sua pretensão carismática [do líder] entra em colapso quando sua missão não é reconhecida por aqueles que, na sua opinião, deveriam segui-lo.”<sup>99</sup> Sua autoridade não decorre de códigos e estatutos, vindo diretamente da confiança popular nele depositada, graças ao exercício eficiente dos seus dons excepcionais, no cumprimento de sua missão. O mesmo para Schmitt, daí o fundamento do seu conceito de aclamação, o grito que interfere na permanência de determinado representante, no poder.

Outra semelhança é a seguinte, o carisma em Weber: “[...] faz que um soberano rompa todas as normas tradicionais ou racionais: ‘Está escrito, mas eu vos digo’.”<sup>100</sup> O mesmo para o soberano que declara a exceção, suspendendo toda a ordem normativa vigente, decidindo com base em seu próprio arbítrio.

Definitivamente Schmitt não propôs uma cópia do líder carismático weberiano, mesmo porque Weber desconfiava das massas, desconfiava dos impulsos da multidão, de sua irracionalidade emocional, de sua fraqueza quanto às manipulações demagógicas, enfim, nos seus escritos de maturidade posteriores à primeira Guerra Mundial, ocorre seu progressivo distanciamento e ceticismo quanto ao “carisma”, quanto às formas não ordinárias de exercício da política, em favor do elitismo, da seleção dos melhores por via democrática legítima. Weber acaba por se tornar crítico deste líder carismático radical, capaz de quebrar a tradição anterior, enxergando-o como um elemento perigoso.

<sup>98</sup> GERTH, H. H.; MILLS, C. Wright. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Max Weber**: Ensaio de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 70.

<sup>99</sup> GERTH, H. H.; MILLS, C. Wright (org.). **Max Weber**: Ensaio de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 285.

<sup>100</sup> *Ibid.*, p. 288.

Por isso que contrariamente a John P. McCormick, Andreas Kalyvas não concorda com aproximações feitas entre estes dois autores, para ele: “[...] não só não existe nenhuma evidência textual, nos escritos de Schmitt, concernente ao carisma ou à legitimidade carismática, mas também estas interpretações deixam de mencionar os casos em que o autor despreza o conceito de carisma como sendo irracional e subjetivo.”<sup>101</sup> Ainda que se respeite o posicionamento de Kalyvas, que inclusive na obra citada, *Democracy and the Politics of the Extraordinary: Max Weber, Carl Schmitt, and Hannah Arendt* (2008), procurou redimir Schmitt historicamente, muitas vezes defendendo-o de supostos mal entendidos de seus críticos, para assim extrair de sua teoria elementos construtivos a uma política do extraordinário, acredito que existiu sim uma recepção “do carisma weberiano”, uma recepção que moldou o conceito até transformá-lo. Ainda assim as semelhanças já demonstradas são fortes o suficiente para que consigamos visualizar o modelo original. Esta pesquisa opta pela via interpretativa de John P. McCormick, para quem: “A categoria weberiana do carisma pode ser a chave para compreender Schmitt, porque é apenas na qualidade de uma figura carismática que o ditador soberano pode, possivelmente, ser visto para afastar um regime constitucional do perigo da técnica.”<sup>102</sup>

Schmitt que, diferentemente de Weber, não desconfiava das massas, fez a defesa da presença popular no espaço público, na qualidade de alternativa radical para as eleições, o oposto da farsa proporcionada pelo modelo de voto individual e secreto, quando apenas preferências privadas seriam firmadas, dentro de uma cabine, às escondidas. A aclamação nos é apresentada como exercício real da democracia, nem que seja para a escolha de um ditador. O seguinte trecho é bastante expressivo:

Povo é um conceito que apenas adquire existência na esfera *pública*. O povo se manifesta apenas no público, inclusive o produz. Povo e coisa pública existem juntos; não se dá o primeiro sem a segunda. E, em realidade, o povo produz o público mediante sua *presença*.<sup>103</sup>

---

<sup>101</sup> KALYVAS, Andreas. **Democracy and the Politics of the Extraordinary**: Max Weber, Carl Schmitt, and Hannah Arendt. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 158. No original: not only is there no textual evidence in Schmitt's writings concerning charisma or charismatic legitimacy, but these interpretations also fail to mention those cases in which he scorned the concept of charisma as being irrational and subjective. (tradução livre)

<sup>102</sup> MCCORMICK, Carl **Schmitt's Critique of Liberalism**: Against Politics as Technology, 1997, op. cit., p. 136. No original: Weber's category of charisma may hold the key to Schmitt, because it is only as a charismatically imbued figure that the sovereign dictator can possibly be seen to deliver a constitutional regime from the danger of technicity. (tradução livre)

<sup>103</sup> SCHMITT, **Teoría de la Constitución**, 1996, op. cit., p. 238. No original: Pueblo es un concepto que sólo adquire existencia en la esfera de lo *público*. El pueblo se manifiesta sólo en lo público; incluso lo produce. Pueblo y cosa pública existen juntos; no se dan el uno sin la otra. Y, en realidad, el pueblo produce lo público mediante su *presencia*. (tradução livre)

Schmitt afirma que é a ideologia do individualismo liberal que contradiz o princípio político da democracia, pois é no espaço público que se deve fazer política. Nas ruas, o homem pode ser cidadão, se torna capaz de pensar e agir coletivamente, por ser apenas o emissário de propósitos que transcendem seus objetivos individuais, já na votação secreta o cidadão se reduz a um homem privado, que vota em conformidade com seus próprios interesses e opiniões. Então, para ele: “O sufrágio secreto significa que o cidadão que vota se encontra isolado no momento decisivo. [...] O povo já não elege e vota como povo.”<sup>104</sup> Tanto o Estado quanto o público se privatizam.

Sua crítica ao voto secreto é apenas uma extensão de suas considerações a respeito do princípio da identidade e da representação. Um povo em situação de autoreconhecimento e dotado de consciência política é um dos princípios político-formais, então, se o que deveria ser público se privatiza, este princípio em sua essência se deteriora. A aclamação assume a forma de uma opinião de fato pública,<sup>105</sup> já o sufrágio secreto seria tão somente uma soma de opiniões privadas, em razão da qual deixaria de existir o que talvez seja a principal base da democracia: a vontade geral. Outra vantagem comparativa estaria no fato de que às ruas, aclamar, iriam aqueles realmente envolvidos nos assuntos públicos, manifestariam com maior eficiência a consciência política da qual seriam portadores. Comparecer ao processo eleitoral e externar um voto secreto, não exigiria porém interesse político algum, sendo suficiente um gesto mecânico e irreflexivo. John P. McCormick nos explica o que faz Schmitt: “seu desdém pelo quantitativo e pelo técnico; seu desejo por uma mais verdadeira, ou, como ele costuma dizer, mais ‘vital’ forma de representação; o parlamentarismo foi por ele abandonado.”<sup>106</sup>

No emblema por meio do qual Schmitt revestiu o povo, os movimentos de rua adquirem uma faceta virtuosa embasada neste conceito de aclamação. A produção de tudo

---

<sup>104</sup> SCHMITT, **Teoría de la Constitución**, 1996, op. cit., p. 239. No original: El sufragio secreto significa que el ciudadano que vota se encuentra aislado en el momento decisivo. [...] El pueblo ya no elige y vota como pueblo. (tradução livre)

<sup>105</sup> Há passagens em que Schmitt especifica que, modernamente, a aclamação aparece enquanto opinião pública: “La opinión pública es la forma moderna de la aclamación. Es quizá una forma difusa, y su problema no está resuelto ni para la Sociología, ni para el Derecho político. Pero su esencia y su significación política estriban en que puede ser interpretada como aclamación. No hay ninguna Democracia, ni ningún Estado, sin opinión pública, como no hay ningún Estado sin aclamación. La opinión pública aparece y subsiste 'inorgánica'; sería despojarla de su naturaleza, igual que con la aclamación, hacer de ella una especie de función oficial. Pero no quiere decirse con esto que surja de la nada, misteriosamente. La influyen, y también la hacen, partidos o grupos. Pero eso no puede reconocerse legalmente y hacerse oficial; queda siempre, en algún sentido, incontrolado.” Ibid., p. 241.

<sup>106</sup> MCCORMICK, **Carl Schmitt's Critique of Liberalism: Against Politics as Technology**, 1997, op. cit., p. 174. No original: his disdain for the quantitative and the technical; his desire for a truer, or what he now calls more 'Vital' form of representation; his abandonment of a parliamentarism. (tradução livre)

o que for público depende de que o povo esteja presente e reunido, este é o seu postulado político básico. Tão forte é essa presença que nem mesmo a influência de partidos, demagogos, imprensa, oradores ou o que quer que seja, pode ser forte a ponto de descaracterizar a opinião pública desta maneira formada. Sendo forte o princípio da identidade, a consciência política terá maior peso do que qualquer outra força que pretenda exercer efeito reverso.

Feitas estas considerações, o emblema é decifrado, o engodo de Schmitt está em valorizar o povo não pelo o que ele é, mas por sua função. Ele não foi um adorador das massas, um defensor da soberania popular, pura e simplesmente foi um jurista que pensou a crise política do seu país e retomou como alternativa o debate sobre a exceção, por trás de todas as belas palavras, imagens, ponderações, está um raciocínio prático e imediato, sem grandes devaneios. Se ele diz povo, diz também líder, nação, poder absoluto e decisão, sempre uma palavra precisa ser combinada ao seu contexto, do contrário perde seu aspecto gramatical e se converte em símbolo.

#### **1.4 Aclamação e democracia**

Schmitt não nada contra a maré, aproveita-se dela da melhor maneira possível, enquanto pensador político sabe que no curso da história, a vitória da democracia perante a monarquia foi definitiva, seu realismo o fez pensar em soluções compatíveis com o modelo vitorioso. Esta é uma característica marcante dos seus escritos weimarianos, quando seu esforço hermenêutico se concentrou na análise da Constituição vigente. No texto, *A Crise da Democracia Parlamentar* (1923), ao enquadrar o parlamentarismo como um sistema que não realiza a democracia, o autor nos garante que esta crítica é seguida pelas mais diversas linhas de pensamento, de direita, de esquerda, anarquista, todas elas concordantes sobre as deficiências parlamentares, o que as diferenciaria tão somente seria a alternativa proposta.

Schmitt quer recuperar o prestígio do político, conectando-o ao direito, conectando-o também ao Estado, valorizando-o contra um governo que o usaria apenas como fantasia, aparência de representação, quando em realidade os únicos interesses em jogo seriam os dos partidos políticos e os da economia. A discussão e a publicidade são

apresentadas como princípios de fachada, já que as decisões relevantes seriam tomadas secretamente, transformando o Estado num aparato técnico, vazio e neutro. No liberalismo, o Estado se reduziria à função de serventuário armado, então, uma burocracia militarizada que deve garantir ordem, protegendo o que cada um consegue graças ao seu próprio mérito, sem interferir demais na vida do seu cidadão, deixando-o livre.

Aliás, este fascínio pelas “liberdades”, para o autor, é sacralizado por normas constitucionais voltadas ao bem estar do indivíduo, contrastantes com as amarras, freios e contrapesos que prendem os diversos braços do Estado, não mais grande monstro bíblico, talvez se muito uma engrenagem gigantesca, bem vigiada e desprovida de alma, como qualquer outra máquina.<sup>107</sup>

Na ideologia criticada, a liberdade do homem é tida por ilimitada, algo que existia desde antes do Estado, portanto, este último, por não poder lesá-la, deveria restringir sua atuação ao que fosse expressamente permitido por lei. Trata-se de uma limitação que se exprime nos direitos fundamentais e no princípio da divisão de poderes, *standard* da liberdade burguesa, e presentes como elementos constituintes do moderno Estado de Direito. A luta de classes entre a burguesia e a aristocracia fez com que a classe vitoriosa tenha desejado uma teoria política cujo jogo de contrastes se dê com a monarquia absoluta. O Estado de Direito veio significando a negação do Estado de força, seu objetivo era o de defender uma ordem jurídica pautada nas já comentadas liberdades do homem, sublinhando a mais significativa delas, a de ter e gozar da propriedade privada. Neste esquema, o Estado foi castrado, de modo algum poderia dar ordens arbitrárias, todos seus comandos deveriam seguir os parâmetros estabelecidos pelo princípio da legalidade: leis impessoais, neutras e que não fossem a expressão de uma vontade, mas o fruto de um procedimento prefixado.<sup>108</sup> Evitou-se também o risco de que um líder almeje para si excesso de poder, cuidando-se para que na estrutura do Estado uma instância controle e vigie a outra, burocraticamente. Por isso tantas críticas de Schmitt se destinarem ao descuido da soberania, a bem da verdade, não é do interesse desta constituição que exista um soberano, quer-se impedir o retorno de um monarca absoluto.

---

<sup>107</sup> Para Schmitt, no Estado burguês de Direito: “El Estado aparece como el servidor, rigurosamente controlado, de la sociedad; queda sometido a un sistema cerrado de normas jurídicas o, sencillamente, identificado con ese sistema de normas, así que se convierte en sólo norma o procedimiento.” SCHMITT, **Teoría de la Constitución**, 1996, op. cit., p. 137.

<sup>108</sup> Cf.: “En este Estado “imperan las leyes”, no los hombres ni las autoridades. Más exactamente: las leyes no imperan, se limitan a regir como normas. Ya no hay poder soberano ni mero poder. Quien ejerce uno y otro, actúa “sobre la base de una ley” o “en nombre de la ley” Se limita a hacer valer en forma competente una norma vigente.” SCHMITT, Carl. **Legalidad y legitimidad**. Traducción de Jose Diaz Garcia. Madrid: Aguilar, S. A. de Ediciones, 1971. p. 4/5.

Em 1932, no texto *Legalidade e Legitimidade*, face à progressiva queda vivenciada pela Constituição de Weimar, Schmitt recoloca o problema do descuido da legitimidade: “Quando neste sistema [parlamentar de legalidade hermeticamente fechada], são empregadas palavras como ‘legítimo’ ou ‘autoridade’, elas apenas são postas como expressão da legalidade e como consequência dela.”<sup>109</sup> Trata-se assim de uma identificação entre Estado e lei, de modo que apenas perante este conjunto se deva obediência.

Todas as liberdades - de reunião, de imprensa e de expressão - sintetizam a atividade negocial burguesa, útil ao exercício de qualquer uma das profissões liberais e por este motivo presentes também como limitadoras do Estado. Schmitt soube identificar o lado hipócrita deste sistema, no qual quem não queira ou não possa seguir os comandos apontados pela mão invisível é imediatamente marginalizado, tornando-se: “[...] inofensivo de um modo não violento e ‘pacífico’, ou concretamente falando, deixá-lo morrer de fome caso ele não se sujeite por sua livre vontade.”<sup>110</sup>

Um sistema tão individualista, afirma o autor, só pode ser vinculado à democracia quando se faz dela um conceito aberto, cujo mérito de ter sido uma ideia vitoriosa na negação da monarquia absoluta é aproveitado por uma pluralidade de teorias políticas, cada uma oferecendo a ela um sentido diferente. Uma pluralidade de significados convivendo num único termo, como se em razão disso se transformasse numa alegoria - uma palavra possuidora de diferentes interpretações, uma aparência que não se alia ao seu conteúdo. Quando se escuta a palavra democracia é necessário empreender um esforço de interpretação, para descobrir qual é o verdadeiro significado que ela possui para determinada teoria política. Foi o que foi feito no tópico precedente, no qual se demonstrou que a democracia, para Schmitt, é o governo por aclamação que pode ser viabilizado por meio de uma ditadura nacionalista.

Aliás, foi este mesmo autor que reconheceu a polêmica deste conceito, que já havia sido ligado e identificado com “liberalismo, socialismo, justiça, humanidade, paz e reconciliação dos povos”.<sup>111</sup> Assumindo para si a tarefa de purificá-lo, ousou na afirmação de que o Estado parlamentar liberal tem analogias com a anterior forma monárquica, sendo

<sup>109</sup> SCHMITT, *Legalidad y legitimidad*, 1971, op. cit., p. 14. No original: Cuando en este sistema se emplean todavía palabras como ‘legítimo’ o ‘autoridad’, solo se emplean como expresión de legalidad y como derivadas de ella. (tradução livre)

<sup>110</sup> SCHMITT, *O Conceito do Político*, 2009, op. cit., p. 52.

<sup>111</sup> SCHMITT, *Teoría de la Constitución*, 1996, op. cit., p. 223. No original: liberalismo, socialismo, justicia, humanidad, paz y reconciliación de los pueblos. (tradução livre)

que no lugar dos soberanos absolutistas, teriam passado a existir os empresários capitalistas privados, senhores absolutos de suas empresas.<sup>112</sup> Analogia também com a aristocracia, caso as eleições sejam compreendidas como uma forma de se selecionar os melhores, como se fosse um processo de competição, no qual os eleitos coincidiriam com os homens superiores. Mostrando ranços monárquicos e aristocráticos, Schmitt quer enfatizar que o parlamentarismo é incapaz de realizar a democracia.<sup>113</sup> Neste sistema, a economia usurpou o papel que outrora foi do Estado, enquanto unidade política organizada, cuja categoria amigo/inimigo não deveria sofrer interferências de qualquer outra área.

O resultado da purificação empreendida por Schmitt já se conhece, o que resta do polêmico conceito de democracia é uma série de identidades, muito embora o reconhecimento de que elas nunca serão absolutas, por isso já ter sido afirmado, neste capítulo, que não é o caso de se desejar um povo completamente homogêneo, mas suficientemente. “A vontade do povo é naturalmente sempre idêntica à vontade do povo [...] quando um único indivíduo, mesmo sem eleições, encarna a vontade desse povo, ou é de algum modo aclamado por ele.”<sup>114</sup> O problema da formação da vontade é coincidente com o da essência da democracia, na busca pela melhor forma de efetivar aquelas identidades e assim conquistar uma representação de fato eficiente.

Esta é uma questão bastante interessante, pois se são diversos os mecanismos que atuam sobre o povo, qual será que Schmitt está usando? Naturalmente esta resposta só pode ser obtida mediante a interpretação do seu pensamento, ele chega a citar alguns meios que moldam a vontade popular, quais sejam, força militar e política, propaganda, imprensa, organizações partidárias, reuniões, educação do povo, escolas.<sup>115</sup> Justamente para se colocar acima, na qualidade de observador político “imparcial”, o que ele usa não é citado: o mito. Já se discorreu sobre isso em outra oportunidade, o mito da nação é o seu mecanismo para moldar a vontade popular dentro do seu propósito político. Reforça-se que o povo é o emblema de Schmitt, cuja função é a de legitimar democraticamente o governo,

---

<sup>112</sup> Cf. SCHMITT, **A crise da democracia parlamentar**, 1996, op. cit., p. 25.

<sup>113</sup> Cf.: “Utiliza construcciones monárquicas para robustecer el Ejecutivo, es decir, el Gobierno, y contrapesarlo con el Parlamento; aplica las ideas aristocráticas para un cuerpo representativo y, en algunos países, también en el sistema bicameral; utiliza concepciones democráticas del poder de decisión del Pueblo, no representado, sino votando directamente, sobre todo para transferir al Pueblo en votación directa la decisión en caso de conflicto entre Parlamento y Gobierno, con lo que el Pueblo aparece frente a uno y otro como el tercero superior y como portador del equilibrio.” SCHMITT, **Teoría de la Constitución**, 1996, op. cit., p. 295.

<sup>114</sup> SCHMITT, **A crise da democracia parlamentar**, 1996, op. cit., p. 27.

<sup>115</sup> Cf. *Ibid.*, p. 29.

daí a relevância daquela afirmação: “Nenhum Estado sem povo, nenhum povo sem aclamação.”<sup>116</sup>

Com a introjeção deste mito, a esperança de Schmitt é a de ver consolidado seu conceito de democracia, na identidade entre povo e líder, por isso que a vontade transmitida por aclamação é mais digna do que aquela proveniente das eleições, nas quais a participação é restringida aos titulares de direitos políticos. Volto a repetir que se trata do mito da nação contra o mito do mundo sem Estados. O mais engraçado de tudo isso é que Schmitt critica o teórico bolchevique que deseja a suspensão da democracia, em prol da verdadeira democracia,<sup>117</sup> quando, em realidade, é a mesma coisa que ele deseja. Marx e Schmitt criticaram a influência do poder econômico, os dois também teorizaram sobre uma ditadura intermediária que traria um novo rumo. No entanto, este é o limite de suas semelhanças, mais do que isso foi tentado por Herrera, em sua obra *A política dos juristas* (2012), no capítulo final que tenta aproximar Schmitt do marxismo, mostrando o interesse que este sentiu pela política bolchevique, em especial pela figura de Lênin, como consta na seguinte passagem: “[...] digo que o pensador alemão reconhece em Lênin uma das características que havia desvelado em sua análise da Igreja romana.”<sup>118</sup> A postura desta pesquisa, porém, se alinha com o posicionamento de Carlos Galli, para quem: “[...] tendo em comum com Marx o inimigo liberal, apreciando nele a concretude da visão da sociedade e do confronto final entre burguesia e proletariado, Schmitt diferencia-se de Marx.”<sup>119</sup>

De qualquer maneira, em última instância, nem proletários nem a massa de amigos, a ideia *lato senso* de democracia foi concretizada historicamente pela burguesia liberal, esta classe detentora de instrução e propriedade opôs o povo ao rei. O Parlamento veio como a realização prática desta oposição, afirmando-se como a comissão que

<sup>116</sup> SCHMITT, **Democracia e liberalismo**. 1. Referendum e iniziativa popolare, 2001, op. cit., p. 63. No original: Nessuno Stato senza popolo, nessun popolo senza acclamazioni. (tradução livre)

<sup>117</sup> Cf. SCHMITT, **A crise da democracia parlamentar**, 1996, op. cit., p. 30.

<sup>118</sup> HERRERA, Carlos Miguel. **A Política dos Juristas: Direito, liberalismo e socialismo em Weimar**. Tradução de Luciana Caplan. São Paulo: Alameda, 2012. p. 157.

<sup>119</sup> GALLI, **Genealogia della politica: Carl Schmitt e la crisi del pensiero politico moderno**, 1996, op. cit., p. 52. No original: Nondimeno, pur avendo in comune con Marx il nemico liberale, pur apprezzando in Marx la concretezza della visione della società e dello scontro finale fra borghesia e proletariato, Schmitt si differenzia da Marx. (tradução livre) Cf.: “Così, se Marx e Schmitt condividono la convinzione che sia la dittatura e non la mediazione istituzionale la verità della politica, lo fanno con significato e fine diversi, dato che l’equiparazione marxiana di democrazia e dittatura è orientata a un processo emancipatorio (che accenna oltre la politica), e non a una finalità formativa e ordinativa (tutta segnata dal ‘politico’) come avviene in Schmitt; quindi, la critica al parlamentarismo in nome della democrazia non è condotta da Schmitt contrapponendo la verità dell’emancipazione democratica all’inganno dell’istituzione, ma, al contrario, sulla base della convinzione che il parlamento non è in grado di assolvere il compito - ineludibile anche nella democrazia - della decisione e della rappresentazione ordinativa.” Ibid., p. 52/53

representa o povo, dada a impossibilidade de reuni-lo completamente, para tomar decisões. Schmitt afirma que isso é uma bobagem, pois se a democracia está na representação, justamente uma única pessoa, ao invés de uma comissão, poderia fazer a mesma coisa. Para ele, tomar decisões em nome do povo é algo que pode ser feito até no cesarismo. Hans Kelsen indo além nesse debate admite que em todas as constituições que pregam o modelo parlamentar, não existe uma norma que fixe o mandado imperativo, o que faz com que o Parlamento seja, do ponto de vista jurídico, independente do próprio povo. Admite que a representação é ficcional, tendo por fim legitimar o Parlamento como democrático, ou seja, como algo que existe em benefício da soberania popular.<sup>120</sup> Kelsen viu utilidade nessa ideia, já Schmitt, se o questionássemos sobre isso, restringiria essa utilidade a uma classe social específica, aquela que está acostumada a pensar no inimigo como um parceiro de debates, alguém para se discutir horas a fio, até que se obtenha a síntese e idealmente o acordo mútuo. Parlamento é isso, um órgão de representação nacional que exerce seu papel, por meio da discussão pública. Pensamentos em estado de livre concorrência se submeteriam a esta arena para formar a vontade do povo. O viés econômico do liberalismo aplicado ao modo de se fazer política: “[...] o surgimento da verdade num conflito livre de opiniões, como a harmonia surgida naturalmente a partir de uma competição.”<sup>121</sup>

Schmitt afirma que a liberdade de expressão e sua publicidade estão no mesmo balaio liberal e garante que tudo isso não é política. É negociação mercantil, mas política de jeito nenhum. Política precisa ser pública e passar o dia expressando opiniões próprias ainda é uma atividade privada, um exercício do homem para treinar seus argumentos, caso seja submetido a um debate. Nada que autorize a imagem da *ágora*, cujo centro é ocupado por um Sócrates irônico, uma vez que sem o céu das verdades eternas, o que se tem, no liberalismo, seria apenas a concorrência privada de quem pode estar mais certo do que o outro, para que o melhor vença.

Assim, dentro do Parlamento, os representantes seriam os gladiadores de opiniões, cujo escudo ganha o formato das imunidades parlamentares. Fora dele, um povo da mesma forma plural, iluminado pela liberdade de imprensa, também estaria autorizado a expressar livremente suas opiniões e elas seriam consideradas periodicamente pelo poder público, pois se trata do direito ao voto, cujo exercício secreto explicita exatamente esta ideia criticada repetidas vezes ‘privacidade, individualismo e isolamento’, modo burguês liberal típico de organizar um Estado.

<sup>120</sup> Cf. KELSEN, **A Democracia**, 2000, op. cit., p. 114/115.

<sup>121</sup> SCHMITT, **A crise da democracia parlamentar**, 1996, op. cit., p. 35.

O que o autor propõe é uma substituição, ao invés da ênfase na liberdade, colocar a igualdade em primeiro plano. Para tanto, volta a ser importante aquela sua percepção do povo como massa de amigos, indivíduos dotados de consciência política e vontade nacional, iguais, portanto. A igualdade não é algo geral que se vincule a toda raça humana, isso já ficou muito claro por tudo o que foi discutido, a democracia purificada por Schmitt é uma forma política sempre dirigida ao interior das fronteiras, equalizando todos os súditos, bem como identificando os que mandam e os que obedecem.

A prioridade liberal colocada no homem faz com que tampouco o Parlamento seja um poder absoluto, ele vem na condição de poder legislativo, num contexto em que o poder em si é repartido e balanceado. Na democracia, quer-se transmitir a convicção de que o estado somos nós, não uma única instância ou uma única pessoa. Em igual medida, quer-se retirar da lei sua arbitrariedade monárquica e fazer dela algo de geral, especificado apenas diante do caso concreto; integradora por não possuir lacunas; definida previamente, para que se tenha segurança.

A criação de leis impessoais é tarefa do Parlamento - dos representantes da nação, no interesse exclusivo desta. A vitória da democracia liberal, por ter se estabelecido contra comandos arbitrários, destituiu a autoridade, em sentido hobbesiano, do ato de se fazer a lei, no seu lugar colocou a verdade ou ao menos a verdade presumida que nasce com o debate. Para Schmitt:

O Parlamento é o local onde se *delibera*, isto é, onde se obtém a verdade relativa num processo discursivo, por meio da discussão de argumentos e contra-argumentos. Como o Estado precisa de uma maioria de poderes, cada entidade parlamentar precisa de uma maioria de partidos.<sup>122</sup>

Publicidade e discussão fazem o Parlamento, melhor dizendo, são os princípios que fundamentam o Parlamento, uma vez que por meio de ambos se atingiria a tal da verdade relativa supramencionada. Atingir-se-ia, mas não se atinge, quanto a isso, o verbo não poderá sair de sua conjugação no futuro do pretérito, pois a influência da economia e dos interesses partidários impossibilitam sua realização. Não é a primeira vez neste capítulo que se afirma que Schmitt ri diante da crença na discussão pública, para ele não há nada mais risível do que acreditar que o mecanismo real de funcionamento parlamentar se dê com base nela. A prática mostra que não se concretiza isso de parlamentares empenhados num jogo de argumentação, réplica, tréplica e consenso final. Cem léguas disso, o que se efetiva são decisões tomadas a portas fechadas, por comissões, sem

<sup>122</sup> SCHMITT, **A crise da democracia parlamentar**, 1996, op. cit., p. 45.

nenhuma publicidade e nem sequer debates, uma vez que o pano de fundo seriam os já comentados interesses partidários e econômicos.<sup>123</sup> A seguinte passagem ilustra com exatidão esta crítica:

[...] o marco da atividade parlamentar, o que se desenvolve à luz do dia é apenas uma formalidade vazia, já que as decisões recaem em detrimento do público, poderá quicá o Parlamento cumprir funções úteis, porém deixou de ser o representante da unidade política do povo.<sup>124</sup>

Concluindo pela falta de fundamento e sentido da democracia parlamentarista, este hobbesiano dos anos 20, ao mostrar a crise do Estado liberal, recupera o valor da máxima “*Autoritas, non Veritas, facit Legem*”, aquele que decreta a exceção, o soberano, suspende toda essa gama de leis gerais, impessoais e sem lacunas, que na hora mais importante, de crise, perdem a eficácia, não conseguindo se manter sem o meio homogêneo. Neste momento, tudo o que conta é a já comentada decisão pura, cujo verdadeiro fundamento está na unidade política do povo. O soberano que assim emerge decide no interesse da Constituição, em sentido absoluto, quer restaurar a ordem, superar as tormentas provocadas pelos erros, falhas e subterfúgios que a teoria liberal proporcionou ao Estado, rumo ao governo por aclamação.

### 1.5 A representação verdadeira

O Parlamento deixou de representar a unidade política do povo, esta foi a afirmação de Schmitt citada nos momentos finais do tópico precedente. Se interpretado ao pé da letra, o trecho isolado dá a impressão de que, nalgum passado glorioso, a representação chegou a se constituir. A visão de contexto ensina, porém, que o verbo “deixar” foi empregado no sentido de se deixar uma crença, pois quando se percebe que o

<sup>123</sup> Cf.: “La situación actual del parlamentarismo alemán se caracteriza por el hecho de que la formación de la voluntad estatal tiene que apoyarse sobre mayorías parlamentarias lábiles, que se modifican de un momento a otro, y en las que participan grupos numerosos de partidos heterogéneos. La mayoría sigue siendo solamente una mayoría de coalición, completamente diversa según los distintos aspectos de la lucha política —política exterior, política económica, política social, política cultural—.En una palabra, este Estado de partidos democrático-parlamentario es un Estado de partidos en coalición lábil.” SCHMITT, Carl. **La Defensa de la Constitución**. Traducción directa del alemán por Manuel Sanchez Sarto. Madrid: Editorial Tecnos, S.A., 1983. p. 150.

<sup>124</sup> SCHMITT, **Teoría de la Constitución**, 1996, op. cit., p. 208. No original: el marco de la actividad parlamentaria lo que se desenvuelve a la luz del día es sólo una formalidad vacía, ya las decisiones recaen a espaldas de lo público, podrá quizá el Parlamento cumplir todavía algunas funciones útiles, pero ha dejado de ser representante de la unidad política del pueblo. (tradução livre)

princípio da discussão pública, em realidade, é substituído por uma formalidade vazia, deixa-se de concebê-lo como órgão de tal modo representativo. E isso desde antes de sua forma democrática, na medida em que pouco após, na *Teoria da Constituição*, Schmitt afirma que durante a Monarquia constitucional alemã, o Parlamento representou o povo sem chegar a representar sua unidade política.<sup>125</sup> Há uma distinção importante, conclui-se, para cuja elucidação cabe recordar que, para este autor, um governo autêntico<sup>126</sup> não é aquele que representa o povo em sua realidade natural, essa é impalpável, abstrata, amorfa. A autenticidade é uma decorrência de ser a unidade política representada, pressupondo-se, assim, a existência de um povo capaz de atuação política, identificado consigo mesmo, portador de vontade nacional, essa identificação recíproca geraria uma unidade que é política por pautar-se na distinção entre amigos e inimigos.

Por surpreendente que seja, o flerte intelectual de Schmitt não se deu apenas com Thomas Hobbes, há aproximações com o pensamento de Rousseau, por exemplo, a defesa da vontade geral (expressa na aclamação) em detrimento da vontade de todos (soma de vontades particulares de toda a população, sem que seja possível extrair uma unidade quanto aos hábitos, costumes e posicionamentos), distinguindo-se assim a voz do povo unificado da voz da multidão. Nosso autor também cita o *Contrato Social* (1762), com a alegação de que o povo não pode ser representado,<sup>127</sup> para disto concluir que o que se representa é a unidade política. O povo em si mesmo impõe sua presença sem mediações, afinal produz o público. A aclamação é exatamente isso, um povo reunido, manifestando-se politicamente.

Nenhum Estado, qualquer que seja sua forma política, monarquia, democracia ou aristocracia, pode privar-se da representação, uma vez que a unidade política para se fazer presente como identidade real necessita ser representada. A representação verdadeira não tem caráter normativo, não está encerrada num procedimento, é algo existencial. Para Schmitt: “representar é fazer perceptível, atualizando um ser imperceptível mediante um

<sup>125</sup> Cf. SCHMITT, *Teoría de la Constitución*, 1996, op. cit., p. 211.

<sup>126</sup> Explica-se que, para Schmitt, não é qualquer órgão que consegue ser representativo: “sólo quien gobierna tiene parte en la representación.” Ibid., loc. cit.

<sup>127</sup> Esta ideia de Rousseau está presente como um todo no *Contrato Social*, mas para efeito de conferência, destaca-se a seguinte passagem: “Afirmo, pois, que a soberania, não sendo senão o exercício da vontade geral, jamais pode alienar-se, e que o soberano, que nada é senão um ser coletivo, só pode ser representado por si mesmo. O poder pode transmitir-se; não, porém, a vontade.” (livro II, I – a soberania é inalienável) ROUSSEAU, J.J. *Do Contrato Social*. Tradução de Lourdes Santos Machado. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1983. p. 43/44.

ser de presença pública.”<sup>128</sup> O governante autêntico é, então, aquele que ao representar a unidade política, consegue conferir a ela uma aparência concreta, perceptível e digna de sua importância.

Sendo esta a função, o representante não existe sem o representado, o que politicamente significa a impossibilidade de se ignorar a unidade política do povo, um governo que o fizer permitirá que o Estado perca seu conteúdo mais que sua legitimidade. O público é colocado como condição da representação, o que é o mesmo que dizer que a publicidade depende da existência do povo. O ser de presença pública representa quando torna visível e expõe a unidade política em sua totalidade, não há, pois, representação que possa ser feita às escondidas, não há interesse privado que possa ser abrigado por este conceito.

Há um vínculo necessário entre o governante autêntico e a unidade política, que na democracia equivale à identidade entre o governante e o governado, o primeiro compreendido como um ser fabuloso, independente, graças ao qual a unidade se faz perceptível. Esta tarefa não é pouca coisa e, por via de consequência, assumi-la significa deter um incrível poder político. Do que se pode inferir que o desejo de Schmitt, em definir qual é a representação verdadeira, implica numa luta política, que deteriora uma forma para colocar outra em seu lugar. Conceituar a representação significa associar um governo com a verdade, com a autenticidade.

Os dois princípios político-formais, a identidade e a representação, formam a base para o Estado, cuja força dependerá do sucesso nesta vinculação. Sendo este o argumento, conclui-se que da incapacidade do liberalismo de representar a unidade política, o que se tem é uma explicação para a crise estatal vivenciada, cuja solução depende de que aquele equilíbrio seja redefinido.

Quanto à representação verdadeira, há necessidade de um breve comentário sobre as considerações do autor a respeito da Igreja Católica. Sua religiosidade manifestase em mais de uma obra, muito embora tenha sido excomungado em 1926, por motivos maritais, seu catolicismo teve diversas repercussões no campo político. Tanto assim que no *Catolicismo Romano e Forma Política* (1923), afirma que o princípio da representação foi perfeitamente realizado pelo catolicismo, cuja supremacia formal perante a matéria da vida

---

<sup>128</sup> SCHMITT, *Teoría de la Constitución*, 1996, op. cit., p. 209. No original: representar es hacer perceptible y actualizar un ser imperceptible mediante un ser de presencia pública. (tradução livre)

humana viria na condição de essência de sua *complexio oppositorum*, prova de seu contraste com o pensamento técnico e econômico dominante.<sup>129</sup>

O conceito de natureza é o ponto de atrito entre o sagrado e o profano, de modo que a antítese é feita pela imagem ideal de uma natureza coincidente com a razão e uma natureza em sentido material que foi transformada pela indústria e pela técnica. O catolicismo romano concebe a natureza dentro deste seu primeiro sentido, para ele, esta oposição entre o mundo selvagem e o mundo das cidades não entra no conceito. A concepção espiritual de todo o universo superaria uma distinção tão mecânica cuja utilidade se restringiria aos interesses da economia. Superior a tudo isso, o catolicismo, na visão de Schmitt, concentra-se em encontrar a direção normativa para a vida humana em sociedade, o que lhe confere um sentido jurídico de organização. Não apenas jurídico, como também político, sempre ao lado da razão.

A representação verdadeira consumada pela Igreja Católica é aquela que o Papa realiza com relação a Cristo. Não se trata de alguém que possua um cargo, na qualidade de funcionário ou comissário, mas de um indivíduo cuja missão foi determinada previamente por Cristo. Trata-se por isso do soberano do Estado da Igreja, cuja magnitude não tem nada a ver com poderes econômicos ou militares, sua força e sua autoridade decorrem apenas daquilo que representa. Para nosso autor, a Igreja: “Representa a *civitas humana*, expondo em cada momento o nexa histórico com a Encarnação e o sacrifício na cruz de Cristo, representa o próprio Cristo em pessoa, o Deus feito homem na realidade histórica.”<sup>130</sup> Na representação perfeita efetivada pela Igreja Católica, encontra-se, portanto, sua superioridade perante toda uma época em que, face ao domínio do pensamento econômico, a ideia de representação perdeu o relevo. Conforme se viu, o Parlamentarismo é tampouco capaz de representar a unidade política. Para Schmitt, na esfera econômica, tanto o homem de negócios quanto o intelectual são anônimos que servem a uma empresa, sem representar coisa alguma.<sup>131</sup>

Trata-se, segundo José Luis Villacañas, de propor um meio em que a comunidade política se assemelhe à comunidade eclesial, para que seu representante crie: “[...] com decisão uma *complexio oppositorum* capaz de atender as exigências

<sup>129</sup> Cf. SCHMITT, Carl. **Catolicismo Romano y Forma Política**. Traducción y notas de Pedro Madrigal. Madrid: Editorial Tecnos (Grupo Anaya, S. A), 2011. p. 10.

<sup>130</sup> Ibid., p. 23/24. No original: Representa a la *civitas humana*, expone en cada momento el nexa histórico con la Encarnación y el sacrificio en la cruz de Cristo, representa al propio Cristo en persona, al Dios hecho hombre en la realidad histórica. (tradução livre)

<sup>131</sup> Cf. Ibid., p 25.

contrárias da vida social, em sua plena realização, neutralizando seu radical enfrentamento até o ponto de se evitar a forma do conflito civil.”<sup>132</sup>

A representação autêntica, então, torna perceptível aquilo que representa, tem este propósito de dar visibilidade, isso faz com que tanto Deus quanto o povo, além de abstrações como liberdade e igualdade, possam se tornar conteúdo de uma representação. Ambos, representante e representado, possuem uma dignidade especial, portanto, humana. Apenas homens podem ser representantes, e quanto ao ser representado, ainda que seja uma ideia, personifica-se no momento da representação.

Uma vez que o que se representa é a unidade política e não o povo, onde ele entra nesse raciocínio? Apesar desta questão já ter sido respondida indiretamente, cabe reforçá-la com a seguinte imagem: “Diante de autômatos e de máquinas, nada pode ser representado.”<sup>133</sup> Assim, o povo faz o público e uma vez que não existe representação sem publicidade, ele adquire grande importância deste fato.

Finalizando esta abordagem, Schmitt argumenta que a Igreja Católica passou a ser o único reduto do pensamento político, anulado por uma época que colocou a economia em supremacia absoluta. Passou a deter o monopólio deste poder, mais até do que o detido durante a Idade Média. Mas esta não é a situação ideal, compreendida por este católico que certamente conhecia as palavras do próprio Cristo, a respeito do seu reino não ser neste mundo, assim como a distinção entre aquilo que pertence a Deus e o que é de César. Por tudo isso, Schmitt lamenta esta realidade, lamenta que ao lado da Igreja não exista um Estado também capaz de ser político, lamenta que não possa haver interlocução entre representantes verdadeiros. E é deste seu lamento que nasce sua teoria da representação, no interior da qual, a figura de autoridade do presidente tem um especial enfoque, tal como consta na seguinte passagem:

[...] O presidente do Reich tem um contato direto com o povo. É colocado como um homem que reúne em si a confiança de todo o povo, por cima dos limites e do marco das organizações e burocracias dos partidos; não como homem de partido, senão como o homem de confiança de todo o povo.<sup>134</sup>

<sup>132</sup> VILLACAÑAS, José Luis. **Poder y Conflicto**: Ensayos sobre Carl Schmitt. Madrid: Biblioteca Nueva, 2008. p. 142. No original: [...] con decisión una complexio oppositorum capaz de atender a las exigencias contrarias de la vida social en su plena concreción, neutralizando su radical enfrentamiento hasta el punto de evitar la forma del conflicto civil. (tradução livre)

<sup>133</sup> SCHMITT, **Catolicismo Romano y Forma Política**, 2011, op. cit., p. 27. No original: Delante de autómatas y de máquinas no puede representarse nada. (tradução livre)

<sup>134</sup> SCHMITT, **Teoría de la Constitución**, 1996, op. cit., p. 333. No original: El Presidente del Reich tiene un contacto directo con el Pueblo. Está ideado como un hombre que reúne en si la confianza de todo el Pueblo por encima de los límites y del marco de las organizaciones y burocracias de los partidos; no como hombre de partido, sino como el hombre de confianza de todo el Pueblo. (tradução livre)

O autor prossegue afirmando que, na Constituição de Weimar, a eleição presidencial é muito superior a qualquer outra, apresentando-se na qualidade de uma *aclamação autêntica*. Este posicionamento presente na obra de 1928 torna-se mais enfático em 1931, quando foi publicado *O Guardião da Constituição*, versando sobre a primazia do presidente do *Reich* para executar a função estampada no título. O homem escolhido (democraticamente pela totalidade do povo alemão) é colocado na condição de salvador do Estado legislativo constitucional, “cujo órgão legislativo está dividido de modo pluralista, liberando-o de um pluralismo anticonstitucional.”<sup>135</sup> A unidade política por ele representada contrapõe-se a estes agrupamentos pluralistas de âmbito social e econômico, sobrepondo-se a eles. Inclusive, o texto constitucional o autoriza a dissolver o Parlamento, em certas circunstâncias.

O protetor da Constituição, o verdadeiramente eleito é o *Reichspräsident*, sua luta se dá em redimir a instabilidade provocada pelo Estado de coalizção partidária, por este motivo é definido como alguém independente e político-partidariamente neutro.<sup>136</sup> Esta pessoalidade do poder e da representação induziram Schmitt à preferência pelo presidencialismo, o que também se conecta à sua concepção de identidade entre o líder e o povo. Angariar a confiança popular significa carisma, significa alguém cuja personalidade favoreça empatia, porque ela, sobretudo em momentos de crise, será essencial para legitimar o conteúdo da decisão. Melhor dito: Schmitt formula uma concepção plebiscitária de legitimidade. Quando toda norma estiver suspensa, chega o momento de afirmar a teoria deste autor, para quem a unidade do Reich não decorre dos 181 artigos da Constituição de 1919, mas sim da existência política do povo alemão.<sup>137</sup> A exceção põe em destaque a importância de um líder carismático, de um homem querido por seu povo, aclamado e escolhido por ele.

Muito embora na interpretação de Denis Trierweiler: “Se a salvação de Weimar depende do estabelecimento de um Estado autoritário dirigido por um presidente

<sup>135</sup> SCHMITT, *La Defensa de la Constitución*, 1983, op. cit., p. 210. No original: cuyo órgano legislativo está dividido de modo pluralista, liberándolo de un pluralismo anticonstitucional. (tradução livre)

<sup>136</sup> Cf.: “El Presidente del Reich se halla en el centro de todo un sistema — construido sobre fundamentos plebiscitarios— de neutralidad e independencia respecto de los partidos políticos. A él está condicionada la ordenación política del actual Reich alemán, en la misma medida en que las tendencias del sistema pluralista dificultan y aun llegan a hacer imposible un normal funcionamiento del Estado legislativo.” *Ibid.*, p. 249.

<sup>137</sup> Para McCormick: “This strategy of justifying presidential dictatorial action on the basis of the preconstitutional sovereign will of the people and not the principles embodied within the constitution itself becomes more pronounced after Schmitt formulates his constitutional theory in the 1928 book of that name, *Verfassungslehre*, along precisely these lines, and as he seeks a solution to the Weimar republic's most severe crisis, in his books published in the wake of devastating economic depression and widespread political unrest in the early thirties, *Der Hüter der Verfassung und Legalität und Legitimität*.” MCCORMICK, *Carl Schmitt's Critique of Liberalism: Against Politics as Technology*, 1997, op. cit., p. 143.

eleito por plebiscito, estamos lidando com uma forma degenerada de constituição, que perde todo elemento jurídico, tornando-se mitológica.”<sup>138</sup>

Em síntese, a solução que o autor encontra para a crise vivenciada por seu país é o avesso de uma imparcialidade apolítica, ele quer um Estado cuja política seja bem informada, que vise aos interesses da coletividade e, acima de tudo, que seja capaz de tomar decisões, sempre mantendo o pressuposto básico de que “um Governo que se apoie em fundamentos democráticos e encontre aprovação e aclamação do povo é mais robusto e eficaz que qualquer outra classe de Governo.”<sup>139</sup> Trata-se mais uma vez do apelo ao povo para justificar os poderes conferidos ao presidente do *Reich*, perante as instâncias legislativas.

Apelo ao povo, comunhão com o povo, saber escutar a verdadeira voz do povo, é difícil escolher qual destas palavras realmente expressam o que quis Carl Schmitt com sua concepção de representação autêntica. De qualquer maneira, sua teoria foi fundamentada como sendo equivalente não a um desejo próprio, mas a uma interpretação do que diz o texto constitucional de 19, o qual, segundo ele: “**pressupõe a nação alemã inteira como uma unidade apta para a ação de um modo direto.**”<sup>140</sup> A recusa de mediações demonstra a maioria desse povo que saberia por si expressar o que quer, impondo sua vontade nos momentos decisivos. A unidade que vence o pluralismo por meio do agir direto. A unidade que se torna perceptível quando é representada. A missão assumida pelo *Reichspräsident*, uma vez escolhido pelo todo, é a de exprimir aquela vontade, atuando “em consequência como protetor e guardião da unidade constitucional e da integridade da nação.”<sup>141</sup> Dito isto fica fácil escolher a palavra ideal para exprimir a finalidade exposta no início do parágrafo: encarnação. Há certamente um tom religioso. “Tornar-se carne”, então, o grupo, a homogeneidade, o modo e a forma da unidade política que se tornam visíveis na medida em que são representados pelo homem eleito (e aclamado). O homem que finalmente encarna a capacidade de agir direto possuída pela

---

<sup>138</sup> TRIERWEILER, Denis. Georges Sorel et Carl Schmitt: D'une théorie politique du mythe à l'autre. In: ZARKA, Yves Charles. **Carl Schmitt ou le mythe du politique**. Paris: Presses Universitaires de France (Débats philosophiques), 2009. p. 37. No original: Si c'est là sauver Weimar que d'instaurer un État autoritaire dirigé par un président élu par plébiscite, on a affaire à une forme dégénérée de constitution, qui n'a plus rien de juridique, mais qui est mythique. (tradução livre)

<sup>139</sup> SCHMITT, **La Defensa de la Constitución**, 1983, op. cit., p. 188. No original: un Gobierno que se apoye en fundamentos democrático y encuentre la aprobación y aclamación del pueblo es más robusto y eficaz de cualquier otra clase de Gobierno. (tradução livre)

<sup>140</sup> Ibid., p. 250. (Grifo nosso). No original: presupone la nación alemana entera como una unidad apta para la acción de un modo directo. (tradução livre)

<sup>141</sup> Ibid., p. 251. No original: en consecuencia como protector y guardián de la unidad constitucional y de la integridad de la nación. (tradução livre)

nação alemã, que se comungue com ela, que estabeleça uma aliança, fazendo com que o Estado, conceituado como *status* político de um povo, sobreviva. Desta encarnação que nasce toda a relevância que tem o grito do povo reunido.

## 1.6 O homem que aclama

No apagar das luzes da República de Weimar, em 1932, com o texto *Legalidade e Legitimidade*, poucas linhas abrem uma fissura gigantesca na teoria política de Carl Schmitt. Fica a dúvida se é o caso de uma contradição entre o ânimo demonstrado, em obras precedentes, sobre a democracia ou se é apenas uma adaptação, na medida em que a progressiva decadência de Weimar estava prestes a promover a ascensão de Hitler. O fato é que enquanto as normas constitucionais perduraram, com validade, o pensamento de Schmitt procurou emoldurar-se aos preceitos democráticos, porém, no texto de 32, encontramos a seguinte afirmação: “não existe nenhuma democracia sem o pressuposto da bondade do povo e de que, portanto, sua vontade constitui um motor suficiente.”<sup>142</sup>

Ora, é o caso de concluir que Schmitt, por ter teorizado sobre democracia, adotou essa imagem de um povo bondoso? Quem é afinal o homem que aclama? Neste capítulo, esta é a última pergunta a se fazer, de modo que com base no trecho citado será possível avaliar a coerência deste autor no que se refere à democracia.

A título introdutório, menciona-se que este princípio antropológico ainda que nem sempre esteja explícito no texto, com frequência, faz parte do seu argumento central, funcionando como elemento decisivo a consideração de que em sua essência a natureza humana possui determinada tendência espontânea, num sentido sumário, sem precisar ser ético ou moral. Esta tendência não se reduz a aspectos transitórios do que se pode tomar por bondade ou maldade, há um certo consenso de que um homem mau é aquele que oferece risco aos demais, fazendo prevalecer a vontade imposta por seus instintos e desejos físicos, em detrimento do interesse coletivo, corrompendo-se facilmente. A bondade seria o oposto de tudo isso, um homem virtuoso, capaz de ser bem educado racionalmente, em prol de uma existência pacífica entre seus pares.

---

<sup>142</sup> SCHMITT, *Legalidad y legitimidad*, 1971, op. cit., p. 37. No original: no existe ninguna democracia sin el presupuesto de la bondad del Pueblo y de que, por tanto, su voluntad constituye un móvil suficiente. (tradução livre)

Analisando este princípio a partir de sua aplicação em outras teorias, Schmitt observa, em primeiro lugar, que: “Toda ideia política, de uma forma ou de outra, assume uma posição sobre a natureza do homem e pressupõe que ele seja naturalmente bom ou mau.”<sup>143</sup> Concluindo disso seu esquema de classificação que se passa a expor. Na ‘ala da bondade’, não estariam apenas os teóricos democratas supracitados, como também os anarquistas, para quem a corrupção se restringiria ao magistrado, ou seja, o homem é colocado como essencialmente bom e toda a maldade decorreria das relações de poder, emanariam da autoridade, seja ela de cunho religioso ou laico. Também os iluministas, por verem no povo algo a se moldar, pela via da educação, homens rudes porém passíveis de transformação, pelo cultivo racional. Já os marxistas, colocariam nesta questão uma importância menor, pois vista como consequência das condições econômicas, sendo que transformadas as relações de classe, o resto viria por si.

Teóricos liberais tenderiam a se aliar à concepção da bondade natural, com o intuito específico de impedir o Estado de interferir excessivamente no desenvolvimento do homem, devendo vir ao seu auxílio, sem pretender castrá-lo. A sociedade sendo capaz de funcionar por si mesma precisaria do Estado tão somente para o exercício de funções específicas, todas elas submetidas ao princípio da legalidade.

Quanto à ‘ala da maldade natural’, Schmitt se lembrou dos católicos, uma vez que geralmente a doutrina cristã parte do dogma do pecado original,<sup>144</sup> ou seja, concebe o homem como tendo sido criado à imagem e semelhança de Deus, portanto, originalmente bom, mas posteriormente corrompido, na queda, devido à tentação que não conseguiu evitar. Destaque para Hobbes, por todos os motivos já expostos no início deste capítulo. Além de Joseph de Maistre e Donoso Cortés, ambos católicos e críticos da moral humana, a ponto de que no caso de Cortés, sua opinião foi extrema: “[...] todas as palavras das linguagens humanas não bastam para expressar a completa baixeza desta criatura.”<sup>145</sup>

<sup>143</sup> SCHMITT, **Political Theology**: Four Chapters on the Concept of Sovereignty, 1985, op. cit., p. 56. No original: Every political idea in one way or another takes a position on the ‘nature’ of man and presupposes that he is either ‘by nature good’ or ‘by nature evil’. (tradução livre)

<sup>144</sup> Sobre este aspecto, compensa a digressão feita por Heinrich Meier: “En concordancia consigo mismas se hallan aquellas teorías que concuerdan con el dogma fundamental del pecado. Schmitt sólo puede reconocer a éstas como “teorías políticas genuinas”. Sólo ellas pueden, en el mejor de los casos, hacerle justicia a la realidad de lo político, porque lo político encuentra en el pecado original su justificación más profunda.” MEIER, Heinrich. **Carl Schmitt, Leo Strauss y el Concepto de lo Político**: sobre un diálogo entre ausentes. Traducido por Alejandra Obermeier. Buenos Aires: Katz Editores, 2008. p. 83 Nesta outra passagem, o autor é mais enfático sobre Schmitt: “El pecado original es el punto en que se sustenta y en torno del cual gira su profesión de fe antropológica.” Ibid., p. 88.

<sup>145</sup> SCHMITT, **Political Theology**: Four Chapters on the Concept of Sovereignty, 1985, op. cit., p. 58. No original: [...] all words in every human language do not suffice to express the complete lowness of this creature. (tradução livre)

Entre outros pensadores, a citar, Maquiavel, Bossuet, Fichte, H. Taine e Hegel, todos estes de um modo ou de outro, segundo Schmitt, conceberam a natureza humana como problemática.

Em linhas gerais, é bastante comum que filósofos políticos construtores de uma teoria autoritária partam da demonstração de que os homens são naturalmente maus, devendo ser contidos, por isso que autores anarquistas seguem no caminho oposto, para fundamentar a independência do homem perante um poder central opressor. E quanto a Schmitt? Bem, no *Conceito do Político* (1932), ele afirma que o decisivo “é a resposta à questão se o homem é um ser ‘perigoso’ ou inócuo, um ser portador de um risco ou inofensivamente sem riscos.”<sup>146</sup> O perigo, então, que oferece socialmente será a medida de sua maldade. Portanto, tendo a antropologia uma importância política tão grande, resta encontrar qual foi a resposta de Schmitt a esta decisiva questão.

Deixemos de um lado a lupa, pois não será necessário que façamos um esforço monumental de interpretação, a resposta é muito clara, seja em razão de ter encontrado inspiração teórica em Hobbes, Donoso e Joseph de Maistre, seja devido a maneira como conceituou o político, seja, ainda, por sua adoção do princípio da proteção em troca de obediência. Tudo, na teoria política de Schmitt, enfatiza a importância da segurança, de modo que justamente contra a tendência liberal de neutralizar o Estado, Schmitt quer politizá-lo e isso implica na consideração da guerra como possibilidade sempre presente. Para ele: “Permanece a notável constatação, para muitos, certamente, inquietante, de que todas as teorias políticas autênticas pressupõem o homem como “mau”, ou seja, consideram-no como um ser de modo algum aproblemático, e sim como ‘perigoso’ e dinâmico.”<sup>147</sup>

Reintroduzindo o perigo da morte violenta como consequência do pluralismo do Parlamento (reflexo de uma sociedade igualmente plural e individualista) e da incapacidade de gestão do Estado liberal, cuja crise trouxe de volta a ameaça da guerra civil. Schmitt induz as pessoas a um medo primitivo, também utilizado por Hobbes, com o intuito de gerar o consenso de que os braços fortes de uma autoridade podem trazer salvação, amparo e paz dentro da unidade política. Faz isso mostrando que o inimigo não só existe como é vital para a política e enfatiza que a natureza humana é problemática, o que aparece como uma premissa de trabalho em relação a qual tudo o mais deriva. Em síntese, para ele, “o desenrolar das ideias políticas não podem tomar um ‘otimismo’

<sup>146</sup> SCHMITT, *O Conceito do Político*, 2009, op. cit., p. 63.

<sup>147</sup> *Ibid.*, p. 66.

antropológico como ponto de partida.”<sup>148</sup> Recomendação por ele seguida estritamente, ao criar uma teoria cuja normalidade assemelha-se ao estado de natureza hobbesiano. Joseph W. Bendersky generaliza e afirma quanto a Schmitt que: “[a] visão pessimista sobre o homem era o centro de toda sua filosofia política.”<sup>149</sup>

Fossem os homens anjos, a previsão anarquista se concretizaria, de modo que todos os políticos sofreriam aposentadoria compulsória, uma vez tornados inúteis. Mais que pessimismo antropológico, seria o caso de ver em Schmitt a tentativa de consolidar um realismo do ponto de vista político, para afirmar que se o inimigo existe, o perigo é real, logo, toda teoria que não assuma isso estaria na contramão de um Estado bem sucedido e forte.

Relembrando a frase já citada de Proudhon, aquele que “diz humanidade, pretende enganar.”<sup>150</sup> O que neste contexto vem significando que todas as abstrações que são utilizadas para legitimar um discurso de guerra não passam disso, abstrações, que mascaram interesses concretos de grupos antagônicos. Por isso que quando se fala em aclamação, ela não significa de jeito nenhum a perseguição de interesses humanitários. A humanidade em Schmitt é restringida ao seu conceito de povo, à massa de “amigos” detentora de vontade nacional. A ausência de universalismo, neste pensamento, se explica por estar ele arraigado pela presença do Estado, em nenhum momento, ao menos em seus escritos weimarianos, Schmitt exclui essa gigantesca estrutura política. Ao contrário, conforme se abordou no final do tópico precedente, se a Constituição de Weimar admite a capacidade do povo alemão de agir diretamente, sem mediações, admite em igual medida que cabe ao *Reichspräsident* se aliar à vontade nacional, sendo ele o protetor da Constituição.

Agora voltemos ao princípio. Se não há democracia sem a concepção do povo como bondoso, se a aclamação foi colocada como fenômeno democrático originário, se a concepção de Schmitt sobre o homem é a de vê-lo em sua natureza problemática, como conciliar estas oposições? É impossível. Foram afirmações feitas em momentos distintos, a revelar uma série de transformações no autor, talvez motivadas pelo oportunismo de abandonar a democracia tão logo tenha percebido a inevitabilidade da ascensão do *Führer*. Talvez nunca tenha sido democrático o pensamento político de Carl Schmitt. Talvez tudo

<sup>148</sup> SCHMITT, *O Conceito do Político*, 2009, op. cit., p. 69/70.

<sup>149</sup> BENDERSKY, Joseph W. *Carl Schmitt: teorico del Reich*. Traduzione e edizione italiana a cura di Maurizio Ghelardi. Bologna: Il Mulino, 1989. p. 120. No original: [...] visione pessimista del l'uomo era al centro di tutta la sua filosofia politica. (tradução livre)

<sup>150</sup> SCHMITT, *O Conceito do Político*, 2009, op. cit., p. 59.

que ele pretendeu, desde o início, foi criar uma teoria que favorecesse a empatia entre líder e povo e tudo o mais não tenha passado de um meio para legitimar seu raciocínio. Talvez nunca tenha se importado com a democracia, talvez tenha se arrependido quando sua teoria foi confrontada com a existência real de um regime de exceção. Talvez. Tudo que temos são cogitações, Carl Schmitt não está aqui para que o questionemos, seja como for, deixou um legado gigantesco em obras, cabendo-nos tão somente o esforço de interpretá-las, pois qualquer que seja o real sentido que possuam, abordam um tema sempre atual, a presença do povo no espaço público, a relação desta presença com a democracia, com formas de violência institucionalizadas ou não.

Dentro da teoria política de Carl Schmitt, quem é o homem que aclama? O homem assustado, temeroso de uma morte violenta, que procura, então, reunido, dizer “viva” ou “morra”, que eleva ou que depõe um governo, que fortalece deste modo a representação da unidade política. O homem que aclama tem vontade nacional, abandona seu nome, suas convicções, seus desejos privados, entregando-se ao grupo, aos seus amigos, matando e morrendo para salvaguardar o modo de vida que tem coletivamente. O homem que aclama deixa de ser homem e passa a ser cidadão, produz o público, identifica-se com a nação e tem a certeza de que seu grito será ouvido, pois reconhece instintivamente que todo o poder emana do povo, sua força, sua ação direta está na origem. Não há Estado sem povo, tampouco Estado sem aclamação. Assim prescreve a teoria política construída entre duas grandes guerras mundiais, esta foi a relação concebida por Carl Schmitt entre aclamação, violência e democracia.

Por fim, cabe uma constatação, Cortés que foi por ele frequentemente citado, com admiração, despreza os liberais, despreza com tanta verdade quem nem sequer os concebe como inimigos, ao invés disso, nutre um profundo respeito pelo socialismo ateu-anárquico, este sim seria digno de consideração, digno de ser elevado à categoria de inimigo. Cortés viu em Proudhon a imagem de um demônio, tamanho foi seu temor perante este anarquista,<sup>151</sup> viu em sua época a presença do Anticristo. Finalizo este capítulo, abrindo caminho para o próximo, com esta constatação e com o humor de José Luis Villacañas, para quem: “O anarquismo – expressão política do panteísmo – é o inimigo, e o é para Schmitt tanto mais pelo fato de que por muitas vezes foi atraído pela

---

<sup>151</sup> Cf. SCHMITT, **Political Theology**: Four Chapters on the Concept of Sovereignty, 1985, op. cit., p. 63.

tentação de ceder ao seu sedutor abandono.”<sup>152</sup> Carl Schmitt, como Cortés, estudou os anarquistas e o fez com imenso interesse. Com esta dialética suprema entre anarquia e autoridade, passo a expor David Graeber, antitético a Carl Schmitt em quase tudo, tendo, como ele, teorizado sobre a presença popular no espaço público, sem mediação, a ação direta, no sentido estrito de ativismo.

---

<sup>152</sup> VILLACAÑAS, **Poder y Conflicto**: Ensayos sobre Carl Schmitt, 2008, op. cit., p. 118. No original: El anarquismo - expresión política del pantéismo - es el enemigo, y lo es para Schmitt tanto más por cuanto, de facto, ha rozado muchas veces la tentación de ceder a su seductor abandono. (tradução livre)

## **CAPÍTULO 2**

# **AÇÃO DIRETA - ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA SEM GOVERNANTES**

Você está disposto a morrer pelo futuro de uma ilusão? *Anonymous*. In: David Graeber, *Direct Action: An Ethnography*, p. 509.

A ciência não tem mais o direito de governar. Ela não é a vida, ela não cria nada, ela constrói e conserva, mas sem compreender nada além do geral, do abstrato, sacrificando a plenitude individual da vida sobre o altar de sua abstração. Carl Schmitt, *La Théorie Politique du Mythe*, p. 186.

No outro extremo daquela dialética, este capítulo abordará o projeto político anarquista, exposto a partir de um dos seus principais representantes contemporâneos, David Graeber (1961-). A escolha deste autor foi motivada por sua atuação militante junto a importantes manifestações, como a de Seattle (1999), Quebec (2001) e a mais recente delas, o *Occupy Wall Street* (2011). Suas experiências refletidas em seus escritos são o retrato perfeito do vínculo existente entre ação direta, violência e democracia, de uma tal forma, que, com ele, estes conceitos combinam-se numa imagem harmônica e complementar. Com o objetivo de revelá-la, serão fornecidos, nas páginas seguintes, os principais elementos do que ele descreve como uma experiência transformadora, o agir livre, direto, sem impedimentos, como se o Estado, absolutamente, não existisse. Para tanto, em primeiro lugar, será encontrado o sujeito da ação direta, esta multidão anônima, por vezes criminalmente fichada, desvinculada de qualquer nacionalismo e portadora de um conceito de cidadania global. O tópico prossegue com uma subdivisão, a fim de sublinhar a diferença entre um sujeito ideal e outro de fato, nesta fase, a pretensão maior será a de descrever o tipo anarquista médio, sua cor, profissão, idade e comportamento, tudo com o intuito de esboçar qual o modo de vida dos adeptos deste projeto. Feito isso, na pergunta seguinte, sobre o vínculo entre ação direta e violência, será debatida a tendência pacifista que é majoritária no movimento, ressaltando-se sua moralidade, seu compromissos mútuos, sua solidariedade e, sobretudo, sua maneira lúdica, alegre e bem humorada de agir, mesmo em meio à repressão estatal. No tópico terceiro, será a vez de definir a ação direta, com a demora justificada pela necessidade preliminar de lançar seus pressupostos, preparando o leitor para a compreensão deste fenômeno, didaticamente subdividido em cinco formas, todas elas descritas e trabalhadas. Para complementar este conceito, no tópico quarto, será exposto o projeto político qualificado como democracia verdadeira, qual seja, o processo de consenso igualitário, que faz com que as decisões sobre o curso da ação sejam tomadas coletivamente. Próximo ao desfecho, o passo seguinte será o de pensar o real, o imaginário e a revolução, três palavras que funcionam como um espelho para a relação entre ação direta, violência e democracia. Finalmente, no último tópico, será descrita a forma anarquista de olhar o homem, base para toda teoria política, a antropologia também será decisiva a este projeto moral, dando-lhe os contornos e a viabilidade.

## 2.1 O sujeito da ação direta

David Graeber, um ativista internacionalmente conhecido, define a si mesmo como anarquista, professa publicamente sua aversão ao capitalismo e enquadra a todos nós como os 99%. Ao fazê-lo, deixa em segundo plano as fronteiras, os idiomas e as predisposições nacionais, para encarar a humanidade a partir de um critério econômico, o da renda possuída. “*We are the 99%*” – frase anônima e coletiva tornada famosa ao ser pronunciada por ele durante o *Occupy Wall Street*, um simples dado estatístico que ganhou o status de *slogan* político, ao expressar a defesa de que nos unamos contra o 1% possuidor de cerca de 50% de toda a riqueza.

Novamente todo o poder emana de uma coletividade reunida, desta vez, pessoas de qualquer nacionalidade que recusam o Estado e junto dele qualquer símbolo de opressão corporativista. Este é um diferencial importante que redimensiona o sujeito da ação direta, é necessário compreender, em primeiro lugar, quem é esta multidão e ao que ela se contrapõe.

Para tanto, o livro de maior importância será o *Direct Action: An Ethnography* (2009), onde Graeber expõe alternativas ao modelo estatal, esclarecendo-nos de que maneira uma sociedade mais livre pode ser construída com o trabalho de quem a constitui. Livro este cuja intenção mais clara é a de ampliar as possibilidades políticas do seu leitor, explicando o porquê da ação direta, descrevendo-a como ideia essencialmente conectada ao conceito de democracia. Para fazer isto, o autor não se preocupa com o modelo científico padrão, não quer demonstrar que outros autores estavam errados ou ratificar uma corrente, embora professor na *London School of Economics*, sua escrita mostra-se basicamente comprometida com seu ativismo. Muito provavelmente é o que justifica a seguinte conversa que tem conosco: “Como o leitor deve ter notado, eu não tenho nenhuma pretensão de objetividade aqui.”<sup>1</sup>

Esta falta de objetividade, porém, ao invés de prejudicial, parece conectada às práticas anarquistas, mediante as quais a voz não pode ser única, toda conclusão deve ser extraída de um debate coletivo, de um consenso, e não há debate que não vise ao planejamento estratégico de uma ação política. Não ser objetivo, portanto, parece ser uma consequência do excesso de escrúpulos para com os demais, a transcrição de vozes

---

<sup>1</sup> GRAEBER, David. **Direct Action: An Ethnography**. Oakland: AK Press, 2009. p. 12. No original: As the reader may have noticed, I am making no pretense of objectivity here. (tradução livre)

coletivas vem como elemento chave de sua narrativa, voluntariamente, o autor cede seus direitos, para aparecer no texto como mais um em meio aos tantos outros participantes anônimos e desconhecidos.

Todas estas expressões transformam-se num recurso metodológico coincidente com a maneira por meio da qual seu projeto nos é apresentado: “[...] o esboço de uma teoria radical que inexistente de fato, muito embora ainda possa existir em algum momento futuro.”<sup>2</sup> A utopia também está neste futuro, conseqüentemente, podemos interpretar o conjunto de sua obra como uma rede repleta de conexões entre aquilo que é aliado ao que poderia ser. Há um contraste entre um mundo real e outro idealizado, um cenário concreto que não poderia ocorrer sem o valioso elemento da imaginação, sem, portanto, o trabalho da mente que se direciona a um não-lugar, crente na transformação e na ação revolucionária.

Sublinho a palavra crença, uma vez que não há qualquer certeza de que seja possível constituir uma sociedade pautada na democracia direta, que não concentre renda e que não dependa de formas exploratórias de trabalho. Aliás, não é possível sequer garantir que estas transformações realmente levariam a um mundo melhor. Daí a colocação de que “comprometer-se com tal princípio é quase um ato de fé.”<sup>3</sup> Não uma fé que aguarda pacientemente por um redentor, mas que faz cálculos e os executa. Uma implicação importante deste relacionamento entre o fato e a imaginação está no *link* subsequente entre política e moral, intenso o bastante para fazer com que as tentativas de criar experiências sociais não alienadas sejam classificadas como um imperativo ético, mais que isso, a um anarquista, o otimismo é cobrado também na qualidade de um dever moral.<sup>4</sup>

Bem, mas *Por que existem tão poucos anarquistas na academia?* Esta pergunta é o título de um ensaio, cujo conteúdo não foi escrito para respondê-la. Para ele é bastante claro que “[...] não se pode criar liberdade através de meios autoritários”,<sup>5</sup> aos quais estariam associadas as práticas universitárias, validadas desde sua criação, na Idade Média. Deste modo, o ângulo é invertido, ele não formula/responde esta pergunta para corrigir uma falha, mas para retratar uma escolha, os próprios anarquistas decidiram preocupar-se

<sup>2</sup> GRAEBER, David. **Fragments of an Anarchist Anthropology**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2004. p. 1. No original: the outline of a body of radical theory that does not actually exist, though it might possibly exist at some point in the future. (tradução livre)

<sup>3</sup> Ibid., p. 10. No original: to commit oneself to such a principle is almost an act of faith. (tradução livre)

<sup>4</sup> Cf. GRAEBER, David; GRUBACIC, Andrej. Anarquismo, ou o Movimento Revolucionário do Século XXI. In: GRAEBER, David. **O anarquismo no século XXI e outros ensaios**. Tradução de Heitor Magalhães Corrêa. Rio de Janeiro: Rizoma, 2013.

<sup>5</sup> GRAEBER, **Fragments of an Anarchist Anthropology**, 2004, op. cit., p. 7. No original: [...] one cannot create freedom through authoritarian means. (tradução livre)

mais com ‘questões práticas’, aquelas que envolvem energia física superior à dispendida na escrita de um artigo ou tese.<sup>6</sup> O propósito real deste ensaio parece ser o de responder a algo mais desafiador: o que é o anarquismo?

Deixemos na estante os valiosos ensinamentos que poderiam ser dados por William Godwin, Proudhon, Bakunin ou Kropotkin. Estes autores são naturalmente respeitados por Graeber, mas sem que um décimo de atenção excessiva lhes seja depositada, tanto assim que, no *Direct Action*, há a constatação de que eles mais parecem panfletários e moralistas do que filósofos, no sentido estrito do termo.<sup>7</sup> Não há um pai para o anarquismo, um ser iluminado, um gênio fundador, alguém tão brilhante que inspire os demais, de modo que seu nome se torne um adjetivo a ser pronunciado numa situação hipotética, em que alguém bata ao peito dizendo: “sou um bakunista”. Estes grandes clássicos não passariam de porta-vozes de um senso comum insurgente, sem que tenham criado coisa alguma.

Mesmo a contraposição anarquista ao Estado, às modalidades de violência estrutural, à desigualdade e à dominação não é original do movimento, no sentido de que tenha sido patenteada por ele, trata-se também da emanção de um mal-estar que extrapola os limites desta tradição intelectual.

Esta ausência de autoria repete-se quanto aos princípios anarquistas básicos: “autonomia, associação voluntária, auto-organização, ajuda mútua e democracia direta.”<sup>8</sup> Sem posse fixa, eles foram naturalizados, de modo que podem ser empregados independentemente de uma criação racional político/ideológica.<sup>9</sup> É inútil, portanto, definir o que é o anarquismo com base num enquadramento teórico, sobre ele, é muito mais recorrente encontrarmos panfletos, livros de ficção científica e *slogans* do que profundos manuais analíticos. Inclusive, se deslocarmos a questão, de modo que passemos a perguntar quais são as pessoas, ideias ou instituições genuinamente anarquistas, veremos que a discussão se torna ainda mais complexa.

<sup>6</sup> O desprezo do autor pelo meio universitário é desenvolvido também em outros textos: “The modern university system has existed only a few hundred years and during most of that time, universities were not places that much fostered innovation or the questioning of received knowledge. They were largely places for compiling and redacting received knowledge and teaching students to respect authority.” SHUKAITIS, Stephen; GRAEBER, David. Introduction. In: SHUKAITIS, Stephen; GRAEBER, David; BIDDLE, Erika. (ed.) **Constituent Imagination: Militant Investigations. Collective Theorization.** Oakland: AK Press, 2007. p. 15.

<sup>7</sup> Cf. GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 211.

<sup>8</sup> GRAEBER, **Fragments of an Anarchist Anthropology**, 2004, op. cit., p. 2. No original: autonomy, voluntary association, self-organization, mutual aid, direct democracy. (tradução livre)

<sup>9</sup> Para Graeber: “[...] anarchist social relations and non-alienated forms of action are all around us. And this is critical because it already shows that anarchism is, already, and has always been, one of the main bases for human interaction. We self-organize and engage in mutual aid all the time. We always have.” Ibid., p. 76.

Quanto a isso, Graeber oferece três possibilidades, na primeira, estão todos aqueles que endossam o anarquismo como doutrina, assumindo-o como uma tradição intelectual situada no tempo a partir do século XIX. Na segunda, há os que embora não se intitulem anarquistas, recebem este nome por rejeitarem publicamente autoridades e governos, pessoas assim são encontradas em qualquer época. Por fim, há os que são chamados de anarquistas, também por observadores externos, geralmente antropólogos, por integrarem comunidades pautadas em instituições, hábitos e práticas que são igualitárias e pautadas no sistema de troca.<sup>10</sup>

Combinando o substantivo aos três sentidos de sua adjetivação, David unifica-o simultaneamente como visão/inspiração, atitudes antiautoritárias e um conjunto de práticas igualitárias. Tudo isso ao mesmo tempo, em mútua comunicação. Em suma, o anarquismo é: “[...] um movimento dotado de uma sensibilidade radicalmente diferente, que colocou uma enorme ênfase no respeito mútuo, na cooperação e na tomada de decisão igualitária.”<sup>11</sup> Melhor dizendo: “é sobretudo um projeto moral.”<sup>12</sup> Por ser algo que flui, um processo, ao contrário de uma doutrina estancada em conceitos, o método escolhido por este professor, para expô-lo, no *Direct Action*, foi o da etnografia, mostrar o que fazem estas pessoas, descrever seus comportamentos, suas atitudes, narrar um modo de vida, para que a partir do concreto, sejam extraídas conclusões a respeito de sua lógica interna, reconhecendo-se quais são suas referências morais e pragmáticas.

Passados estes aspectos introdutórios, algumas conclusões sobre o sujeito da ação direta já podem ser deduzidas, em primeiro lugar, despistemos um engano, não há necessidade alguma de ser um coletivo de pessoas autointituladas anarquistas. Basta que estejam presentes aqueles princípios básicos. Noutras palavras, se um grupo não se declarar anarquista ainda poderá sê-lo ‘por inspiração’, o que ocorrerá sempre que unido expressar ajuda mútua, associação voluntária, auto-organização e tomada de decisão igualitária.

Vejam, concretamente, na primeira parte do nosso livro de referência, o *Direct Action*, o grande exemplo utilizado pelo autor foram as manifestações ocorridas em abril de 2001, na cidade canadense de Quebec, em oposição à Terceira Cúpula das Américas. Nesta oportunidade, uma série de grupos anarquistas combinados ao CLAC - *Convergence des luttes Anti-Capitalistes*, reuniu-se para a efetivação deste grande ato.

<sup>10</sup> Cf. GRAEBER, *Direct Action: An Ethnography*, 2009, op. cit., p. 214/215.

<sup>11</sup> Ibid., p. 12. No original: [...] a movement with a radically different sensibility, which placed enormous emphasis on mutual respect, cooperation, and egalitarian decision-making. (tradução livre)

<sup>12</sup> Ibid., p. 211. No original: It is more a moral project. (tradução livre)

Cabe dizer que o CLAC não é declaradamente anarquista, o que corrobora a indicação feita sobre a suficiência de que estejam presentes os princípios básicos do movimento. Este grupo se satisfaz com o enquadramento de ser contra a autoridade, contra o capitalismo, opondo-se a toda forma de opressão racial e de gênero, ou seja, partilha da base principiológica anarquista sem assim se declarar.

Inexistindo uma liderança formal, o curso desta ação foi decidido conjuntamente, pulverizando a noção de autoria numa quantidade diretamente proporcional ao número de participantes. Além deste motivo que pode ser chamado de ideológico, há fortes razões jurídicas para que o autor de um ato não seja nomeado, trata-se de uma forma de protegê-lo. Uma manifestação anarquista necessariamente se contrapõe ao poder constituído, logo, em meio a ela o que há de mais comum são detenções arbitrárias, alguns ativistas são criminalmente fichados e sua identificação poderia gerar intermináveis complicações legais.

Deste modo, outro fator importante a se dizer sobre o sujeito da ação direta é que ele se encontra às margens da lei, apesar das diversas constituições apregoarem o direito à reunião, à expressão, etc, sabe-se que muitas destas conquistas liberais não funcionam como um direito absoluto, enfraquecendo-se perante o argumento da segurança pública.<sup>13</sup> Há grupos, como o *New York Ya Basta!* (que uniu as táticas do *Ya Basta!* italiano a princípios marxistas), que são listados, em alguns sistemas de inteligência, na qualidade de organizações terroristas.

Para, então, proteger os envolvidos (e a si mesmo) da violência estatal, Graeber não transcreve diálogos confidenciais, além disso, nunca diz o nome completo do ativista, mas um pseudônimo, um apelido, só o primeiro nome ou apenas uma designação, ‘o *punk*, o *hippie*’. Não se trata, portanto, de uma etnografia feita totalmente às claras, há uma sombra ficcional permeando o registro dos fatos, uma história que se conta considerando a possibilidade de repreensão, o que empurra este sujeito cada vez mais para a obscuridade, tornando-o ameaçado, temeroso e paranoico da interpretação de suas atitudes. É divertido,

---

<sup>13</sup> A este respeito é conveniente expor o seguinte relato sobre o dia 20 de abril de 2001, em Quebec, precisamente às 18:55: “A young woman carrying a bullhorn asks if anyone has a copy of the “Charter of Rights and Freedoms” from the Canadian constitution (legal observers had been handing them out before the action). [...] The woman with the bullhorn, wearing a suede jacket and no sort of gear whatsoever, unfolds the paper and begins a dramatic recitation of the section concerning freedom of speech and freedom of assembly. [...] We all stared transfixed as one woman cop, with a simple inoffensive face and blonde hair pulled back severely behind her visor, pulled out her launcher and began to take aim. People started calling out to her: “Don't do it! Please! Don't gas us!” “This is a nonviolent assembly!” “We're not your enemies. Please, don't shoot!” Then she fired. [...] The young woman with the megaphone started walking slowly, defiantly backwards-then, turned over her shoulder and picked up the bullhorn one last time. “I just want to point out that you just broke the law!”.” GRAEBER, *Direct Action: An Ethnography*, 2009, op. cit., p. 166.

pois este discurso coletivo de pessoas anônimas lembra as perguntas feitas na parte inicial do *Curto Verão da Anarquia*: “Quem fala? Com que fim? Com que interesse? O que esconde? Do que quer nos convencer? Até que ponto conhece realmente a verdade?”<sup>14</sup>

De qualquer forma, tal anonimato é consequente de uma proteção jurídica, o que nos leva à estranha conclusão de que um movimento que pratica novas formas de democracia, por uma questão de sobrevivência, camufla seus próprios processos democráticos. Apenas um ativista conhecerá todos os detalhes que dão forma ao ato, a imprensa radical e os canais alternativos não divulgarão o registro de tudo.<sup>15</sup> Até mesmo o ato consumado em Quebec foi escolhido minuciosamente, para ilustrar o livro, em razão de cálculos jurídicos.<sup>16</sup> Graeber concluiu que, no máximo, poderia ser acusado de ter contribuído para derrubar um muro, aquele que havia sido construído ao longo de toda a parte da cidade onde a Cúpula se realizaria.

Uma pequena infração legal de grande significado político, devido à hipocrisia de se reunir líderes para discutir o livre comércio, por trás de muros que os isolavam da população. Esconder os políticos e seus discursos e assim perpetuar o poder à revelia do povo. Atacar essas paredes militarizadas era, então, atacar o neoliberalismo, o Estado e seus artifícios de violência.

Desta contraposição simbólica ao “muro da vergonha”, apelido dado pela população local, retiramos mais uma característica do sujeito buscado: trata-se de um povo sem nação, “cidadãos do mundo”. Pessoas cujos vínculos são retirados de ideais humanitários e que atacam as fronteiras de um Estado, por não verem nelas um motivo de unidade, mas de separação. O muro, portanto, também representa os impedimentos da livre circulação de pessoas, bens e ideias, sua solidez é diretamente proporcional aos avanços da globalização. Quanto mais o mundo se globaliza tanto mais os muros crescem e se fortificam. Contra isto, o anarquismo propõe a ‘verdadeira globalização’, o ir e vir sem impedimentos, a abolição das zonas limites de um país e a consequente defesa de uma

---

<sup>14</sup> ENZENSBERGER, Hans Magnus. **O curto verão da anarquia**: Buenaventura Durruti e a Guerra Civil Espanhola. Tradução de Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 17.

<sup>15</sup> Com as palavras do autor: “On really sensitive issues (as opposed to silly fantasies) I would not quote anything that had not already been said in some kind of public forum. I would quote things that had appeared on activist listservs, which everyone knows are monitored, or in spokescouncils or meetings open to the public, that one has to assume are probably infiltrated.” GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 12.

<sup>16</sup> Cf.: “In part, I started with Quebec precisely because of these sorts of considerations. Not only because all the felonies described in the account were committed in Canada, but also, because this was a very militant event—the most militant, in fact, in which I’ve ever been involved—in which, as it happens, the most serious act of conspiracy of which I could possibly be accused is conspiracy to pull down a chain-link fence and then walk away from it.” Ibid., p. 13.

cidadania global, fora do Estado, por isso a afirmação inicial de que se trata de um povo sem nação, ambos os conceitos, no anarquismo, são inconciliáveis.

O Movimento Antiglobalização, nome midiático rejeitado por Graeber, que prefere chamá-lo de Movimento de Justiça Global,<sup>17</sup> ocupará o centro deste capítulo, as experiências do autor junto a ele constituem o eixo do *Direct Action*, daí o recorte histórico estender-se de 1994 até 2001, ou seja, do levante zapatista que o fundou até o ataque às torres gêmeas que o desarticulou. Resumidamente, dos encontros em Chiapas (1996), da tentativa de criar um modelo de auto-organização democrática, ramificou-se, ganhando forma em 1998, uma rede internacional denominada PGA - *Peoples' Global Action*.<sup>18</sup> Constituída por zapatistas, pelo *Movimento Sem Terra* (MST), pelo *Karnataka State Farmers' Association* (KRRS), por grupos anarquistas de base e inspiração, como o *Ya Basta!* e o *Reclaim the Streets*; além de movimentos indígenas e de sindicatos radicais.

Foi esta rede que estimulou uma grande ação direta ocorrida em Seattle, em 1999, muito bem sucedida, contra as reuniões da Organização Mundial do Comércio – OMC, contando com a participação de milhares de pessoas a protestar, sem a presença de qualquer esfera institucional de mediação.

Este último acontecimento foi significativo por colocar holofotes no *Direct Action Network* (DAN), uma rede continental e descentralizada,<sup>19</sup> cuja missão era a de “superar a globalização corporativa e todas as formas de opressão.”<sup>20</sup> Espalhando-se pelos Estados Unidos, chegando também ao Canadá, sendo que, majoritariamente, os grupos que a constituíram foram declaradamente anarquistas. Em 2002, sua contribuição, junto ao

---

<sup>17</sup> O nome dado pela mídia é repetidamente criticado por Graeber, uma vez que, para ele, estes movimentos são a verdadeira forma de globalização, aquela que só pode ser efetivada pela abolição das fronteiras. Um exemplo de passagem em que essa crítica é feita: “The first cycle of the new global uprising— what the press still insists on referring to, increasingly ridiculously, as ‘the anti-globalization movement’.” GRAEBER, **Fragments of an Anarchist Anthropology**, 2004, op. cit., p. 82.

<sup>18</sup> Cf.: “[...] a basis for cooperation was established in the form of a Manifesto and – more importantly – a set of Hallmarks which would define the network. Essentially, the Hallmarks articulated a commitment to “horizontality” (non-hierarchical organization) and decentralization, the development of structures which allowed for and promoted autonomy, to recognizing and rejecting a multiplicity of structures and mechanisms of domination, and to direct action and civil disobedience as a means of resisting neoliberalism.” TROTT, Ben. Global justice movement and resistance. In: NESS, Immanuel. (ed.) **The International Encyclopedia of Revolution and Protest**. United Kingdom: Wiley-Blackwell Publishing, 2009. v. III. p. 1396.

<sup>19</sup> Cf.: “The participants in DAN covered a broad spectrum of politics, ranging from street theater and arts groups to radical ecology organizations, independent trade unions, student groups, and a few non-governmental organizations which supported with training, outreach, and material resources.” WHITNEY, Jennifer. World Trade Organization (WTO) protests, Seattle, 1999. In: NESS, Immanuel. (ed.) **The International Encyclopedia of Revolution and Protest**. United Kingdom: Wiley-Blackwell Publishing, 2009. v. VII. p. 3662.

<sup>20</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 291. No original: [...] to overcoming corporate globalization and all forms of oppression. (tradução livre)

NYC ACC - *Anti-Capitalist Convergence*, deu-se em meio ao WEF- *World Economic Forum*, ocorrido em Nova York. Mais um exemplo histórico de ação direta que reuniu um coletivo que se contrapôs a um símbolo do poder financeiro. Embora, neste caso, com o excesso de repressão consequente do impacto proporcionado pelo onze de setembro e sua nova onda de xenofobia e nacionalismo, freando a progressão do movimento nos Estados Unidos. Parece não ser possível a convivência destes dois extremos, quando é forte o apelo à nação, sufocam-se movimentos anarquistas.

Este fator aliado a uma série de ações bem menos impactantes que a de Seattle, algumas até frustrantes, foram fazendo com que a DAN entrasse em progressivo declínio, até sua completa dissolução em 2003.<sup>21</sup> A história desta rede leva a uma dupla conclusão, a pessimista, segundo a qual se torna o exemplo de uma expansão anarquista malograda, e a otimista, cujo enfoque direciona-se à permanência dos seus frutos. A rede continental de ação direta deixou de existir, mas antes disso disseminou um modelo de democracia direta exemplar para o anarquismo.

Por ora, na delimitação histórica do objeto, sublinha-se o efeito desastroso proporcionado pelo onze de setembro, também devido à debandada de muitos ativistas, sobretudo de Nova York, bem como de aliados vindos de sindicatos e de ONGS, em razão de passarem a encarnar o espírito coletivo de medo, tristeza, e até, por vezes, um surpreendente nacionalismo que os empurrou de volta ao culto da pátria protetora. Nada é mais prejudicial ao anarquismo que a valorização do Estado de segurança nacional. A história de ascensão e queda do *Direct Action Network* é simbólica e seu legado essencial para que o fenômeno seja encontrado contemporaneamente.

Delimitado o objeto, cabe mais uma colocação sobre o sujeito buscado, qualquer um, sentindo-se à vontade, pode participar de uma ação direta, trata-se de um reflexo do que foi dito sobre a relação entre anarquismo e fé, o que implica na ideia de conversão, de transformação mediante a experiência. Segundo o autor: “A comunidade que

---

<sup>21</sup> A respeito da impossibilidade do nacionalismo e do anarquismo coexistirem, cita-se mais um caso emblemático: “The conventional historiography assumes it was the creation of the Soviet Union that led to the decline of anarchism and catapulted Communism everywhere to the fore. [...] It was a century in which major powers were continually preoccupied with either waging world wars or preparing for them. Hardly surprising, then, that anarchism might come to seem unrealistic. The creation and maintenance of huge mechanized killing machines does seem to be the one thing that anarchists can never, by definition, be very good at.” GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 226.

desafia a lei, construindo o que é benéfico para ela, não age apenas para si mesma; ela também se torna um exemplo de auto-organização a outras comunidades.”<sup>22</sup>

Servir de exemplo aos demais é um gesto intimamente conectado à sobrevivência da ação direta. Não é suficiente que ela se pautem em princípios democráticos, pois para ganhar vida e permanência, estes princípios precisam prolongar-se no tempo. O protesto que é essencialmente um confronto deve frutificar gerando uma comunidade livre, do contrário, a situação seria a de um conflito permanente, passível de fazer desaparecer quem o deflagrou. Acontece, porém, que uma comunidade livre tampouco seria capaz de sobreviver completamente isolada. Por isso a importância de servir de exemplo, disseminando o modelo, convertendo novos adeptos, atraindo para si outros grupos com os quais possa interagir. A duração dos princípios fundadores é o que torna possível a sobrevivência da ação direta. Foi o que se passou, por exemplo, com os Zapatistas, após 1994, uma forte dependência para com seus aliados internacionais.

A imitação por meio do exemplo e o contágio da experiência de ser livre manifestaram-se na etnografia que o autor fez da ação em Quebec, quando moradores da região aderiram ao movimento, por passarem a acreditar nele, após testemunharem o que fez um ativista e o que fez a polícia.<sup>23</sup> Esta adesão não precisou ser organizada pelos grupos, o testemunho fez com que os próprios moradores planejassem uma série de ações combinadas, por exemplo, guardando seus lixos domésticos por uma semana, para então jogá-los no muro, mostrando o que é produzido por uma sociedade de consumo. Planejaram também colocar músicas excessivamente altas, para atrapalhar ao máximo as reuniões. Não concordaram com a Cúpula, detestaram o muro e a partir disso se organizaram para uma reação. Na estatística lançada pelo *Autonomous Organizing Collective of Anti-Authoritarians from Montreal, Quebec, the Northeast, and the Midwest*,

---

<sup>22</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 208. No original: The community that defies the law by building its own well is not simply acting for themselves; they are also setting an example of self-organization to other communities. (tradução livre)

<sup>23</sup> Esta adesão fica clara no relato do dia 21 de abril de 2001: “We had hurt no one and damaged nothing. We had done our best to avoid making a battlefield of their neighborhoods. The police had responded by gassing and attacking everyone indiscriminately, firing toxins directly into their patios and gardens. [...] By Saturday afternoon, half the houses are hanging out some sort of banner or sign: “We are with you!,” “No FTAA!,” or even, once, “We support the Black Bloc” (except, of course, in French). Many have also brought garden hoses out to their stoops or are dangling them from windows to provide free water for protesters. Grandmas wave and smile from porches. Children giggle and follow us around. It's like some crazy anarchist fantasy.” Ibid., p. 174.

descobre-se que aos 75.000 ativistas juntaram-se cerca de 25.000 indivíduos da população local.<sup>24</sup>

Este é um termômetro de que uma ação direta foi bem sucedida, quando apesar de todas as distorções manipuladas pela grande mídia (principalmente), consegue-se transmitir uma mensagem à totalidade das pessoas. Aos 99%, portanto. O sujeito ideal da ação direta são estes 99%, um sujeito coincidente com o objetivo de unir a todos, em torno da luta contra formas de opressão associadas ao poder, seja ele político, econômico, midiático, enfim.

Há sucesso, então, não apenas quando o objetivo imediato é cumprido, por exemplo, derrubando-se o tal muro, mas também quando se quebra a associação entre ação direta e baderna. O ativista descrito por Graeber preocupa-se com a paz, com o humor, com a alegria, desejando a concretização destes valores na prática de um ato, na maneira por meio da qual ele é organizado, na sua forma de agregar aquele que o contemple. A ação direta precisa ser planejada de uma tal maneira que se a mídia a chamar de violenta, seja possível perceber que isso é uma mentira.<sup>25</sup> Esta é a primeira vitória, o primeiro passo, feito isso, as demais “verdades” seriam reveladas em progressão geométrica.

Exemplifica-se ainda com o ato de Quebec, quando os ativistas cogitaram atravessar a fronteira com a fantasia de tomates geneticamente modificados, pois neste caso, além do ato político, fariam com que os policiais canadenses se expusessem ao ridículo interrogando e espancando um monte de legumes.<sup>26</sup>

### 2.1.1 Características do sujeito da ação direta

Este tópico será voltado ao sujeito de fato, portanto, aos ativistas. Admitindo-se, conseqüentemente, que o sujeito ideal é uma abstração ambicionada pelo movimento,

---

<sup>24</sup> Cf. Autonomous Organizing Collective of Anti-Authoritarians from Montreal, Quebec, the Northeast, and the Midwest. In: VAN DEUSEN, David; MASSOT, Xavier. (ed.) **The Black Bloc Papers**: an anthology of primary texts from the north american anarchist Black Bloc 1999-2001 The Battle of Seattle (N30) Through Quebec City (A20). KS: Breaking Glass Press, 2010. p. 128.

<sup>25</sup> Graeber possui uma opinião forte quanto à mídia corporativa: “[...] the corporate media is essentially a venue for propaganda, and that, newspapers and TV networks being capitalist firms, it would be hopelessly naive to believe they could ever be expected to correctly convey an anti-capitalist point of view. During large mobilizations, it is assumed from the start that the media will be systematically biased in favor of the police.” GRAEBER, **Direct Action**: An Ethnography, 2009, op. cit., p. 439.

<sup>26</sup> Cf. *Ibid.*, p. 49.

situando-se no plano da imaginação, da utopia, sem existência concreta no presente. Nesta oportunidade, reforço o conceito de ativista, para os fins desta pesquisa, como todo aquele que se encontra vinculado ao anarquismo (diretamente ou por inspiração).<sup>27</sup> Falta, entretanto, descobrir quem são estas pessoas, isso do ponto de vista literal, uma vez que, quando se estuda uma etnografia, entra-se em contato com a descrição de um modo de vida.

Há um sentido bastante imediato que precisa ser esclarecido. O modo de vida será o eixo de todo o raciocínio, logo, para encontrarmos um ativista, o mais importante será o enquadramento neste modo de vida. Repito o termo, fazendo com que este parágrafo se torne cansativo, em prol de mostrar que ao longo de todas as suas obras, Graeber empreende, direta ou indiretamente, a defesa do modo de vida anarquista, girando todos os seus argumentos em torno do propósito de divulgá-lo mundialmente, por vezes, literalmente, sendo panfletário. O fundo político do panfleto, porém, é o de atingir o sujeito ideal, os 99%, e sua consequência moral está na consideração de que toda a humanidade é apta ao projeto, sem vinculá-lo, portanto, aos privilégios superiores de um grupo específico. De qualquer maneira, a defesa deste modo de vida vem acompanhada da consideração de que conflitos sempre são possíveis: “[...] (os) anarquistas desejam ver uma revolução social e é difícil imaginar como ela aconteceria sem qualquer conflito violento.”<sup>28</sup> Aqui estão mais algumas pistas na determinação do sujeito buscado. No próximo tópico, veremos qual o vínculo entre ação direta e violência.

Bem, há uma imagem estereotipada que compensa divulgar: brancos, jovens, filhos da classe média alta, que possuem disposição, tempo e demais recursos para viajar o mundo protestando, em pleno horário comercial. Pessoas de bem e trabalhadoras manifestam-se aos domingos, sem atrapalhar o trânsito - costuma-se dizer. Esta é a visão consagrada, cabe então analisá-la para que saibamos se isto realmente é um mexerico mundialmente espalhado ou se existem correspondências com os fatos.

Cabe esclarecer, preliminarmente, que o posicionamento não será imparcial, uma vez que encontraremos quem é o ativista a partir do material fornecido por um militante, sem que este último tenha firmado qualquer compromisso com a metodologia científica. Ao invés da análise estatística, Graeber se propôs a contar sua experiência

---

<sup>27</sup> Cf.: “I am using the term ‘activist’ here mainly as a short-hand for anarchist or others involved in anarchist-inspired direct action politics.” GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 249/250.

<sup>28</sup> Ibid., p. 222. No original: [...] anarchists wish to see a social revolution and it's hard to imagine how that could happen without any violent conflict whatsoever. (tradução livre)

peçoal, acreditando que seus anos passados junto aos grupos de ação direta, *Direct Action Network* – DAN; *Convergence des Luttes Anti-Capitalistes* –CLAC; *Anti-Capitalist Convergence* - ACC, entre outros do Nordeste dos Estados Unidos, por volta de 2000-2003, além de sua constante participação no *Independent Media Center* – IMC, conferem a credibilidade necessária aos seus argumentos.

À parte todas as críticas que possam ser formuladas a esta voluntária omissão da cientificidade, é conveniente recordar que por uma questão de segurança, apenas um integrante conhecerá todos os detalhes do movimento. Utilizar dados oficiais para destrinchar uma ação ilegal tampouco seria o caminho mais inteligente. Se o sujeito da ação direta está às margens da lei, se muitos são criminalmente fichados, um terceiro imparcial que decida colocá-los em sua prancheta de estudos, expondo-os matematicamente, tim tim por tim tim, igualmente, não tem qualquer garantia de ser bem sucedido.

Assim sendo, o “tipo médio anarquista”, ou seja, o verdadeiro estereótipo é daquele indivíduo que adquire alguma politização ainda na escola, influenciando-se pelas músicas, forma de se vestir e posicionamentos gerais da cena *punk*. Este, ao ingressar na faculdade, prossegue com o engajamento, por meio de organização políticas, até se inserir ativamente nos grupos anarquistas. O primeiro dado importante a se informar, conclui-se, é o de que a maior parte dos ativistas tem curso superior completo e está neste grupo de jovens, com menos de trinta anos. Eles são o que o autor chama de pós-estudantes, ou seja, pessoas que já se graduaram, mas que permaneceram com um estilo de vida estudantil, vivendo em locais ocupados ou coletivos, além de espaços propriamente ativistas. Estes seriam mais propensos a empregos flexíveis, com carga horária inferior, sem estabilidade, isso tanto por uma questão de escolha pessoal, quanto pelas regras da economia que fazem com que estes empregos sejam mais fáceis de serem encontrados. Invariavelmente, tornam-se tradutores, técnicos de iluminação ou de som, vendedores em lojas de produtos naturais, engenheiros civis, entre outros. Majoritariamente, são empregos que remuneram muito mal ou praticados de forma voluntária.

O horário de trabalho flexível permite a estes jovens uma participação assídua nas reuniões, por vezes integrando mais de uma organização, indo sempre aos atos. Estes primeiros anos são de uma intensidade tão grande que via de regra não perduram, a presença do ativista vai diminuindo proporcionalmente ao seu envelhecimento. Os de idade superior a quarenta anos são mais propensos a terem empregos de tempo integral,

destacando-se os que trabalham em indústrias de divulgação de conhecimentos e ideias, além de escritores, jornalistas, professores (mais comumente do ensino fundamental e médio), bibliotecários, atores, dramaturgos, coreógrafos e artistas (estes últimos presentes em grande proporção, voltarei a este fato).<sup>29</sup>

Dito isso, outra conclusão possível é a de que as práticas que exigem viagens constantes são mais adotadas por ativistas jovens, na casa dos vinte anos, com menor escolaridade, menor vínculo familiar, sem emprego formal, movendo-se constantemente, por desejo próprio.

Não que ativistas mais velhos sejam uma exceção absoluta, apenas precisam de um esforço muito maior para conciliar sua ideologia às coisas da vida, conseqüentemente, sua participação se torna mais escassa, ocorrendo com intervalos de tempo consideráveis. Ilustrativamente, trabalham seis meses acumulando dinheiro, para, então, passar o resto do ano, desfrutando desta renda, em benefício próprio e coletivo, destinando-o às causas dos círculos ativistas. Aliás, o exemplo mais emblemático é o do próprio autor, anarquista com mais de cinquenta anos, que concilia sua militância à sua profissão de professor na *London School of Economics*.

Claro que há inúmeros que, por uma razão ou outra, desistem de forma irreversível, assim como os que continuam até o fim com o mesmo ritmo, por terem se incorporado ao movimento em caráter profissional (advogados trabalhistas que prestam serviços legais aos anarquistas, gerenciadores de livrarias radicais, etc.) ou por permanecerem vivendo em casas coletivas ou ocupadas. Havendo também os que se dedicam de forma equilibrada, concentrando-se em apenas um projeto. Porém como a pretensão foi a de discutir o tipo médio, estes casos não entraram na caracterização.

Desconstruindo o primeiro preconceito relacionado à renda possuída, David afirma que há ativistas provenientes de famílias extremamente ricas, mas estes são raríssimos, a regra, ao invés, é a da diversidade, não é possível traçar um padrão, pois em termos de estratificação social, há de tudo. Inclusive o caso extremo dos que sobrevivem do lixo alheio, testemunhando o desperdício daquilo que é jogado fora, este é o caso do jovem Thaddeus,<sup>30</sup> citado como exemplo heroico de ativista cuja renda mensal de cinco dólares era, para ele, quantia suficiente.

Quanto a este quesito, a média é formada pela mistura daqueles que emergem de uma classe mais favorecida, sem chegar a ser rica (geralmente jovens que escolheram

<sup>29</sup> Cf. GRAEBER, *Direct Action: An Ethnography*, 2009, op. cit., p. 247/256.

<sup>30</sup> Cf. *Ibid.*, p. 249.

um caminho diferente do que foi traçado pelos pais, rebaixando seu nível financeiro), com os provenientes da classe trabalhadora (ascendendo socialmente, por terem conseguido cursar a faculdade, ainda que com muitos percalços). A sobreposição de todas as classes é a síntese verdadeira, pessoas com histórias diversas que se constituem como um grupo assentado na mesma base principiológica e, por via de consequência, no mesmo modo de vida.

Observações paralelas, aparentemente desnecessárias, são cruciais na análise da ação direta. Por exemplo, é importante saber que Graeber enquadra a maior parte dos ativistas como pessoas fisicamente inaptas, no sentido de que, via de regra, não possuem um físico atlético, cheio de energia para concretizar os atos e, eventualmente, escapar da repressão policial. Os muito magros sobrepõem-se aos super fortes. Com algum otimismo, este quadro pode ser explicado pela alimentação vegana adotada por muitos, uma comida natural, balanceada e politicamente correta, cujo efeito negativo é o de não ter muita sustância. Graeber chega a dizer que se pode descobrir um infiltrado por seus músculos contrastantes com a magreza esquelética própria do movimento.<sup>31</sup>

Essa situação se torna ainda mais tragicômica quando o autor narra sua experiência frente aos adeptos da tática *black bloc*, aqueles pintados pela mídia como excessivamente perigosos, descrevendo-os, ao invés, como uma porção de adolescentes tímidos, magros e, geralmente, veganos, o que condiz com seu extremo idealismo.

Uma revelação: “Uma coisa que rapidamente me impressionou, ao tornar-me envolvido em círculos anarquistas, foi a aceitação da fragilidade física.”<sup>32</sup> Esta é uma percepção bastante relevante cujos reflexos serão abordados no tópico seguinte, ao serem discutidas táticas de autodefesa. Por ora, a respeito desta característica física, cabe elencar alguns dos seus efeitos. Há uma grande preocupação, por exemplo, para com as pessoas deficientes ou portadoras de condições médicas especiais, o que se torna mais um motivo para discussões infinitas entre os anarquistas, desta vez, sobre os procedimentos de emergência a serem adotados. Ilustrativamente, quando é detido alguém que dependa de aplicações constantes de insulina ou que não possa interromper a ingestão de um coquetel de remédios para AIDS. O que fazer? É seguro expor um ativista a uma tal situação? Se ele for detido, a polícia dará continuidade ao tratamento médico? Este grupo coeso, aceitando sua fragilidade física, age como uma rede coletiva de solidariedade, protegendo uns aos

<sup>31</sup> Cf. GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 263.

<sup>32</sup> Ibid., p. 262. No original: One thing that struck me very quickly in becoming involved in anarchist circles was the acceptance of physical frailty. (tradução livre)

outros, como numa grande comunidade. Esta é a principal consequência da característica relatada.

O carinho de um para com os demais nos leva à outra marca do sujeito buscado, desta vez quanto ao gênero. Graeber cogita se ele não se dá devido à proeminência de mulheres no movimento. Apesar de sua impressão visual ser a de que o sexo feminino raramente forma a maioria em reuniões ou encontros, ele imagina se qualitativamente as mulheres não teriam o destaque necessário para conseguir incentivar um comportamento mais sensível entre todos. No anarquismo, a discussão sobre gênero é forte, voltarei a ela quando abordar o processo de tomada de decisão coletiva.

Quanto aos vícios, a maior parte dos ativistas foi apontada como fumante, não sem alguma parcela de indignação moral perante esta falta de simetria entre criticar o sistema, portando um símbolo dele, o cigarro, na boca. De qualquer maneira, ele tenta atenuar esta distorção alegando que são cigarros compartilhados, como se fosse uma comunidade formada por um desejo comum. Já sobre drogas mais pesadas, não encontraremos em todo o livro, *Direct Action*, referências explícitas, salvo sobre a maconha, frequentemente, citada junto a ativistas aleatórios, mas isso sempre em ambientes fechados. Há um respeito recíproco que faz com que drogas não sejam levadas a uma ação direta, pois este seria mais um motivo para a repressão policial, prejudicando a todos, fazendo, inclusive, com que o movimento seja muito mal visto externamente. Por fim, quanto às cervejas, elas são uma referência corriqueira, cita-se, como ilustração, as rodadas intituladas “esmagar o Estado”<sup>33</sup>, ocorridas em Quebec. Mas o que foi dito quanto às drogas, vale para o álcool, cada um é livre para agir como quiser, mas é necessário desenvolver uma consciência de solidariedade para com os demais, resguardando certos comportamentos para ambientes privados, ainda que sejam bares, pois numa cena pública, a imagem de bêbados segurando garrafas dizendo que querem derrubar o Estado, da mesma maneira, causaria danos ao movimento e incentivaria a violência policial.

Um preconceito, entretanto, presente naquela imagem inicial, precisa ser confirmado: os ativistas são majoritariamente brancos. Na experiência de David em meio ao NYC DAN, há a constatação extrema de que os afro-americanos não estavam presentes, em absoluto. E que em toda a história da organização, houve um único negro. Quanto aos latinos (sobretudo brasileiros e argentinos), eles estavam em minoria, se comparados aos ativistas do Sul, do Leste Asiático ou do Oriente Médio. Mas todos estes também não

---

<sup>33</sup> GRAEBER, *Direct Action: An Ethnography*, 2009, op. cit., p. 82. No original: smash the state. (tradução livre)

passavam de um terço dos membros ativos. Por essas e por outras que o ativismo foi associado, no imaginário popular, a um privilégio branco.

O estereótipo é verdadeiro, mas suas conclusões são falsas, creio que é esta a opinião de Graeber. Noutras palavras, a confirmação da hipótese de que a maioria possui uma cor comum não pode levar à afirmação de que se trata de um privilégio racial. Isso de jeito nenhum, pois se o anarquismo for associado ao privilégio de uma raça, todo o seu projeto democrático cairá por terra, aparecendo como uma gigantesca falácia. Ainda assim, foi o que AK Thompson, indiretamente, assumiu em seu polêmico livro, *Black Bloc, White Riot: Anti-Globalization and the Genealogy of Dissent* (2010): “Proponho que vale a pena investigar o movimento antiglobalização, que surgiu no Canadá e nos EUA, como um fenômeno da classe média branca.”<sup>34</sup>

De toda sorte, numa ação direta, a presença esmagadora de brancos é causa de crises contínuas, algo parecido com uma ‘culpa branca’ que já foi motivo suficiente para a dissolução de grupos como o *Love & Rage Federation*, na década de 90. Ainda que possamos encontrar, no início do século XXI, uma organização chamada *Anarchist People of Color Network* – APOC (cuja base principiológica assemelhava-se muito a do NYC DAN), sua existência como exceção serviu, infelizmente, para confirmar a regra, isso porque já estava tão enraizada a imagem de ativistas como sendo pessoas brancas que quando vieram negros fazendo exatamente as mesmas coisas, a repressão policial lhes foi muitíssimo mais severa. Para David: “É uma coisa notória que, em movimentos de grande escala, a polícia parece visar pessoas de cor para o emprego de uma violência particular.”

<sup>35</sup> A consequência disto é bastante previsível, muitos ativistas negros passaram a rejeitar a ação direta, afirmando que se tratava de um privilégio racial, pois quando eles tentavam fazer algo do tipo, sofriam infinitamente mais. Até a presença de anarquistas ‘de fato ou por inspiração’ foi rechaçada como medida autodefensiva, para que a manifestação não atraísse muita força policial. Justamente os mais frágeis, os negros, os imigrantes latinos, entre outros, são os que menos querem esta presença, afastando-a por vezes de forma absoluta, ao considerarem seu risco maior do que seus benefícios.

Esta homogeneidade real quanto à cor aliada à falsa caracterização, ainda mais intensa nos movimentos antiglobalização, de que os ativistas são crianças ricas e mimadas,

---

<sup>34</sup> THOMPSON, AK. **Black Bloc, White Riot**: Anti-Globalization and the Genealogy of Dissent. Oakland: AK Press, 2010. p. 15. No original: I propose that it's worthwhile to investigate the anti-globalization movement that emerged in Canada and the US as a white middle class phenomenon. (tradução livre)

<sup>35</sup> GRAEBER, **Direct Action**: An Ethnography, 2009, op. cit., p. 243. No original: It is a notorious thing that during largescale actions, police seem to target people of color for particular violence. (tradução livre)

possui um efeito político importante: impedem a expansão do anarquismo e justificam a violência policial. Justificam não apenas ao olhar externo, mas, na hipótese lançada por Graeber, os próprios policiais (geralmente mal remunerados) se sentiriam satisfeitos ao reprimirem filhos de ricos ociosos. O ódio de classe surge deste rumor muito bem espalhado, funcionando como um fator relevante, do ponto de vista psicológico, para que uma ação direta seja contida com eficácia.

Bem, combate-se um estereótipo falso, com dados verídicos, isto é fácil, mas e quanto ao privilégio branco? Qual pode ser a solução que desconecte o anarquismo dele? A solução que Graeber oferece a este dilema mostra sua inteligência política: ele simplesmente impede a associação da maioria branca a um problema exclusivamente racial. Trocando em miúdos: há muitos brancos? Sim. Por causa da raça? Esta não é a razão principal, sequer, a mais impactante. A cor é apenas uma consequência da desigualdade econômica. Assim, a pequena quantidade de negros seria um reflexo do problema central: eles ainda formam a classe social mais oprimida.

Para fundamentar seu argumento, ele nos cita uma vasta literatura,<sup>36</sup> cujo eixo está em afirmar a impossibilidade de que “[...] o verdadeiramente oprimido se torne um genuíno revolucionário.”<sup>37</sup> Reforço esta ideia: aqueles que mais sofrem com os efeitos do sistema, que estão nos extratos sociais mais baixos, e que, portanto, mais possuem motivos para desejar que o opressor seja destruído, coincidem com os que menos possuem armas para fazê-lo. São fatores básicos de falta de estrutura educacional, de moradia, alimentação, excesso de trabalho, entre outros, que fazem com que seja muito mais difícil tanto a rebeldia quanto à descoberta dos meios para se rebelar.

Paralelamente, lembremos que a maior parte dos ativistas possui nível superior, configurando-se, portanto, como uma elite, do ponto de vista educacional. Em suma, eles são mais propensos à revolta, porque possuem melhores condições para se voltarem contra o sistema. O verdadeiro privilégio, para Graeber, não é racial, tem a ver com o acesso aos meios de informação, logo, a opressão que flagela o negro, fazendo com que sua rebeldia seja muito mais difícil não é culpa da forma como o anarquismo se estruturou, seus motivos são essencialmente econômicos.

---

<sup>36</sup> Cf.: “Eric Wolf (1969), for example, pointed out that in every peasant revolt we know about, the backbone of guerilla armies is always the middle peasantry; since the poorest stratum lacks the means to carry out a sustained insurrection, and the wealthiest lacks motivation.” GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 245.

<sup>37</sup> Ibid., loc. cit. No original: [...] impossible for the truly oppressed to become genuine revolutionaries. (tradução livre)

Ainda assim, conforme se afirmou, a ausência de negros é causa de crises constantes no movimento. O argumento de Graeber não anula o dilema, apenas o reconfigura nas seguintes perguntas: Como fazer a aliança dos menos alienados com os mais oprimidos? Os anarquistas devem abandonar seu modo de vida, para agregar a comunidade como um todo? Qual deve ser o enfoque, construir uma cultura alternativa ou adaptar-se à cultura do *status quo*, em prol daquela integração? Prosseguir em causas abstratas como a da OMC ou discutir o que especificamente aflige uma comunidade carente?

De todas estas questões, ainda que Graeber não admita, a principal parece ser a primeira, uma vez que ela é a que mais atinge o problema da expansão do movimento. Uma coisa é falar no sujeito da ação direta como um grupo organizado pautado na mesma base principiológica, dizer isso é fácil e rápido, ocorre que o anarquismo é em sua essência universalista, invariavelmente, seus princípios entrarão em choque com o contexto social, quando isto acontecer, uma escolha será posta à prova. O ideal é “matar ou morrer”, fazendo tudo o que for necessário para preservar um modo de vida? Ainda que se reconheça que tal comportamento cria uma comunidade de privilegiados, mais esclarecidos, menos alienados e que vivem ‘fora do mundo’, fora das ‘regras do jogo’, no que Graeber chamaria de zona autônoma? E quanto às promessas do movimento, em nada coincidentes com a formação de uma comunidade fechada em si mesma? Como resolver este impasse? Volto a perguntar: como fazer o casamento do menos alienado com o mais oprimido?

É muito mais difícil do que se imagina. A tentação para o isolamento existe, na medida em que este é o caminho mais conhecido, seu acesso exclusivo não acontece, principalmente, por escrúpulos morais. Fazer alianças com aqueles que mais sofrem pode ser chamado de um dever ético, uma exigência ideológica, mas claro que também existe um interesse egoístico, já exposto como conclusão do tópico precedente, segundo o qual, a sobrevivência da ação direta, a conversão da zona autônoma de temporária para permanente, só acontece se o movimento não ficar isolado, se tiver aliados em toda parte. Então, o que se faz, na prática, é um jogo duplo: “[...] eles precisam escolher entre concentrar-se em sua própria alienação ou na opressão dos outros, certamente, na realidade, quase todo mundo acaba fazendo um pouco de ambos.”<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> GRAEBER, **Direct Action**: An Ethnography, 2009, op. cit., p. 240. No original: [...] they have to choose between whether to focus, on their own alienation or others' oppression, certainly, in reality, almost everyone ends up doing a little of both. (tradução livre)

A estratégia revolucionária é constituída por esta comunhão entre os de melhores recursos (sociais, culturais e econômicos) e os de maiores motivos, daí ser útil a mistura anteriormente apontada, dos filhos da elite com os filhos da classe trabalhadora. A participação de ambos ajuda a exteriorizar que o propósito anarquista não se reduz a rejeitar a má distribuição de riquezas, rejeita-se, igualmente, todo o conjunto de valores sociais que definem o que devemos tomar por riquezas. Explico: tornar livres os mais oprimidos não resolve o problema, pois todos os demais também são vítimas. Este raciocínio justifica o universalismo anarquista, assim como, a pretensão de que o sujeito ideal, os 99%, se reúna, passando de vítimas a atores de sua emancipação.

Dito isto, os mais favorecidos não precisam participar da ação direta por ‘*mea culpa*’, por vergonha de terem nascido em ‘bom berço’, não se exige tanto da consciência moral de cada um. O motivo preponderante pode ser o interesse próprio de lutar contra a alienação. Graeber define este conceito como sendo uma experiência subjetiva, na qual há uma total falta de correspondência entre o valor construído pelo indivíduo e aquele que é determinado pelas normas sociais vigentes. O que cada um compreende como sendo um bem para sua vida não coincide com o que o sistema lhe impõe.

Ambos correm o risco de morrer de fome. Tanto os mais favorecidos que passarem a viver por conta própria, “desalienando-se”, dado o risco de não conseguirem sobreviver como exceção, quanto os mais marginalizados, por sofrerem diariamente com o não preenchimento de suas necessidades básicas. O capitalismo prejudica a todos, ele é perfeitamente igualitário, ao menos quanto à distribuição de males. Criticar a exclusão sem criticar igualmente a inclusão num sistema explorador não coincide com o mote do anarquismo, pois este último, para onde quer que olhe, não encontra vencedores, a única liberdade possível está no não-lugar, na imaginação de uma sociedade “[...] menos hierárquica e alienada, além disso mais democrática e ecologicamente sustentável”<sup>39</sup>, bem como nas ações necessárias à sua concretude.

Com isso, não é apenas desejável o casamento do menos alienado com o mais oprimido, ele se torna uma obrigação para que a gênese do processo revolucionário se viabilize. A ação direta não pode se fechar num tipo social específico, ela deve ter como propósito o interesse de todos. Mas isso do ponto de vista ideal, já se argumentou que a questão aparece como um dilema para o anarquismo e a tentação de se autocentrar numa

---

<sup>39</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 240. No original: [...] less hierarchical, less alienated, and more democratic and ecologically sustainable. (tradução livre)

comunidade fora do mundo pode falar mais alto, pois a expansão de um modo de vida gera atritos com outros grupos.

Bem, para fechar a caracterização do sujeito buscado, cumpro a promessa anteriormente feita, escrevendo a respeito dos poetas, pintores, malabaristas, dançarinos, artistas performáticos, cantores, mágicos, músicos, cartunistas, enfim, das pessoas cuja atividade profissional tem a ver com algum tipo de expressão criativa e que são maioria absoluta numa ação direta. Tanto assim que Graeber cria uma hipótese a este respeito, para ele, estamos a falar de indivíduos simbolicamente presos à adolescência. Nesta acepção, ser adulto significaria adquirir uma carreira, enquadrar-se ao sistema, aceitar um emprego vazio, em prol da necessidade de comprar a casa própria, matricular os filhos na escola, adquirir um plano de saúde, pagar a mensalidade da TV a cabo, e, sobretudo, reconhecer que os sonhos da infância não poderão perdurar e, eventualmente, só voltarão a ser considerados, por ocasião da aposentadoria. Este é o padrão social que em nada se assemelha ao modo de vida anarquista, por este motivo preso a uma fase de contestação frequente, ainda sem uma profissão definida, com a perseverança de um potencial criativo que se renova diariamente.

A conclusão final a que chega David é a de que deve existir alguma ligação essencial entre o exercício de um trabalho não-alienado (artístico) e o anarquismo. O fato de uma obra de arte ser, em primeiro lugar, idealizada pelo artista, assemelha-se aos projetos inerentes ao movimento, uma vez que eles existem, inicialmente, apenas na imaginação dos ativistas, ganhando posterior concretude por meio de uma ação coletiva. Imaginação é realmente a palavra chave para compreender o pensamento político de David Graeber, possivelmente pela influência que Cornelius Castoriadis (1922-1997) exerceu sobre ele, assim sendo, voltarei a empregá-la em diversas outras oportunidades.

## **2.2 Ação direta e não-violência**

São majoritariamente pacifistas, <sup>40</sup> disse Graeber: “[...] (um) acionista direto raramente vai tentar dominar fisicamente o culpado, o que é um testemunho notável da

---

<sup>40</sup> Explico que pacifismo foi utilizado em todo este capítulo apenas como equivalente a “não-violento”, com o intuito de evitar a repetição de palavras. Esta explicação é necessária para que não se confunda o termo com “passividade”. A não-violência anarquista nasce de uma escolha moral e quando aplicada tem relação

dedicação da maior parte dos ativistas a não-violência.”<sup>41</sup> Num tópico ainda vinculado ao sujeito da ação direta, a primeira informação a ser dada é a de que estas pessoas, majoritariamente, recusam-se a utilizar a mesma violência instrumentalizada pelo Estado. Bem, *scripto senso*, sequer poderiam, mas esta recusa não se dá pelo reconhecimento do monopólio da violência legítima, trata-se de uma escolha moral, um impedimento ético de ferir outro ser humano.

Tampouco se colocam, pura e simplesmente, em meio a uma tropa de choque, para morrer pela causa. Há um traje essencialmente defensivo recomendado a todos, afinal: “Como ativista, uma coisa que se aprende rapidamente é que a mão da repressão é extremamente aleatória.”<sup>42</sup> São comuns, então, escudos, óculos de proteção, máscaras, bandanas embebidas em vinagre, protetores corporais, capacetes, enfim, tudo, eventualmente, decorado para atenuar a aparência de que se está indo para uma batalha a céu aberto.

O *Ya Basta!*, por exemplo, grupo ativista original da Itália, criado em 1996, cujo nome é consequência do grito que se tornou famoso no levante zapatista,<sup>43</sup> é conhecido pela tática “*tute bianche*”, caracterizada pelo uso de um macacão geralmente branco, estofado com espuma, borracha ou qualquer outro material, além de capacetes, escudos de plástico, patinhos infláveis, máscaras de gás, tudo com proteção química, gerando uma aparência absolutamente desengonçada, incapaz de ser ofensiva a quem quer que seja. São também famosos por portarem pistolas d’água, balões e tudo o mais que acaba por torná-los ridículos, tão ridículos que ainda mais ridículo é que a polícia os ataque para aplacar uma ameaça. Este é o propósito de fundo, portanto. Uma desobediência civil

---

estrita com formas de resistência ativa. Por fim, sublinho que a definição *black bloc* de violência como algo restrito a danos contra formas de vida é vista com simpatia por muitos anarquistas. Cito Graeber: “In fact, very few North American anarchists would themselves go far beyond breaking a window; almost all scrupulously avoid harming others in any way.” GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 225.

<sup>41</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 203. No original: direct actionist rarely simply attempts to physically overpower the culprit is a remarkable testimony to most activists’ dedication to nonviolence. (tradução livre)

<sup>42</sup> Ibid., p. 9. No original: One thing one learns quickly as an activist is that the hand of repression is extremely random. (tradução livre)

<sup>43</sup> A respeito deste grito: “Dignity speaks in the first words of the Zapatista uprising: ¡Ya basta! Enough! We rebel because we can no longer abide the humiliation of living the way we do. We rebel because, although our dignity has been trampled upon for 500 years, we still have sufficient dignity to revolt against this negation. The revolt is the revolt of dignity against its own negation: it is a struggle of and for dignity, the struggle of dignity for its full realization.” HOLLOWAY, John. Zapatismo. In: NESS, Immanuel. (ed.) **The International Encyclopedia of Revolution and Protest**. United Kingdom: Wiley-Blackwell Publishing, 2009. v. VII. p. 3711.

que não cobra sacrifícios, não faz mártires.<sup>44</sup> Em síntese: “contanto que você se recuse a prejudicar os outros, é totalmente legítimo tomar as medidas necessárias para evitar danos contra si mesmo.”<sup>45</sup>

O princípio de não-violência, comentado quanto ao *Ya Basta!*, foi a regra também para o *Direct Action Network*.<sup>46</sup> Graeber desconstrói a imagem de um anarquista como sendo um tipo avesso a qualquer forma de organização. Para ele, o anarquismo tem sido exposto através dos olhos dos seus rivais, o que inclui os marxistas, além da grande mídia. A origem desta distorção estaria no período entre 1894 e 1901, quando ocorreram assassinatos e atentados, em ataques individuais de anarquistas.<sup>47</sup> Graeber, entretanto, nos garante que esta estratégia não durou, por ter sido compreendida como contraproducente.<sup>48</sup> Ainda assim, toda esta violência foi suficiente para que o movimento fosse associado à extrema agressividade.

Esta situação ainda gera um grande dilema moral, pois, por mais que aqueles crimes tenham sido efetivados, sobretudo, por indivíduos solitários que não agiam em nome de uma organização, como avaliar seus atos? Como, enfim, interpretar uma prática agressiva de alguém que se diz anarquista? Aqui fica clara a definição do anarquismo como um discurso ético sobre a prática revolucionária,<sup>49</sup> uma ação extrema faz com que os demais envolvidos reflitam incessantemente sobre ela. É correto denunciar alguém que mata um tirano? O valor da vida é distinto quando se trata de um chefe de Estado, grande capitalista ou alto funcionário? Quando o assassinato pode ser legítimo? Deve-se condenar publicamente alguém que agiu em nome da “causa”? São questões que acompanham o anarquismo, enquanto tradição intelectual, desde pelo menos o século XIX. Procura-se

---

<sup>44</sup> O *Ya Basta!* atuou em conjunto com outros dois grupos italianos o *Tute Bianche* e o *Disobbedienti*. Suas táticas eram semelhantes por serem pautadas na desobediência civil defensiva: “This practice did not produce a simulation of war, but rather highlighted the political dimension of the conflict and its radical nature. It was immanently political in the sense that conflict with the security forces was desired, yet the protection allowed for the minimization of fear and injury, and it kept the group together.” AZZELLINI, Dario. *Disobbedienti/Tute Bianche*. In: NESS, Immanuel. (ed.) **The International Encyclopedia of Revolution and Protest**. United Kingdom: Wiley-Blackwell Publishing, 2009. v. III. p. 1007.

<sup>45</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 3. No original: as long as you refuse to harm others, it is completely legitimate to take whatever measures necessary to avoid harm to yourself. (tradução livre)

<sup>46</sup> Cf.: “The exact wording is DAN calls for ‘nonviolent civil disobedience and direct action.’” Ibid., p. 24.

<sup>47</sup> Graeber exemplifica: “Entre 1894 e 1901, uma onda particularmente intensa levou à morte um presidente francês, um primeiro-ministro espanhol e o presidente dos Estados Unidos William McKinley. Também houve ataque a pelo menos uma dúzia de reis, príncipes, chefes da polícia secreta, industriais e chefes de Estado. Foi o período em que surgiu a famosa imagem do anarquista lançador de bombas, que permanece no imaginário popular desde então.” GRAEBER, David. **Um projeto de democracia: uma história, uma crise, um movimento**. Tradução de Ana Beatriz Teixeira. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 191.

<sup>48</sup> Cf. GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 212.

<sup>49</sup> Cf.: “Anarchism has tended to be an ethical discourse about revolutionary practice.” GRAEBER, **Fragments of an Anarchist Anthropology**, 2004, op. cit., p. 6.

trabalhá-las coletivamente, para que todos assumam a responsabilidade por seus atos. Há uma preocupação de fazer com que o anarquismo seja um projeto moral, no qual coincidam meios e fins, de forma que o ativista seja a transformação que deseja criar. Simultaneamente, há uma rejeição absoluta da autoridade, portanto, seria ilógico julgar os demais, mesmo perante um assassinato violento. Um projeto moral desacompanhado de uma autoridade moral faz emergir o que se tem de mais valioso no anarquismo, quanto ao uso da violência: o princípio da autonomia moral.

Ser ou não ser violento é, portanto, uma escolha que gera consequências perante o todo. Escolher agredir outro ser humano tem o efeito de perpetuar formas de violência que a maioria gostaria de ver extintas, além disso, seu emprego eficiente aconteceria numa linha de comando hierárquico, o que também não coincide com os princípios anarquistas. Por outro lado, escolher a não-violência é uma postura que exclui os casos limites, nos quais, a resposta do corpo a uma agressão é imprevisível. Noutras palavras, nos conflitos que são comuns em revoluções, revoltas ou mesmo numa ação direta importante, a escolha moral enfrenta uma dura prova de resistência, cujo resultado não pode ser previsto com antecipação. Trata-se de um dilema sobre o qual se discute, sem ultrapassar as barreiras do que poderia ser chamado de soberania moral do indivíduo. Não é fácil visualizar como que o anarquismo – projeto moral objetivo – convive e até mesmo se constitui destas inúmeras subjetividades imprevisíveis. De qualquer modo, parece ser esta a única alternativa coerente, face à rejeição da autoridade e por via consequência de qualquer código de conduta impositivo.

Possivelmente, o tema da violência, em seus extremos de ferir e matar, é o que melhor serve para ilustrar o processo democrático inerente à ação, pois é perfeitamente possível que a autonomia individual ceda sua liberdade absoluta em prol de acordos coletivos, em prol, então, de um consenso sobre o comportamento mais adequado. Quando isso acontece, a autonomia do indivíduo passa a coincidir com a autonomia do grupo, criando-a e renovando-a constantemente. Logo, se houver concordância sobre ninguém aparecer com armas de fogo, explosivos ou o que quer que seja, limitando-se, ao invés, ao pacifismo defensivo, pois bem, este seria um acordo válido, no qual todos decidiram e optaram por um comportamento. Tem-se assim a resolução do dilema anterior, a subjetividade concilia-se a um projeto moral objetivo.

Quanto a isso, falemos finalmente o óbvio. Já que nenhuma grande ação acontece apenas com ativistas, o entendimento consensual que antecipou o ato nunca

abrangerá a todos, inclusive, quanto maior ele for, mais abrigará elementos inesperados, assim sendo, é claro que sempre haverá quem aja em conformidade ao seu próprio arbítrio. Nestas situações, não há um controle total e as reações tornam-se espontâneas. Aqui está todo o foco do problema, numa ação direta é necessário distinguir entre o que faz um ativista e o que fazem todos os outros que se encontram ali sem prévia preparação e, sobretudo, sem qualquer interesse nos objetivos da causa. A violência oportunista não é a que se estuda nesta pesquisa, parte-se do princípio de ser suficientemente claro que grandes ações implicam na presença daqueles que vão para fazer valer seus objetivos egoísticos. Exemplifico: se a tática *black bloc*, consensualmente, decidir quebrar as vitrines da *Starbucks*, isso não justificará o saque posterior efetivado por gangues. A violência oportunista não se conecta à ação direta, apesar de ser frequente nela, por isso a importância de reconhecer que um indivíduo só será dela sujeito, caso esteja em aliança com um projeto coletivo e democrático.

Bem, desconstruir a ordem estabelecida verticalmente não significa atear fogo na cidade, talvez, sim, em carros luxuosos, franquias internacionais ou em bancos, mas sempre com o objetivo de minar um símbolo de poder. Geralmente, considera-se legítimo danificar grandes propriedades empresariais. Isso não é enquadrado no sentido que um *black bloc* dá à palavra violência (apoiado por muitíssimos anarquistas), pois apenas objetos inanimados são atingidos.<sup>50</sup> De qualquer maneira, esta é uma característica bem mais comum nesta tática, fora dela, as estratégias preferem centralizar-se em manifestações lúdicas, completamente inofensivas.

O fundamental é que sejam feitas prévias discussões a respeito da violência a ser empregada, além de posteriores debates sobre o que se passou no ato, mensurando se as destruições foram coerentes com o projeto coletivo. Em toda grande ação, estas discussões acontecem. Sempre de novo. Não importa que sejam repetitivas, desde que se chegue a um consenso sobre o que se deve considerar violência, para que um comportamento comum seja acordado.

Por vezes o trabalho é muito difícil, passando por um longo caminho, no qual há os que incentivam a destruição dos símbolos de poder, enquanto outros a criticam, afirmando que isso só fará com que o movimento seja mal visto, justificando a repressão policial. Há os que acreditam que a mensagem só é levada por meio da quebradeira,

---

<sup>50</sup> Cf.: “The Black Bloc'ers were, in effect, proposing that violence should be defined as causing harm or suffering to living creatures; by this standard, trashing an owner-operated cafe might arguably be defined as violent, since it undermined the owner's livelihood:-but trashing a Starbucks could not. Many made this argument quite explicitly.” GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 293.

enquanto outros preferem crer que todo conteúdo veiculado deve utilizar vias de afeto. Uns defendem a superioridade moral perante o agressor, outros não querem ser martirizados e afirmam que o pacifismo é elitista, pois não leva em consideração a realidade dos bairros periféricos, nos quais se convive com a violência policial. Enfim, mas de acordo com o Graeber: “invariavelmente termina com a mesma resolução: na medida em que ninguém está realmente atacando outro ser humano, o mais importante é manter a solidariedade.”<sup>51</sup>

No livro de Francis Dupuis-Déri, *Who's Afraid of the Black Blocs? Anarchy in Action Around the World* (2014), há um exemplo muito divertido de um debate ocorrido alguns meses depois da ocupação efetivada pelo *Anti-Nuclear Organization Clamshell Alliance*, numa usina nuclear, que resultou na prisão de 1.414 ativistas e na construção de uma cerca de aço ao redor do local. Em 1978, em Boston, os anarquistas, pensando em como reagir, debateram intensamente a sugestão do grupo de afinidade *Hard Rain* sobre o uso de um alicate contra a cerca. Muitos contrariaram a ideia, pois o dano à propriedade traria repressão policial, e propuseram vias alternativas, como escaladas e escavações subterrâneas. Após muitas discussões e projetos frustrados, finalmente, optou-se pelo alicate, quando, porém, a cerca foi finalmente cortada, descobriu-se que atrás dela havia todo um corpo policial à espera. Os ativistas sem saberem ao certo como agir, decidiram finalmente pelo não confronto. Esta divertida cena real ilustra a radicalidade do princípio da não-violência, quando toda uma preocupação teórica foi levantada a respeito do uso de um alicate.<sup>52</sup>

A rede *Direct Action Network*, por exemplo, declarava-se não-violenta, e fazia desta sua posição algo tão sólido que, por ocasião de Seattle (1999), entrou em choque com os adeptos da tática *black bloc*, criticando duramente todas as depredações de propriedades que foram feitas por eles, chamando-os de vândalos, sem solidariedade com o propósito coletivo. Os anarquistas da rede DAN se opuseram aos anarquistas da tática *black bloc*, os primeiros reuniram-se para chegar a um consenso sobre a violência, os segundos não participaram destas reuniões e afastaram qualquer um que viesse pra cima deles exigindo determinada conduta.<sup>53</sup> O cenário foi de disputa, ressentimento e recíprocas acusações

<sup>51</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 224. No original: [...] invariably ends up with the same resolution: that as long as no one is actually attacking another human being, the important thing is to maintain solidarity. (tradução livre)

<sup>52</sup> Cf. DUPUIS-DÉRI, Francis. **Who's Afraid of the Black Blocs? Anarchy in Action Around the World**. Translated by Lazer Lederhendler. Oakland: PM Press, 2014. p. 51/52.

<sup>53</sup> Sobre a tática *Black Bloc* empregada em Seattle: “This ‘black bloc’ began breaking windows and painting graffiti on deliberately targeted corporations such as Niketown, McDonald’s, Starbucks, Gap, and Old Navy, as well as police cars and government buildings.” WHITNEY, Jennifer. World Trade Organization (WTO)

entre os próprios ativistas. Vemos, portanto, como a situação não é simples, dependendo muito do caso concreto, da decisão coletiva e da forma como os conceitos são apreendidos. Para este tema, é possível que falemos apenas em termos de maioria, generalizações são inviáveis e absurdas.

Após este atrito de conceitos, em Seattle, o seguinte efeito foi apreendido por Jennifer Whitney:

[...] um intenso debate surgiu sobre as táticas de protesto, iniciando-se uma divisão entre aqueles que apoiavam os danos à propriedade como uma forma aceitável de protesto e os que achavam que isso constitui violência, sendo prejudicial à causa. Como resultado, uma tendência foi desenvolvida, em mobilizações posteriores, no sentido de apoiar a ‘diversidade de táticas’, fazendo-se esforços para incorporar táticas diferentes em um plano estratégico maior.<sup>54</sup>

Efeito este assimilado, em 2001, pelo CLAC, em Quebec, quando foi lançado o pressuposto de que haveria respeito pela diversidade de táticas.<sup>55</sup> Nesta ocasião, apesar de milhares rejeitaram consensualmente a utilização de coquetéis *molotovs*, houve uma forte desconfiança por parte do poder local, temeroso da presença de anarquistas, sobre isso David levanta uma explicação interessante:

Eu diria que o que realmente perturba os poderosos não é a "violência" do movimento, mas a relativa falta dela; os governos simplesmente não sabem como lidar com um movimento abertamente revolucionário que se recusa a cair nos padrões familiares de resistência armada.<sup>56</sup>

A presença de grupos nazistas é a única exceção reconhecida pelo autor ao princípio majoritário da não-violência. De acordo com Graeber, é comum que eles apareçam em atos anarquistas, para ‘criar confusão’, caso em que o escrúpulo moral de não ferir outro ser humano perde a consistência, eles são os únicos inimigos perante os quais a batalha costuma ser incentivada. Na grande reunião de textos anarquistas, *The Black Bloc Papers: An Anthology of Primary Texts From The North American Anarchist Black Bloc*

---

protests, Seattle, 1999. In: NESS, Immanuel. (ed.) **The International Encyclopedia of Revolution and Protest**. United Kingdom: Wiley-Blackwell Publishing, 2009. v. VII. p. 3663.

<sup>54</sup> Ibid., p. 3665. No original: intense debate sprang up about protest tactics, and a split began between those in support of property damage as an acceptable form of protest and those who felt that it constitutes violence and is damaging to the cause. As a result, a trend developed in later mobilizations toward supporting a “diversity of tactics,” through which efforts are made to incorporate different tactics into a larger strategic plan. (tradução livre)

<sup>55</sup> Cf.: “In 2001, CLAC, together with the Comité d’accueil du Sommet des Amériques (CASA: Welcome Committee for the Summit of the Americas), proposed a new concept, “respect for diversity of tactics,” a principle that valorized political autonomy while also stressing the legitimacy of multiple forms of protest within a single movement.” DUPUIS-DÉRI, **Who’s Afraid of the Black Blocs?** Anarchy in Action Around the World, 2014, op. cit., p. 67.

<sup>56</sup> GRAEBER, David. Os Novos Anarquistas. In: \_\_\_\_\_. **O anarquismo no século XXI e outros ensaios**. Tradução de Heitor Magalhães Corrêa. Rio de Janeiro: Rizoma, 2013.

(2010), efetivamente, podemos encontrar diversos exemplos, a citar o do dia 25 de setembro de 2004, feriado judaico de *Yom Kippur*, quando neonazistas reuniram-se para uma manifestação em prol da supremacia branca, no campo de *Valley Forge National Park*, na Pensilvânia. Nesta ocasião, inúmeros praticantes do *black bloc*, de diversos grupos, com destaque para o ARA - *Anti-Racist Action*, entraram em conflito direto, no qual foi empregada violência física moralmente autorizada.<sup>57</sup>

O que acontece, porém, se você se propõe a uma manifestação pacífica e alguém te arremessa um tijolo na cabeça?<sup>58</sup> Uma pergunta engraçada que ilustra o que o autor quis dizer com “questões práticas”, às quais estaria mais vinculado o anarquismo. Ela abriga diversas outras que teriam a ver com os limites relativos à violência. Como conciliar o impedimento moral de não ferir outro ser humano com situações reais, em que se vê um companheiro sendo agredido por um policial? Neste caso, seria admissível reagir violentamente?

Em primeiro lugar, relembro que toda ação direta é organizada considerando-se a possibilidade de conflitos, de modo que os ativistas são respaldados por grupos de apoio jurídico e médico, voluntários que acompanham o movimento, prontificando-se a ajudar na hipótese de acidentes, detenções arbitrárias, o que for. De qualquer modo, aquelas “questões práticas” refletem uma preocupação real, impossível de ser resolvida com um imperativo categórico. Quanto a elas não há consenso, os envolvidos admitem a impossibilidade de delimitá-las previamente.

Regressemos mais uma vez ao exemplo de Quebec, a fim de observar quais foram concretamente as reações dos envolvidos, quando a manifestação se transformou num cenário de guerra. Assim, de início, havia milhares de pessoas cantando juntas, cada qual em seu idioma, reconhecendo-se ao menos três, o francês, o inglês e o espanhol. Soavam trechos como: ‘*Ain't no power like the power of the people cause the power of the people don't stop!*’; ‘*Who's streets? Our streets!*’; ‘*El pueblo, unido, jamas sera vencido*’; ‘*Sol! Sol! Sol! Sol-i-dar-i-té!*’.<sup>59</sup> Nestas canções transvestidas em palavras de ordem, encontramos boa parte da ideologia da ação direta, ou seja: um coletivo que por si só se

---

<sup>57</sup> Cf. Philadelphia Anti-Racist Action. Valley Forge Battlefield: The Black Bloc vs. Nazis. In: VAN DEUSEN, David; MASSOT, Xavier. (ed.) **The Black Bloc Papers: An Anthology of Primary Texts From The North American Anarchist Black Bloc 1999-2001 The Battle of Seattle (N30) Through Quebec City (A20)**. KS: Breaking Glass Press, 2010. p. 313/315.

<sup>58</sup> Pergunta inspirada na seguinte passagem: “You can't claim to be engaging in a nonviolent sit-in if, at any time, someone else might pass by and chuck a brick over your head.” GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 73.

<sup>59</sup> Ibid., p. 149.

contrapõe à adversidade que o afronta e que é plenamente capaz de vencê-la, desde que permaneça unido, desde que reconheça que todo o poder emana desta reunião pública, absolutamente solidária entre si.

A esta marcha festiva foi dado o nome de “carnaval contra o capitalismo”, com o fim evidente de enfatizar a alegria, preenchendo-a com um significado político absolutamente não aleatório. Este gesto, que é uma prova de fé e otimismo, marca o rompimento entre os anarquistas de hoje e os revolucionários de outrora, estes últimos tornados amargurados, pelo não cumprimento histórico de suas esperanças juvenis. O único efeito de caracterizar o mundo como um antro de sofrimento é literalmente o de gerar mais sofrimento, num ciclo vicioso, sem escapatória. A ênfase na alegria tem o fim político de criar “zonas autônomas temporárias”, no interior das quais, pode-se viver com absoluta liberdade. O grande desafio do anarquismo, volto a dizer, é converter este adjetivo ‘temporária’ em ‘permanente’, o que se conecta à futura discussão sobre seu conceito de revolução.

Em Quebec, foram feitos desfiles divididos em blocos, nos quais o autor descreve a passagem de marxistas, geralmente uniformizados e com megafone, seguidos pelo *black bloc* e por algo bem divertido chamado de bloco medieval, no qual havia uma catapulta, cujos projeteis eram ursinhos de pelúcia. Passaram anarquistas com bandeiras vermelhas e pretas, algumas com a legenda “anarquia amor”, passaram malabaristas e *cheerleaders* com pompons das mesmas cores, passaram pessoas com pernas de pau, artistas, apresentadores de marionete, grupos de teatro, carros alegóricos, passou um ativista vestido de coelhinho da Páscoa a jogar doces para as crianças, passaram estudantes e percussionistas batendo nas placas de rua, passaram, em síntese, ativistas e entusiastas expressando com veemência sua oposição à Cúpula.

Uma observação importante precisa ser feita quanto aos trabalhadores sindicalizados da atualidade, pois muito embora eles tenham comparecido em grandes atos como os de Seattle e Quebec, fizeram-no de uma forma bastante restrita, consequência da postura dos líderes sindicais, especialmente próxima do Estado, a ponto de pedirem para que os trabalhadores não se envolvessem em atos ilegais, violentos ou que provocassem destruição de propriedades.<sup>60</sup> Conclui-se que greves que dialoguem com o poder público não se classificam como ação direta. Graeber reivindica a importância de que um ativista aja como se já estivesse livre e, naturalmente, isso é impossível quando são pedidos

---

<sup>60</sup> Cf. GRAEBER, *Direct Action: An Ethnography*, 2009, op. cit., p. 206.

favores e direitos a uma autoridade ou quando se atua a partir da mediação sindical. A exceção a essa regra são os piquetes, quando acionistas diretos geralmente se aliam a trabalhadores sindicalizados, esta forma de ação direta será retratada no próximo tópico.

A força policial não acompanhou o desfile, limitou-se a ficar no ponto de chegada, um parque próximo ao local onde se daria a Cúpula, ou seja, parte da marcha festiva, milhares de pessoas, direcionou-se diretamente à polícia, conseguindo, de fato, antes do ataque, colocar parte do muro abaixo. Porém, uma vez iniciada a ofensiva policial, seguiram-se dois dias do que Graeber chamou de guerra química. De um lado, os ativistas com equipamentos majoritariamente defensivos, de outro, os guardiões da ordem, fortemente armados com gás lacrimogêneo, *spray* de pimenta, balas de borracha, canhões de água, entre outras armas legalmente autorizadas. A partir deste momento, são transcritos, no *Direct Action*, relatos desesperados, nos quais se materializa a pergunta anteriormente feita: propor-se a uma marcha pacífica e receber um tijolo na cabeça.

É interessante, pois se Graeber, na qualidade de participante, narra com clareza as reuniões, encontros e atos preparatórios, torna-se completamente inapto para descrever a ação direta quando ela chega às ruas. Ele frequentemente admite que não é possível saber o que está acontecendo do outro lado do quarteirão, por vezes, nem o que se passa a um metro de distância, seja pela desorientação causada por armas químicas, seja pela grandeza do movimento que impede que ele seja visualizado de uma vez. A imprevisibilidade é tal que se um grande drama acontecer a dez passos, talvez só se tome ciência dele horas depois, por meio de relatos. A confusão faz com que o autor acumule passagens em que são descritos ativistas tropeçando, caindo, correndo em direções aleatórias, com muco nas faces, dificuldade de respiração, simultaneamente, outros, protegidos por máscaras, dançaram e bateram tambores em meio a uma nuvem de gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta. Alguns jogaram pedras nos policiais, para que eles parassem de se aproximar, outros chutaram de volta as bombas de gás, outros, ainda, acionaram a catapulta para arremessar ursinhos de pelúcia. Tudo acompanhado pelo grito de certos ativistas contra a ação policial: “Vergonha! Vergonha! Vergonha! o mundo todo está assistindo!”<sup>61</sup>

Foi feita inclusive a descrição de uma espécie de lata utilizada pela polícia que girava sem parar e explodia em chamas. Esta, não podendo ser chutada de volta, causou uma onda de pânico e fuga, resistindo basicamente os que possuíam máscaras e mesmo assim com muita dificuldade, pois o gás lacrimogêneo adere à roupa, gerando uma

---

<sup>61</sup> GRAEBER, *Direct Action: An Ethnography*, 2009, op. cit., p. 160. No original: Shame! Shame! Shame! The whole world is watching! (tradução livre)

sensação que o autor compara a de ser incendiado. Assim foi que o ataque de poucos policiais conseguiu acabar com o “carnaval” alheio. Na estatística lançada pelo *Autonomous Organizing Collective of Anti-Authoritarians from Montreal, Quebec, the Northeast, and the Midwest*, de início, eram cerca de 100.000 manifestantes e apenas 10.000 policiais,<sup>62</sup> o reforço armado, porém, intensificou-se proporcionalmente à aproximação do horário de abertura da Cúpula. Na estatística do mesmo grupo, cerca de 5.000 bombas de gás lacrimogêneo foram arremessadas. Enfraquecida a ação direta, a esperança se depositou no Brasil, pois de acordo com Graeber: “Todo mundo contava com os brasileiros para liderar a oposição ao tratado.”<sup>63</sup>

Temos, então, a narrativa de um gradual retiro de pessoas feridas, com gritos constantes pedindo por ajuda médica e quando alguém era atingido, escutava-se um canto em francês clamando por solidariedade. Também para os que foram detidos (cerca de 500 pessoas, de acordo com AK Thompson),<sup>64</sup> houve uma ação conjunta de companheiros, conhecidos ou não, os quais do lado de fora da prisão criaram uma rede de malabaristas, músicos e artistas que com megafone contaram piadas, para que do interior de suas celas escutassem o apoio vindo do exterior e soubessem que não estavam sozinhos.<sup>65</sup>

Neste cenário extremo, os ativistas mostraram sua principal característica de união, a despeito de diferenças de nacionalidade, idioma, raça, gênero, ideologia, seja o que for. Inúmeras cenas de abraços foram descritas por Graeber, com a seguinte regra: quem não te agredir é seu amigo. Ou na expressão do ativista Ak Thompson: “Em uma direção encontramos nossos inimigos: o Estado, a polícia e a classe capitalista. No outro, encontramos os nossos amigos, as pessoas.”<sup>66</sup> Este caso prático ilustra a informação anteriormente dada a respeito da aceitação da fragilidade física e a consequente ligação

---

<sup>62</sup> Cf. *Autonomous Organizing Collective of Anti-Authoritarians from Montreal, Quebec, the Northeast, and the Midwest*. In: VAN DEUSEN, David; MASSOT, Xavier. (ed.) **The Black Bloc Papers: an anthology of primary texts from the north american anarchist Black Bloc 1999-2001 The Battle of Seattle (N30) Through Quebec City (A20)**. KS: Breaking Glass Press, 2010. p. 131.

<sup>63</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 180. No original: Everybody has been counting on the Brazilians to spearhead opposition to the treaty. (tradução livre)

<sup>64</sup> Cf. THOMPSON, **Black Bloc, White Riot: Anti-Globalization and the Genealogy of Dissent**, 2010, op. cit., p. 64.

<sup>65</sup> As detenções, numa ação direta, são recorrentes e seus motivos beiram ao ridículo, Graeber inclusive lança a suspeita de que elas funcionam como uma forma estratégica para gerar discórdia entre os participantes. Exemplifica-se: “A year after the May Day March, during a march appealing for clemency for Native American activist Leonard Peltier in December 2000, for instance, an NYPD (New York Police Department) snatch squad suddenly broke into the middle of the march to tackle and drag away four (unmasked) anarchists. One was charged with possession of a battery-operated megaphone without a sound permit, the others with resisting arrest.” GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 244.

<sup>66</sup> THOMPSON, **Black Bloc, White Riot: Anti-Globalization and the Genealogy of Dissent**, 2010, op. cit., p. 79. No original: In one direction we find our enemies: the state, the police, and the capitalist class. In the other, we find our friends, the people. (tradução livre)

existente entre estas pessoas. É comum a descrição de ativistas desconhecidos entre si que ficam de mãos dadas, fisicamente próximos, uma vez que a força nasce da consciência de que estão ali juntos. Chega a ser bonito o que David diz: “A única maneira de se opor à ameaça da força física é pela força moral, e a força moral tem que se basear, acima de qualquer coisa, em solidariedade.”<sup>67</sup>

Em vista disto, a violência faz transparecer a relação amigo/inimigo, noutras palavras com o mesmo sentido, a adoção do princípio da não-violência funciona como um meio de mostrar que toda a brutalidade parte do Estado, denunciado por tal motivo como inimigo, eminentemente, opressor. Ilustra-se com um grupo de cerca de trinta jovens que, na linha de frente de um ataque policial, cantaram: “Nós não somos violentos e quanto a vocês?”<sup>68</sup>

Tem-se com o exemplo de Quebec, a prova prática da alegação inicial: são majoritariamente pacifistas. Assim se mostraram mesmo numa situação limite em que inúmeros tijolos simbólicos lhes foram arremessados. A lista de feridos foi realmente alta, o grupo de apoio médico contou cerca de mil pessoas que precisaram de atendimento, há relatos de queimaduras graves, ossos quebrados, até mesmo costelas quebradas, intoxicação, um ativista perdeu um dedo na luta com um policial para que o muro viesse abaixo, uma mãe e um bebê foram atingidos diretamente por uma bomba de gás, um ativista foi baleado na garganta, em razão disso precisou de uma traqueostomia que lhe salvou a vida, sem restaurar sua capacidade de fala; outro homem perdeu uma orelha, ao também ser atingido por uma bomba de gás.<sup>69</sup>

Finalizo este tópico com a informação de que o levante zapatista é uma possível fonte para formas não-violentas de resistência, afinal, Graeber nos conta o segredo aberto de que por cerca de cinco anos o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) sequer portou armas reais.<sup>70</sup> Esta adesão principiológica refletiu-se no *People's Global Action* e nos movimentos que o integraram, a exemplo do MST. De qualquer maneira, trata-se de um aprendizado histórico, afinal, cerca de trinta anos antes deste levante, a adoção de táticas de guerrilha, invariavelmente, fez com que o grupo se diluísse em

---

<sup>67</sup> GRAEBER, **Um Projeto de Democracia**: uma história, uma crise, um movimento, 2015, op. cit., p. 245/246.

<sup>68</sup> GRAEBER, **Direct Action**: An Ethnography, 2009, op. cit., p. 180. No original: We're nonviolent, how 'bout you? (tradução livre)

<sup>69</sup> Cf. Ibid., p. 197.

<sup>70</sup> Cf. Ibid., p. 227.

correntes absolutamente antitéticas ao projeto original. A não-violência é, portanto, uma estratégia de empreendimento político bem sucedido.

### 2.3 O conceito de ação direta

Se a expressão “fazer justiça com as próprias mãos” não estivesse tão impregnada de um sentido de vingança, ela seria bastante útil para sintetizar o que é a ação direta, para estabelecer o que faz uma multidão que decide agir por si mesma, no confronto de um problema. Que não segue as ordens de ninguém e que rejeita a interferência de políticos ou de burocratas, portando-se, conseqüentemente, como se já fosse perfeitamente livre. É intuitivo que a recusa de mediação é sua principal característica, não há transferência de poder a um representante oficial. A ação direta não é exclusiva do anarquismo, mas é parte indispensável dele.

Conforme foi ilustrado com o exemplo de Quebec, ações importantes agregam milhares de pessoas, por vezes dezenas ou centenas de milhares, assim, torna-se evidente que qualquer um, em algum momento de sua vida, pode decidir agir de forma direta. Um pacato morador que jogou sacos de lixo no muro, por não concordar com a Cúpula, foi um acionista direto, ainda que talvez tenha agido assim pela primeira vez na vida e nunca mais torne a fazê-lo.

Num sentido lato, “a ação direta se torna qualquer forma de resistência política, evidentemente, militante e de confronto, mas que fica aquém da insurreição militar completa.”<sup>71</sup> Para evitar tal grau de generalização, esta pesquisa, ao optar por seguir as indicações de David Graeber, irá concentrar-se na ação direta sem governantes, ou seja, na ação direta anarquista, “de fato ou por inspiração”, caracterizando o fenômeno a partir de indivíduos que continuamente recusam a mediação de políticos ou burocratas, por não reconhecê-los como fonte legítima de poder, vendo-os, ao invés, como parte do problema perante o qual se confrontam. Neste caso, a ação direta afirma-se como uma “[...] forma de resistência cuja estrutura prefigura a sociedade verdadeiramente livre que se deseja

---

<sup>71</sup> GRAEBER, **Direct Action**: An Ethnography, 2009, op. cit., p. 204. No original: direct action becomes any form of political resistance that is overt, militant, and confrontational, but that falls short of outright military insurrection. (tradução livre)

criar.”<sup>72</sup> Aliás, esta recusa é tão séria que poderia ser dispensada a palavra “direta”, qualquer ação anarquista só pode ocorrer sem mediação oficial, pois a primeira premissa é a de agir com liberdade. A participação não fortuita nestas ações implica no enquadramento já exposto: pessoas à margem do direito, que desafiam as leis, por vezes criminalmente fichadas, cuja motivação nasce em decorrência de deveres morais, agindo com a responsabilidade de construir uma sociedade melhor.

Exemplifiquemos com a seguinte passagem: “A ação direta repudia tal aceitação da ordem existente e sugere que nós temos o direito e o poder para mudar o mundo.”<sup>73</sup> Nota-se que se fala no direito e no poder para mudar o mundo, oferecendo a estas palavras uma nova carga de significação. Direito e poder são desvinculados do Estado, reapropriados pelo anarquismo e entregues de volta às pessoas. Tudo isto dentro do âmbito discursivo, pois não se trata de uma tomada de poder real, o que tampouco interessaria ao movimento. Trechos assim são frequentes em panfletos, funcionam como um recurso de persuasão, trata-se do uso de palavras conhecidas, mas com um sentido transformado. O jogo semântico serve como um ímpeto à ação política, o envolvimento em bloqueios, piquetes, sabotagens, ocupações, seja o que for, requer um prévio convencimento de que esta ação é o exercício de um direito não codificado e é também consequência de um poder humano e coletivo.

Aqui está a imensa dificuldade de apreender o fenômeno. A ação direta anarquista tem como sujeito ideal os 99% da humanidade. Ela quer atrair todas estas pessoas para o que considera o modo de agir correto, há um apelo moral bastante forte sobre otimismo e fé. Simultaneamente, resguarda-se a liberdade e a autonomia de cada um quanto à responsabilidade que deseja assumir, o que gera uma impossibilidade de generalização, por exemplo, quanto ao uso da violência. A ação direta anarquista abriga uma multidão anônima e em perpétuo movimento, sem vínculo necessário de idioma, nacionalidade ou profissão, seu projeto comum parece estar em uma nova forma de democracia que Graeber chamou de “verdadeira” e na construção do novo a partir da casca do velho. De qualquer modo, não é possível congelar este fenômeno numa única definição, talvez seja este um outro motivo para que existam tão poucos anarquistas na academia.

---

<sup>72</sup> GRAEBER, David. On the phenomenology of giant puppets: broken windows, imaginary jars of urine, and the cosmological role of the police in american culture. In: \_\_\_\_\_. **Possibilities: Essays on Hierarchy, Rebellion, and Desire.** Oakland: AK Press, 2007. p. 378. No original: [...] a form of resistance which, in its structure, is meant to prefigure the genuinely free society one wishes to create. (tradução livre)

<sup>73</sup> SPARROW, Rob. Anarchist Politics and Direct Action apud GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography,** 2009, op. cit., p. 202. No original: Direct Action repudiates such acceptance of the existing order and suggests that we have both the right and the power to change the world. (tradução livre)

Teorizar sobre um conjunto de práticas tão abrangentes exige um esforço que, se bem sucedido, pode apreender apenas por alguns segundos sua imagem exata.

Para recortar a ação direta anarquista do seu sentido lato, torna-se necessário defini-la indiretamente como democracia aplicada ao cotidiano.<sup>74</sup> Será preciso que investiguemos seu projeto político, sua tomada de decisão coletiva, insinuando a coincidência entre os meios da ação direta e seus fins, seus propósitos, tornando-a, nas palavras do autor: “um modelo para a mudança que se deseja realizar.”<sup>75</sup> Esta modalidade de ação não se limita a confrontar um poder, ela também precisa mostrar que tal poder é desnecessário. Ilustremos com a seguinte afirmação: “Quando os manifestantes, em Seattle, cantaram ‘isso é o que a democracia parece’, queriam ser compreendidos de forma literal.”<sup>76</sup> Fazendo, então, com que a prática da democracia direta seja indissociável da ideia de ação direta, conseguiremos distinguir um ativista associado ao movimento por um laço de continuidade daquele que o faz por oportunismo ou entusiasmo momentâneo. Em suma, este recorte exige a separação entre o sujeito ideal, os 99%, e o sujeito de fato - anarquistas autoproclamados ou “inspirados”.

Outra distinção necessária se dá entre ação direta e desobediência civil, muito embora quanto a isso, não exista clareza, Graeber sabe que o mais frequente, na prática, é a sobreposição de ambas. É o caso, por exemplo, do *Ya Basta!* - grupo de inspiração anarquista que foi reconhecido como parte do Movimento Antiglobalização, por desejar a abolição das fronteiras nacionais e o consequente reconhecimento do princípio de cidadania global. Este grupo também age sem mediação, porém caracteriza suas práticas como sendo formas de desobediência civil. Sem que sejam equivalentes as de Gandhi, uma vez que não se oferece um ativista ao “sacrifício”, a fim de demonstrar sua superioridade moral. Suas táticas defensivas, já comentadas neste capítulo, ilustram como a distinção absoluta entre ambas só é eficaz na teoria, até porque, se definida estritamente, a desobediência civil é qualquer manifestação que viole a lei intencionalmente, sendo que muitos acionistas diretos fazem o mesmo.

---

<sup>74</sup> Sobre o vínculo entre ação direta e democracia direta menciona-se que, na América do Norte, o pós Segunda Guerra Mundial determinou a aproximação entre ambas: “The period since the war has seen a gradual merging of the traditions of direct action and of direct democracy, with the two only really coming together in the late 1970s and early 1980s, ready to be revived by the influence of the Zapatistas.” GRAEBER, *Direct Action: An Ethnography*, 2009, op. cit., p. 228.

<sup>75</sup> *Ibid.*, p. 210. No original: [...] a model for the change one wishes to bring about. (tradução livre)

<sup>76</sup> GRAEBER, *Fragments of an Anarchist Anthropology*, 2004, op. cit., p. 84. No original: When protesters in Seattle chanted ‘this is what democracy looks like,’ they meant to be taken literally. (tradução livre)

Num âmbito exclusivamente teórico, entretanto, Graeber alega que, na desobediência civil, o ativista está disposto a aceitar as consequências legais dos seus atos. É como se a diferença estivesse no nível psicológico de reconhecer ou não o Estado. Num caso hipotético, os acionistas diretos não apenas se recusariam a pagar um imposto criado para sustentar um sistema escolar opressor, como também, construiriam uma nova escola, ignorando uma eventual repressão estatal. Não querem transmitir uma mensagem ao poder público, simplesmente, vivem como se já fossem livres. Já um praticante da desobediência civil reconhece que pode ser preso a qualquer momento, mas aceita isso e até convive com esta expectativa, porque sua atitude precisa ser sentida como um desafio. Contrariamente, a ação direta anarquista pode ocorrer na obscuridade, veladamente, não precisa se mostrar para o Estado, nem provar nenhum ponto a ele. Outra distinção estaria no fato de que, no geral, atos de desobediência direcionam-se a leis ou políticas específicas, consideradas ilegítimas ou injustas, já a ação direta estende sua crítica ao sistema jurídico como um todo. Mas, repito, esta é uma generalização abstrata, a prática da ação direta faz com que os dois conceitos entrem numa zona de indistinção.

Aqui está mais uma explicação para o pequeno número de anarquistas na academia, generalizações de tal ordem carecem de clareza e verossimilhança, quando confrontadas a uma situação real. No entanto, se permanecermos em um nível abstrato, efetivamente pode-se traçar como característica da ação direta anarquista o agir de forma independente e livre. Ela se torna a concretização de uma utopia, quer-se liberdade e democracia direta, pois bem, então a ação não possui amarras e todos decidem conjuntamente. Daí o exemplo que o autor cita de que, caso se aproxime um caminhão com resíduos tóxicos a serem jogados num rio, os ativistas tentarão pará-lo, pouco importando se o motorista mostrar uma ordem judicial que o autorize a fazê-lo. Tanto faz este papel, ele não tem nenhum significado face ao interesse coletivo de manter o rio limpo.<sup>77</sup> Uma ação direta faz, ela não pede, hipoteticamente, ela desafiaria a lei, furando os pneus deste caminhão, jamais jogaria caquis e bananas na casa do Juiz, pressionando-o a revogar a autorização.

Como na prática estes dois fenômenos se confundem, a desobediência civil foi uma das cinco formas selecionadas por Graeber ao longo de sua etnografia, junto a ela foram colocadas as marchas de protesto, os comícios,<sup>78</sup> o piquete, a festa de rua e a tática

---

<sup>77</sup> Cf. GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 203.

<sup>78</sup> A palavra que o autor usa é *rally*, optei por traduzi-la como comício, muito embora em português, o sentido desta palavra esteja muito relacionado às reuniões organizadas por candidatos políticos, em períodos

*black bloc*. Cada uma delas é capaz de reunir um número elevado de participantes, frequentemente, compondo ações de massa maiores, o que torna mais fácil a visualização do objeto. O conceito amplo de ação direta será, enfim, individualizado nestas modalidades, para melhor compreensão de sua estrutura, público alvo e do objetivo a ser alcançado.

Sobre a primeira forma, não há muito mais a ser dito, exceto que os próprios ativistas a distinguem como uma ação pública, não-violenta, estacionária, solene e que desafia o poder vigente. Por exemplo, pondo-se diante de um edifício prestes a ser demolido, deitando em frente a um trator ou subindo numa árvore, para que ela não seja cortada. Se a polícia aparecer, são pessoas que, conforme se disse, aceitam a prisão, David chega a afirmar que, em alguns casos, ser preso é algo desejado, pois assim, no julgamento, poder-se-ia explicar à coletividade qual o objetivo do ato, “abrindo os olhos das pessoas” sobre o quão absurdo e violento é o sistema. O público externo é, portanto, essencialmente importante, a esperança deste ativista é a de reverter uma lei injusta sensibilizando, sobretudo, a opinião pública, fazendo com que a autoridade volte atrás em sua decisão. Em seu sentido clássico, trata-se de uma postura em que o valor da “causa” sobrepõe-se a qualquer instinto de autopreservação, tudo em prol de uma possibilidade não necessariamente realizável e que, em alto grau, depende da simpatia da mídia. Assim: “No máximo, é possível qualificar esta ação como direta em seu modo negativo: atos de desafio mais do que de criação.”<sup>79</sup>

A desobediência civil clássica remete às táticas de Gandhi, de fazer com que um ativista tenha uma elevação moral tão grande que é capaz de despertar compaixão até mesmo em seu adversário, apelando para os bons sentimentos e intenções que, no fundo, existiriam também nele. A não-violência que lhe caracteriza serve de contraste para acentuar a brutalidade do Estado, sempre presente, ainda que não se ofereça qualquer risco à ordem pública. Sua fórmula consiste, porém, numa resistência ativa não equivalente a um pacifismo absoluto, conforme a correta apreensão de David: “Gandhi de fato condenava todas as formas de violência. Mas também defendia que a aquiescência passiva a uma ordem social injusta era ainda pior.”<sup>80</sup> Na atualidade, este modelo de ação sem-violência

---

de campanha eleitoral. Sublinho, então, que as marchas de protestos e os comícios, no sentido que Graeber os apreende, em português, seriam melhor condensados como “manifestações”, uma vez que esta palavra abrange tanto as caminhadas políticas quanto as reuniões coletivas para se ouvir o discurso de alguém. Preferirei, por isso, utilizar essa última palavra, ocasionalmente.

<sup>79</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 393. No original: At most, one might qualify this as direct action largely in its negative mode: acts of defiance more than creation. (tradução livre)

<sup>80</sup> GRAEBER, **Um projeto de democracia: uma história, uma crise, um movimento**, 2015, op. cit., p. 151.

foi atualizado em táticas mais defensivas, que protegem o envolvido, conforme se comprovou com o *Ya Basta!*.

O que de mais interessante existe, em formas pacíficas de manifestação, é que seus integrantes convivem com a necessidade de aprender a enxergar a situação do ponto de vista do oponente. Já que o uso da violência é previamente descartado, a meditação sobre o inimigo, a tentativa de compreender o essencialmente outro, tornam-se meios estratégicos para se lidar com uma situação de conflito. É necessário, portanto, ter prudência ao tentar negociar, é preciso reconhecer a existência de mundos distintos, nos quais uns se enxergam como livres, enquanto outros seguem ordens e querem que todos também as sigam. O inimigo ideal até pode ser o “o FMI, a OMC, etc”, mas nas ruas não são com estes homens de terno que se lida, mas com os inimigos de fato, os policiais, que são a face da violência legítima do Estado.<sup>81</sup> Para compreendê-los, é fundamental saber que naquele instante o policial é um funcionário, como tal, suas simpatias pessoais não importam, ele está cumprindo um dever, com ele não há possibilidade de se chegar a um consenso. Inclusive, mesmo no sentido de Gandhi, quando se apela à humanidade do adversário, o apelo não se dirige preponderantemente a quem cumpre a ordem, mas a quem possa dá-la e conseqüentemente revertê-la. David exemplifica dizendo que, em Seattle, os policiais choraram quando receberam o comando de aplacar adolescentes idealistas, mas mesmo assim o cumpriram. Em suma, é necessário visualizar os limites da capacidade de compreender o inteiramente o outro. Um ativista não saberá tudo que se passa na cabeça de um policial e o inverso é igualmente verdadeiro, numa ação pacífica, esses limites precisam ser reconhecidos.

Um movimento sem violência não pode vencer quem possui o monopólio da violência legítima, com base na “queda de braço”, assim, apesar do argumento anterior, o anarquismo reconhece que um governo só é derrubado quando os policiais recusam-se a atirar. Todo o dilema se concentra mais uma vez na expansão de um modo de vida, afinal, para que o objetivo seja plenamente atingido, é imprescindível dialogar com os policiais,

---

<sup>81</sup> A seguinte constatação converge com o afirmado: “The fact is, while it may be true that not all police officers are corrupt and violent, to us, this is a non-issue. We do not look at individuals, but rather systems and forces, and what interests those systems and forces serve. The police force is a force organized for the defense of the status-quo and the interests of capitalism.” NICOLAS. Street fighting for the future in defense of Anti-Racist Action and the movement against fascism. In: VAN DEUSEN, David; MASSOT, Xavier. (ed.) **The Black Bloc Papers: An Anthology of Primary Texts From The North American Anarchist Black Bloc 1999-2001 The Battle of Seattle (N30) Through Quebec City (A20)**. KS: Breaking Glass Press, 2010. p. 174.

colocando-os em plano de igualdade, a despeito do emprego que possuem. Aqui está mais um sonho de um projeto que não quer ser hierárquico e tampouco impositivo.

Quanto à segunda forma, as marchas e os comícios, David afirma que, raramente, eles serão caracterizados como ação direta, isso só ocorrerá em duas hipóteses, primeiro, quando ocuparem o espaço público ilegalmente, segundo, quando apesar de permitidos, a polícia se mostrar hostil. É o caso do confronto policial ocorrido em Quebec, quando se tentou derrubar o muro que envolvia a Cúpula. Neste exemplo, inclusive, temos a combinação de todas as modalidades enumeradas, houve, entre outras coisas, desobediência civil, festas de rua, tática *black bloc*, piquete, tudo ao mesmo tempo, em pontos diversos.

É decisivo distinguir entre esta modalidade e aquelas passeatas que, via de regra, reúnem manifestantes para caminhar, levantar cartazes confeccionados por terceiros, cantar palavras de ordem, preferencialmente, usando camisetas iguais ou qualquer tipo de uniforme, até que, ao final, vão alegremente para casa ou escutam discursos proferidos por líderes entusiasmados. Isso não é ação direta de jeito nenhum. David tem uma grande resistência com marchas e comícios, a razão de ser deles são os números, quanto mais gente nas ruas melhor, sendo que esta ênfase na quantidade não é essencial para o anarquismo. A questão não é ostentar centenas de milhares de pessoas marchando, não se quer constituir um exército disciplinado. Para ser ação direta, todas estas pessoas precisariam também ter decidido conjuntamente o curso da ação política, num sentido de auto-organização derivado do reconhecimento do processo de democracia direta. Do contrário, seriam tudo o que o movimento mais abomina, um coletivo desorganizado que se deixa conduzir por suas “paixões”, por uma elite esclarecida ou por um “pastor com megafone”, este último simpático à polícia por garantir que tudo se dê dentro dos limites legais. Nas palavras de Francis Dupuis-Déri, a democracia inerente ao anarquismo é importante por: “transformar uma multidão aparentemente irracional em um ator político racional e consciente de suas escolhas, bem como do significado de seus atos.”<sup>82</sup>

Muitos anarquistas radicalizam e afirmam que marchas e comícios não servem para nada, David pondera e garante que eles podem ser eficazes, desde que sejam uma das táticas em meio a diversas outras. Sejam, por exemplo, o ápice de uma campanha que envolveu formas diferentes de ação direta, como foi o caso da marcha de Washington, em

---

<sup>82</sup> DUPUIS-DÉRI, *Who's Afraid of the Black Blocs?* Anarchy in Action Around the World, 2014, op. cit., p. 42. No original: [...] to transform an apparently irrational throng into a rational political actor aware of its choices and of the significance of its acts. (tradução livre)

1963, quando se deu o famoso discurso de Martin Luther King, “*I have a dream*”, antes dela houve muita luta, boicotes, etc, e foi isso que a legitimou, ao olhar anarquista. Aliás, uma observação importante, apesar do anarquismo rejeitar a liderança formal, é de se notar que a liderança carismática ainda divide opiniões. Alguns a rejeitam definitivamente, mas Graeber a vê como inevitável para efetuar certas mudanças sociais. É o caso de King, Gandhi, Malcom X, Dalai Lama, entre outros.

De toda sorte, organizar uma manifestação envolve uma série de dificuldades, a começar pelo fato de que ela precisa abrigar também entretenimento, para manter viva a atenção e a concentração de todos, num dado espaço, evitando que as pessoas comecem a se dispersar. Fazer isso sem um “pastor”, implica em intercalar falas políticas com algum show musical, coisas assim. Além disso, a presença da polícia leva à necessidade de que alguém lhe explique a finalidade do ato, suas intenções e eventual percurso, para que se obtenha autorização ao prosseguimento. Esta espécie de negociação também é incompatível com o desejo anarquista, até porque informar, por exemplo, um percurso, significa garantir que todos o sigam, sendo que o movimento não quer cercear a liberdade de quem o integra. Por estas razões, a organização de uma marcha adquire certas características hierárquicas, “estabelecer quem fala com a polícia”, e, por via de consequência, quem será cobrado por ela, caso a situação adquira contornos imprevistos. Isto gera um grande mal-estar e é mais um motivo para que esta modalidade de ação direta não seja bem quista pelos anarquistas.

Para ter destaque, as marchas e os comícios precisam reunir muitas pessoas, idealmente milhares, todas elas num espaço único, a fim de ser mais fácil a visualização. Mas a quem se quer impressionar com isso? Há três opções: 1) os poderosos, sobretudo, os políticos, para que o movimento seja sentido como uma ameaça ao poder constituído ou à reeleição de candidatos. Nesta hipótese, os ativistas se enquadrariam como a emanção do sentimento de um potencial eleitorado. 2) a grande mídia e consequentemente todos que a acessem, num sentido de divulgar uma mensagem ao público em geral, mostrando quantas pessoas naquele momento estão interessadas em determinado assunto. 3) os próprios manifestantes. Nesta interpretação, esta modalidade de ação direta funcionaria como um meio para lhes renovar as esperanças, através do encontro com mais pessoas que estão na mesma sintonia. Nesta hipótese é fácil recordar da relação feita por David entre anarquismo e fé, pois a todo aquele que acredita em possibilidades imateriais não se sentir sozinho é essencial, a fé é fortalecida quando compartilhada junto a uma comunidade.

Nas ações direcionadas contra instituições neoliberais, David afirma que o segundo público prepondera, uma vez que se quer expor a um grande número de pessoas a injustiça intrínseca a estas instituições. Neste caso, a esperança é semelhante a da desobediência civil, pois se presume que uma vez revelado o mal do sistema, a resposta do público será a de ficar indignado, juntando-se ao protesto.

Outro fator que justifica a rejeição anarquista às marchas e comícios são os cartazes, aqueles nos quais uma ordem é dada, “derrubem o projeto de emenda constitucional”, “parem com a corrupção”, coisas assim, pois dizeres que explicitamente se destinem à primeira hipótese de público, os poderosos, são avessos à lógica anarquista, segundo a qual, nenhum apelo deve ser direcionado a autoridades estatais. Em igual medida, um movimento que abstrai a existência do Estado não pode realizar uma marcha que se converta num espetáculo para ele. Ainda que, na prática, não se possa homogeneizar a quem cada um quer impressionar, não é admissível que o primeiro público predomine.

Bem, mas à lógica de conservação inerente ao poder, o ideal é que público nenhum seja impressionado, daí ser recorrente a violência policial e as detenções em massa, em grandes atos. O grande número de pessoas precisa ser reduzido a todo custo, foi o que mais uma vez se comprovou com o exemplo de Quebec, quando milhares foram reduzidos a dezenas. Na medida em que um jornal divulga um número de manifestantes, esse cálculo é arbitrário, feito em qualquer ponto e a qualquer momento. A quem está no poder, o interessante é sempre divulgar números baixos, aos ativistas, o mais válido é que a conta seja feita visando à maior soma. Graeber lembrou que: “[...] em contraste com os grupos auto-organizados típicos da ação direta, multidões de manifestantes têm uma enorme inércia.”<sup>83</sup> Há muita dificuldade para que elas se movam numa mesma direção, muito embora existam alternativas divertidas e criativas, como os bonecos, comuns em ações anarquistas, geralmente acompanhados por músicos, a fim de que sejam vistos ou ouvidos por todos.

A terceira forma de ação direta é o piquete, sua caracterização é a de um confronto declarado tanto contra o empregador, quanto em face de qualquer um que tentar rompê-lo, sejam clientes, funcionários ou a própria polícia. Algo interessante a se dizer é que esta prática encontra amparo legal nos Estados Unidos, desde o início do século XX, quando o sistema a interiorizou, submetendo-a a uma regulamentação bem detalhada, anulando sua agressividade original, em prol da aceitação dos termos do Estado, a citar o

---

<sup>83</sup> GRAEBER, *Direct Action: An Ethnography*, 2009, op. cit., p. 372. No original: [...] in contrast to the self-organized groups typical of direct action, crowds of marchers have an enormous inertia. (tradução livre)

respeito pelo direito à propriedade. Não que isso venha ao caso para o anarquismo, o movimento por certo não está preocupado em agir dentro da lei, os sindicatos, no entanto, costumam respeitar esta norma, por isso é que foram classificados, por Graeber, como a única organização do país autorizada a praticar ação direta.

De toda sorte, a adesão majoritária ao princípio da não-violência somada ao fato de que os anarquistas podem trabalhar em conjunto com indivíduos sindicalizados, leva-nos à conclusão de que, atualmente, a melhor estratégia para o sucesso de um piquete é o apelo à consciência moral de cada um. Esta modalidade de ação direta, ao transmitir sua mensagem, não quer ser agradável, ela usa apitos, faz barulhos, espalha cadeiras, age, enfim, de maneira a traçar uma linha sobre o que é correto para todos, deixando os opositores irritados e desconfortáveis. Romper o piquete se transforma numa questão de indecência, aquele que o fizer será moralmente condenado pela prática de um ato desprezível e egoísta.

Estes acionistas diretos querem impressionar tanto as pessoas conhecidas, cuja entrada passa a ser impedida, quanto os anônimos e desconhecidos - os formadores de opinião, a fim de afetar a decisão de algum “poderoso”, para que ele interceda em benefício dos manifestantes. Trata-se da mesma esperança encontrada na prática da desobediência civil, quando se dá a sobreposição do público externo em importância, para que a influência exercida sobre ele possa ser sentida como uma ameaça ao oponente real, o empregador.

A quarta forma de ação direta é a festa de rua, quando o espaço público é ocupado para fins lúdicos, a fim de transformar, entreter e educar todos aqueles que dela participarem. A subversão da ordem natural dos eventos é um ato político, pois no momento em que os carros são impedidos de circular, a rua se converte num palco para possibilidades renovadas, muito mais divertidas. A ênfase colocada no prazer coletivo vem como um modo de inspirar as pessoas a buscarem mais do que lhes é oferecido, simultaneamente, é uma forma de fazer coincidir a alegria com o anarquismo, substituindo a imagem de destruição por shows, danças, malabarismo, bonecos e palhaços. É o que vem sendo repetido à exaustão: o contágio da experiência de ser livre só pode ser efetivado quando associado à felicidade.

A lógica está em colocar o mundo de cabeça pra baixo, para que ao menos por um instante todo seu peso desapareça. Entre 1997 e 2002, o *Reclaim the Streets* foi o protagonista deste tipo de ação, a ele são atribuídas muitas das ‘festas de resistência’ ou

dos ‘carnavais contra o capitalismo’, que se tornaram um modelo para movimentos voltados contra a cultura do carro, contra o controle do espaço público ou *lato senso* contra um sistema alienador que nega ao indivíduo toda chance de ser livre, pleno e criativo.<sup>84</sup> Nestes atos, as ruas eram preenchidas por uma intensa movimentação de ciclistas, comemorando o ir e vir livre de automóveis, junto deles também pessoas com skate, patins e dançarinos. Com a vinda da polícia, cada segundo a mais com música se transformava numa vitória, num momento acrescido de liberdade, a exemplo de um episódio vivenciado por David, no qual as pessoas cantaram: “De quem são as ruas? São nossas!”,<sup>85</sup> bem em frente aos policiais, fazendo com que os músicos se tornassem os verdadeiros maestros da fuga, guiando a todos com base na força diretiva de suas canções. As festas de rua são, em síntese, zonas autônomas temporárias, espaços efêmeros nos quais se pode viver sem a presença do Estado, sem carros, numa paisagem transformada em prol do prazer coletivo.

A última forma de ação direta é a tática *black bloc*, sobre ela, compensa, em primeiro lugar, uma observação bem humorada:

[...] é difícil não achar engraçadas as referências constantes aos anarquistas *black bloc* como violentos, sobretudo, quando se passa algum tempo com eles, vendo-os, por exemplo, tomar todo o cuidado para não pisar em minhocas ou debater sobre se é realmente justificável matar um mosquito.<sup>86</sup>

A origem desta tática é controversa, não sendo possível especificá-la com certeza científica, para David, ela está situada na Alemanha, na década de 80, dentro do *squatters’ movement*. Nesta oportunidade, jovens anarquistas que defenderam os *squats* (espaços autônomos que nascem de uma ocupação) do ataque policial ou que participaram de marchas e comícios usando máscaras de esqui e jaquetas pretas de couro idênticas, receberam da mídia alemã (ou dos policiais) o apelido de bloco preto. Suas táticas

---

<sup>84</sup> Sobre este grupo: “Merging the radical ecology of Britain’s powerful anti-road-building movement and the carnivalesque nature of the countercultural rave scene of the early 1990s, Reclaim the Streets (RTS) became a catalyst for the global anticapitalist movements that came to light during the Seattle World Trade Organization (WTO) protests of 1999. Combining a radical ecological and social critique with creative forms of direct action and a dedication to non-hierarchical organization, the group’s innovative tactics inspired a new generation of radical activists in the global North.” JORDAN, John. Reclaim the Streets. In: NESS, Immanuel. (ed.) **The International Encyclopedia of Revolution and Protest**. United Kingdom: Wiley-Blackwell Publishing, 2009. v. VI. p. 2807.

<sup>85</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 385. No original: Whose Streets? Our Streets! (tradução livre)

<sup>86</sup> Ibid., p. 225. No original: [...] it’s hard not to find constant references to Black Bloc anarchists as “violent” amusing when one has spent any time with them, and observes them, for instance, carefully avoiding stepping on worms or debating about whether it’s really justifiable to kill a mosquito. (tradução livre)

rapidamente se disseminaram, para além da Alemanha, passando a acontecer em diversos países, sempre se pautando nos princípios de autonomia e associação voluntária.

Um *black bloc* não chamará a si mesmo de violento, pela simples razão de que propriedades não sentem dor, não sofrem e não sangram. Logo, o primeiro passo é apreender o conceito, descobrir de que maneira ele é interpretado por aquele que o emprega, com isso se verá que violência, nesta tática, significa prejudicar outros seres vivos. Tal como é feito pelo Estado e pelo capitalismo, no sentido exato captado pelos proletários da sede ocupada da Confederação Geral dos Trabalhadores Gregos:

Violência é trabalhar por 40 anos ganhando salários miseráveis, se perguntando se algum dia poderá se aposentar. Violência são títulos públicos e fundos de pensão roubados, além de fraudes no mercado de ações. Violência é desemprego ou emprego temporário. Violência são “acidentes” de trabalho. Violência é ficar doente por causa de muito trabalho. Violência é tomar remédios psiquiátricos e vitaminas para conseguir aguentar horas de trabalho exaustivas. Violência é trabalhar para poder comprar remédio e assim consertar a mercadoria que é sua força de trabalho. Violência é morrer em macas de hospitais horríveis, quando não se pode pagar todas as taxas.<sup>87</sup>

Esta forma de ação direta não é uma organização ou um grupo, tanto assim que pode ser constituída por uma única pessoa, o preto bloco é uma tática, ou seja, uma maneira mais militante e mais agressiva (ou mais defensiva) de se comportar em protestos, cujo emprego é feito majoritariamente por anarquistas e por ativistas antiautoridade. Um traço comum, para além da roupa preta, é o encobrimento do rosto com máscaras, lenços ou bandanas, sobre isso, David levanta uma observação importante, o principal motivo para fazê-lo não é a segurança, mas a recusa do espetáculo. Trata-se de uma forma de provar que o propósito não é o de enaltecer o próprio ego, aparecer na mídia ou postar no *facebook*, o ‘tornar-se indistinguível’ tem um fundo político essencial: faz com que a ação de um se torne a ação de todos, dissolvendo mais uma vez o conceito de autoria em meio a uma pluralidade de anônimos. O que por si seria grandioso, não fosse a facilidade de

---

<sup>87</sup> Proletarians from the occupied headquarters of the General Confederation of Greek Workers (GSEE), Athens, December 2008 apud DUPUIS-DÉRI, **Who’s Afraid of the Black Blocs?** Anarchy in Action Around the World, 2014, op. cit., p. 51. No original: Violence means working for 40 years, getting miserable wages and wondering if you ever get to retire. Violence means state bonds, robbed pension funds and the stockmarket fraud. Violence means unemployment, temporary employment. Violence means work “accidents”. Violence means being driven sick because of hard work. Violence means consuming psych-drugs and vitamins in order to cope with exhausting working hours. Violence means working for money to buy medicines in order to fix your labor power commodity. Violence means dying on ready-made beds in horrible hospitals, when you can’t afford bribing. (tradução livre)

inserir infiltrados em meio aos mascarados, favorecendo, com isso, a repressão policial, sempre maciça, em prol de impedir as violações de propriedade.

Este é um dos motivos que explicam a oposição retratada em Seattle, em face do *black bloc*, não é incomum que os ativistas se dividam entre aqueles que pedem “sem violência” e os que consideram imprescindíveis as destruições simbólicas. Mesmo em Quebec, o grupo de ação direta canadense, *SalAmi*, por rejeitar destruições, se opôs ao bloco preto, alguns entraram em conflito direto com seus praticantes, vaiando-os, pedindo sua retirada da marcha. De um modo geral, porém, prevalece a boa relação entre todos, pautada no respeito pela diversidade de táticas, conforme David: “[...] até os membros mais pacifistas dos grupos de ação direta sentiam uma afinidade maior com os anarquistas *black bloc* do que com as ONGs mais radicais.”<sup>88</sup>

De todas as modalidades de ação direta, esta é a que menos se importa com o olhar do grande público, até porque são eles que mais ficam conhecidos como ‘vândalos’, seja por costumeiramente ligarem os braços, empurrando as linhas de policiais, seja por construir barricadas com lixeiras ou outros objetos, além de picharem muros, destruírem vitrines, janelas, carros de emissoras televisivas, de policiais e por aí vai. Violentos para os outros e não-violentos para si mesmos, esta é a síntese.

A não-violência por própria caracterização encontra-se, por exemplo, num comunicado lançado pelo Coletivo ACME, após as ações de Seattle, no qual a propriedade privada foi distinguida da pessoal, pelo critério da utilização própria ou do comércio. Ter algo por necessidade é perfeitamente compreensível, não o é, entretanto, acumular bens supérfluos e manipulá-los em prol de lucro, poder e influência.<sup>89</sup> Pelo mal que a propriedade privada faz aos outros, ela merece ser destruída. Ilustrativamente, é possível queimar carros luxuosos expostos numa loja, mas não o veículo utilizado para locomoção de alguém. Grandes empresas e interesses corporativos são visados, não pequenos comércios ou bens pessoais.

A frequência de comunicados como este denota que o *black bloc* não é composto por ativistas ensandecidos que saem quebrando tudo sem critério, afinal, apesar de existirem casos em que o emprego desta tática se dá espontaneamente, o mais comum é que sejam feitas reuniões prévias, para decidir quais alvos são legítimos, além disso,

---

<sup>88</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 355. No original: [...] even the most pacifist members of direct action groups felt they had more in common with Black Bloc anarchists than with the most radical NGOs. (tradução livre)

<sup>89</sup> Cf. Acme Collective's ‘Black Bloc Communiqué’ issued after the WTO actions in Seattle apud GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 408.

posteriormente ao ato, podem acontecer novas discussões, com o intuito de ponderar se as destruições foram compatíveis com o programado, e, eventualmente, para explicá-las ao público externo. São indivíduos solitários ou provenientes de grupos diversos que se encontraram, por exemplo, devido às chamadas da internet ou de cartazes, reunindo-se para um objetivo específico, findo o qual podem se separar, na medida em que, repete-se, não se trata de uma organização, mas de uma tática.

Algo muito engraçado foi lembrado por Francis Dupuis-Déri: “Seria absurdo supor que atirando uma pedra numa janela do banco, o capitalismo acabaria.”<sup>90</sup> Assim, se o *black bloc* destrói propriedades, este é mais um de seus atos, não sua finalidade principal. A destruição é meramente um feito simbólico, uma forma de quebrar o encanto, de romper com o feitiço criado pela cultura de consumo que emana das vitrines. A razão de ser principal desta tática é a de radicalizar mensagens de crítica ao sistema, protegendo ativistas mais vulneráveis, em meio a um confronto policial. Este bloco é a realização dos princípios anarquistas básicos, seu desafio às autoridades faz com que muitos o vejam como a essência mais pura da ação direta, sua melhor forma e concretização. Além disso, qualquer marcha que o contenha afasta de si a previsibilidade e o tédio caracterizantes de “caminhadas políticas” legalmente autorizadas, conferindo a elas uma direção mais militante, socialmente engajada e ideologicamente definida, incentivando as pessoas a se insurgirem. Tanto assim que, ao olhar externo, a imagem do anarquismo fica indissociável da presença *black bloc*, com humor nosso autor garante que uma das pouquíssimas coisas que na América se sabe sobre os anarquistas é que eles quebram a janela do *Starbucks*.<sup>91</sup>

Inexistindo um código de condutas escrito e válido universalmente, os limites aos adeptos desta tática estão relacionados à solidariedade e à responsabilidade para com os demais, no sentido exato apreendido por Nicolas, do *Barricada Collective*: “Anarquismo é sobre liberdade, mas é também sobre responsabilidade pessoal. [...] Responsabilidade para cuidar da segurança de outros e para oferecer retaguarda a outras pessoas, caso elas precisem.”<sup>92</sup> Esta forma de ação direta caracteriza-se, em síntese, pelo emprego racional da força física, uma forma consensualmente planejada de militância que

<sup>90</sup> DUPUIS-DÉRI, **Who's Afraid of the Black Blocs?** Anarchy in Action Around the World, 2014, op. cit., p. 63. No original: [...] it would be absurd to suppose that hurling a stone at a bank window disrupts capitalism. (tradução livre)

<sup>91</sup> Cf. GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 420.

<sup>92</sup> NICOLAS. *Barricada Collective*. In: VAN DEUSEN, David; MASSOT, Xavier. **The Black Bloc Papers: An Anthology of Primary Texts From The North American Anarchist Black Bloc 1999-2001 The Battle of Seattle (N30) Through Quebec City (A20)**. KS: Breaking Glass Press, 2010. p. 140. No original: Anarchism is about freedom, but it is also about personal responsibility. [...] responsible for looking out for the safety of others and having other people's backs when they need it. (tradução livre)

ainda assim não quer agredir ninguém, são vândalos que pretendem demonstrar que a verdadeira destruição é aquela perpetuada pelo Estado de Direito e pelo capitalismo, tudo o mais que fazem não passa de uma reação à violência que cotidianamente recebem.

## 2.4 Ação direta e democracia

Entre os imperativos éticos do anarquismo, está a criação da democracia verdadeira,<sup>93</sup> nada menos que isso, a mensagem parece ser a de que a luz da verdade emana da democracia direta, fora dela apenas o engodo de um Estado que toma todo o poder para si, legitimando-o na figura fantasmagórica do povo.<sup>94</sup> “Quantos eleitores são necessários para se mudar uma lâmpada?”<sup>95</sup> Perguntou-se Graeber com a epígrafe de um ensaio. “Nenhum, pois eleitores não mudam nada.”<sup>96</sup>

Até aqui, surpresa alguma, pois é mesmo intuitivo que a ideia de democracia representativa é afastada por este projeto moral, assim como tudo o mais que costuma acompanhá-la: partidos políticos, Parlamento, líderes formais, financiamento de campanha, etc. Contrapor-se a este modelo, implica na redefinição do conceito como: “processo de deliberação coletiva sob o princípio da participação plena e igualitária.”<sup>97</sup>

Redefinição esta que é compatível com a hipótese de Graeber, segundo a qual, ação direta e democracia direta formam um todo indissociável.<sup>98</sup> O que este tópico sublinhará, no entanto, é a relevância superior da parte invisível de uma ação direta frente ao ato consumado no espaço público, afinal de contas, enquanto se processam as reuniões, há clareza, busca de participação coletiva, planejamento integral, há, em suma, uma visão

<sup>93</sup> Cf.: “Para um anarquista, na realidade, tentar criar experiências não alienadas, democracia verdadeira, é um imperativo ético.” GRAEBER, David; GRUBACIC, Andrej. *Anarquismo, ou o Movimento Revolucionário do Século XXI*. In: GRAEBER, David. **O anarquismo no século XXI e outros ensaios**. Tradução de Heitor Magalhães Corrêa. Rio de Janeiro: Rizoma, 2013.

<sup>94</sup> A respeito da soberania popular: “Popular sovereignty is therefore an innocent fiction at best, and at worst an intentional lie that justifies by means of an esoteric discourse the power of an elected aristocracy claiming to be democratic.” DUPUIS-DÉRI, **Who’s Afraid of the Black Blocs?** *Anarchy in Action Around the World*, 2014, op. cit., p. 89.

<sup>95</sup> GRAEBER, **Fragments of an Anarchist Anthropology**, 2004, op. cit., p. 77. No original: How many voters does it take to change a light bulb? (tradução livre)

<sup>96</sup> *Ibid.*, loc. cit. No original: None. Because voters can’t change anything. (tradução livre)

<sup>97</sup> GRAEBER, **Um Projeto de Democracia: uma história, uma crise, um movimento**, 2015, op. cit., p. 187.

<sup>98</sup> Para Graeber: “My own approach has normally been to openly embrace both terms, to argue, in fact, that anarchism and democracy are—or should be—largely identical.” GRAEBER, David. There never was a west: or, democracy emerges from the spaces in between. In:\_\_\_\_. **Possibilities: Essays on Hierarchy, Rebellion, and Desire**. Oakland: AK Press, 2007. p. 330.

de conjunto do curso que o ato terá. Conforme ficou claro no exemplo de Quebec, uma vez em marcha, não se consegue visualizar o que está acontecendo no quarteirão seguinte, há uma imprevisibilidade consequente de uma situação de conflito, quando a harmonia inaugural é substituída pela reação ao uso da força.

Resumidamente: a reunião é mais importante porque nela não há violência. E isso tanto pela ausência de confronto policial quanto por pautar-se em ideais igualitários, descentralizados, sem verticalidade, imposição ou lideranças formais. Conclui-se por isso que há uma relação entre democracia direta e não-violência. A agressividade que estes ativistas majoritariamente recusam como prática física é também recusada como prática política.<sup>99</sup>

O inverso absoluto do pensamento político de Hobbes está na seguinte afirmação: “As pessoas comuns são perfeitamente capazes de governar seus próprios assuntos, na base da igualdade e da simples decência.”<sup>100</sup> Sendo que a maneira anarquista de garantir o cumprimento das decisões é a responsabilização ética de todos os envolvidos, ou seja, de todos aqueles que puderam opinar com igualdade de condições, e que escolheram estar ali, graças ao princípio da associação voluntária. Esta união que ganha o nome de grupo de afinidade precisa manter a percepção de que a liberdade individual não é equivalente a uma ausência de compromissos, ao contrário, significa decidir a qual comunidade pertencer, fazendo parte dela e dos seus projetos, trabalhando solidariamente.

A compreensão do consenso como processo será o objetivo principal deste tópico. Para tanto, Graeber escolheu narrar suas experiências junto ao *NYC Direct Action Network*, por volta do ano 2000.<sup>101</sup> Com este fim, lancemos o primeiro pressuposto a uma reunião bem sucedida: enxergar o outro a partir do prisma da honestidade, das boas intenções, oferecendo a cada um o benefício da dúvida. Todos são honestos até que se prove o contrário, a confiança recíproca é a pedra angular, caso ela seja removida, o grupo

---

<sup>99</sup> Cf.: “To sum up then: most American anarchists, and most of those involved in the direct action movement, feel that some version of consensus decision-making is the only form entirely consistent with a society free of systematic physical coercion.” GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 354.

<sup>100</sup> Ibid., p. 53. No original: Ordinary people are perfectly capable of governing their own affairs on the basis of equality and simple decency. (tradução livre)

<sup>101</sup> Cf.: “One tactic DAN used to bring together a broad coalition and facilitate mass participation was to set guidelines for the action. These were not intended to judge tactics or impose an overall philosophy on how change happens, but to widen a space of possibility, to create a basis for trust, and to emphasize the asymmetrical nature of the struggle. The guidelines were: use no violence – physical or verbal – toward any person; carry no weapons; neither bring nor use any alcohol or illegal drugs; and destroy no property.” WHITNEY, Jennifer. World Trade Organization (WTO) protests, Seattle, 1999. In: NESS, Immanuel. (ed.) **The International Encyclopedia of Revolution and Protest**. United Kingdom: Wiley-Blackwell Publishing, 2009. v. VII. p. 3662.

corre o risco de se dissolver. Se o racismo, o sexismo, os preconceitos de classe, a homofobia, entre outros, manifestarem-se, gerando com isso um clima de revolta e de recíprocas acusações, a razão de ser da reunião se perderá, já tendo sido causa suficiente para a extinção de grupos. Opressão e violência desviam o processo de consenso do seu caminho.

A conclusão preliminar é a de que, para provar uma tese, o exemplo é mais eficiente do que o ataque. Logo, ainda que tenham sido recorrentes atos do NYC DAN contra convenções, tanto dos republicanos quanto dos democratas, seria inútil acusar o sistema representativo, sem construir uma forma mais pura de democracia, daí a relevância do mecanismo por meio do qual se pode chegar a uma decisão igualitária. Do mecanismo e não da decisão em si, a qual uma vez tomada pode muito bem não ser definitiva.

Este último ponto opõe-se a qualquer teoria em que o poder soberano se legitima pela escolha da maioria, noutros termos, é por isso que, no anarquismo, não há uma minoria que se sujeita, não há uma força que imponha a vontade dos vencedores, o processo de consenso implica no afastamento da decisão absoluta, o que se resolve por meio dele não é obrigatoriamente definitivo, não precisa ser um valor equivalente à justiça e não sofre a pressão de emergir de uma sabedoria coletiva que só emanará novamente dali a quatro anos. Inclusive, dependendo do caso, se nada for decidido, fica tudo bem. No conjunto de palavras ‘tomada de decisão igualitária’, a que mais nos interessará é a “tomada”, ou seja, o processo. E o mais divertido é que Graeber admite que: “[...] não é necessariamente o meio mais eficiente para se chegar a uma decisão.”<sup>102</sup> O anarquismo é o extremo oposto de uma política decisionista. Aliás, devo fazer uma observação, a expressão processo de consenso é utilizada neste capítulo para fins didáticos, ao pé da letra, usar ambas as palavras simultaneamente é redundante.

Há situações em que o consenso é afastado, sua ocorrência não é obrigatória. Para questões menores, como a data do próximo encontro, basta uma enquete. Mesmo em assuntos relevantes, se a rapidez for necessária, outros caminhos podem ser utilizados. Além disso, quando um grupo anarquista une-se a outro de tradição diferente, não é possível impor este processo como se ele fosse a via de mão única para a verdade. Segundo David, o maior desafio enfrentado por grupos autônomos que se valem da democracia direta é justamente o de encontrar o melhor caminho para se relacionarem com outros grupos, enfatizando os de linhagem reformista. Sempre os problemas concernentes à

---

<sup>102</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 303. No original: [...] it's not even necessarily the most efficient way of coming to a decision. (tradução livre)

expansão de um modo de vida serão os mais difíceis, simultaneamente, são incontornáveis à essência universalista do anarquismo.

De toda sorte, um encontro não pode se transformar num congresso, se a quantidade de pessoas estranhas ao grupo for tal que ao invés de falarem, proferirem discursos ou ‘palestras’, sem respeito pelo tempo do outro, certamente o consenso não será o método mais eficiente. Conclui-se por isso que, nas situações de exceção, a necessidade de uma decisão rápida torna-se preponderante. Seja como for, este tópico se limitará aos casos de normalidade.

A tomada de decisão igualitária pode se restringir ao interior de um pequeno grupo, com cerca dez ou quinze pessoas, ou processar-se em gigantescos conselhos com milhares de ativistas, caso em que o mais comum é que eles sejam subdivididos em grupos menores, para a eleição de um porta-voz que falará em nome de cada grupo, nas grandes assembleias. Mas como o foco deste tópico é o processo de consenso formal realizado pelo NYC DAN, apenas a primeira opção será descrita. Nela, uma reunião dita ‘normal’, iniciava-se com cerca de quinze minutos de orientações, ao longo dos quais, os objetivos eram apresentados. Feito isso, chegava a vez de cada ativista falar um pouco sobre si, para que todos se conhecessem. Fatores psicológicos que ajudam muito para o consenso são: intimidade, alteridade e respeito. Ou seja, cabe ao grupo conhecer a si mesmo. Após, vinha o momento de ser analisada a agenda, se fosse o caso, acrescentando-se pontos. Rapidamente, então, eram dados eventuais avisos importantes, até que cada grupo de trabalho passasse um relatório, com uma folha de inscrição (para participar dele ou de outros projetos e eventos). Trabalhos em andamento eram apresentados e discutidos. A próxima reunião era decidida, definindo-se o nome do facilitador, etc, e, finalmente eram expostos os anúncios finais. Apesar do uso de verbos no passado, em respeito à extinção do NYC DAN, relembra-se que seu modelo político se tornou exemplar e continua sendo empregado por grupos anarquistas contemporâneos, daqui em diante, portanto, o tempo verbal poderá ser posto no presente.

O desenrolar de um processo de consenso precisa comportar ao menos um porta-voz de mídia, um facilitador, alguém para prestar serviços médicos, outro que forneça apoio jurídico (sobretudo aos que forem detidos) e um porta-voz que dialogue com outros grupos. De todos estes, o único cujo papel não é intuitivo a um leigo “em assuntos anarquistas” é o facilitador, justamente a figura-chave. Ainda que se mantenha o uso do singular para se falar sobre ele, o mais comum é que sejam dois, um homem e uma mulher,

que dividem responsabilidades, “[...] mas também é sabedoria comum que os melhores facilitadores são majoritariamente mulheres”.<sup>103</sup> De todo modo, sublinho que o que Graeber chama de “arte da facilitação”<sup>104</sup> será a parte mais elementar deste tópico.

O facilitador é quem coordena a reunião, sem chegar a ser um líder, ele é o escolhido para reger as discussões, principalmente, quando elas se tornam acaloradas e os membros, outrora amistosos, passam a discordar gravemente entre si, ignorando o foco da proposta, alienando os princípios fundadores do grupo. Numa tal situação, caberá a ele a lembrança do motivo principal que ensejou a reunião. É como se o seu papel fosse o de restabelecer constantemente a harmonia, para que o processo flua em direção a um objetivo, facilitando, então, a ocorrência do consenso. David usa uma expressão conveniente para o trabalho que este personagem executa: “[...] desenvolver o sentido de uma mente de grupo.”<sup>105</sup>

Além de favorecer a padronização ideal, cabe ao facilitador perguntar ao grupo se há dúvidas a serem esclarecidas pelo autor da proposta, a fim de que seja claro tudo que está em jogo. Na sequência, ele deve considerar a voz daqueles que tiverem algo relevante a dizer sobre ela, caso em que poderão surgir modificações, chamadas de “emendas amigáveis”, quem a criou decidirá se elas são acatáveis ou não. De todo modo, é papel também do facilitador, sempre que necessário, a elaboração de uma pesquisa informal de opinião, para saber o que pensam os demais sobre determinada emenda ou colocação. Nestas situações, como o resultado não é vinculante, ele pode pedir para que as pessoas votem, ilustrativamente, levantando as mãos, isso servirá apenas para sentir qual é o clima geral. Outro sinal comum, quando uma ideia agrada a muitos, é que as pessoas pisquem repetidas vezes.

Ao longo do processo, a proposta inicial pode ser retirada, rejeitada, reformulada, acrescida a outras, fragmentada ou simplesmente protelada para futuras discussões. Sendo importante que o facilitador ofereça a todos a possibilidade de expressão, verificando quem está muito silente, quem está com o braço há muito tempo erguido. Executar bem esta tarefa consiste em fazer com que ninguém deixe um encontro com o sentimento de que foi ignorado. Quem não aceitou a sugestão não precisa segui-la apenas porque ela foi escolhida pela maioria, críticas são trabalhadas, dando-se aos opositores a oportunidade de explicarem o porquê da rejeição.

<sup>103</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 318. No original: [...] but it is also common wisdom that most of the best facilitators are women. (tradução livre)

<sup>104</sup> Ibid., p. 300. No original: [...] art of facilitation. (tradução livre)

<sup>105</sup> Ibid., p. 302. No original: [...] develop the sense of a group mind. (tradução livre)

Ao final, como garantir o consenso, se a votação do tipo “sim ou não” é vista com desconfiança? Como efetivamente levar em conta todas as perspectivas? Bem, para tanto caberá ao facilitador o questionamento sobre a existência de abstenções ou de bloqueios, na primeira hipótese é como se a pessoa dissesse: “Eu não gosto disso e não participarei, mas tampouco vou impedir alguém de fazê-lo.”<sup>106</sup> Já a segunda ocorre quando alguém considera que a proposta é uma afronta aos princípios fundadores do grupo, nesta hipótese, ainda que a esmagadora maioria a tenha aprovado, este único indivíduo poderá bloqueá-la, com a ressalva de que é possível questionar se este bloqueio realmente se pautou em tais princípios. O poder de veto pertence a todos, sem distinção, logo, precisa ser utilizado de forma consciente, para não prejudicar o coletivo, ele é uma grande prova do quanto a política anarquista não quer ser impositiva.

O respeito de um para com os demais impede que uma ideia seja ridicularizada, consenso não significa apagar as diferenças, ninguém precisa ser convencido ou mudar de opinião, inclusive, Graeber acha ótimo que as pessoas divirjam entre si, pois de acordo com ele: “[...] se alguém está tentando resolver um problema ou realizar uma tarefa, será quase sempre mais fácil fazê-lo com um grupo de cinco pessoas diferentes do que com um grupo de clones idênticos.”<sup>107</sup> A um processo bem sucedido bastam algumas concessões para que se obtenha um terreno comum. Consentir é encontrar o equilíbrio entre a autonomia individual e o pensamento do grupo. O facilitador precisa incentivar esta comunhão, para que, ao final, reste um compromisso ou síntese firmado por todos.

A confiança recíproca, enquanto base para o consenso, faz com que apenas a lógica interna de uma proposta possa ser alvo de críticas, nunca as motivações de quem a criou. Questiona-se o raciocínio, não a moral, apenas ele pode ser trabalhado e transformado através da ação coletiva. Questionar a intenção, alegando machismo, racismo ou que quer que seja, volta-se a dizer, é fator suficiente para extinguir grupos.

Uma definição tardia precisa ser feita. Proposta é algo que se sugere para um curso de ação,<sup>108</sup> podendo ser feita por qualquer um (menos pelo próprio facilitador, para que sua tarefa não seja tendenciosa). Do ponto de vista formal, raramente ela é escrita, uma

---

<sup>106</sup> GRAEBER, **Fragments of an Anarchist Anthropology**, 2004, op. cit., p. 85. No original: I don't like this and won't participate but I wouldn't stop anyone else from doing it. (tradução livre)

<sup>107</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 329. No original: [...] if one is trying to solve a problem, or carry out a task, it's almost always going to be easier to do so with a group of five different people than with a group of identical clones. (tradução livre)

<sup>108</sup> Cf.: “The main purpose of meetings are to plan events referred to as ‘actions’. This is presumably short for “direct actions,” but in common usage the term is used to refer to pretty much any collective undertaking that is both political in intent and carried out in the knowledge that it might be met with hostile intervention on the part of the police.” Ibid., p. 359.

vez que as reuniões são necessariamente presenciais. No anarquismo, a adoção deste processo não acontece para definir conceitos ou outras abstrações, ele é o primeiro passo à consumação de um ato, uma maneira eficiente de acordar uma conduta coletiva, decidindo-se exatamente o que precisa ser feito. A exceção disso é o encontro inaugural, quando pessoas se reúnem para formar um grupo, pois antes de agirem precisam concordar sobre quais serão seus princípios fundadores. Sublinhando-se que estes princípios devem definir tanto os fins que o grupo almeja quanto os meios necessários para alcançá-los, fazendo-os coincidir ao máximo. O poder de bloqueio, o encerramento definitivo de uma proposta, legitima-se neste primeiro consenso, na iniciativa de vetar tudo que possa feri-lo.

Se o bloqueio acontecer, o caminho mais rápido é o de que o próprio autor da proposta a retire, uma alternativa, porém, seria o facilitador fazer uma pausa, para uma conversa particular entre o autor, o bloqueador e algumas outras pessoas, para que eventualmente surja uma nova sugestão. Outra alternativa, apesar de ser muito mal vista, é o consenso modificado, ele é utilizado com raridade, preponderantemente, por grupos excessivamente grandes, quando os membros não se conhecem muito bem ou quando o tempo é escasso. Nele, o bloqueio feito por uma ou mais pessoas é ignorado, em prol do acatamento de todo o restante, caso em que poderá ser proposta uma votação por maioria qualificada ou por modalidades alternativas: consenso menos um, menos dois, menos três, enfim.

Papéis secundários correspondem ao cronometrista, ao escriba e ao terceiro facilitador. Antes de uma reunião é comum que as pessoas concordem sobre o tempo que se deve dedicar a cada item, podendo haver alguém especialmente dedicado à tarefa de marcá-lo. É conveniente também estabelecer um tempo para fala de cada um, o que funciona mais em grupos pequenos, pois se forem muitas as pessoas, minutos somados podem se converter em horas de puro tédio. Não se conseguirá prestar atenção, tampouco mensurar a adesão à ideia. Graeber confessa que para grupos grandes, o ideal é que o facilitador explore algumas técnicas alternativas, por exemplo, dizendo: - vamos ouvir apenas os que até agora ficaram silentes. Com isso se impede a repetição das cartas marcadas, conferindo-se voz às minorias.

Quanto ao escriba, ele é autoexplicativo, trata-se de alguém que toma nota das informações relevantes, o que é útil a curto e longo prazo, pois este registro pode funcionar como uma memória institucional do grupo, potencialmente, acessível ao público externo, além disso, garante a imediata recordação do conteúdo decidido.

Já o terceiro facilitador é um papel complexo, adotado pelo NYC DAN após uma série de discussões, trata-se de alguém que trabalha junto com os outros dois facilitadores (um homem e uma mulher), focando seu propósito na tarefa de garantir o equilíbrio emocional do grupo. Se houver tédio, nervosismo, tensão, se algumas pessoas estiverem se sentindo ignoradas, caberá a ele perceber, relatar e corrigir. Um trabalho nada fácil, conclui-se, pois cabe também a ele, verificar se alguém, conscientemente ou não, está sendo machista, racista, homofóbico, hipócrita, sarcástico, etc, determinar esse tipo de coisa é muito difícil, a resistência em aceitar esta figura ocorreu porque se desconfiava do seu poder de censura, além disso, quais seriam seus talentos excepcionais para conseguir captar todos estes sentimentos? Só foi possível interiorizá-la, no NYC DAN, quando seu nome foi alterado de “observador de vibração”, para terceiro facilitador.

É interessante observar que nenhum dos grandes problemas passíveis de afetar o processo decorria do mecanismo em si, mas da perda de confiança, daí a aceitação do terceiro facilitador, embora todas as críticas levantadas. O racismo e o machismo destacam-se como dificuldades a serem enfrentadas, pois, conforme já se caracterizou, há uma esmagadora presença de brancos e de homens, quer-se, então, incentivar a participação de mulheres e de negros. Sobre estes últimos, a situação é mais grave, pois muitos destes ativistas recusam o anarquismo, o processo de consenso e a ação direta, pelos motivos já expostos, ao longo da discussão sobre o privilégio branco. Quanto às mulheres, de acordo com Graeber, nas reuniões do NYC DAN, formavam a minoria, na proporção de 2:1, às vezes pior que isso. Assim, declarações ou comportamentos machistas tendiam a provocar muita revolta, o terceiro facilitador precisava verificar a dinâmica de gênero como um todo, para impedir este tipo de cena.

Verificada a existência de alguém que dolosamente prejudica a reunião, o caminho mais aconselhável é o de pedir para que saia. Caso isso não aconteça, vedado o uso da força, tenta-se pedir para que seus amigos o convençam de que sua presença não está sendo oportuna. Por fim, fracassadas todas estas tentativas, resta apenas a neutralização moral desta pessoa, ignorando-a sistematicamente. Afinal, é de se concluir que, sobretudo em grupos grandes, sempre aparecerão lunáticos, infiltrados, nazistas, seja o que for, de modo que se deve aprender a lidar com tais situações.

Outros fatores que contribuem ao bom fluir do processo relacionam-se com a presença de suprimento alimentar, boa estrutura de acolhimento e, conforme for o caso, de tradutores.

Bem, para finalizar as considerações a respeito da parte mais essencial da ação direta, é pertinente expor a síntese dos sentimentos narrados por David a respeito de quem participou do extinto NYC DAN: alegria, em consequência do encontro com possibilidades políticas libertadoras e, em alguns casos, frustração advinda da presença preponderante dos interesses e da maneira de ser de homens brancos.

## 2.5 Imaginação, Revolução e Futuro

Por que o anarquismo é interpretado como algo irrealizável? Por qual motivo seus projetos são considerados devaneios? Estas questões ocuparão o centro deste tópico, amarrando, finalmente, a relação entre ação direta, não-violência e democracia. A estratégia não é simples e envolverá a necessidade de questionarmos nossa percepção do que é “real”, entrando em um nível de abstração contrário ao que até então se disse sobre o apego anarquista às questões práticas.

Nossa linguagem, nosso vestuário, os trabalhos que realizamos, a casa em que moramos, o Estado ao qual pertencemos, absolutamente nada disso é eterno. Aquilo que o homem cria e atribui um significado sujeita-se a uma temporalidade definida e um dia definhará, como tudo o mais na natureza. Apesar disso, sobrepõe-se a crença de que é impossível transformar o mundo, como se a economia, a nação e suas principais instituições não estivessem submetidas à mesma lógica de mortalidade. Terá sido uma trama invisível e ideológica que nos fez crer na naturalidade de tudo isso? Como foi que chegamos ao ponto de encarar o trabalho maciço, a desigualdade social e as relações de mercado como algo inevitável?

Com o amparo teórico de Cornelius Castoriadis (1922-1997), autor da obra *A Instituição Imaginária da Sociedade* (1975), Graber defende aquilo que lhe parece uma obviedade: “[...] o mundo é algo feito por nós, logo, poderíamos facilmente fazê-lo de forma diferente.”<sup>109</sup> Um ateísmo que aceita a matéria, lhe reconhece o protagonismo e nos coloca no centro, como arquitetos. Neste exato sentido, o que foi sólido para gerações passadas, pode ser dissolvido pela ação revolucionária do presente, construtora do novo, a partir da casca do velho. Equiparando-se criador e criatura, a dedução anarquista imediata

<sup>109</sup> GRAEBER, *Direct Action: An Ethnography*, 2009, op. cit., p. 514. No original: “[...] the world is that it is something that we make, and could just as easily make differently. (tradução livre)

é a de que as instituições, como os homens, morrem, o “para sempre” não existe. Nesta era pós-barroca, é como se David recuperasse a lembrança da finitude, cobrando-nos justamente por isso fé nas transformações. Deus é excluído do mundo, mas não a esperança de salvação, agora identificada com os homens, com sua reunião igualitária, sem soberanos.

Essencialmente, é neste projeto de associação voluntária sem governantes que se concentra a acusação de irrealidade apontada ao anarquismo. A maneira por meio da qual isso se deu, de acordo com David, tem explicações históricas, segundo as quais, os desejos socialmente criados foram equiparados aos instintos, alegando-se, por exemplo, que a vontade de possuir bens é espontânea, nascendo conosco. A consequência disto teria sido a necessidade de um poder soberano central dotado do monopólio da violência legítima, para proteger nossos interesses e propriedades. Efetivamente, a segurança está no centro das teorias políticas modernas, como é o caso da hobbessiana, uma vez que o Leviatã veio com o intuito de nos beneficiar, protegendo-nos dos excessos de nossas paixões, de nossa tendência natural ao egoísmo, salvando-nos da guerra de todos contra todos.

Bem, se o argumento central é este, a estratégia mais eficiente é o seu ataque, invertendo-se o jogo, dissociando-se o Estado da garantia de paz social, tal como consta na seguinte passagem: “É impossível pensar sobre o papel da polícia na cultura americana sem entrar no domínio do mito.”<sup>110</sup> Em síntese, para Graeber, o principal papel do poder público, não é, nem nunca foi, fornecer segurança, esse é o verdadeiro mito, assim sendo, é o Estado, não o anarquismo, que se pauta em promessas mentirosas, em mitologias baratas. Os filmes, os seriados, os videogames, os jornais televisivos, todos eles nos fazem crer que os policiais existem para servir e proteger, passando o dia nas ruas a prender criminosos, salvando-nos da violência generalizada, pois bem, esta imagem cai por terra, quando David afirma que eles não passam de: “[...] administradores armados, burocratas com armas de fogo.”<sup>111</sup> Seus serviços são majoritariamente administrativos, realizados no interior das delegacias, e, mesmo quando são chamados para ações externas, elas raramente tem a ver com o combate ao crime.

Mas o buraco é ainda mais embaixo. Graeber não apenas desvincula o papel da polícia da garantia de segurança, como também afirma que muitas vezes é ela a causadora de turbulências sociais, em total desconsideração com a população civil. Revela que nas

---

<sup>110</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 445. No original: It is impossible to think about the role of police in American culture without entering in the domain of myth. (tradução livre)

<sup>111</sup> GRAEBER, **Um Projeto de Democracia: uma história, uma crise, um movimento**, 2015, op. cit., p. 240.

ações diretas é recorrente a presença de policiais infiltrados que funcionam como agentes provocadores, incitando, por exemplo, a ocorrência de brigas, para assim justificar as detenções em massa, descaracterizando um ato que tinha a intenção de ser pacífico. Tudo isso é explicado por David como uma disputa política, na qual os policiais se posicionam a favor de quem lhes emprega, independentemente, do risco que esta atitude cause ao cidadão comum.

O monopólio da violência legítima cumpre, entretanto, um papel fundamental neste raciocínio, pois é ele que embasa a realidade do Estado, é graças a ele que o anarquismo não parece ser um projeto concretizável. Noutras palavras com o mesmo sentido: a medida do real se estabelece por meio da força, parafraseando Hegel, o real é o poder. Se acharmos por bem criar um espaço coletivo, em um prédio qualquer, sem pagar tributos, fazendo com que dentro dele as pessoas vivam livremente, sem contratos formais, sem a apresentação de documentos, não tardará o dia em que receberemos a visita de um oficial de justiça ou de um policial, intimando-nos ou expulsando-nos.

Sobretudo quanto aos bem mais valiosos, visíveis e economicamente rentáveis, a força de realidade imposta pelo Estado torna-se inquestionável, em caso de dúvidas, volto a dizer, é suficiente que tentemos parar de pagar tributos. Os Códigos e as instituições são naturalizados, pelo fato de que todos nós sabemos que sua violação traria consequências punitivas. O tecido social foi minuciosamente regulamentado, na definição daquilo que nos é expressamente proibido fazer, essa é a realidade, tentar revertê-la, tentar organizar a vida de uma maneira diferente, é assumir o risco de levar uma cacetada na cabeça, metaforicamente ou não. Por isso é que: “violência é o que define a verdade última das situações.”<sup>112</sup> Por isso também que, num ponto de vista etimológico, o ‘Real’ não é derivado do latim *res*, que significa ‘coisa’, mas sim do real espanhol, que significa ‘royal’ ou ‘regal’, originalmente significando ‘pertencente ao rei.’”<sup>113</sup>

A trama invisível que sustenta o poder público é o que David chama de efeito ideológico da realidade, pautado na ameaça sistemática do emprego da força. Sendo este o sentido do termo, problema algum no irrealismo anarquista, ele é até desejável, pois o que David espera é que desafie o Estado, declarando sua mortalidade, sua renovação, agindo como se já estivéssemos livres.

---

<sup>112</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 505. No original: Violence is what defines the ultimate truth of situations. (tradução livre)

<sup>113</sup> Cf. Ibid., p. 511. No original: "real" it is not derived from the Latin *res*, meaning "thing." It is derived from the Spanish *real*, meaning "royal" or "regal," and originally meant "belonging to the king." (tradução livre)

A adesão majoritária ao princípio da não-violência vem como mais uma contribuição à recusa desta realidade, a fórmula é a seguinte: se o real é medido pela força, o sonho o é pela criatividade. Este assunto já foi introduzido quando discuti o perfil dos ativistas, mostrando a preponderância daqueles que exercem algum tipo de atividade artística, retomo-o, neste momento, inserindo a imaginação criadora como o contrário dialético da violência destrutiva.

O conceito é repartido pelo autor entre um sentido transcendente e outro imanente, no primeiro, a imaginação seria algo definido a partir do exterior, da leitura de contos de fada, de narrativas ficcionais, entre outros, permanecendo como aquilo que se pode pensar, mas sabendo-se que nunca será concretizado, é o caso, por exemplo, dos unicórnios, dragões, amigos imaginários, etc. No sentido imanente, aquele que o autor adota e defende, imaginação é algo que se pratica, por exemplo, ao se elaborar um projeto de ação, nesta hipótese, quer-se afetar o mundo material, quer-se transformá-lo de alguma maneira, quer-se, em suma, trazer uma ideia à vida. Este mesmo sentido é encontrado em Castoriadis:

O imaginário de que falo [...] é criação incessante e essencialmente indeterminada [...] de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos.<sup>114</sup>

Este último autor, a quem Graeber chama de “grandioso teórico da imaginação revolucionária”,<sup>115</sup> estudou de forma aprofundada a sociedade, investigando aquilo que efetivamente a constitui, inspirando David, na medida em que a enxergou como o resultado de uma instituição imaginária,<sup>116</sup> enxergou inclusive a história inteira não a partir de esquemas deterministas, definindo-a, ao invés, como o “domínio da criação.”<sup>117</sup> É intuitivo como todos estes posicionamentos são convenientes ao projeto político anarquista, tanto assim que no início deste tópico, consta o que para David é uma verdade: o mundo é aquilo que dele fazemos, logo, ele pode ser feito de forma diferente. O mesmo em Castoriadis: “o mundo histórico é o mundo do fazer humano.”<sup>118</sup>

<sup>114</sup> CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2000. p. 13.

<sup>115</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 524. No original: great theorist of the revolutionary imagination. (tradução livre)

<sup>116</sup> Cf.: “A instituição da sociedade é que é e tal como é enquanto “materializa” um magma de significações imaginárias sociais.” CASTORIADIS, **A Instituição Imaginária da Sociedade**, 2000, op. cit., p. 401.

<sup>117</sup> Ibid., p. 58.

<sup>118</sup> Ibid., p. 90.

Neste crítico vigoroso do marxismo, autoproclamado socialista, para quem é absurdo avaliar uma teoria sem combiná-la à sua prática, encontraremos possivelmente a maior influência teórica de Graeber. Cabe por isso explicar que sua ênfase na imaginação se deu correlatamente ao seu desejo por transformar a sociedade, desejo é a exata palavra, na medida em que nasceu de sua frustração para com ela, mostrando-a como meio inviável à plena realização do indivíduo. Desejo é também o termo utilizado por Graeber, quando junto com a criatividade, aparece como veículo da imaginação.<sup>119</sup>

Por inúmeras páginas, do *Instituição Imaginária da Sociedade*, Castoriadis explanou sobre aquilo que desejava a respeito do trabalho, da organização social, do acesso às informações, enfatizando isso justamente porque recusou a realidade estabelecida pela força, recusou acomodar-se ao espaço ditado pelo poder. Contra ela, a única alternativa é a luta, conseqüentemente, sua percepção de atitude revolucionária tem muito a ver com este desajuste entre o imaginado e o presenciado. Nas suas palavras: “Será que meu desejo é desejo de poder? Mas o que eu quero é a abolição do poder no sentido atual, é o poder de todos.”<sup>120</sup>

Castoriadis e David desejam mostrar que a sociedade pode “reconhecer em sua instituição sua autocriação, reconhecer-se como instituinte, auto-intituir-se explicitamente e superar a autoperpetuação do instituído mostrando-se capaz de retomá-lo e de transformá-lo segundo suas próprias exigências.”<sup>121</sup> Deve assim assumir seu potencial de criatividade, imaginando algo melhor, projetando uma ação que possa causar impacto no mundo sensível, revolucionando-o. A realidade afirmam Castoriadis e David “não é apenas aquilo que resiste e não se deixa manejar; ela é também aquilo que se presta à transformação.”<sup>122</sup>

Com estes argumentos ficam mais evidentes as afirmações colocadas de início: nada do que foi criado pelo homem é imutável, inevitável e eterno. Tudo que é sólido pode desfazer-se, deslocar-se, reinventar-se, para tanto é suficiente que reconheçamos, junto com David e Castoriadis, que a história é um fazer humano, que a transformação da sociedade é também um fazer social e político, dependendo exclusivamente de nossa atitude.

---

<sup>119</sup> Cf.: “Creativity and desire (what we often reduce, in political economy terms, to “production” and “consumption”) are essentially vehicles of the imagination.” GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 523.

<sup>120</sup> CASTORIADIS, **A Instituição Imaginária da Sociedade**, 2000, op. cit., p. 115.

<sup>121</sup> Ibid., p. 252.

<sup>122</sup> Ibid., p. 400.

Há um recurso comumente utilizado nas manifestações anarquistas que se conecta à imaginação: os bonecos gigantes e coloridos. Muito embora desajeitados, eles causam preocupação aos policiais que idealizam conteúdos agressivos em seu interior, geralmente, portanto, não duram muito, são rapidamente destruídos ou quebram sozinhos, após uma única ação. Mas, por curioso que seja, isso ajuda a caracterizá-los, estes bonecos são realmente feitos para logo desaparecerem, são simbólicos por funcionarem como a paródia dos grandes monumentos, imensos como eles, mas passíveis de destruição. Desta maneira, revelam o ridículo que existe nestas grandes construções inacessíveis, megalomaniacas e crentes de que durarão para sempre. O Estado é assim revelado em seu absurdo, trata-se do choque entre o efêmero e o eterno, perfeitamente ilustrado quando os grandes bonecos assumem a imagem de políticos, caso em que sua queda é tantas vezes proposital e ritualística.

Além deste efeito, seu processo de formação também é um reflexo do anarquismo, afinal, todos juntos trabalham para montá-lo, sem que haja a preocupação de criar algo irreformável. Conforme ficou claro, no tópico precedente, o processo democrático é mais importante do que a decisão final, a qual uma vez tomada não precisa ser definitiva.

Há ainda um último aspecto relevante, o bonecão não consegue deslocar-se sozinho, precisa de uma combinação de esforços coletivos para mover-se, representa, portanto, a extensão das mentes dos ativistas, ele não faz o que quer, faz o que todos querem, é a pura materialização de uma ideia, uma visão de mundo que se concretiza numa forma gigantesca, proporcional aos sonhos de cada um. Tudo que se disse sobre a imaginação está representado nestes grandes bonecos: “Acima de tudo, eles são feitos para serem emanções de um imaginário coletivo.”<sup>123</sup>

Temos, assim, o choque entre duas realidades, uma determinada pela força, outra que nasce da imaginação, o que falta ressaltar é que este conflito explicita também o choque entre dois tipos diferentes de política, embora ambos sejam chamados de democracia, são absolutamente antagônicos. Já sabemos o bastante sobre o papel da força, num sistema representativo, para a imposição do conteúdo decidido às minorias, assim como sobre a relevância da não-violência ao processo de consenso, falta apenas ressaltar que a violência anula o esforço de tentar conhecer o essencialmente outro, basta impor um comportamento e, em caso de desobediência, punir. Uma sociedade na qual todos os atos

---

<sup>123</sup> GRAEBER, *Direct Action: An Ethnography*, 2009, op. cit., p. 491. No original: Above all they are meant to be emanations of a collective imagination. (tradução livre)

se tornam, por este motivo, previsíveis, anula sua criatividade, não é possível o emprego simultâneo de ambos os poderes, força e imaginação. Importar-se com o outro, tentar encontrar um terreno comum, no qual a voz de todos seja ouvida é o fator que vincula ação direta, não-violência e democracia, estas três palavras colocadas lado a lado harmonizam-se.

Democracia direta é irreal? Bem, irreal para o anarquismo é supor que há igualdade, democracia e liberdade, no Estado em que vivemos, que nosso voto vale de alguma coisa, que outorgando poder a um governante ele o exercerá de forma responsável, que quem ocupa o topo dos escalões sociais vai realmente buscar entender os mais pobres, que, em síntese, esta gigantesca estrutura burocrática de poder veio em prol do nosso interesse, benefício e segurança.

Contra a alienação proporcionada por este sistema, no qual absolutamente não existem vencedores, o melhor antídoto é a imaginação, idealizar, colocar em prática, agir, desafiar, lutar, propor estruturas alternativas infinitas. Em um sentido similar ao de Castoriadis, o que defende David é: “[...] o poder para recriar e redefinir instituições.”<sup>124</sup> O poder, em suma, de revolucionar a sociedade.

Em que termos, entretanto, podemos compreender o sentido anarquista de revolução? Abandonemos, antes de tudo, a imagem de um exército constituído por bandeiras pretas e vermelhas, abandonemos em seguida a ideia de que se trata de uma tomada de poder, abandonemos finalmente e, sobretudo, a concepção de revolução como total ruptura. O que sobra? A ideia de revolução permanente, consumada por meio da certeza de que a liberdade é a própria luta. Estes novos revolucionários não esperam pelo dia de amanhã, não passam a vida amargurados pensando que amanheceu e o presidente segue no poder, eles vivem no aqui e no agora como se já fossem absolutamente livres do Estado e do capitalismo.

A lógica de agir com liberdade é a base da ação direta, assim, a pergunta remanescente pode ser: como levar esta lógica a um movimento que una a todos, num mundo efetivamente sem Estados e sem capitalismo? Bem, a verdade é que ninguém sabe, o mais próximo de uma resposta seria dizer que as fórmulas científicas são substituídas pela fé no poder da imaginação, que se reflete na capacidade de improvisação infinita, na confiança de que a criatividade coletiva saberá agir no instante decisivo.

---

<sup>124</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 507. No original: [...] the power to recreate and redefine institutions. (tradução livre)

No anarquismo, não se trata de oferecer um quadro completo de como seria o cenário pós-revolução, o que faz com que a maior contribuição de um agir revolucionário seja a de: “[...] quebrar os quadros a fim de criar novos horizontes de possibilidades.”<sup>125</sup> Ou seja, criar as condições para que as pessoas descubram por si mesmas. Quanto a isso, volto a perceber a influência de Castoriadis em Graeber, o que ele diz nesta passagem poderia ter sido dito por nosso autor, sem trocar nenhuma palavra:

A práxis revolucionária, portanto, não tem que produzir o esquema total e detalhado da sociedade que visa instaurar; tampouco tem que ‘demonstrar’ e garantir em termos absolutos que esta sociedade poderá resolver todos os problemas que eventualmente poderão aparecer. Basta mostrar que, no que ela propõe, não existe incoerência e que, até onde podemos ver, sua realização aumentaria enormemente a capacidade da sociedade de enfrentar seus próprios problemas.<sup>126</sup>

Sobre a revolução permanente e a certeza de que já existem territórios livres, cabe outra consideração: não se pode apontar a imaterialidade do anarquismo, na inexistência contemporânea de sociedades inteiras que o tenham adotado. Seu sucesso não pode ser avaliado a partir da comparação com a ideia de Estado, como se a falta de um “Estado” anarquista provasse sua irreabilidade, nisto não há qualquer sentido. Núcleos de comunidades livres podem existir dentro de um país, a localização em si não importará, o fator relevante é o não reconhecimento de sua soberania.

Nada do que Graeber diz tem a ver com um projeto tão ambicioso, como a luta para o fim imediato do poder estatal, se suas obras fossem um plano soturno que visasse à queda do governo dos Estados Unidos da América, valendo-se para tanto de ações não-violentas, com bonecões gigantes, por certo não transmitiriam credibilidade a um grande público.

Há um trabalho coletivo para ampliar as possibilidades políticas dos 99%, há a certeza de que Estado algum é eterno, o que não existe é a espera desta derrocada final, equivalente a esperar pelo retorno do Messias, sempre no dia de amanhã. A ideia de revolução permanente é essencial porque nos coloca imediatamente em liberdade, sem demora, sem um cataclisma global que mude tudo da noite para o dia.

Reforço este último ponto, Graeber desconecta a ideia de revolução da imagem de total ruptura, o que ele percebe, ao invés, é uma alteração gradual, paulatina, coexistente com o nosso tempo. Basta que percebamos formas alternativas de organização,

<sup>125</sup> GRAEBER, *Direct Action: An Ethnography*, 2009, op. cit., p. 532. No original: [...] to break those frames to create new horizons of possibility. (tradução livre)

<sup>126</sup> CASTORIADIS, *A Instituição Imaginária da Sociedade*, 2000, op. cit., p. 111.

comunidades horizontais e maneiras menos alienadas de organizar a vida. Qualquer grupo que emerja descartando uma autoridade formal integra esta ideia. Mudanças paradigmáticas que sejam sinônimas de um rompimento absoluto com a realidade fogem da ambição anarquista retratada por este autor, mais que isso, ele as associa à ciência, afirmando que, na política, são impossíveis.

Com este esclarecimento, retrato, enfim, sua concepção de ação revolucionária, encontrada no ensaio *Explodindo as Barreiras*: “[...] (ela) é qualquer ação coletiva que rejeita, e que, portanto, confronta alguma forma de poder ou de dominação, reconstituindo, ao fazê-lo, as relações sociais.”<sup>127</sup> Algo perfeitamente coerente ao que até então se expôs, nada de realmente novo. Neste mesmo texto, entretanto, há uma alternativa original e surpreendente, cuja autoria Graeber atribui a pensadores autônomos da Itália, trata-se da fuga. Fugir pode ser um ato revolucionário, melhor dizendo, pode ser o melhor modo de se opor ao capitalismo. Nada de lutas sangrentas ou de ações pacíficas, simplesmente escafeder-se, desde que exista o sentido psicológico de criar novas comunidades ou de buscar outros modos de vida, uma deserção em massa que se torna heroica na medida em que dá as costas ao *status quo*, inventando espaços de exceção.<sup>128</sup> A lógica defendida é a seguinte: “O que não pode ser destruído pode, no entanto, ser desviado, congelado, transformado e, gradualmente, privado de sua substância – o que no caso dos Estados, em última análise, é a sua capacidade para inspirar terror.”<sup>129</sup>

Bem, seja por meio do desafio direto, seja pela fuga, o que David pontua é que a revolução já está acontecendo, tudo aquilo que dela advir não se pode prever com antecipação, trata-se, enfim, do já mencionado jogo de improvisação infinita. Mas o que será de nós no futuro? Nada de expectativas. Para David: “O lema poderia ser: Se você está disposto a agir como anarquista agora, sua visão de longo prazo é absolutamente de sua conta.”<sup>130</sup> Tal a constatação de um ateu para quem a desesperança não é natural, mas

<sup>127</sup> GRAEBER, *Fragments of an Anarchist Anthropology*, 2004, op. cit., p. 45. No original: [...] is any collective action which rejects, and therefore confronts, some form of power or domination and in doing so, reconstitutes social relations. (tradução livre)

<sup>128</sup> Cf.: “Autonomist thinkers in Italy have, over the last couple decades, developed a theory of what they call revolutionary “exodus.” It is inspired in part by particularly Italian conditions—the broad refusal of factory work among young people, the flourishing of squats and occupied ‘social centers’ in so many Italian cities. [...] The theory of exodus proposes that the most effective way of opposing capitalism and the liberal state is not through direct confrontation but by means of what Paolo Virno has called ‘engaged withdrawal’, mass defection by those wishing to create new forms of community.” Ibid., p. 60/61.

<sup>129</sup> Ibid., p. 63. No original: What cannot be destroyed can, nonetheless, be diverted, frozen, transformed, and gradually deprived of its substance - which in the case of states, is ultimately their capacity to inspire terror. (tradução livre)

<sup>130</sup> GRAEBER, David. Os Novos Anarquistas. In: \_\_\_\_\_. *O anarquismo no século XXI e outros ensaios*. Tradução de Heitor Magalhães Corrêa. Rio de Janeiro: Rizoma, 2013.

socialmente criada, não é por isso relevante que saibamos como será o dia de amanhã, é suficiente que tenhamos fé e atitudes no tempo de agora.

## 2.6 O homem da ação direta

Qual a natureza do homem que desafia o Estado e que vive como se já fosse livre? A última pergunta a ser feita neste capítulo tem a intenção de revelar o pressuposto mais elementar do anarquismo, sua profissão de fé antropológica.

Sem grandes suspenses, já de início, pôde-se intuí-lo com a leitura de seus princípios básicos – autonomia, associação voluntária, autogestão, ajuda mútua e democracia direta – em razão dos quais, conclui-se a impossibilidade de crer no anarquismo, sem antes acreditar na natureza humana. Mais que isso, ter ao menos duas certezas: a de que, em circunstâncias normais, o homem é tão decente e razoável quanto poderia ser, independentemente, de alguém que lhe diga como agir, e a de que o poder corrompe.<sup>131</sup>

Que sejam estas as crenças anarquistas fundamentais qualquer um sabe, a novidade é que Graeber não as defende do alto de uma torre, enxergando o mundo através de um binóculo, ele é um antropólogo e como tal fez do homem um objeto de pesquisa. Sim, ele sabe que, numa sociedade anarquista, ainda poderíamos ser perfeitamente gananciosos e vaidosos, ele acredita por isso na necessidade de conter o que chama de “perigos morais”, o diferencial é que, para ele, tais ameaças não destroem nossa decência, o poder sim pode destruí-la, este é o eixo do raciocínio e a base da argumentação.

Numa situação em que já não exista o Estado, devem ser construídos os meios que impeçam seu retorno, esta é a ideia defendida no ensaio *A antropologia anarquista que quase já existe*,<sup>132</sup> importante por mostrar que o anarquismo não é o fim da história, há o reconhecimento de que sempre podem aparecer pessoas que queiram ter mais poder do que as outras. Neste mesmo texto, o autor fornece exemplos reais de sociedades igualitárias que são absolutamente fragmentadas por tensões internas ou por formas de violência simbólica, provando assim que a ausência de um poder central não traz por si a paz

<sup>131</sup> Cf. GRAEBER, David. Você é Anarquista? A Resposta Pode Surpreendê-lo!. In: \_\_\_\_\_. **O anarquismo no século XXI e outros ensaios**. Tradução de Heitor Magalhães Corrêa. Rio de Janeiro: Rizoma, 2013.

<sup>132</sup> GRAEBER, David. The anarchist anthropology that almost already does exist. In: \_\_\_\_\_. **Fragments of an Anarchist Anthropology**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2004. p. 21-37.

perpétua, persistindo a possibilidade de conflito de interesses e, conseqüentemente, de disputas entre as pessoas.

Não há ingenuidade na maneira anarquista de interpretar o mundo, é o que também explica a constatação feita, no encerramento do tópico anterior, de que este projeto não ambiciona prever o futuro, preferindo, ao invés, o conhecimento antropológico do tempo passado e presente. Graeber estudou sociedades que adotaram o consenso comunitário, verificando nelas algo bem frequente - a formação paralela de um mundo fantasmagórico. O que o levou à seguinte afirmação: “[...] são as sociedades mais pacíficas que são também as mais mal-assombradas.”<sup>133</sup> É como se nunca deixasse de existir a violência, se ela não é física, torna-se então abstrata, mas de uma forma ou de outra é contemporânea. A vantagem do consenso, nestas sociedades, não é então a de anular a agressividade, mas a de medi-la e a de contê-la, tornando-a viva apenas na imaginação.

Quanto aos referidos exemplos, tem-se os Piaroa, uma sociedade igualitária presente nos afluentes do Orinoco (América do Sul), onde se respeita a autonomia do homem, reconhecendo-o como livre, simultaneamente, porém, defendem que sua cultura foi criada por uma divindade maligna, de aspecto assustador, como se estivessem presos entre dois mundos, o sensível e o inteligível. São pacíficos, pois conseguiram compor um meio no interior do qual os homicídios não acontecem, mas isso provavelmente pela certeza culturalmente difundida de que os assassinos são fadados a uma morte terrível, nas mãos de seres espirituais. Outro exemplo é dos Tiv (África Ocidental), também uma sociedade destituída de grandes instituições políticas, cuja fé se concentra na existência de bruxos, os quais verdadeiramente governariam o território. Por fim, há o exemplo das Terras Altas de Madagascar, onde Graeber viveu no período de 1989 a 1991, ali encontrando comunidades rurais pautadas no autogoverno, capazes de serem enquadradas como anarquistas, entre outros motivos, por adotarem formas do processo de consenso e por desconfiarem de autoridades, eram, enfim, comunidades pacíficas, mas igualmente crentes na existência de um mundo invisível e mal assombrado, em razão do qual as pessoas invejosas, cheias de ódio, riqueza ou poder poderiam ter um fim trágico.<sup>134</sup>

<sup>133</sup> GRAEBER, *Fragments of an Anarchist Anthropology*, 2004, op. cit., p. 25. No original: And it's the most peaceful societies which are also the most haunted. (tradução livre)

<sup>134</sup> Sobre Madagascar: “Anyone who intended to amass - or maintain - a great deal of wealth had almost by definition to be able to at least create the suspicion in others' minds that they might have access to dangerous hidden powers of some sort or another. But it was a very delicate game: since anyone who boasted openly of such powers was assumed almost by definition not to really have them, and anyone who employed dangerous magic against their fellow villagers was by definition a witch. I even heard rumors of wealthy men deep in the countryside who so infuriated their neighbors by dark hints of magical powers that those neighbors

O que há de comum nos três casos é a associação do poder a algo maligno, que não deve ser exercido por homens. São sociedades igualitárias que afastaram de si a ideia de um poder central, criando meios, ainda que fantasmagóricos, para impedir o seu surgimento. De forma alguma são modelares ao anarquismo, no sentido que Graeber defende, não apenas pelo recurso a um mundo mágico, como também pela persistência de formas de desigualdade, a citar a dominação masculina e a etária. Por este motivo foram chamadas de anarquias imperfeitas, portadoras da semente de sua autodestruição. Elas basicamente servem para ilustrar traços elementares de como a natureza humana pode se comportar na ausência de um Estado, provando a existência dos já referidos perigos morais e das alternativas criadas para contê-los.

A mensagem central, por trás destes relatos, parece ser a seguinte: ainda que eliminássemos do mundo todas as formas de desigualdade, a ação seria restrita à sua matéria, não se podem colocar travas na imaginação. Isso diz mais sobre a natureza humana do que todas as teses que restringem o anarquismo à percepção do homem como essencialmente bom, sem dialética. Não é tão simples, há o reconhecimento de que nossa vida pode ser problemática, o diferencial é constatar que aquilo que é considerado um problema varia conforme for a perspectiva, ajustando-se aos demais pressupostos de uma teoria política.

Agora fica mais clara a definição deste movimento como um discurso ético sobre a prática revolucionária, no qual se defende uma construção incessante do ser humano, ampliando suas possibilidades políticas, acreditando em seu potencial e tendo a fé de que não é a ameaça de coação que nos leva a agir de maneira solidária, mas a maturidade de tomarmos decisões de forma responsável e com mútuo respeito. A imaginação continuará agindo, criando situações boas e ruins, daí ser essencial o cuidado com os valores e compromissos que moralizam este projeto.

Integra a natureza humana a posse de desejos, medos e instintos, o anarquismo não se propõe a eliminá-los, não quer afirmar que com ele estaremos seguros para sempre, tão somente, postula que afastadas as desigualdades estruturais, nossa vida melhorará em qualidade, sem, no entanto, chegar a ser perfeita.

Reduzidas as ambições, o objetivo é claro, valorizar o homem em escala suficiente para demonstrar que sem o Estado não nos mataríamos. Noutras palavras, todo o

---

eventually sought counter-medicine, disguised themselves as bandits, and attacked and ransacked their possessions.” GRAEBER, David. Provisional autonomous zone: or, the ghost-state in Madagascar. In: \_\_\_\_\_. **Possibilities: Essays on Hierarchy, Rebellion, and Desire.** Oakland: AK Press, 2007. p. 165.

aparato de violência legítima se pauta em falsas suposições, generaliza e denigra nossa natureza, a fim de legitimar sua própria existência. Este é o pano de fundo que procura ser revertido ao longo do ensaio *Você é Anarquista? A Resposta Pode Surpreendê-lo!*, um texto de caráter panfletário, cuja principal tese é a seguinte: “Os anarquistas são apenas pessoas que acreditam que o ser humano é capaz de se comportar de maneira razoável sem ter de ser forçado a tal.”<sup>135</sup> Ou seja, a rejeição da autoridade, a adoção do processo de consenso, a prática da ação direta, nada disso importaria, em primeiro plano, para que alguém seja considerado anarquista.

Acredito que tal tese tem o objetivo de conscientizar um grande público sobre as “vantagens e a real intenção” desta política, este fim justificou a simplificação relatada, absolutamente incoerente com o posicionamento de Graeber intuído em outras obras, de acordo com o qual anarquista por inspiração é apenas aquele que adota os princípios básicos do movimento, de forma consciente.

Neste ensaio, ele faz perguntas engraçadas, como “você espera sua vez para entrar num ônibus lotado ou acotovela as pessoas?” Convencer o próprio leitor de que é gentil, seria apenas um afago em seu ego, o propósito real parece ser outro, o de nos convencer da decência alheia. Com a pressuposição de que desconfiamos uns dos outros, Graeber lança uma série de situações cotidianas, nas quais podemos medir o comportamento social, verificando se a polícia foi útil. O texto trabalha em duas frentes: a que valoriza a natureza humana e a que aponta o poder central como a verdadeira ameaça. A aposta de Graeber é a de que acreditamos no Estado, por desconfiarmos do ser humano, daí ele sublinhar nossa decência espontânea.

De acordo com esta teoria laica, se houver um comportamento antissocial, ele não decorrerá do que o homem é, mas do que pode se tornar em função de todas as desigualdades e injustiças perpetuadas, em última instância, pelo governo. Esta crença tem vínculo direto com o tópico anterior, no qual se expôs a relação entre poder e violência, mostrando-se que todos os que são dotados de um “porrete legítimo” não precisam dar-se ao trabalho de compreender o outro, tampouco, de agir com responsabilidade, conseqüentemente, as relações são simplificadas padronizando-se o comportamento em razão de ameaças. Por tudo isso, político algum é confiável, daí a

---

<sup>135</sup> GRAEBER, David. *Você é Anarquista? A Resposta Pode Surpreendê-lo!*. In: \_\_\_\_\_. **O anarquismo no século XXI e outros ensaios**. Tradução de Heitor Magalhães Corrêa. Rio de Janeiro: Rizoma, 2013.

emblemática afirmação: “Os anarquistas creem que o poder corrompe e que aqueles que passam a vida inteira perseguindo-o são os últimos que deveriam conquistá-lo.”<sup>136</sup>

A profissão de fé antropológica afirma-se como a base deste projeto moral, acreditar no homem leva à crença no anarquismo, há um peso imenso depositado por sobre aquela aposta, o perigo é que se ela for equivocada, toda esta teoria política cai por terra. A começar pelo processo de consenso, cujo funcionamento depende de sempre dar ao outro o benefício da dúvida, sem imputar a priori desonestidade e más intenções. Isto é muito grave, afinal, David, pretende oferecer aos seus leitores “possibilidades políticas libertadoras”, as quais, no entanto, não sobrevivem sem a certeza de que podemos confiar uns nos outros.

Fragilidade ainda maior se revela quando nos deparamos com o argumento presente na obra, *Um Projeto de democracia: uma história, uma crise, um movimento* (2015), de acordo com o qual, é impossível criar um sistema de democracia direta numa sociedade como a nossa, fragmentada por profundas desigualdades sociais, onde 1% das pessoas concentra cerca da metade de toda a riqueza do planeta.<sup>137</sup> Para que este sistema se concretize, num contexto amplo, uma grande revolução precisaria acontecer, trocando em miúdos, o projeto político de Graeber depende da realização de uma utopia.

Feita a lembrança da necessidade de união do sujeito ideal, os 99%, encerro este capítulo, com a conclusão final de que a “democracia verdadeira” só é realizável em espaços anarquistas, em cenários de exceção, em momentos históricos nos quais há uma insurreição popular que desafie o Estado, tal como aconteceu durante o “*Occupy Wall Street*”(2011), uma gigantesca ocupação, da qual Graeber participou, oferecendo-nos inúmeros argumentos a serem trabalhados no terceiro capítulo, a fim de interpretar as manifestações ocorridas no Brasil, em junho de 2013, oferecendo-nos também, e, sobretudo, a esperança de que algum tipo de revolução já esteja em curso.

---

<sup>136</sup> GRAEBER, David. Você é Anarquista? A Resposta Pode Surpreendê-lo!. In: \_\_\_\_\_. **O anarquismo no século XXI e outros ensaios**. Tradução de Heitor Magalhães Corrêa. Rio de Janeiro: Rizoma, 2013.

<sup>137</sup> Cf. GRAEBER, **Um Projeto de Democracia: uma história, uma crise, um movimento**, 2015, op. cit., p. 204. Conferir também: “The American Federalists were being quite realistic when they argued that democracy is inconsistent with a society based on inequalities of wealth; since, in order to protect wealth, one needs an apparatus of coercion to keep down the very ‘mob’ that democracy would empower.” GRAEBER, David. Here never was a west: or, democracy emerges from the spaces in between. In: \_\_\_\_\_. **Possibilities: Essays on Hierarchy, Rebellion, and Desire**. Oakland: AK Press, 2007. p. 365.

## **CAPÍTULO 3**

### **UMA ESCOLHA ENTRE EXTREMOS – JUNHO DE 2013**

Foi ou não foi por vinte centavos?

O que estamos vivendo hoje não é uma crise da democracia, mas sim uma crise do Estado. David Graeber, *Possibilities: Essays on Hierarchy, Rebellion, and Desire*, p. 332.

[...] é verdade; este deus mortal morreu. Carl Schmitt. Carta a Alexandre Kojève, 07 jun. 1955 apud Denis Trierweiler, *Georges Sorel et Carl Schmitt: d'une théorie politique du mythe à l'autre*, p. 44.

O mês que já se chamava junho antes de 2013 ganhou com ele uma nova carga de significação, as jornadas, as manifestações, as revoltas, os protestos e todas as demais tentativas de melhor nomear o que aconteceu ao longo daquele período continuam insuficientes para expressar um sentido de totalidade, daí a alternativa de permanecer chamando este mês pelo seu verdadeiro nome. A fim de particularizar alguns dos seus dias, outras nomeações serão utilizadas neste capítulo, melhor que o substantivo, porém, é a imagem que é trazida quando ele é pronunciado, a lembrança do encontro de milhares de pessoas, em espaços não destinados a isso. Grandes avenidas, em horário comercial, ocupadas por pessoas ao invés de carros, situações como esta que por se repetirem em pelo menos 350 cidades brasileiras, atraíram os holofotes da imprensa internacional. Houve o despertar de um sentido de comunidade transvestido na expressão: o gigante acordou. Se há poucas certezas sobre o que junho nos representou, o fato é que depois dele passamos por uma transformação irreversível.

Esta pesquisa se restringirá ao período compreendido entre os dias seis e vinte, ou seja, do princípio, quando o *leitmotiv* eram os vinte centavos, até o ápice, quando a pauta irreduzível a uma única demanda deixou de incluir o aumento da tarifa. Além disso, para a análise da sucessão de seus eventos, a cidade de São Paulo será a escolhida, graças ao seu protagonismo inicial. Com esta diferenciação de causas, o agir político direto será o fator que harmoniza o todo, em síntese, quaisquer que tenham sido as razões, a forma por meio da qual elas foram executadas foi a mesma: horizontal, sem lideranças, sem a mediação de partidos, sindicatos ou burocratas. A ausência de representação oficial, por vezes acompanhada da queima de bandeiras partidárias, foi uma marca de junho, a principal marca, inclusive, daí a escolha de David Graeber e de Carl Schmitt, para interpretá-lo. O fascismo e o anarquismo foram apontados nos protestos, em dias distintos ou simultaneamente, entender o porquê disso e a procedência destas acusações serão os fatores a combinar os dois primeiros capítulos a este. Apresentar autores com posicionamentos sólidos sobre o agir direto, para então aplicá-los neste caso prático brasileiro, é também uma forma de trazer nosso país a um debate global, mais que isso, a um ciclo de lutas globais, conforme pretendo demonstrar.

A fim de esclarecer a forma como os acontecimentos deste mês serão abordados, a primeira informação é a de que a experiência em si não será um recurso metodológico. Aquele que vivenciou junho conheceu dele uma parte, um recorte delimitado por seu alcance visual, pela apreensão dos seus sentidos, reflexos e

pensamentos. Graeber que participou de inúmeras ações de massa reforça esta perspectiva: “Ninguém, no entanto, tem a experiência direta de uma ação como um todo.”<sup>1</sup> O autor prossegue afirmando que a condição de existência da totalidade é sua representação, ou seja, por analogia, escrever sobre junho, por surpreendente que seja, é mais abrangente do que tê-lo vivenciado. É por isso que não existe apenas uma versão sobre este mês, mas diversas, talvez até milhares, absolutamente, a totalidade não é única. A mídia corporativa, a mídia alternativa, os canais independentes, as pessoas individualmente, as redes sociais, todos que reuniram um conjunto de fatos e versões foram capazes de compor uma representação, logo, uma totalidade. Não se trata de uma necessária separação entre o sujeito/intérprete e seu objeto de pesquisa, a afirmação que se faz é a de que junho não existiu, ao menos não como absoluto, não como uma ideia platônica, para encontrá-lo, sua visualização será indireta, buscando-se algumas de suas representações.

Graeber, ao partir deste mesmo pressuposto, lembrou-se de algo essencial, representar é uma declaração política, quando são expostos fatos, em caráter definitivo, a intenção é a de propor um argumento final sobre o sentido dos eventos, o que desencadeia, em outros atores, a tentativa equivalente de definir a verdade última, a narrativa primordial que liga todas as outras, como se derivassem da inteligência política de uma única mente. É o que se constata sobre junho, uma pluralidade de versões, por vezes antagônicas, que geralmente oscilam entre os extremos de se tratar de um movimento revolucionário ou fascista.

Frustrando desde o início eventuais expectativas do leitor, esta pesquisa, ao fim e ao cabo, somente produzirá mais uma representação, a qual será composta com o auxílio de autores nacionais que escreveram a respeito do tema. Argumentos construídos no Brasil, por brasileiros, serão iluminados pelo conhecimento de David e Schmitt sobre o agir direto, sobre a ausência de mediação, sobre, em síntese, a relação que este agir pode ter com violência e democracia.

A história de junho será contada a partir desta disputa pelo encontro de sua melhor explicação, um mesmo fato quando descrito por argumentos diferentes, ganha significados moldáveis a um interesse político predefinido. A capacidade de convencimento é o que define o sucesso de uma narrativa, inexistindo qualquer verdade *a priori*. Isso é muito interessante, pois desta forma junho se torna uma alegoria, explico: sua aparência e seu conteúdo deixam de coincidir. Sua aparência são seus fatos históricos, ou

---

<sup>1</sup> GRAEBER, David. **Direct Action**: An Ethnography. Oakland: AK Press, 2009. p. 437. No original: No one, however, has direct experience of an action as a whole. (tradução livre)

seja, seus acontecimentos registrados com pureza, por exemplo, uma imagem, em contrapartida, seu conteúdo tem a ver com a forma por meio da qual estes fatos são interpretados, por exemplo, a legenda que vem abaixo desta imagem ou a edição que dela é feita. É o caso da queima de bandeiras, algo que de fato aconteceu e que pode ser perfeitamente explicado tanto como sendo a expressão de um ato fascista, como *black bloc*, ou como qualquer outra coisa. Volto a repetir, a totalidade só existe a partir do momento em que for representada.

Para satisfazer este raciocínio, o capítulo será dividido em três partes, na primeira, os principais fatos de junho serão descritos com um máximo de objetividade, a fim de situar o leitor na progressão dos seus eventos. Além disto, serão expostos, em caráter ilustrativo, o posicionamento de alguns jornais paulistanos e declarações do MPL, publicadas, sobretudo, na rede social *Facebook*. A guerra simbólica sobre a narrativa verdadeira será desde o início revelada, mostrando-se que mesmos os mais breves relatos não são feitos com imparcialidade. Com este material em mãos, a segunda parte consistirá em aplicar o conhecimento adquirido ao longo dos capítulos precedentes para interpretar junho, para, então, visualizar o que pode ter de Schmitt e de Graeber no agir político aqui praticado. Por fim, num terceiro momento será escolhida uma representação para este mês, com o intuito de definir o significado político desta alegoria.

### **3.1 Junho como alegoria: a exposição de sua aparência, de seus fatos**

Sempre tendo como foco a cidade de São Paulo, o critério para diferenciação do mês de junho em três fases serão os vinte centavos, na primeira, do dia seis ao treze, a demanda principal foi sua revogação, na segunda, do dia dezessete ao dezoito, o aumento da tarifa estampou uma em meio a dezenas de outras reivindicações, já na terceira, do dia vinte ao final do mês, os vinte centavos deixaram de ser o motivo, absolutamente, pois já havia acontecido sua revogação. Desta última fase, apenas o pico, o dia vinte, quando mais de um milhão de pessoas, em todo o país, foram às ruas, interessará a esta pesquisa, dada a delimitação feita no tópico precedente.

Bem, junho se tornou junho e não qualquer outro mês, porque na origem está o pedido feito pela então presidente Dilma Rousseff (PT), na figura do seu ministro da

Fazenda Guido Mantega, ao prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), para que fosse postergado o aumento da tarifa do transporte público municipal, a fim de conter a inflação prevista para o primeiro semestre. Não se trata exclusivamente de uma amizade partidária, até porque deste acordo também fizeram parte, na esfera estadual, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) e, na municipal, o prefeito fluminense Eduardo Paes (PMDB). A proposta do Governo Federal era a de oferecer a desoneração de tributos (PIS/COFINS), em troca do atraso no reajuste (de janeiro para junho), em São Paulo e no Rio de Janeiro. Graças a este acordão, a tarifa do ônibus, do metrô e da CPTM custaria apenas vinte centavos a mais, nada além disto, um aumento inclusive abaixo da inflação. O acordo foi proposto, firmado e cumprido, vinte centavos, Haddad cedeu, Alckmin também, assim como Eduardo Paes, tudo foi perfeitamente resolvido pela alta cúpula estatal.

O descompasso entre as decisões políticas e a sociedade foi o estopim de junho, quando os vinte centavos tornaram-se o centro do ato marcado para o dia seis, na cidade de São Paulo, com a convocação feita pelo Movimento Passe Livre – MPL. A demanda (a curto prazo) visava à redução da tarifa para R\$ 3,00, uma reivindicação direta ao prefeito e ao governador, para que fosse revogado o aumento implantado no dia dois de junho.

A Carta de Princípios do MPL é o documento que estabelece os pontos de unidade para os seus diferentes coletivos, sua redação foi feita na Plenária Nacional pelo Passe Livre, durante o V Fórum Social Mundial, em 2005. Este é o evento que marcou, portanto, seu nascimento, depois disso ela foi alterada nos anos de 2007 e 2013. Da leitura de sua versão atual, descobre-se que o Movimento é: horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. Com a lembrança de que o apoio mútuo funciona como a base para a sua existência nacional. A Carta faz questão de sublinhar que tal independência também se dá frente a ONGs, instituições religiosas e financeiras.<sup>2</sup>

Em junho de 2013, o MPL contava com cerca de cinquenta membros, na cidade de São Paulo, todos estes colocados em plano de igualdade. Sua forma de deliberação é preferencialmente consensual, processando-se exclusivamente por esta via, quando o tema são seus princípios constitutivos. Seus integrantes lutam pelo fim da tarifa, assim como por um transporte público, gratuito e de qualidade. Seu agir direto vem estampado na afirmação de que sua força é proveniente das ruas, daí a grande chamada

---

<sup>2</sup> Movimento Passe Livre. **Carta de Princípios**.

Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>. Acesso em: 07 jul. 2016.

pública para o dia seis de junho, uma quinta-feira, valendo-se, sobretudo, das redes sociais, como canal de divulgação.

Nesta data, uma multidão reuniu-se no Teatro Municipal de São Paulo (cinco mil pessoas, no cálculo do movimento, e duas mil, na contagem da Polícia Militar), para executar a estratégia articulada previamente pelo MPL, cujo lema tornou-se um registro histórico: “se a tarifa não baixar, a cidade vai parar!”. Seu plano de ação consistia em pressionar o poder público, no sentido político que o Movimento queria imprimir. Ainda hoje, suas ações de rua são um diálogo indireto com o Estado, pois funcionam como uma maneira de chamar sua atenção, para que, por exemplo, volte atrás em uma decisão. Uma queda de braços cujo sucesso depende do máximo possível de mobilização popular. Algo que o MPL sempre deixou claro é o seu desinteresse por debates técnicos, sua crença, repetida em diversas ocasiões, tem a ver com o fato de que toda escolha política feita numa determinada direção pode ser perfeitamente revertida para outra, caso se queira.<sup>3</sup> Não se trata de pensar em impactos orçamentários, limitações legais ou no que quer que seja, pois, quanto ao transporte, a decisão do Estado é política, logo, em linguagem política precisa ser discutida.

Interromper vias importantes, gerar transtorno, gritar palavras de ordem, tudo isso funciona como uma forma de pressão, uma maneira não parlamentar de participação política, este é o aprendizado político do MPL, coerente com sua Carta de Princípios. Feito este esclarecimento, torna-se mais inteligível os termos de sua Convocatória ao ato do dia seis, publicada em seu sítio oficial, no dia 12 de maio.<sup>4</sup> Neste texto, o aumento é chamado de injusto e se clama por uma vida sem catracas, devido à exclusão social que elas geram e à impossibilidade de acessar a cidade que já afeta, de acordo com os cálculos ali expostos, 37 milhões de brasileiros. Contra, então, uma decisão política injusta que beneficia exclusivamente empresários do ramo, o MPL chama a todos para se manifestarem, às 17h00min, do dia seis. Este foi o início do que se tornaria o mês mais emblemático de nossa histórica política recente.

---

<sup>3</sup> Cf.: “Enquanto existir tarifa, os aumentos virão todo ano, porque custos aumentam todo ano, então, é uma decisão política aumentar a tarifa, assim como é uma decisão política a existência da tarifa. Então o movimento politicamente defende isso.” Lucas Monteiro de Oliveira (membro do MPL) “Não cabe a nenhum movimento social apontar exatamente da onde vêm os custos. [...] O que a gente está pautando é uma inversão de prioridades no orçamento, então, que se priorize o investimento no transporte público e não no transporte privado, como acontece hoje em dia. [...] Será que não existe recurso ou será que é uma opção política que não prioriza o investimento em transporte público?.” Nina Capello. (membro do MPL). **Roda Viva**, São Paulo: TV Cultura, 17 jun. 2013. Programa de TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY>. Acesso em: 09 jul. 2016.

<sup>4</sup> Movimento Passe Livre. **Convocatória**: grande ato contra o aumento. Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/05/12/convocatoria-grande-ato-contr-o-aumento/>. Acesso em: 08 jul. 2016.

O trajeto começou no sentido da Prefeitura, após seguiu pela Avenida 23 de maio, um ponto estratégico que conecta o centro à zona sul. A força policial agiu visando à desocupação desta avenida, com gás lacrimogêneo, bala de borracha, bombas de efeito moral e gás de pimenta, o que provocou uma grande dispersão entre os manifestantes. Parte deles foi para o Terminal Bandeira, outra para a Prefeitura, outra ainda para o Terminal Parque Dom Pedro II e, por fim, alguns seguiram pela Av. 9 de Julho, em direção à Av. Paulista, ocupando-a, em seus dois sentidos. Principalmente, neste último cenário, a presença policial foi intensa, de modo que o saldo deste primeiro dia foi de depredações, pichações, detenções (15) e pessoas feridas.

Ilustrativamente, a matéria da Folha de São Paulo, no dia 06, foi a seguinte: “*Manifestantes deixam rastro de vandalismo na região central de SP*”, nesta reportagem, o protesto foi descrito basicamente a partir das depredações e pichações ocorridas, sobretudo, na Av. 9 de Julho, na Av. Paulista e no Terminal Bandeira. O texto também chamou a atenção para o prejuízo causado aos comerciantes locais e ao trânsito, expondo o relato de um trabalhador que portava um ferro na mão, pois, em suas palavras, a polícia não fazia nada e era preciso descer a borracha. A repressão policial foi explicada como decorrente da necessidade de conter o movimento, ou seja, de conter o vandalismo até então descrito.<sup>5</sup> Na reportagem do Estadão, *Protesto contra tarifa acaba em caos, fogo e depredação no centro*, a assessoria de Haddad informou que o prefeito estava aberto ao diálogo. Em contrapartida, o posicionamento retratado sobre o governador foi o de que ele não se manifestaria, uma vez que, ao seu ver, tratava-se de uma reivindicação concernente ao ônibus municipal.<sup>6</sup> Ainda assim, Alckmin criticou abertamente a manifestação, defendendo a ação da PM: “Isso não é manifestação, é vandalismo. Por isso você tem que tratar como tal: vandalismo”.<sup>7</sup>

Já o Passe Livre São Paulo publicou, no dia 10, uma nota de esclarecimento, em sua conta oficial no *Facebook*, alegando, em síntese, que todas as acusações de

---

<sup>5</sup> Manifestantes deixam rastro de vandalismo na região central de SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 jun. 2013. Cotidiano.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1291116-manifestantes-deixam-rastro-de-vandalismo-na-regiao-central-de-sp.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>6</sup> Protesto contra tarifa acaba em caos, fogo e depredação no centro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 jun. 2013.

Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,protesto-contratarifa-acaba-em-caos-fogo-e-depredacao-no-centro-imp-,1039715>. Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>7</sup> CAMPANHA, Diógenes. Alckmin critica manifestação e defende ação da polícia na Paulista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 jun. 2013.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1291417-alckmin-critica-manifestacao-e-defende-acao-da-policia-na-paulista.shtml>. Acesso em: 11 jul. 2016.

vandalismo e depredações que lhe foram feitas tanto pela Polícia Militar de São Paulo quanto pela grande imprensa não procediam, na medida em que houve apenas uma reação à violência policial, esta sim abusiva. O Movimento afirmou que as cinco mil pessoas que compareceram ao ato tinham a finalidade de realizar uma caminhada pacífica, exercitando seu direito de livre manifestação, ainda assim, sofreram forte repressão, daí o confronto que se de um lado resultou em depredações, de outro provocou ferimentos em dezenas de manifestantes. De toda forma, o MPL sublinhou que apesar de não incentivar qualquer violência, nada pôde fazer para controlar o ânimo de pessoas cansadas do descaso do poder público e da truculência policial. Por fim, redefiniram o conceito, com a afirmação de que a maior violência é a que o Estado executa frente aos excluídos socialmente, ou seja, frente aos que não podem utilizar o transporte público, por não terem como pagar o excessivo valor da tarifa, contra esta violência, agem, então, com o compromisso de criar um mundo diferente, no qual o acesso à cidade seja de todos.<sup>8</sup>

Por fim, no sítio oficial da Associação Nacional de Transportes Públicos, foi divulgada uma nota, no dia 08, com a informação de que o prejuízo causado ao metrô havia sido de R\$ 73.000, sendo que esse valor deveria ser restituído pelos responsáveis, tão logo o Governo estudasse um meio para acionar judicialmente os autores de tais atos de vandalismo.<sup>9</sup> Em contrapartida, o Coletivo Rizoma, movimento estudantil nascido durante a greve de 2011, na USP, divulgou um cálculo, no qual foi levado em consideração um número aproximado de 4 milhões de passageiros por dia: se 40% forem estudantes e pagarem R\$ 3,20, os demais pagarão R\$ 6,40. Isso corresponderia a um total de R\$ 20.480.000,00, logo, bastariam 4 minutos e 30 segundos para que fossem recuperados os R\$ 73.386,67 gastos, em função do prejuízo causado pelo “vandalismo”.<sup>10</sup>

Sem a ocorrência de nenhum diálogo entre os governos (municipal e estadual) e o MPL, o segundo ato foi convocado já para o dia seguinte, sete de junho, às 17h00min, no Largo da Batata, na região de Pinheiros. Desta vez o trajeto seguiu a Avenida Faria Lima, em direção à Avenida Rebouças, até ocupar pistas da Marginal Pinheiros (no sentido Castelo Branco). Esta foi uma iniciativa original, na medida em que, com raridade, tenta-se

---

<sup>8</sup> Cf.: Movimento Passe Livre – São Paulo. **Nota nº 01**: sobre a manifestação do dia 06.06. *Facebook*. Data de publicação: 10 jun. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-01-sobre-a-manifesta%C3%A7%C3%A3o-do-dia-0606/528654787190777>. Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>9</sup> Cf.: <http://www.antp.org.br/noticias/clippings/sp-cobrara-prejuizos-na-paulista-do-movimento.html>. Acesso em: 11 jul. 2016.

<sup>10</sup> Cf.: <https://rizoma.milharal.org/2013/06/07/ato-contra-o-aumento-da-passagem-novo-ato-hoje-76-17h-no-lgo-da-batata-metro-faria-lima/>. Acesso em: 11 jul. 2016.

ocupar esta que é uma das vias de maior circulação da América Latina. O sucesso dessa empreitada deu-se apenas por cerca de meia hora, devido à forte atuação da Polícia Militar, que dispersou os manifestantes com bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e balas de borracha. Mais uma vez houve uma cena de confronto envolvendo, sobretudo, os adeptos da tática *black bloc* e os policiais militares. A manifestação, enquanto bloco concentrado, durou aproximadamente uma hora e meia, grupos menores, porém, espalharam-se para outras direções, com destaque para as cerca de 200 pessoas (cálculo da PM) que foram à Av. Paulista e nela permaneceram por algumas horas.

O número de manifestantes foi absolutamente impreciso. A matéria do Estadão, *Em uma semana, quatro protestos contra aumento da tarifa em São Paulo*,<sup>11</sup> afirma que, nos cálculos da PM, havia cerca de cinco mil manifestantes. Em contrapartida, a reportagem do G1, *PM e grupo entram em confronto após Marginal Pinheiros ser fechada*,<sup>12</sup> opta por divulgar os cálculos do Coronel da PM Yeros Aradzenka, responsável por esta operação, de acordo com quem, havia cerca de mil pessoas. Já a Folha de S. Paulo, ainda mais drástica, garante que eram aproximadamente oitocentos indivíduos. Aliás, nesta última reportagem, *Protesto contra aumento de tarifas em SP fecha pista da Marginal Pinheiros*,<sup>13</sup> encontramos a informação de que os manifestantes teriam deixado um rastro de pichações por todos os lugares que passaram e que transeuntes, protegidos no interior da Estação Pinheiros, foram afetados por uma onda de fumaça. O cenário de horror foi intensificado pela descrição do congestionamento, classificado como o terceiro maior do ano.

O promotor de Justiça Rogério Leão Zagallo, que por sinal estava em meio a este trânsito, foi polêmico ao pedir categoricamente, em sua página pessoal do *Facebook*, para que a tropa de choque fosse avisada sobre o fato de que a região de Pinheiros fazia parte do seu Tribunal do Júri, de tal sorte que se os manifestantes fossem mortos, o inquérito policial seria arquivado. Usou uma série de palavras de baixo calão para nomear aqueles que, na sua interpretação, eram petistas, por fim, alegou ter saudades da época em que tudo podia ser resolvido com borrachadas nas costas. Esta que foi uma das declarações

---

<sup>11</sup> PIRES, Breno. Em uma semana, quatro protestos contra aumento da tarifa em São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/infograficos/em-uma-semana-quatro-protestos-contr-aumento-da-tarifa-em-sao-paulo,cidades,196224>. Acesso em: 14 jul. 2016.

<sup>12</sup> PM e grupo entram em confronto após Marginal Pinheiros ser fechada. **G1**, São Paulo, 07 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/ato-contr-a-tarifa-fecha-pistas-da-marginal-pinheiros.html>. Acesso em: 14 jul. 2016.

<sup>13</sup> Protesto contra aumento de tarifas em SP fecha pista da Marginal Pinheiros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1291722-manifestantes-fecham-as-pistas-local-e-expressa-da-marginal-pinheiros.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2016.

mais comentadas (e rechaçadas), no período, renderia ao Promotor, no final do ano seguinte, a pena de suspensão de quinze dias, aplicada pela Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público.

O Passe Livre São Paulo, em sua página oficial do *Facebook*, publicou, no dia 10, a nota nº 03,<sup>14</sup> referente a estas duas primeiras manifestações, nela, pode ser lido que o Movimento não é o dono da luta contra o aumento, logo, não tem controle total sobre ela e ainda menos o tem sobre os demais grupos envolvidos. Corrobora esta informação ao reforçar seu caráter apartidário, independente, nacional, autônomo e horizontal, pautado na ausência de líderes e em deliberações coletivas. A principal finalidade deste texto parece ser a de reagir à entrevista de Fernando Haddad ao *Jornal Estado de S. Paulo*,<sup>15</sup> pois o Movimento afirma que defasado quanto ao debate público, ao invés dele, era a própria Prefeitura. Sobre a desoneração do CIDE, o MPL estabelece que esta não é uma bandeira conveniente a nenhum movimento social, pois sua utilidade se restringiria à classe empresarial. Quanto aos 6 bilhões (alegados pelo prefeito como necessários à Tarifa Zero), o Movimento responde simplesmente que a previsão orçamentária da cidade, em 2013, era de R\$43 bilhões, portanto, não se tratava de não ter dinheiro, mas de priorizar o transporte individual, em detrimento do coletivo. Rejeita também a proposta do bilhete mensal, com a alegação de que ele só beneficiaria 10% dos usuários, ou seja, serviria tão somente para aumentar o lucro dos empresários. Em poucas linhas, o MPL também se refere ao governador, dizendo que ele não entendeu ou está fingindo não entender que obviamente a luta contra o aumento não é restrita à tarifa do ônibus, abrangendo também a do metrô, da CPTM e dos intermunicipais. Por fim, o Movimento afirma que está aberto ao diálogo, mas com a observação de que sua pauta é única: a revogação do aumento, inexistindo concessões a serem feitas.

Outra declaração do prefeito consta no jornal *Folha de S. Paulo*, *Haddad defende ação da PM para retirar protestos de vias em Sp*,<sup>16</sup> de acordo com esta reportagem, Haddad impôs uma condição aos manifestantes: só dialogaria, quando eles

---

<sup>14</sup> Cf. Movimento Passe Livre – São Paulo. **Nota nº 03**: Nota pública do Movimento Passe Livre sobre a luta contra o aumento. *Facebook*. Data de publicação: 10 jun. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-03-nota-p%C3%BAblica-do-movimento-passe-livre-sobre-a-luta-contra-o-aumento/528678153855107>. Acesso em: 14 jul. 2016.

<sup>15</sup> RODRIGUES, Artur. Haddad vai pedir ajuda de Dilma para baixar passagem. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 jun. 2013. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-vai-pedir-ajuda-de-dilma-para-baixar-passagem-imp-,1040168>. Acesso em: 14 jul. 2016.

<sup>16</sup> BERGAMIM JR., Giba. Haddad defende ação da PM para retirar protestos de vias em Sp. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1292474-haddad-defende-acao-da-pm-para-retirar-protestos-de-vias-em-sp.shtml>. Acesso em: 15 jul. 2016.

mudassem de estratégia e renunciassem à violência. Para o prefeito, a PM agiu com acerto, na medida em que era necessário manter vias expressas livres, preservando a integridade de quem não participava do ato. Reforçou ainda que o aumento foi fixado abaixo da inflação e que a Tarifa Zero era uma bandeira utópica, logo, irrealizável.

Enquanto no sábado, dia 10, jantavam Alckmin, Haddad e Michel Temer, em Paris, a fim de ali defenderem a candidatura de São Paulo como possível sede para outro megaevento – a Expo 2020, o MPL articulava intensamente sua próxima manifestação, marcada para terça-feira. Esta união entre as três esferas do Poder Executivo, embora supostamente útil ao olhar estrangeiro, não foi muito salutar ao olhar doméstico, crítico da ausência destes líderes e da incapacidade que manifestaram para solucionar o impasse.

A divulgação e a chamada para o terceiro grande ato foi bastante expressiva, sendo realizada também no sítio oficial do *Anonymous* Brasil.<sup>17</sup> No dia 11, a concentração ocorreu na Av. Paulista, especificamente na Praça dos Ciclistas, às 17h00min. O tempo estava chuvoso, ainda assim, compareceram cinco mil pessoas, nos cálculos da PM, e quinze mil, na estimativa feita pelo MPL. Partindo deste ponto, os manifestantes seguiram pela Consolação e tentaram, sem sucesso, fechar o Corredor Norte-Sul. A reação policial, intensificada a partir deste momento, pautou-se no uso de balas de borracha, bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e gás de pimenta, depois disso, os manifestantes seguiram pela Av. Liberdade, passando pela Catedral da Sé, em direção ao Terminal Parque Dom Pedro II. Nesta área, a força policial atuou ofensivamente, a fim de evitar que os manifestantes se concentrassem neste que é um dos maiores terminais de ônibus da cidade. A cena de confronto prolongou-se por um longo período, tendo como consequência a dispersão do movimento e a formação de diversos grupos menores, com destaque para aquele que seguiu de volta à Av. Paulista, onde, inclusive, a ofensiva policial se fez novamente presente, com intensidade. A duração total deste ato foi de cerca de seis horas e seu saldo foi de vinte detidos, diversos feridos (a incluir dois manifestantes que foram atropelados por um carro que fugiu sem prestar socorro), depredações em propriedades públicas e privadas (agências bancárias, estações de metrô, dezenas de ônibus), pichações e incineração de objetos, como sacos de lixo.

Em meio às depredações, uma chama particularmente a atenção, trata-se da sede nacional do Partido dos Trabalhadores, localizada na região central, que teve seus vidros quebrados e suas paredes pichadas. Esta ocorrência trouxe para junho as primeiras

---

<sup>17</sup> Cf.: <http://www.anonymousbrasil.com/brasil/saia-de-casa-hojecolabore-com-a-luta-contr-o-aumento-da-tarifa-em-sp/>. Acesso em: 19 jul. 2016.

grandes declarações sobre fascismo, a exemplo do texto divulgado pela blogueira petista Maria Frô, nele lemos que: “depreder sedes de partidos de história popular, progressista, de esquerda sempre foram ações de fascistas, historicamente grupos que fazem isso foram sempre brigadas fascistas.”<sup>18</sup> A autora afirmou que votou em Haddad, que apoiava o MPL e que justamente por isso esperava deste um posicionamento sobre tal ato, em sua opinião absolutamente fascista.

Uma das matérias da Folha de S. Paulo, no dia 12, é emblemática: *Sozinho, PM quase foi linchado, durante protesto na região da Sé*,<sup>19</sup> nesta reportagem, lemos a respeito deste policial cujo rosto foi banhado em sangue, por ter sido agredido por cerca de dez manifestantes, bem ao lado do Palácio da Justiça (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo). A Folha selecionou o trecho de uma declaração do MPL, segundo a qual, tratava-se de uma revolta popular sem controle, tanto assim que alguns presentes tentaram afastar os mais radicais, para que o PM não fosse realmente linchado. No desfecho deste episódio, foi descrito que o policial se levantou sangrando, empunhou a arma para os manifestantes, depois para o alto, mas não disparou. A matéria prosseguiu com a narração do temor vivenciado por transeuntes que se encontravam na região e que buscaram abrigo em qualquer lugar possível. Foi também descrito o prejuízo que a Loja Marisa teve justamente na véspera do dia dos namorados, por ter tido que fechar mais cedo. Com o subtítulo *Iphone*, o autor desta matéria expôs a suposta incoerência de um manifestante que com voadoras quebrou o vidro da Estação Trianon, para em seguida registrar o feito em seu celular da *Apple*. O caos foi acentuado com o relato de um motorista, na região do Terminal Parque Dom Pedro II, que teria sido ameaçado por um pessoal de capuz que desejava atear fogo no ônibus, com quinze passageiros. Por fim, um homem descreveu estar aliviado com o fato de que os manifestantes quebraram o vidro do seu retrovisor, mas não levaram o presente de sua namorada.

Outros jornais paulistanos expressaram o mesmo tom, no Diário de SP, por exemplo, o título foi o seguinte: *Manifestantes voltam a depreder na capital*.<sup>20</sup> O mesmo

<sup>18</sup> Cf.: <http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2013/06/12/mpl-em-debate-o-movimento-e-anti-petista/>. Acesso em: 18 jul. 2016.

<sup>19</sup> BERGAMIM JR., Giba. *Sozinho, PM quase foi linchado, durante protesto na região da Sé. Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jun. 2013.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1293688-sozinho-pm-quase-foi-linchado-durante-protesto-na-regiao-da-se.shtml>. Acesso em: 19 jul. 2016.

<sup>20</sup> PAGOTTO, Fabio. *Manifestantes voltam a depreder na capital. Diário de S. Paulo*, São Paulo, 11 jun. 2013. Disponível em: <http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/51945/Manifestantes+voltam+a+depreder+na+capital>. Acesso em: 19 jul. 2016.

para o G1, *Protesto contra tarifa tem confronto, depredações e presos em Sp*,<sup>21</sup> no subtítulo, foi afirmado que se tratava do terceiro dia de uma série de protestos violentos. No Estadão, o título igualmente sintetiza o conteúdo da reportagem: *Fogo, bombas e depredação no maior protesto contra a tarifa*.<sup>22</sup> Nela, em meio ao rastro de destruições, foi ressaltada a pichação ocorrida na Faculdade de Direito da USP, o ataque a lojas da região e a depredação de pelo menos nove agências bancárias.

Diretamente de Paris, Haddad, Alckmin e Temer comentaram sobre este protesto, sendo que, para o governador, não se devia tolerar a ação dos vândalos que destruíram o patrimônio público, estes deveriam ser identificados e responsabilizados, dado o prejuízo que causaram ao coletivo. Na interpretação do prefeito, as agressões e as depredações foram feitas por pessoas inconformadas com o Estado democrático de direito, que não usavam adequadamente seu direito de se expressarem livremente. Para Temer, era exatamente isso, a Constituição assegurava tão somente a liberdade de expressão, não a de agressão.<sup>23</sup>

No dia 11, antes do ato, o MPL protocolou, tanto na Prefeitura, quanto no Palácio dos Bandeirantes, um pedido de reunião, com a pauta única de requerer a revogação dos vinte centavos.<sup>24</sup> Protocolo este que, cabe ressaltar, não foi respondido por nenhum dos dois governantes. No dia 13, o Movimento divulgou, em sua página oficial do *Facebook*, a nota nº 04, a fim de informar sobre a situação dos diversos detidos ao longo do protesto. De acordo com este documento, advogados do Passe Livre e particulares atuaram junto aos órgãos competentes, para que fosse feita a liberação destas pessoas, inclusive, com o pagamento de fianças, a mais alta no montante de R\$ 20.000. Apesar disso, foram descritas manobras ilegais de transferências de detidos, com o propósito de atrasar e dificultar o processo. O tom da narrativa é crítico à agressividade policial, crítico à repressão que causou sofrimento aos manifestantes e, cotidianamente, aos mais pobres. O MPL afirmou a necessidade de denunciar esta postura policial que criminaliza movimentos

---

<sup>21</sup> MORA, Marcelo; VIANA, Julia Basso. Protesto contra tarifa tem confronto, depredações e presos em Sp. **G1**, São Paulo, 11 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contratarifa-tem-confronto-depredacoes-e-detidos-em-sp.html>. Acesso em: 19 jul. 2016.

<sup>22</sup> MANSO, Bruno Paes; RIBEIRO, Bruno; ZANCHETTA, Diego. Fogo, bombas e depredação no maior protesto contra a tarifa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2013. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,fogo-bombas-e-depredacao-no-maior-protesto-contratarifa-imp-1041335>. Acesso em: 19 jul. 2016.

<sup>23</sup> Em Paris, Alckmin, Haddad e Temer criticam destruição em protesto. **Gazeta do Povo**, São Paulo, 12 jun. 2013. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/em-paris-alckmin-haddad-e-temer-criticam-destruicao-em-protesto-esvbvx9m5paz6cmfg3sec5iz2>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>24</sup> Cf.: <http://tarifazero.org/2013/06/11/sao-paulo-mpl-protocola-pedido-de-reuniao-com-a-prefeitura/>. Acesso em: 20 jul. 2016.

sociais e populares. Por fim, tanto a Secretaria de Segurança Pública quanto o governador Geraldo Alckmin foram acusados de deliberadamente tentarem enfraquecer o Passe Livre.<sup>25</sup>

A arbitrariedade destas detenções foi involuntariamente reforçada pelo fato de que delas também foram vítimas um repórter da Folha de S. Paulo e um fotógrafo da UOL, devido à alegação de que eles estavam atrapalhando a ação policial, e isso apesar de terem se identificado, pois, de acordo com o policial, no relato exposto por este jornal, o crachá daquele repórter não tinha nenhum significado.<sup>26</sup>

Na realidade, a dúvida sobre serem os vinte centavos o foco das manifestações, intensificou-se já nesta data, entre outros fatores, devido à repercussão da fala de Arnaldo Jabor, na edição do Jornal Nacional que foi ao ar no dia 12. De acordo com este comentarista, o suposto ódio contra a cidade, por ele equiparado à ação do PCC, em 2006, não podia ser justificado por 20 centavos. Ao seu ver, inúmeros manifestantes eram filhos da classe média e os verdadeiros marginalizados eram os próprios policiais, apedrejados e ameaçados com *Molotovs*. Classificou toda essa situação como uma ignorância política derivada de rancor, cujos agentes eram revoltosos da classe média que valiam menos de 20 centavos.<sup>27</sup>

O protesto que marcou o fim da primeira fase aconteceu no dia 13, uma quinta-feira, mais uma vez a convocação foi feita pelo MPL, principalmente, nas redes sociais, com o apoio de diversos outros grupos, como o *Anonymous*. A concentração ocorreu no Teatro Municipal, sendo que ao longo do ato compareceram 5.000 pessoas, no cálculo da PM, e vinte mil na estimativa dos organizadores. Antes das 17h00min, muitos comércios da região já haviam fechado suas portas e dispensado seus funcionários. Tanto o governador quanto o prefeito, além de jornais de grande circulação, como a Folha e o Estado de S. Paulo, até então tinham ressaltado a violência praticada por manifestantes, enfatizando as depredações ocorridas, logo, todos eles contavam com uma repressão muito maior para o dia 13, daí terem sido colocados à disposição tanques blindados, helicópteros,

---

<sup>25</sup>Cf.: Movimento Passe Livre – São Paulo. **Nota nº 04**: Nota pública do MPL sobre a situação dos detidos nos atos contra o aumento da tarifa de 11/06. *Facebook*. Data de publicação: 13 jun. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-4-nota-p%C3%BAblica-do-mpl-sobre-a-situa%C3%A7%C3%A3o-dos-detidos-nos-atos-contra-o-aum/530037213719201>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>26</sup>Repórter da Folha é detido durante protesto na Av. Paulista, em SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1293654-reporter-da-folha-e-detido-durante-protesto-na-av-paulista-em-sp.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>27</sup>Comentário de Arnaldo Jabor. **Jornal Nacional**: Rede Globo de Televisão, 12 jun. 2013. Disponível em: <http://globoplay.globo.com/v/2631566/>. Acesso em: 23 jul. 2016.

parte da cavalaria, da tropa de choque, além de policiais da Rota e da Força Tática, totalizando um efetivo de aproximadamente 900 homens.

Um cordão de isolamento foi montado, a fim de fazer uma revista prévia em qualquer um que passasse pela área, o que, segundo a polícia, resultou na apreensão de *Molotovs*, álcool, armas brancas, vinagre, entre outros. Aproximadamente 40 pessoas foram detidas, antes mesmo do início do ato, algumas tão somente pelo porte de vinagre, como foi o caso de um repórter da Carta Capital. O discurso de defesa alegou que esse tempero seria utilizado tão somente como uma proteção contra as bombas da polícia, reduzindo os efeitos do gás lacrimogêneo, já o de acusação afirmou que ele poderia ser utilizado na confecção de bombas caseiras, portanto, ilegais.

Os que passaram e os que escaparam de tal pente fino avançaram por ruas do centro, em direção à Consolação, o perfil preponderante era o de pessoas cantando palavras de ordem, numa caminhada tão pacífica que muitos seguravam flores e gritavam pedidos de “sem violência”. Ainda assim, o confronto começou por volta das 19h00min, quando os manifestantes mostraram que queriam seguir em direção à Av. Paulista, conseqüentemente, para evitar que mais uma vez esta avenida fosse fechada, a polícia foi autorizada a usar bombas de gás, balas de borracha, *spray* de pimenta, entre outras armas que acabaram por atingir não apenas os envolvidos, como qualquer um que estivesse na região. Este cenário de guerra dispersou o protesto, espalhando ativistas, transeuntes e jornalistas por toda a área de entorno, incluindo a própria Av. Paulista, numa cena totalmente confusa que envolveu confrontos e fugas, havendo aqueles jogaram pedras contra os policiais, montando barricadas de lixo, bem como os que correram desesperados sem saber ao certo para onde ir, além dos que já não conseguiam se mover devido à dor ou ao pânico. Perto das 22h00min, a Paulista já havia sido liberada, para a circulação de veículos, ainda assim, a ofensiva prosseguiu perante os poucos que insistiram em se manifestar. O saldo final foi de cerca de 100 feridos (nos cálculos do MPL) e aproximadamente 240 detidos, a maioria para averiguação. Algo absolutamente sem precedentes na histórica brasileira, pós-abertura democrática, o medo da repressão, o mal-estar provocado por dores físicas sentidas ou testemunhadas, uniu a todos numa grande ação solidária, que contou, ilustrativamente, com o compartilhamento de vinagre, o tal do tempero que rendeu a este dia o apelido de Revolta da Salada.

Este ato de múltiplas interpretações foi registrado intensamente nas redes sociais e nos principais jornais de São Paulo, a novidade é que o vandalismo ficou em

segundo plano, em prol do registro de explícitos abusos policiais, a exemplo da ampla divulgação do rosto de uma repórter da Folha de S. Paulo, que sangrava por ter recebido uma bala de borracha diretamente em seu olho. Ao todo, apenas na Folha, sete jornalistas foram feridos. Outro caso é o do fotógrafo Filipe Araújo, do Estado de S. Paulo, que foi atropelado por um carro da Força Tática, enquanto fazia seu trabalho.

Diversas outras pessoas ligadas à imprensa foram detidas ou feridas, e isso apesar de terem se identificado, o que, certamente, foi um fator importante para que as narrativas dos grandes jornais se transformassem. Pela primeira vez, desde o início dos protestos, os excessos policiais foram revelados e criticados, pela primeira vez, as palavras de ordem dos manifestantes, com seus pedidos de “sem violência”, foram registrados seriamente. Pela primeira vez, enfim, os grandes jornais deixaram de pedir por mais repressão contra o vandalismo. O dia 13 de junho marcou efetivamente uma curva na interpretação dos protestos, a partir dele podemos dizer que as narrativas destes jornais se tornaram mais harmônicas às narrativas publicadas nas redes sociais.

A capa da Folha de S. Paulo, no dia 14, mostrou um policial agredindo um casal que se encontrava em um bar, na Av. Paulista, o título foi o seguinte: *Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos*. Além desta foto, foi colocado o rosto sangrando da repórter Giuliana Vallone. Nesta matéria, também foi afirmado que dezenas foram feridos, independentemente de comporem ou não o protesto.<sup>28</sup> O que é surpreendente, na medida em que, no dia 13 de junho, a intenção mais clara era a de revelar a violência dos manifestantes: *Governo de Sp diz que será mais duro contra o vandalismo*. Nesta matéria, foi ressaltado o rastro de destruição que havia sido feito por aqueles que Alckmin chamou de vândalos e baderneiros.<sup>29</sup>

Quanto ao Estado de S. Paulo, o enfoque foi dado ao cidadão comum que ficou em meio à violência que vinha tanto da polícia quanto dos manifestantes, sua manchete, no dia 14, foi a seguinte: *Paulistano fica ‘refém’ de bombas em novo confronto*.<sup>30</sup> Apesar da ausência, nesta matéria, de qualquer denúncia aos abusos policiais, o mesmo jornal

---

<sup>28</sup> Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp14062013.shtml>. Acesso em: 24 jul. 2016.

<sup>29</sup> Governo de Sp diz que será mais duro contra o vandalismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/index-20130613.shtml>. Acesso em: 24 jul. 2016.

<sup>30</sup> Paulistano fica ‘refém’ de bombas em novo confronto, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2013. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130614-43704-nac-1-pri-a1-not>. Acesso em: 24 jul. 2016.

divulgou sob o título: *Repórter é baleada no olho com bala de borracha em Sp*,<sup>31</sup> o caso de Giuliana Vallone, e neste texto afirmou que repórteres do Estado de S. Paulo presenciaram ações questionáveis da Rota, sendo que dois deles também foram vítimas delas, por quase terem sido acertados com bombas de gás lacrimogêneo, as quais, sublinha-se, tinham sido lançadas justamente para tentar atingi-los. No dia 13, o Estado de S. Paulo havia publicado o texto de nome *Chegou a hora do basta*,<sup>32</sup> de acordo com o qual, se as autoridades não pedissem à polícia para agir com maior rigor, a cidade seria entregue a uma inaceitável desordem.

Pois bem, no dia 13, apesar da repressão ter ocorrido com maior intensidade, nem a Folha nem o Estadão previram que também seriam vítimas dela, daí que nos dias subsequentes, ao invés de um desfecho aos protestos, testemunhamos sua multiplicação, não apenas em número de adeptos, como também em cidades-sede. Deste dia em diante, os vinte centavos tornaram-se uma em meio a diversas outras reivindicações.

O prefeito que a essa altura já havia sido apelidado de Malddad, mudou parte do seu discurso, garantindo que convidaria o MPL para participar de uma reunião extraordinária, no dia 18 de junho, do Conselho da Cidade, órgão consultivo no qual o Movimento poderia apresentar suas propostas. Apesar deste convite, Haddad insistiu no fato de que a tarifa havia sido reajustada abaixo da inflação, logo, os vinte centavos não seriam revogados. Sobre o protesto do dia anterior, o prefeito afirmou que ele foi marcado pela violência policial.<sup>33</sup> Já no discurso do governador, não se percebem graves mudanças, a novidade é que Alckmin garantiu que esses protestos, na realidade, eram movimentos políticos, afinal, aconteciam até mesmo em cidades, nas quais a tarifa não havia sido reajustada. Para ele, o vandalismo e a violência eram uma marca destas manifestações que desde o início deixaram um rastro de destruição pela cidade. A ação da polícia, em sua opinião, pretendia assegurar o direito de ir e vir, além de visar à proteção do patrimônio público. Quanto aos seus excessos, eles deveriam ser apurados e, se o caso, punidos pela

---

<sup>31</sup> ZANCHETTA, Diego. Repórter é baleada no olho com bala de borracha, em SP. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,reporter-e-baleada-no-olho-com-bala-de-borracha-em-sp,1042144>. Acesso em: 24 jul. 2016.

<sup>32</sup> Chegou a hora do basta. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130613-43703-nac-3-edi-a3-not>. Acesso em: 24 jul. 2016.

<sup>33</sup> Haddad decide convidar manifestantes para discutir transporte na terça. **Gazeta do Povo**, São Paulo, 14 jun. 2013. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/haddad-decide-convidar-manifestantes-para-discutir-transporte-na-terca-eyq0pg0gus4sbzii37yog0w9a>. Acesso em: 25 jul. 2016.

própria instituição, o governo estadual, em síntese, não poderia ser responsabilizado por erros pontuais.<sup>34</sup>

No dia 14, o Passe Livre São Paulo publicou a nota nº 5, na qual informou estar recolhendo registros da repressão, a fim de responsabilizar juridicamente a instituição. O MPL incentivou todos aqueles que sofreram algum tipo de violência a compartilharem o ocorrido, denunciando os abusos. Neste texto, também foi oferecido o contato de dois advogados.<sup>35</sup>

Efetivamente, os relatos, nas redes sociais, mal precisaram deste incentivo para ocorrerem aos milhares, as imagens, igualmente, ganharam projeção internacional e muitos dos vídeos foram editados e acompanhados por músicas, como a do Grupo Rapa “vem pra rua, porque a rua é a maior arquibancada do Brasil”. Um traço marcante de junho foi esta presença das redes sociais, enquanto fonte de informações, suas narrativas foram vistas e compartilhadas por milhares de pessoas. Em meio aos mais de cem comentários que foram feitos, no *Facebook*, em referência a essa nota nº 5, encontramos o testemunho de moradores da região que reclamaram do gás lacrimogêneo impregnado em seus prédios, assim como da ofensiva policial diretamente contra eles, a fim de impedir que filmassem. Há também o registro daqueles que sofreram com a truculência, apesar de terem comparecido com intenções pacíficas. Há diversas frases de apoio ao Movimento, frases que chamam os policiais de vândalos, há frases críticas ao transporte público, há, em síntese, uma indignação coletiva que queria encontrar um canal de vazão.

Na obra *Vinte centavos: a luta contra o aumento* (2013), encontramos a reprodução de relatos publicados no *Facebook*, a exemplo da narrativa de jovens que teriam sido abordados por uma viatura repleta de policiais disparando gratuitamente contra eles. Na fuga, pedindo por socorro, desesperados, sem saber para onde ir, teriam entrado no carro de uma moça que ofereceu ajuda, transportando estes nove amigos ao seu apartamento. No interior do edifício, através das redes sociais, pediram ajuda, mais precisamente, pediram por dois carros, para que pudessem sair em segurança, no que foram atendidos. O sentimento ressaltado foi o de alegria devido à solidariedade que receberam

---

<sup>34</sup> AGOSTINE, Cristiane. Alckmin diz que manifestação em São Paulo é ‘movimento político’. **Valor Econômico**, 14 jun. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/3162172/alckmin-diz-que-manifestacao-em-sao-paulo-e-movimento-politico>. Acesso em: 25 jul. 2016.

<sup>35</sup>Cf.: Movimento Passe Livre – São Paulo. **Nota nº 05**: Nota pública do MPL-SP sobre a violência e repressão do dia 13.06. *Facebook*. Data de publicação: 14 jun. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-5-nota-p%C3%BAblica-do-mpl-sp-sobre-a-viol%C3%Aancia-e-repress%C3%A3o-do-dia-1306/530514310338158>. Acesso em: 26 jul. 2016.

de desconhecidos, todos unidos contra o então inimigo, a polícia. Outro relato foi a denúncia de uma agressão que um policial teria cometido contra uma manifestante, ao dar ordens para que ela tirasse a blusa (com a estampa do MPL). O policial teria batido no rosto desta moça, devido à negativa, e tirado sua blusa à força, rasgando-a, na frente de outros policiais.<sup>36</sup>

Nesta mesma obra, também foi descrito o vídeo publicado, no *Facebook*, por Marcel Barri, que mostrava manifestantes, na Praça do Ciclista, pedindo “sem violência” e sendo ainda assim agredidos pela tropa de choque. Outra lembrança foi a de um vídeo, publicado anonimamente no *Youtube*, que mostrava um policial quebrando o vidro de sua viatura. Dada a repercussão destas imagens, a instituição explicou-as como sendo consequentes da necessidade daquele policial de terminar de quebrar o vidro que já havia sido quebrado por terceiros.<sup>37</sup>

Provavelmente graças ao papel das narrativas publicadas nas redes sociais, a adesão da opinião pública começou a ser sentida. Em pesquisa Datafolha, realizada na quinta-feira antes da manifestação e divulgada no dia seguinte, 14, na Folha de S. Paulo, foi revelado que 55% dos paulistanos eram favoráveis aos protestos contra o reajuste da tarifa, mesmo porque 67% consideraram-no alto.<sup>38</sup> De qualquer forma, não foi esta a pesquisa que se tornou nacionalmente famosa, mas sim a enquete realizada no programa *Brasil Urgente*, na noite do dia 13. A primeira pergunta, “você é a favor deste tipo de protesto?”, foi formulada após o discurso do apresentador, no qual ele garantiu ser absolutamente contrário à baderna, à depredação e à obstrução de vias públicas. Na medida em que a maioria votou “sim”, Datena interpretou este fato como um erro na formulação da pergunta, do qual teria derivado um não entendimento do seu público. Tornou a dizer que pessoalmente era contrário e que votaria “não”, pois protestos assim eram vandalismo. Após um enfático esclarecimento, reformulou a enquete: “você é a favor de protesto com baderna?”. A contagem iniciada do zero tornou a repetir o resultado anterior, qual seja, a vitória do sim. Vencido, o apresentador afirmou: “entre bandido e polícia, prefiro a polícia. Entre povo e polícia, prefiro o povo”.<sup>39</sup>

<sup>36</sup> JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013. p. 112/114.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 101.

<sup>38</sup> Maioria da população é a favor dos protestos, mostra Datafolha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294919-maioria-da-populacao-e-a-favor-dos-protestos-mostra-datafolha.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2016.

<sup>39</sup> Datena. **Brasil Urgente**, São Paulo: TV Bandeirantes, 13 jun. 2013.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>. Acesso em: 26 jul. 2016.

O comportamento do apresentador que, ao final, se alinhou à opinião pública, ilustra a atitude de diversos outros canais da imprensa, a classificação destes episódios como “protestos violentos” foi cedendo espaço para que fossem chamados de “espetáculos da democracia”. Outra alteração foi a de que a liberdade de manifestação passou a ser mais aclamada do que o direito de ir e vir. Os atos vindouros foram majoritariamente taxados de pacíficos, sendo que seus episódios de depredação foram interpretados basicamente como ações isoladas de vândalos, que deveriam sim ser combatidos, mas sem invalidar a causa coletiva preenchida por múltiplas reivindicações, agora vistas como o reflexo de um povo amadurecido politicamente, melhor dizendo, de um povo que “despertou”.

Matéria publicada no Estado de São Paulo, no dia 15, recebeu o título: *‘Baderneiro’ vira ‘mocinho’ com reação desproporcional.*<sup>40</sup> Trata-se da análise de Monika Dowbor, para quem, a truculência policial fez com que os manifestantes passassem a ser vistos como aqueles que lutam por uma cidade mais justa, além disso, em razão do carisma da causa, a opinião pública foi conquistada, antes da noite do dia 13.

Efetivamente a tarifa é uma pauta carismática, certamente ela foi lembrada pelos milhares que demonstraram, no *Facebook*, interesse em comparecer ao próximo ato. Ocorre que a indignação brasileira perante a ausência de qualidade nos serviços públicos não se restringe ao transporte, daí a inevitabilidade de que os discursos de apoio falassem também em saúde, educação, segurança, e questionassem o gasto excessivo para que a Copa do Mundo e as Olimpíadas ocorressem no Brasil. A ampliação das reivindicações, do número de manifestantes e das cidades-sede não tardaram a trazer para a esfera de críticas o governo federal, sendo interessante lembrar que nenhum pronunciamento oficial da presidente Dilma Rousseff havia sido feito. A nacionalização do protesto trouxe consigo o apelo para que o país mudasse, para que seu povo acordasse, para que, finalmente, fossem cumpridas todas as suas promessas. Não importavam os limites de competência constitucionalmente atribuídos a cada governante, a frase anônima e coletiva “nós queremos tudo e queremos agora” sintetiza o desejo colocado em pauta.

O jargão “não é por centavos é por direitos” ganhou expressiva força, nas redes sociais, garantindo que um número crescente de pessoas se identificasse com os motivos dos protestos. Dificilmente alguém seria contra “direitos”, logo, tal jargão recepcionou inúmeras demandas, bastava ir para as ruas e reivindicar o que quer que fosse, desde que

---

<sup>40</sup> DOWBOR, Monika. ‘Baderneiro’ vira ‘mocinho’ com reação desproporcional. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 jun. 2013. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,baderneiro-vira-mocinho-com-reacao-desproporcional-imp-,1042602>. Acesso em: 28 jul. 2016.

associável a estes “direitos”. Aliás, no dia 14, uma imagem curtida por três mil pessoas e compartilhada 4.801 vezes, mostrava um fundo preto, com “R\$ 0,20” colocado em branco, de forma a chamar a atenção pelo contraste de cores e pelo tamanho da fonte.<sup>41</sup> O ponto que separava estas casas decimais foi feito simbolizando sangue, como se representasse a marca de um ferimento. Abaixo destes números estava escrito: “não é por centavos, é por direitos”. Essa imagem foi divulgada na página oficial do Passe Livre São Paulo e demonstrou que até o MPL aderiu a este discurso que se tornou preponderante, sobre a luta por direitos. O mais provável é que o Movimento tenha desejado induzir seus observadores a ponderar que os vinte centavos não encerravam a discussão, pois se tratava de uma luta pautada no direito à cidade, no direito à manifestação e no direito a um transporte verdadeiramente público e de qualidade. De qualquer forma, o fato é que tal imagem foi exposta num contexto que já empurrava a todos para a ampliação das pautas, logo, ironicamente, pode ter contribuído para tal dispersão.

A bandeira contrária à corrupção também foi efusivamente levantada, cabendo-se a lembrança de que o julgamento do mensalão havia acontecido há poucos meses. Curiosamente, no *Facebook*, até o evento “vem pra janela” ganhou a adesão de centenas de milhares de pessoas, desejosas de expressar simpatia às causas. O deixar o “*wi fi*” livre tornou-se outra forma de mostrar adesão, a fim de ajudar os manifestantes a registrarem as ocorrências, com seus *smartphones*. Foi também crescente o número de voluntários a se oferecerem para atuar nas manifestações, por exemplo, médicos e advogados.

O MPL progressivamente foi perdendo seu protagonismo enquanto agente articulador, ainda era ele a definir os dias de protesto, mas, em absoluto, não conseguiu controlar o que podemos chamar de efeito *Facebook*, graças ao qual dezenas de outras páginas criaram eventos alternativos, alguns inegavelmente em tom satírico. Aos milhares, foram publicados vídeos, imagens e relatos, a ponto de ser verossímil a alegação de que as redes sociais ganharam vida própria, concedendo à segunda fase de junho sua característica principal: a ausência absoluta de líderes. Claro que o MPL nunca se propôs a ser uma liderança, o Movimento sempre sublinhou seu caráter horizontal e apartidário, ainda assim, quando se queria saber sobre os protestos, os representantes deste grupo eram os mais procurados. Na segunda fase, os agentes articuladores não possuíam face, foram milhares de pessoas, desconhecidas entre si, sem discussões prévias, sem um preparo anterior, sem

---

<sup>41</sup>Cf.:<https://www.facebook.com/passelivresp/photos/a.176327119090214.45137.176309402425319/530212227035033/?type=3&theater>. Acesso em: 29 jul. 2016.

concordância sobre uma pauta única, que talvez por milagre conseguiram se reunir e expressar um sentido aos atos.

No dia 17, os protestos foram marcados não apenas em aproximadamente trinta cidades brasileiras, a nacionalização de junho já havia despertado comoção internacional, a ponto de moradores de diversos outros países se solidarizarem, organizando atos em suas respectivas cidades. Em São Paulo, a concentração ocorreu no Largo da Batata, em Pinheiros, às 17h00min. De acordo com a estimativa levantada pela PM, havia 30 mil pessoas, segundo o Datafolha, porém, compareceram 65 mil pessoas, e, no cálculo do MPL, divulgado ao longo do programa Roda Viva (que foi ao ar neste mesmo dia), mais de 100 mil manifestantes estiveram presentes. O fato é que havia tanta gente que, de início, a multidão se repartiu em dois grandes blocos, um dos quais avançou pela Av. Rebouças e pela Marginal Pinheiros, enquanto o outro seguiu em direção à Av. Faria Lima, passando pela Av. Presidente JK e pela Av. Berrini. Os manifestantes atravessaram a Ponte Estaiada, onde a marcha aconteceu pacificamente, sem tumultos ou confrontos de qualquer ordem. Mas eles eram tantos que, em diversos pontos da cidade, caminhadas paralelas aconteceram, havendo também aqueles que se concentraram na Av. Brigadeiro, enquanto outros já estavam na Av. Paulista, ocupando-a em seus dois sentidos. Estas dezenas de milhares de pessoas não haviam acordado um percurso, portanto, não havia propriamente um ponto para o qual se destinavam, apenas marchavam continuamente, gritando palavras de ordem. A grande maioria não tinha associação direta com o MPL e, naturalmente, não havia condições reais para que o Movimento guiasse toda essa multidão. De todo sorte, antes do ato, representantes do Passe Livre reuniram-se com o secretário de segurança pública e com o comandante-geral da PM, oportunidade em que afirmaram que o trajeto era uma decisão política, conseqüentemente, não seria divulgado com antecipação.

Gritos contra os vinte centavos foram ouvidos, mas não com exclusividade. Havia também os que demonstraram sua indignação com os elevados valores gastos para a realização da Copa do mundo, exigindo que os serviços públicos também fossem prestados com um “padrão FIFA”. Muitos seguraram cartazes de fabricação caseira, sendo que cada um se preparou com base em sua própria vontade, nenhuma liderança impôs um padrão de comportamento, uma cor para as roupas ou uma demanda única a ser pleiteada. Este foi um movimento absolutamente horizontal. O que, porém, se ouviu regularmente foram os versos do hino nacional, eles de fato foram entoados por pessoas que, nestes momentos, deixaram de lado suas diferenças, a fim de enfatizarem seus vínculos com a pátria, queriam

que o país se transformasse e acreditavam que o caminho para que isso acontecesse passava pela conquista do espaço público, revelando aos governantes a força poderosa que tinha o grito do povo reunido, daí também a recorrência dos chamados de “vem pra rua”.

O longo percurso atravessado por estes milhares não foi afetado pela ofensiva policial, nenhuma bala de borracha foi disparada, nenhuma bomba foi lançada, não houve, em síntese, feridos e ninguém foi detido. Durante a marcha também foi frequente o grito: “que coincidência, não tem polícia, não tem violência”. Os brasileiros que por quase cinco horas fecharam diversas das principais avenidas da cidade, ficaram eufóricos com a redescoberta de um sentido de comunidade, centenas de pessoas carregaram símbolos como a bandeira nacional, numa imagem que à distância mostrou um grande contingente verde e amarelo. “Desculpem o transtorno, estamos consertando o país”, “O gigante acordou”, “Entre outras mil, és tu Brasil a mais roubada”, “somos os filhos da revolução, acredite, não é por R\$ 0,20 centavos” foram alguns dos cartazes estampados no ato.

Sim, houve confronto, mas praticamente ele foi restrito ao Palácio dos Bandeirantes, quando um grupo formado por cerca de cem manifestantes tentou invadir a sede do governo estadual, interrompendo o tráfego na Av. Morumbi. Os mascarados tiveram êxito em derrubar um dos portões do Palácio, mas foram recebidos com bombas de gás lacrimogêneo. Houve outros atos de depredação e pichação, por exemplo, na Av. Paulista, mas com poucas pessoas envolvidas.

Cabe a recordação de que uma das sedes da Rede Globo fica exatamente na região pela qual os manifestantes massivamente passaram, nesta oportunidade, palavras de ordem foram dirigidas contra tal emissora. Esta, que sempre foi considerada a maior formadora de opinião no país, foi contestada pelas vozes das ruas, melhor dizendo, foi contestada pela força das narrativas expostas nas redes sociais. Reconhecendo a derrota, a Globo procurou se alinhar às reivindicações, dividindo os manifestantes entre uma maioria pacífica e poucos vândalos, deu ampla cobertura ao protesto do dia 17, e passou a contribuir para sua afirmação. Na manhã deste mesmo dia, até mesmo Arnaldo Jabor assumiu seu erro de avaliação, segundo ele, o Passe Livre, na realidade, não era um anarquismo inútil, mas uma força política original. Neste novo discurso, os vinte centavos continuaram em segundo plano, mas a energia do MPL foi valorizada como algo que, se bem canalizado, poderia levar ao aprimoramento das condições de vida no Brasil. Levantou dúvidas sobre o aumento da inflação, sobre a PEC 37, sobre a compra de uma

refinaria em Pasadena e garantiu que o Passe Livre poderia ajudar a responder tais questões.<sup>42</sup>

Deixada de lado a falta de coerência entre tais expectativas e o propósito real do MPL, o ponto é que esta fala também contribuiu para a dispersão da pauta. O comentarista disse explicitamente que uma das possibilidades para que o Movimento fosse considerado importante seria o fato de não nos sentirmos representados por nenhuma força política. A crise de representatividade não foi citada apenas por Arnaldo Jabor, ela foi efusivamente repetida em junho, até visualmente devido à presença marcante do verde e amarelo, em contraste com a pequena proporção de símbolos de sindicatos ou de partidos políticos. Aliás, a presença de partidos foi rechaçada, havendo recorrentes episódios, em que suas bandeiras foram impedidas de serem levantadas. Foram feitas críticas generalizadas ao governo, pontuando-se sua ineficiência, sua corrupção e suas más decisões quanto ao que realmente importaria para o crescimento do país. “Fora Dilma”, “Fora Alckmin” e “Fora Haddad” foram dizeres impressos em muitos cartazes.

No dia 18, a capa da Folha de S. Paulo mostrou a imagem de manifestantes no topo do Congresso Nacional, por ocasião do protesto havido na noite anterior. De mãos dadas e braços erguidos, o reflexo destas pessoas projetado em uma das semiesferas, acabou se tornando um dos emblemas de junho. A posição contrária à luz impossibilitou a visualização dos rostos daqueles que tinham conseguido romper o cordão policial, aos gritos de “O Congresso é nosso”. Na visão de imensas sombras sobrepostas, os manifestantes sentiram-se mais representados do que por eventuais políticos que naquele momento pudessem estar no interior do prédio, escondendo-se. O título da capa dizia: *Milhares vão às ruas ‘contra tudo’, grupos atingem palácios*. A manifestação foi elogiada, com a comparação de ser a maior, no país, desde o “Fora, Collor” (1992), seu caráter nacional foi exposto, com a afirmação de sua ocorrência em 12 capitais brasileiras. Por fim, seu caráter majoritariamente pacífico foi ressaltado, com a indicação de que o vandalismo ocorreu apenas em oposição a sedes do poder.<sup>43</sup>

Outro dado interessante, trazido pelo jornal, foi o resultado da pesquisa Datafolha, de acordo com o qual, 84% dos manifestantes, presentes no ato do dia 17, não possuíam preferência partidária. Esta informação foi corroborada com algumas das palavras de ordem ditas, no protesto: “O povo unido não precisa de partido”, “sem partido,

<sup>42</sup> **Coluna de Arnaldo Jabor**. Rádio CBN, 17 jun. 2013.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mJWwHc26cn0>. Acesso em: 01 ago. 2016.

<sup>43</sup> *Milhares vão às ruas ‘contra tudo’, grupos atingem palácios*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp18062013.shtml>. Acesso em: 02 ago. 2016.

sem partido” e “abaixa a bandeira do partido e levanta a do Brasil”. A influência majoritária das redes sociais também foi confirmada, com o dado de que 85% dos presentes buscaram informações sobre os atos, na internet e 81% se informou diretamente pelo *Facebook*. A maior parte tinha entre 26 e 35 anos, 77% possuíam nível superior e os dois principais motivos para protestar foram os vinte centavos (56%) e a corrupção (40%).<sup>44</sup>

No Estado de S. Paulo, o título de capa, no dia 18, foi similar: *Protesto se espalha pelo país e políticos viram alvo*. A imagem escolhida também foi a do Congresso Nacional, sendo que os subtítulos informaram que 230 mil pessoas foram às ruas, em todo o país, e que os partidos políticos foram impedidos de levantarem suas bandeiras. Foi dado destaque à ausência de violência, à ampliação da pauta, à insatisfação e à rejeição demonstrada perante a política institucional.<sup>45</sup>

Haddad, no dia 17, antes do ato, apareceu de surpresa, numa reunião que havia sido agendada entre o Secretário Antônio Donato e o MPL, apenas nesta data, o prefeito conversou pela primeira vez com uma integrante do Movimento, nesta oportunidade, expôs questões técnicas e reforçou o fato de que não revogaria os vinte centavos. No dia seguinte, no Conselho da Cidade, o Movimento fez um discurso bastante aplaudido, em que defendeu a imediata revogação do reajuste, reafirmando que o poder público deveria respeitar a vontade popular, pois num Estado democrático, todo o poder emana do povo. No geral, houve adesão dos conselheiros ao posicionamento do MPL, mas dado seu caráter meramente consultivo, nada foi decidido. O melhor que se conseguiu foi uma certa concessão do prefeito, que após demonstrar o elevado custo que a revogação traria para a cidade, transferiu simbolicamente a decisão para a “cidade”, dizendo que ela deveria ponderar o prejuízo que isso poderia causar às outras áreas.

Quanto ao governador, em entrevista publicada no dia 18, no Estadão, elogiou os líderes do MPL, disse que o reajuste havia sido dado abaixo da inflação, mas que estava sempre aberto ao diálogo, afirmou, ainda, que os protestos fortaleciam a democracia, desde

---

<sup>44</sup> Em protesto de SP, maioria não tem partido, diz Datafolha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296886-em-protesto-de-sp-maioria-nao-tem-partido-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 02 ago. 2016.

<sup>45</sup> Protesto se espalha pelo país e políticos viram alvo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2013. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130618-43708-nac-1-pri-a1-not>. Acesso em: 02 ago. 2016.

que não fosse prejudicada a integridade física da população e desde que não ocorressem depredações.<sup>46</sup>

Nacionalizado o movimento, no dia 18, pela primeira vez, a presidente se manifestou sobre junho. Em discurso oficial realizado no Palácio do Planalto, Dilma afirmou que o governo estava ouvindo as vozes pela mudança. Disse ter achado muito bonito ver tanta gente cantando o hino nacional, dizendo com orgulho “sou brasileiro” e defendendo um país melhor. Elogiou o caráter pacífico da manifestação do dia 17, e lamentou a ocorrência de episódios minoritários de violência contra pessoas e contra o patrimônio público e privado, reforçando que atos assim deveriam ser condenados e coibidos com vigor. Garantiu que as vozes das ruas ultrapassavam os mecanismos das instituições, dos partidos políticos, das entidades de classe e da própria mídia, e transmitiam uma mensagem direta, sobretudo, aos governantes de todas as instâncias. Segundo ela, a mensagem direta queria influir nas decisões de todos os governos, o que foi concluído após ter sintetizado algumas das reivindicações feitas nas ruas, a citar, a crítica contra a corrupção. Finalizou elencando diversas benfeitorias já realizadas por seu governo, de modo que graças a elas, o cidadão estava apto a desejar mais e que o seu governo também queria mais e que esse mais, em síntese, seria conquistado.

Apesar do discurso midiático proferido pela presidente, no mesmo dia, o Ministro Gilberto Carvalho havia declarado que o governo federal ainda não tinha entendido as razões das manifestações, uma vez que elas tinham um formato diferente dos protestos até então ocorridos no país, com carros de som e lideranças identificáveis.<sup>47</sup>

No *Facebook*, o Passe Livre São Paulo, entre os dias 17 e 18, publicou duas notas, a primeira delas para comentar a aparição surpresa do prefeito, na reunião do dia 17, com o Secretário Antônio Donato, e para reforçar que o aumento da tarifa tinha sido uma decisão política, logo, ele poderia ser revogado por pressão popular, assim como já tinha acontecido em outras cidades. O MPL convidou o prefeito para uma reunião séria, no dia 19/06, no sindicato dos jornalistas, sem aparições surpresas, sem conversas em órgãos consultivos, o Movimento queria um efetivo diálogo com a Prefeitura. Quanto à segunda nota, ela foi um comentário ao ato do dia 17, no qual não obstante o comparecimento de

---

<sup>46</sup> PORTO, Gustavo; BRANDT, Ricardo. Alckmin agora elogia líderes do movimento. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,alckmin-agora-elogia-lideres-do-movimento,1043855>. Acesso em: 03 ago. 2016.

<sup>47</sup> GUERREIRO, Gabriela. Governo Federal diz que ainda não conseguiu entender a razão dos protestos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296941-governo-federal-diz-que-nao-vai-tolerar-excessos-durante-os-protestos.shtml>. Acesso em: 08 ago. 2016.

mais de 100 mil pessoas, os vinte centavos permaneciam em vigor. O MPL informou também que apesar da existência de outras reivindicações, o motor das mobilizações e o que permitia a união entre os manifestantes eram os vinte centavos, conseqüentemente, os atos convocados pelo Passe Livre continuariam a ter como mote central a revogação do reajuste.

O sexto grande ato foi agendado pelo MPL, já no dia seguinte, 18, com a concentração marcada às 17h00min, na Praça da Sé. A intenção do Movimento era a de seguir pela Avenida do Estado, até alcançar a Marginal Tietê. Mas nesta data, sua queda progressiva de protagonismo tornou-se evidente, suas poucas dezenas de participantes, acostumados com deliberações horizontais, não conseguiram conduzir a totalidade dos 50.000 presentes (cálculo feito pelo Datafolha). O MPL efetivamente seguiu para a Avenida do Estado, mas não foi acompanhado por todos. A multidão dividiu-se em blocos, sendo dois deles de maior expressão: o que se concentrou em frente à Prefeitura e o que se deslocou para a Av. Paulista.

Bandeiras de partidos políticos foram mais uma vez rechaçadas, algumas impedidas de serem levantadas, contrariamente à bandeira nacional, carregada por inúmeros. Gritos contrários a líderes políticos também foram ouvidos, por exemplo: “Fora, Dilma!”. Também foram feitos bonecos representativos de Haddad e Alckmin e ambos foram queimados por alguns manifestantes. Na Paulista, o prédio da FIESP estampou, em sua fachada, as cores da pátria. Outras expulsões famosas, neste ato, se deram em relação a agentes da grande imprensa, um repórter, por exemplo, da Rede Globo, foi verbalmente agredido e teve que se afastar.

Frente à Prefeitura, milhares gritaram palavras de ordem dirigidas, sobretudo, contra a Haddad, inicialmente, sem nenhum confronto. Algumas pessoas, porém, com o passar do tempo, tentaram invadir o prédio, o que gerou atrito, em primeiro lugar, entre os próprios manifestantes, havendo inúmeros pedidos de “sem violência”, pronunciados por um cordão humano que tentava proteger a estrutura. Agressores e pacifistas entraram em conflito, sem intervenção policial, pois dentro do prédio havia apenas a Guarda Municipal e esta, sem poder de polícia, não sabia ao certo como reagir. Vidros foram quebrados, assim como grades de proteção, boa parte da fachada da Prefeitura, em síntese, foi depredada.

Sem provas, pairava a suspeita de que o ataque havia sido incitado por policiais infiltrados, de toda sorte, a disputa verbal de “sem vandalismo” X “sem moralismo”

revelava o perfil contrastante dos presentes. O acirramento da situação obrigou o MPL a mudar seus planos, parte dele retornou à região central, sempre enfatizando que não fazia parte da intenção do Movimento ocupar a sede do governo municipal. Por volta das 20h00min, um carro da Rede Record estacionado próximo à Prefeitura foi incendiado, agravando o sentimento de pânico. Lojas, agência bancária e uma base da PM foram depredadas, existindo também registros de saques provocados pela violência oportunista que tentava controlar o ato, tornando-o absolutamente voltando ao seu próprio interesse de destruição.

A Polícia Militar foi acionada pela Prefeitura, cujos funcionários desesperados já haviam montado até mesmo barricadas dentro do prédio. Assessores do prefeito ligaram para o MPL, expondo a tentativa de invasão, daí o retorno de parte do Movimento para a região central. Cabe a lembrança de que a PM demorou bastante para chegar, suspeita-se que devido à mágoa por ter sido considerada a vilã, no ato do dia 13, inclusive, à época, o prefeito tinha criticado seus excessos. Os saques, os incêndios e as depredações aconteceram sem que houvesse resistência da PM, somente por volta das 21h00min é que ela começou a efetuar detenções. Com isso, ironicamente, a repressão policial voltou a ser vista com bons olhos por parte da opinião pública, a violência oportunista redimiu a truculência.

Com o trabalho da tropa de choque, a concentração em frente à Prefeitura se dispersou, deslocando manifestantes para a Av. Paulista, onde a marcha já acontecia, em toda sua extensão. Não houve relevantes registros de confrontos e o ato constitui-se numa caminhada, com gritos de palavras de ordem e muitos símbolos pátrios, além de cartazes. Era um clima completamente contrastante com o da região central, ali, milhares de pessoas festejavam um protesto bem sucedido e pacífico, iluminado pela bandeira nacional projetada na fachada da FIESP.

A cobertura da grande mídia, no dia posterior, não fugiu muito do esperado, a dispersão da pauta, a incompreensão dos governos e a crise de representatividade foram narradas a partir de diferentes perspectivas. Foi dado destaque também à violência ocorrida na região central, muito embora com a afirmação de que ela foi executada por uma porção minoritária de manifestantes. Nesta data, o Passe Livre São Paulo manifestou-se, no *Facebook*, a fim de declarar suas críticas aos governos do município e do estado por descuidarem do clamor revelado nas ruas por centenas de milhares de pessoas. Ambos, prefeito e governador, foram chamados de intransigentes, o que foi colocado como causa

para que o Movimento se espalhasse. O MPL reforçou que enquanto não houvesse a revogação, não sairia das ruas e divulgou o dado da pesquisa Datafolha, segundo o qual, a esta altura, 77% da população aprovavam os protestos contra os vinte centavos, enfatizando que esta porcentagem era superior ao número de pessoas que votaram em Haddad, daí a impossibilidade de haver contradição entre as ruas e as urnas.

Na tarde do dia 19, Haddad e Alckmin reunidos, no Palácio dos Bandeirantes, cederam, finalmente, à pressão popular, revogando os vinte centavos. Na coletiva de imprensa, tanto o prefeito quanto o governador ressaltaram que o reajuste havia sido tardio devido ao acordo feito com o Governo Federal e que ele fora dado abaixo da inflação. Disseram, ainda, que para arcar com os custos da revogação, gastos e investimentos teriam que ser cortados, apertando-se o “cinto”, a fim de priorizar o transporte público.

Com isso, assistimos ao fim da segunda fase de junho, depois do dia 19, as mobilizações deixaram de incluir os vinte centavos em seus cartazes. O MPL comemorou afirmando que a intransigência dos governantes teve que ceder ao poder das ruas, e, humildemente, esclareceu que quem venceu a queda de braços não foi o Movimento ou qualquer outro grupo, mas sim o povo, colocado nesta frase em negrito. O “povo” foi descrito como sendo aquele que apesar de construir a cidade, fazendo-a funcionar, não conseguia usufruí-la, em razão do elevado valor da tarifa. Assim, a revogação do aumento foi percebida como relevante para que a transformação da cidade fosse feita pelos mais pobres. Mas nesta nota pública lançada no *Facebook*, no dia 20, o Passe Livre São Paulo lembrou a todos que a luta não podia parar, a meta deveria ser a conquista de um transporte público sem tarifas, cujas decisões fossem tomadas pelos usuários.

No dia 20, ocorreu um novo ato convocado pelo MPL, desta vez, com o propósito de ser um “ato-festa”, além de um protesto em prol da liberação daqueles que tinham sido detidos em atos precedentes. Cerca de 70 mil manifestantes, no cálculo do Datafolha, concentram-se na Av. Paulista, com a presença marcante de símbolos pátrios, um dos gritos ouvidos foi: “a tarifa baixou, mas a luta não acabou”. Cartazes trouxeram inúmeras reivindicações concernentes, por exemplo, à saúde, à educação, à PEC 37, à corrupção e aos gastos excessivos com a Copa do Mundo. No Brasil, manifestações simultâneas ocorreram em pelo menos 25 capitais, levando um contingente de mais de um milhão de pessoas às ruas.

Este foi o dia em que bandeiras de partidos políticos foram queimadas, com destaque para as do PT. Militantes do PSOL e do PSTU também foram verbalmente

agredidos e fisicamente impedidos de empunharem seus símbolos partidários. Nem os que apenas utilizaram roupas vermelhas foram poupados. A disputa foi marcada por gritos de “sem partido” *versus* gritos de “sem censura”, este atrito chegou às vias de fato, em diversos momentos.

Um grupo formado por dezenas de anarquistas, alguns com o rosto encoberto, praticando a tática “*black bloc*”, também compôs o ato. Durante o trajeto, sua atuação foi mais militante e de certa forma lúdica, por debochar do nacionalismo alheio. Claro que eles também não gostam de partidos políticos, mas tampouco acreditam na pátria, no gigante, na nação e nas demais abstrações cultuadas por tantos manifestantes. Para estes ativistas, o nacionalismo demonstrado nas ruas estava a um passo do fascismo, daí estarem travando uma disputa ideológica, por exemplo, queimando bandeiras do Brasil. Alguns dos seus cartazes disseram: “classe média pacifista, você não me representa” e “nacionalismo o cara\*\*\*, este país é racista e sanguinário”.

Certos atores protagonistas das agressões “antipartidárias” denominaram-se “nacionalistas”, e só aceitaram, conseqüentemente, que a bandeira do Brasil fosse empunhada. A Folha de S. Paulo, descrevendo a cena, afirmou que um grupo de nacionalistas mostrou facas a militantes do PT, com a ameaça de que seriam perfurados. Foi também exposto o relato de um jovem que tentou impedir a passagem do MPL, por alegar que ele estava com o PT e que pessoas com bandeiras de partido queriam levar vantagem.<sup>48</sup> Pancadaria, confrontos, atritos de toda sorte tiveram a interferência da PM, muito embora ela não tenha conseguido controlar a cena toda, a confusão foi tão grande que uma mulher por pouco não foi pisoteada. Havia, inclusive, segundo relatos, um homem com um taco de hóquei nas mãos, empunhando-o contra petistas. Não tardou para que membros de partidos de esquerda deixassem o ato, assustados e temendo por suas vidas, fazendo com que predominasse, em toda a extensão da Av. Paulista, os tons verde e amarelo.

O MPL-SP que sempre se declarou apartidário, mas não antipartidário, repudiou publicamente os episódios de violência ocorridos contra militantes de partidos políticos. Este fator aliado à percepção que integrantes do Passe Livre tiveram sobre o crescimento de pautas conservadoras explicam o anúncio feito, no dia 21, sobre a

---

<sup>48</sup> Manifestantes entram em confronto na Av. Paulista; homem fica ferido. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298593-manifestantes-entram-em-confronto-na-av-paulista-homem-fica-ferido.shtml>. Acesso em: 09 ago. 2016.

suspensão dos atos, em São Paulo.<sup>49</sup> O Movimento enfatizou que haveria a continuidade da luta pela tarifa zero e por um transporte de qualidade, mas que, por ora, não convocaria novas manifestações. Com este recuo estratégico, este grupo paulista formado por cerca de cinquenta jovens atuou em junho tempo suficiente para ser lembrado como o articulador da maior mobilização de massas ocorrida, em nossa história recente.

### **3.2 A primeira alegoria: junho significando aclamação**

Para que as manifestações de junho sejam apreciadas com os instrumentos teóricos de Schmitt, o primeiro a fazer é descrevê-las como um raio em céu azul, como algo, então, que não podia ter sido agendado, organizado ou previsto por quem detém o poder. Se o povo está silente, pode estar demonstrando assentimento para que subsista sua atual Constituição. Se o povo, no entanto, diz “não”, afirma uma forma de existência que se oferece como contraposta. Para que junho seja um fenômeno de aclamação ele deve, portanto, ser compreendido como um sonoro “não” dirigido contra o governo, contra aquele que não está conseguindo representar com perfeição sua unidade política.

O reajuste teria que ser descrito como o estopim de uma indignação ampla, que se revela em tempos de crise. Nunca teria sido por vinte centavos, a recusa que o povo expressa, quando aclama, tem a ver com sua existência comum, com sua consciência política derivada de sua situação de recíproco reconhecimento. A tarifa de São Paulo esmoreceria face aos interesses de um coletivo que se enxerga como nação, que pensa em seu crescimento conjunto e que se vê como um todo, como uma unidade política organizada.

Aparentemente, para corroborar esta interpretação, bastaria acessar dados de pesquisas de opinião, como a realizada pelo CNI/Ibope, cujo resultado, divulgado no dia 19 de março de 2013, apontou que o Governo Dilma Rousseff tinha a aprovação de 63% dos brasileiros, além disso, a aprovação pessoal da presidente era de 79%. Índices elevadíssimos, quando comparados aos de governos precedentes. Se fôssemos nos pautar nesta pesquisa, fatos posteriores, como a queima de bandeiras do PT ou a tentativa de

---

<sup>49</sup> KREPP, Ana. MPL acusa onda conservadora e desiste de novas manifestações. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298903-mpl-suspende-novas-manifestacoes-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 01 set. 2016.

invadir o Palácio do Planalto, seriam realmente impossíveis de serem previstos. Além disso, na história do país, já houve períodos de maior inflação, maior taxa de desemprego, proporcionalmente, já existiram mais pobres e mais famintos do que em junho de 2013. Se a base fossem os dados oficiais, efetivamente, não se conseguiria perceber nenhuma causa que fosse avassaladora o bastante para justificar o contingente de um milhão de pessoas que saiu às ruas, no dia 20.

Por isso que as manifestações deste mês foram classificadas por tantos economistas, políticos, jornalistas e historiadores como um raio em céu azul, indivíduos que se pautaram em dados oficiais não foram capazes de intuir o levante que se formava.<sup>50</sup> Uma narrativa que for escrita com base nos ensinamentos de Schmitt também verá em junho uma surpresa, mas não pelos mesmos motivos. O silêncio é assentimento, nos tempos de normalidade, em tempos de crise, porém, ele apenas aguarda uma ocasião para se romper.

A metáfora do “raio em céu azul” significa, portanto, que tais manifestações populares são espontâneas, imprevisíveis e organizadas de forma horizontal, seu ator é o povo, e por mais que ele possa receber influências externas, permanecerá essencialmente fora de controle. Aonde houver concentrações populares, ainda que sejam manifestações de rua, festas públicas, teatros, hipódromos ou estádios, haverá uma entidade política em potência, logo, a aclamação pode acontecer. A beleza da atuação do povo, para Schmitt, é o seu elemento surpresa, sua impossibilidade de ser prevista oficialmente.

Retomemos um dos conceitos do primeiro capítulo, segundo o qual, a existência do povo na condição de unidade política precede sua existência jurídica, a fim de concluir que se a legitimidade de um Estado democrático provém do povo, sua atuação não pode ser constrangida pelo poder público. Assim, na aparência, o céu estaria límpido, mas um observador treinado por Schmitt conseguiria perceber as condições que possibilitaram a formação do estrondo, conseguiria, por via de consequência, ouvir os murmúrios que antecederam o grito do povo reunido.

Em seus escritos weimarianos, o autor está preocupado em denunciar os prejuízos que foram causados pelo modelo democrático parlamentar e liberal, as críticas

---

<sup>50</sup> Cf.: “Ninguém anteviu os protestos populares que chegaram às ruas em junho de 2013. Logo depois, vieram muitas tentativas de explicá-los.” MACEDO, Roberto. Uma visão econômica e política dos protestos juninos. In: FIGUEIREDO, Rubens. (Org.). **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014. p. 39. Cf.: “Quando as passeatas começaram, não só os empresários, mas todos – inclusive os órgãos de informação do governo, a classe política e a própria imprensa – foram pegos de surpresa.” FIGUEIREDO, Ney. Os empresários e os movimentos de rua. In: FIGUEIREDO, Rubens. (Org.). **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014. p. 61.

que fez à preponderância dos interesses partidários e econômicos, no modo de se fazer política, derivaram em afirmar a não representação deste modelo. Tais críticas são próximas da crise de representatividade presente no Brasil contemporâneo, daí a possibilidade de encontrarmos elementos do fenômeno da aclamação nas jornadas de junho.

Para realizar este projeto, teríamos que classificar os protestos dos dias seis ao treze, em São Paulo, como situações preparatórias, nas quais fatores aleatórios forneceram a oportunidade perfeita para que toda a nação se levantasse. Vimos, no primeiro capítulo, que o povo ideal não possui rachaduras, o sujeito da aclamação, que este jurista defende, é o povo-nação, conseqüentemente, a segunda e a terceira fase, anteriormente descritas, concentrariam as comparações possíveis.

A inexistência de rachaduras significa um ideal de povo suficientemente homogêneo, coeso o bastante para que, em meio às vozes individuais, seja possível distinguir uma expressão comum, um grito de “sim ou não, de viva ou morra”. A amizade política define o grau de associação do grupo e idealmente reduz o outro ao estrangeiro, ao exterior das fronteiras estatais. Se a premissa de Schmitt é a de que os povos se reúnem em conformidade à antítese amigo/inimigo, poderíamos ver na preponderância do “verde e amarelo”, nos dias 17 ao 20, uma confirmação para esta tese. Os nacionalistas que empunharam a bandeira do Brasil e cantaram seu hino entrariam neste conceito de amigos públicos, pessoas que compartilham o mesmo modo de vida e que estão dispostas a matar e a morrer, com o objetivo de preservá-lo.

Tanto melhor que os manifestantes que, por exemplo, preencheram a Ponte Estaiada não fossem conhecidos entre si, é excelente para o enquadramento em Schmitt que não tenham acontecido reuniões preparatórias envolvendo a todos e que dezenas de milhares tenham comparecido por livre e espontânea vontade, afinal, o conceito de amizade pública é independente dos nossos sentimentos. Haveria uma ligação ideal que possibilitaria a convivência, a harmonia e a solidariedade entre pessoas que nunca se viram. O motor que leva às ruas não é o partido político ou as organizações sindicais, mas a consciência política compartilhada, que se revela, por exemplo, no desejo de ratificar ou de recusar um governo, em tempos de crise.

Os conflitos, as ameaças e as agressões verbais entre manifestantes poderiam ser facilmente explicados, para tanto, o mais provável é que o autor visse como grupo preponderante a massa nacionalista “verde e amarela”, estes eram os amigos públicos que

viram nos militantes do PT, do PSTU e do PSOL a figura do inimigo. Pessoas que negavam o modo de vida compartilhado pelo grupo majoritário e que por isso precisavam ser combatidas, rechaçadas e repelidas. Não importa se provavelmente todos eram brasileiros, pois, conforme foi descrito, em tempos de crise, a figura do inimigo pode surgir internamente.

A violência é justificada pelo desejo de preservação do tipo de existência que se leva, logo, aquelas agressões não seriam encaradas de forma negativa por este jurista, que, inclusive, sempre argumentou sobre a possibilidade constante de guerras. Não crer nisso, seria não crer no inimigo, não crer que o conceito do político é constituído, simultaneamente, por amizade e inimizade. Para Schmitt, a política deixaria de existir num mundo completamente pacificado. Sendo assim, não é uma opção ser violento, mas uma obrigação derivada da ligação que se tem com o grupo, isso porque seria mais importante preservar o modo de vida que se tem coletivamente do que a vida do homem individual, a qual, conclui-se, perderia todo o sentido caso o grupo fosse extinto ou dominado por inimigos. Se apenas categorias de amizade e inimizade são políticas, considerações de ordem moral, estética ou econômica não entram para compor o raciocínio.

Aliás, da perspectiva do grupo “nacionalista”, composto por pessoas que se vestiram com as cores da pátria e que gritaram “não” ao governo, o conceito de inimigo expande-se para muito além dos militantes partidários anteriormente descritos. O outro, o desconhecido, alguém que, em sentido intenso, seja existencialmente diferente é a essência daquela definição, o que permite o enquadramento dos praticantes da tática *black bloc*, além de pessoas que dialoguem com eles, como os anarquistas.

O descaso demonstrado quanto aos militantes de partidos políticos seria, muito provavelmente, aplaudido por Schmitt, afinal, se este autor acreditou na eficácia da aclamação, enquanto forma de expressão coletiva, o fez justamente por debochar das cabines de votação. Separar o povo, para que expresse solitariamente suas escolhas políticas é algo que o vimos criticar conjuntamente às democracias liberais, tendentes mesmo a ressaltar posturas egoístas e individualistas.<sup>51</sup> De acordo com este raciocínio, a

---

<sup>51</sup> Mauro Luis Iasi relacionou o individualismo à forma desastrosa de organização das cidades, seu excesso de prédios, sua falta de horizontes, tudo como consequência das relações sociais de produção capitalista, ou seja, a cidade seria a forma reificada dessas relações: “As pessoas vivem as explosões cotidianas das contradições urbanas na forma de uma serialidade, isto é, presas em seus casulos individuais, estão no mesmo lugar fazendo as mesmas coisas, mas não formam um grupo, e sim um coletivo serial no qual prevalece a indiferença mútua.” IASI, Mauro Luis. *A rebelião, a cidade e a consciência*. In: Ermínia Maricato et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 41/42.

manifestação política de junho seria infinitamente superior ao processo eleitoral anteriormente realizado. Entre as urnas e as ruas, ele acredita muito mais nesta última, a vontade que se faz revelar em ambas não é equivalente, na primeira quem se expressa é o homem individual, na segunda, quem o faz é o grupo suficientemente homogêneo.

Para que pensemos de que forma Schmitt legitimaria as jornadas de junho, podem ser úteis os dados trazidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, constantes no Atlas da Violência 2016, pois, de acordo com estes dados, 59.627 homicídios foram cometidos, em solo pátrio, apenas no ano de 2014, o que equivale a uma taxa de 29,1 homicídios por 100 mil habitantes. À nível mundial, isso significa que somos o país com o maior número absoluto de homicídios.<sup>52</sup> Claro que isso não é pouca coisa, sobretudo, considerando que, para este autor, a segurança é o principal propósito de qualquer entidade política, dada a necessidade de que os indivíduos não convivam com o medo cotidiano de uma morte violenta.

A crise do Estado de moldes liberais se faz visível justamente em função desta incapacidade de conferir segurança, este é o fato que legitima o aparecimento interno do inimigo público. Partindo, então, destas novas ponderações, junho pode ser interpretado como um momento em que o povo confrontou o Estado, afinal de contas, o primeiro a romper com o binômio obediência/proteção foi o poder público.<sup>53</sup> Se não recebemos a contrapartida estatal de segurança, não temos obrigação nenhuma de obedecer, de seguir normas, de nos submetemos a uma autoridade que não se importa e que, eventualmente, contribui para que nos sintamos em risco.

Dando sequência a este raciocínio, outra interpretação possível é a de que a hostilidade policial que se evidenciou no protesto ocorrido no dia 13, em São Paulo, foi capaz de despertar na população esse sentimento de revolta, de desobediência, de insubordinação perante a força policial. O grito “que coincidência, não tem polícia, não tem violência” pode ser lido como uma maneira de demonstrar a união do povo contra a autoridade, contra a insegurança que ao invés de ser vencida pelo Estado, acaba por ser

---

<sup>52</sup> Cf.: CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2016**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, março de 2016. nº 17. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/atlas\\_da\\_violencia\\_2016\\_ipea\\_e\\_fbsp.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/atlas_da_violencia_2016_ipea_e_fbsp.pdf). Acesso em: 16 ago. 2016.

<sup>53</sup> Cf.: “A questão da segurança pública esteve imbricada nas mobilizações populares de junho de diversas formas. Primeiro como parte do caldo de insatisfação generalizada que serviu de fundo para as manifestações. Pesquisas de opinião pública realizadas nos meses anteriores já mostravam uma piora na sensação de segurança e quedas na aprovação de diversos governantes em virtude da insatisfação com o aumento da criminalidade e as políticas de segurança em vigor (ou a falta delas).” KAHN, Tulio. A segurança pública e as manifestações de junho de 2013. In: FIGUEIREDO, Rubens. (Org.). **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014. p. 115.

causada ou intensificada por ele. Nesta interpretação, junho teria se fortalecido graças à quebra do binômio obediência/proteção.

Clarificando este argumento, não é que o Estado não deva ser violento, para Schmitt, ele pode e deve, ocasionalmente, fazer uso do seu monopólio da violência legítima, mas deve fazê-lo apenas contra o inimigo público, contra aquele que, portanto, representa uma ameaça, nunca indistintamente contra toda a população. Lembremo-nos das descrições jornalísticas elaboradas depois da noite do dia 13 e veremos que a grande crítica foi justamente esta, a polícia não foi dura apenas contra aqueles que estavam sendo pintados como “vândalos e baderneiros”, ela também feriu transeuntes e jornalistas. Neste autor, o que legitima a violência estatal é a necessidade de manter a paz dentro de suas fronteiras.

Saindo do foco interior da manifestação, para ver a situação com os olhos de quem está no poder, os inimigos deixam de ser os militantes partidários que queriam levantar suas bandeiras, uma vez que estes, bem ou mal, ainda demonstraram ligação com o atual modelo político, os verdadeiros inimigos públicos, na perspectiva do Estado, é quem reage com violência real ou simbólica, quem confronta suas forças, quem faz a mesma promessa de segurança, atraindo adeptos obedientes, quem, em síntese, defende um modo de vida diverso, criando espaços de exceção no interior do seu território.

Em tempos de normalidade, quando o Estado se apresenta como uma entidade política organizada, é ele quem deve definir o inimigo, pois é ele quem toma as decisões sobre tais categorias extremas. Nestas condições ideais, o povo também deve conseguir reconhecer o inimigo, deve saber constatar espontaneamente que grupo possui um modo de vida distinto do seu, e que por este motivo se contrapõe à sua entidade política. O Estado, em Schmitt, nada mais é que o *status* de um povo em situação de recíproco reconhecimento, cuja unidade política é representada pelo governo. Em tempos de crise, no entanto, devido à formação de outras entidades políticas com o mesmo propósito de garantir segurança, o Estado perde o monopólio para determinar o inimigo e com isso os conflitos se tornam recorrentes. Quem estiver imerso em tal sociedade pode prestar obediência a autoridades distintas, na esperança de obter proteção. Schmitt culpa o Estado de Direito liberal e burguês por este quadro caótico e autodestrutivo, acusa a falta de objetivo dos discursos, o baixo nível das formas de trato parlamentar, a indignidade das diárias extras e a péssima distribuição representativa da casa, afirma que este sistema é

falho e que ele é o responsável por vivermos neste abismo, no qual pululam inimigos públicos por toda parte.

Se for certo este argumento, Schmitt veria no Brasil contemporâneo um povo heterogêneo, veria nas contraposições político-partidárias um fator de combustão e interpretaria a cena toda como um cenário perfeito para a eclosão de uma guerra civil. Talvez até já em andamento, face ao elevado número de homicídios. A guerra civil nada mais seria que o choque entre o agrupamento amigo-inimigo trazido para o interior do território. Qual poderia ter sido, então, a importância das jornadas de junho, ao ver deste teórico?

Bem, a resposta me parece clara, Schmitt poderia encontrar nelas a tentativa de superação daquele quadro, conseqüentemente, os cartazes que disseram, por exemplo, “desculpem o transtorno, estamos consertando o país” e “o gigante acordou” seriam muito bem recepcionados por ele. Cabe sublinhar: se ele visse em junho episódios que se ajustassem ao que ele descreveu como aclamação, não haveria esperanças para o governo, o povo-nação tem todo o direito de dizer “não”, em tempos de crise.

Assim como Hobbes, o que o autor visou, em seus escritos weimarianos, foi encontrar soluções para estes cenários de guerra civil, logo, se aplicarmos este raciocínio ao país, junho, em igual medida, seria bem quisto por Schmitt, sobretudo, se o seu resultado final fosse o rompimento com toda a herança liberal presente no Estado. Além disso, conforme foi demonstrado no capítulo um, sua teoria ressaltou a importância de toda forma de expressão política coletiva, assim, para que o Estado conseguisse se reerguer, em primeiro lugar, o povo precisaria se reconstituir como unidade política forte, vencendo sua falta de coesão, a fim de se mover como um bloco único, melhor dizendo, como um gigante constituído por diversos corpos.

O gigante brasileiro colocado na frase precedente de forma proposital, a fim de comparar o substantivo presente em nosso hino com a alegoria do Leviatã (mostro imenso constituído por diversos homúnculos, que estampou a edição de 1750), pode ser interpretado a partir do conceito schmittiano de amizade. Recuperemos, para tanto, os princípios político-formais da identidade e da representação, pois são eles que, se bem realizados, garantem a forma concreta da unidade política. O princípio da identidade é aquele que permite que um grupo de indivíduos se constitua como povo, graças à vontade nacional, ao reconhecimento recíproco e à consciência política. Em suma, é este princípio que nos permite a identificação espontânea da figura do inimigo, ligando-nos e tornando-

nos suficientemente homogêneos. A identidade é a base para a amizade pública, ou seja, ela dá forma à nação e personifica o povo numa grande estrutura, cujo corpo é metaforicamente único.

O despertar do gigante brasileiro, expressão repetidas vezes utilizada para descrever junho, poderia ter sido útil ao pensamento de Schmitt, desde que este despertar tivesse tido relação com o “despertar de um sentido de comunidade”, adormecido pelo individualismo liberal. Se o povo brasileiro conseguiu voltar a se enxergar como nação, cada indivíduo que, apesar da ofensiva policial do dia 13, compareceu ao protesto do dia 17, fez prova de que o desejo direcionado à proteção do grupo foi superior ao medo de também ser ferido. Tal fato poderia ser narrado como uma consequência do princípio da identidade, brasileiros que testemunharam outros brasileiros sendo injustamente agredidos foram massivamente às ruas, para mostrar sua força e constituição, suficientemente, uniforme.

O segundo princípio pontua a obrigatoriedade de que a unidade política seja representada por homens. Noutras palavras, o povo-nação, o gigante brasileiro, precisa de um governo, Schmitt absolutamente não acredita em sua capacidade de autogestão, para ele, não pode haver Estado sem representação. Deve haver um equilíbrio entre ambos os princípios, e já vimos que a aclamação foi compreendida justamente como um medidor para esta harmonia. Trazendo estes conceitos para o Brasil, o gigante das ruas, ao levantar cartazes e dizeres contra o governo, fez prova de sua crise de representação, sendo este o caso, Schmitt possivelmente concordaria que o povo gritasse “morra” ao representante, pois esta é a essência da aclamação.

O povo de tal forma unificado deixa de possuir concepções morais próprias, deixa de cultivar sua consciência privada, ou seja, o impacto da inflação em folhas de pagamento ou o elevado valor do dólar para custear viagens a Miami não seriam motivos legítimos, os propósitos precisam ser públicos e derivados de interesses coletivos. Deve-se desejar o que for melhor para todo o país. Na aclamação, necessariamente, não há dualidade entre o que o indivíduo pensa e suas atitudes, todos agem como um grupo unido, que se move com uma finalidade política comum.

Dito isso, podem restar as seguintes dúvidas: mas não eram diversas as demandas? Como junho poderia ser pensado como um evento realizado por um povo suficientemente ligado entre si? Bem, para que os fatos brasileiros sejam ajustados à teoria de Schmitt, antes de tudo, conforme já colocado, devemos nos centrar nos episódios

ocorridos entre os dias 17 e 20, dada a perda de protagonismo do MPL, a nacionalização dos protestos e a expansão das demandas, para além dos vinte centavos. A heterogeneidade dos pedidos precisaria ser interpretada como a expressão plural de um desejo comum: a mudança do país, seu aprimoramento, a realização de suas promessas, enfim. Para ser aclamação, o desejo comum teria que ser consubstanciado num grito de “não” a ser ouvido pelo governante, e, finalmente, dada a preferência de Schmitt pelo povo-nação, teríamos que afirmar que, naquele período, os nacionalistas foram o grupo majoritário.

Feito isso, poderíamos interpretar o canto a uma só voz do hino nacional como a exteriorização da coincidência entre a verdade da alma e a verdade da nação. Cada um que compareceu ao protesto teria atendido ao chamado de uma emergência pública, pondo-se junto aos seus compatriotas, para afirmar seu modo de vida, seus vínculos com a pátria. Nesta teoria, o representante estatal não pode ser desafiado pelo homem munido de interesses egoísticos, mas pode sê-lo pela consciência pública que se revela em tais aglomerações. Junho poderia ter sido, portanto, um momento em que a consciência pública emanada desta massa de amigos atuou perante o governo, questionando-o e desafiando-o.

No ano de 2013, o governo federal era assumido pela presidente Dilma Rousseff, eleita em 2010, a possibilidade de ser estranho que a mesma população que a elegeu estivesse posteriormente carregando cartazes de “Fora Dilma” não seria levantada por Schmitt, justamente pela tese de que, na cabine de votação, o que se revela é a consciência privada, o interesse individual, pois quem vota o faz como particular, conseqüentemente, a eleição e a aclamação não possuem o mesmo peso e tampouco são executadas pelo mesmo sujeito. O mesmo argumento valida os cartazes contra Haddad e Alckmin, assim como os bonecos que foram feitos deles, no dia 18, e incinerados, ao longo do protesto.

Evoluindo um argumento anterior, se este teórico visse no Estado brasileiro contemporâneo as mesmas características do Estado de Direito liberal e burguês que ele critica, teríamos que compreender nossa atual crise política como uma consequência dos vícios do sistema. Teríamos que acatar a tese de que nossos elevados índices de violência refletem a incapacidade do Estado de conferir segurança, e, finalmente, acabaríamos por dizer que se há crise e caos, a norma jurídica não consegue ser aplicada, conseqüentemente, nos prepararíamos para reconhecer, no Brasil, as condições que antecedem o discurso sobre o estado de exceção. O perigo disso ainda está para ser desenvolvido, mas, antecipo que ele tem a ver com a emergência de um soberano, ainda

não revelado, que declarará a exceção, suspendendo a ordem jurídica, e que tomará todas as medidas necessárias ao restabelecimento da normalidade.

Não foi o que aconteceu em junho, a ordem jurídica não foi suspensa pela ação de um deus *ex machina*, no entanto, vale pontuar que houve o medo de que isso acontecesse. Discursos a respeito da possibilidade de um golpe de Estado que depusesse o governo, prometendo a salvação, foram frequentes neste período, seja por serem desejados, seja por serem temidos. Assim como junho, os escritos weimarianos de Schmitt costumam ser acusados de fascismo, começaremos a ver o porquê disso, em primeiro lugar, problematizando seu conceito de povo-nação.

No capítulo um, foi proposta a tese de que o “emérito jurista do terceiro *Reich*” recriou a nação como mito, a fim de atrair a mentalidade coletiva para sua proposta de mudança política. Trazendo este raciocínio pra o Brasil, as pessoas que compareceram à Av. paulista, por exemplo, no dia 17, majoritariamente formaram um bloco único, devido ao nacionalismo, ele teria sido o fator responsável pelo laço de coesão entre os indivíduos, ou seja, graças às bandeiras da pátria, teria sido possível identificar um povo suficientemente homogêneo.<sup>54</sup> Vimos que contrariamente a Kelsen, a unidade em Schmitt é política, não decorre da norma, mas a antecede. O mito não exige uma construção racional, conseqüentemente, os manifestantes não precisaram fazer reuniões preparatórias para decidir os rumos do protesto, não tiveram a necessidade de explicar o porquê do comparecimento, os motivos mitológicos atuam nas camadas do nosso espírito que se vinculam às nossas emoções, aos nossos medos e desejos ocultos, moldando-os e uniformizando-os, com determinada finalidade.

Inculcar o nacionalismo na mentalidade coletiva é uma forma de colocar milhares de pessoas, espontaneamente, nas ruas, dispostas a tudo, por acreditarem que estão inseridas em algo maior, estão a serviço da nação, atendendo ao seu chamado. A satisfação e o orgulho de dizer “sou brasileiro” transformam-se no combustível para que o povo encontre em si a força de atuação, a maioria e a capacidade de definir seu destino político subsequente. Dizeres como “o Congresso é nosso” poderiam ser interpretados

---

<sup>54</sup> Autores brasileiros, como Bernardo Sorj, indiretamente, ratificaram este posicionamento: “O denominador comum presente em todas as manifestações foi a afirmação de um nacionalismo cívico. [...] Não foi casual que tenham sido a bandeira do Brasil e o Hino Nacional os símbolos preferidos pelos manifestantes. Dos jovens manifestantes, ouvi inúmeras vezes: ‘Pela primeira vez me sinto brasileiro’; ‘Agora sinto que tenho uma pátria.’ [...] não podemos esquecer que o sentimento nacional e a cidadania democrática têm como fundamento a disposição de defender uma ideia de nação e de bem comum – e era isso que os manifestantes estavam expressando.” SORJ, Bernardo. Entre o local e o global. In: FIGUEIREDO, Rubens. (Org.). **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014. p. 92.

como esta tomada de consciência nacional, que vence barreiras armadas, sobe no topo da estrutura e de mãos dadas afirma seu poder e resistência.

Quanto a isso, é pertinente a lembrança de Herrera sobre a importância de Schmitt na recepção das ideias de Sorel na Alemanha,<sup>55</sup> de fato a obra *Réflexions sur la Violence* (1908) exerceu uma grande influência sobre este autor, a ponto de ser possível relacionar o raciocínio precedente à tese política deste teórico francês. Sorel se assemelha a um espelho, no qual autores de tradições diferentes procuram se identificar e extrair elementos que sirvam aos seus propósitos, ainda que eles sejam distintos dos originariamente defendidos. É o que explica, por exemplo, sua influência tanto em anarquistas, quanto em fascistas, tendo inspirado personalidades distintas como as de Walter Benjamin, Theodor Adorno, Carl Schmitt e Mussolini.

Em linhas gerais, o que quis Sorel, em suas *Réflexions sur la Violence*, foi a legitimação da violência proletária e sua distinção da força tradicionalmente utilizada pela burguesia, para impor a organização de uma ordem social, onde apenas uma minoria governa.<sup>56</sup> Para tanto, este autor transformou a concepção sindicalista de greve geral num mito de caráter infinito, a importância deste feito é central para que compreendamos sua teoria, pois de acordo com ele, revoltas podem ser defendidas e divulgadas, sem, entretanto, resultarem num movimento revolucionário e isso devido à inexistência de um mito que seja aceito pelas massas, a greve geral seria importante justamente por assumir este papel ideológico. Em sua época, Sorel classificou-a como um mito popular solidamente estabelecido nos cérebros, ou seja, é a motivação de caráter coletivo necessária para que a revolução se consuma. Em suas palavras: “Os mitos revolucionários [...] permitem compreender a atividade, os sentimentos e as ideias das massas populares que se preparam para entrar numa luta decisiva, eles não são descrições de coisas, mas expressões de vontades.”<sup>57</sup>

Se os mitos são expressões de vontades, conclui-se que não há a necessidade de uma construção racional, a violência proletária se legitima e ganha forma quando as

---

<sup>55</sup> Cf. HERRERA, Carlos Miguel. **A Política dos Juristas**: Direito, liberalismo e socialismo em Weimar. Tradução de Luciana Caplan. São Paulo: Alameda, 2012. p. 148.

<sup>56</sup> Cf.: “[...] nous dirions donc que la force a pour objet d’imposer l’organisation d’un certain ordre social dans lequel une minorité gouverne, tandis que la violence tend à la destruction de cet ordre.” SOREL, Georges. **Réflexions sur la violence**. Genève-Paris: Entremonde, 2013. p. 141.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 30. No original: Les mythes révolutionnaires [...] permettent de comprendre l’activité, les sentiments et les idées des masses populaires se préparant à entrer dans une lutte décisive; ce ne sont pas des descriptions de choses, mais des expressions de volontés. (tradução livre)

peças compartilham uma crença.<sup>58</sup> O mito, para este autor, conduz os homens a um combate capaz de destruir o que existe, a uma luta pautada em uma abstração inquestionável: “Não se pode refutar um mito, já que ele é, essencialmente, idêntico às convicções de um grupo.”<sup>59</sup>

Em Sorel, o propósito foi o de defender a luta dos sindicatos revolucionários contra os empregadores e contra o Estado, afirmando que o proletariado poderia ser livre, sem precisar dos ensinamentos de profissionais burgueses, ainda assim, não é difícil entender o porquê de ele ter inspirado a tantos pensadores políticos, sua teoria, no fundo, legítima a importância do mito, enquanto elemento irracional. De que forma o autor responderia a seguinte pergunta: como levar uma multidão ao comportamento ativo e agressivo? Simples, dando a ela algo para crer, um mito forte o bastante para convencê-la de que todo risco de morte serve a uma ideia maior, algo que, em tese, viria de convicções do grupo, mas que, nós, seus críticos, sabemos que pode ter sido fruto da manipulação de agentes externos. O homem de Sorel é capaz de morrer por aquilo que outras pessoas perceberiam como uma ilusão. O mesmo pode ser dito sobre o homem de Schmitt: morrer em prol da defesa do modo de vida que se tem coletivamente, noutras palavras, matar e morrer pela nação.

Intuitivamente, isso lembra a ética grega sobre a morte heroica, a personalidade irresistível que deixa a vida e se torna imortal graças aos seus feitos, tornando-se possivelmente a estátua de um morto admirável, que é periodicamente homenageado e recordado. Não deixa de ser uma forma de redimir e afastar a violência do que o autor chamou de filosofia burguesa, a fim de que ela não fosse compreendida como um comportamento bárbaro que se elimina com o avanço das luzes.

Outra comparação possível decorre da seguinte passagem: “Hoje em dia, eu não hesito em declarar que o socialismo não sobreviverá sem uma apologia da violência. É nas greves que o proletariado afirma sua existência.”<sup>60</sup> O trecho final poderia ser reescrito com a substituição da palavra greve por mito, o que nos remeteria imediatamente à teoria

---

<sup>58</sup> Cf.: “Cette étude a pour objet d’approfondir la connaissance des mœurs et non de discuter sur les mérites ou les fautes des personnages marquants; il faut chercher comment se groupent les sentiments qui dominent dans les masses ; les raisonnements que peuvent faire les moralistes sur les motifs des actions accomplies par les hommes de premier plan et les analyses psychologiques des caractères sont donc fort secondaires ou même tout à fait négligeables.” SOREL, **Réflexions sur la violence**, 2013, op. cit., p. 38.

<sup>59</sup> Ibid., p. 30. No original: Un mythe ne saurait être réfuté puisqu’il est, au fond, identique aux convictions d’un groupe. (tradução livre).

<sup>60</sup> SOREL, Georges. Appendice II: Apologie de la violence. (1919) In: \_\_\_\_\_. **Réflexions sur la violence**. Genève-Paris: Entremonde, 2013. p. 233. No original: Aujourd’hui, je n’hésite pas à déclarer que le socialisme ne saurait subsister sans une apologie de la violence. C’est dans les grèves que le prolétariat affirme son existence. (tradução livre)

schmittiana, segundo a qual, o povo afirma sua existência política, quando se reconhece como nação. O sentido é o mesmo. Nos dois autores, é o mito que faz com que os homens transcendam seus interesses egoísticos, em busca de um sentido heroico para suas ações, o grupo está em primeiro plano, seus propósitos justificam todos os sacrifícios individuais.

À época da escrita destas *Reflexões*, Sorel simpatizava com correntes de esquerda, marxistas e até mesmo anarquistas (Proudhon e Bakunin foram, para ele, uma inspiração), acontece, no entanto, que um livro ganha vida própria a partir do momento em que é publicado, sendo assim, nenhum autor pode censurar as interpretações extraídas por seus leitores. Ainda que, para ele, os anarquistas tenham ensinado: “[...] os trabalhadores a não se envergonharem dos seus atos violentos”,<sup>61</sup> isso não impediu que fascistas futuramente fizessem a mesma coisa, valendo-se do mesmo motor, o mito, para motivar a violência. Volto a repetir, trata-se de um motivo irracional, que desloca as pessoas com base em suas paixões, sua definição é a seguinte: “[...] uma organização de imagens capaz de evocar, instintivamente, todos os sentimentos que correspondam às diversas manifestações da guerra empreendida pelo socialismo contra a sociedade moderna.”<sup>62</sup>

Esta organização mitológica, para Schmitt, é a nação, sua combinação simbólica proporcionada por hinos, bandeiras, cores, idiomas, fronteiras e tudo o mais que permitir a aparição de uma imagem, a partir do momento em que for mencionado. Dizer seu nome implica, segundo Sorel e Schmitt, na evocação instintiva de todos os sentimentos que correspondem às diversas manifestações da guerra, o que muda, entre os dois teóricos, é a definição dos atores que integram os lados oponentes. No caso do primeiro, a violência precisa ser expressão direta da luta de classes, no caso do segundo, a disputa se dá dentro do conceito do político, amigos contra inimigos, sem envolver considerações de ordem econômica.

De uma forma ou de outra, tanto a nação quanto a greve geral são enquadradas, nesta pesquisa, como mitos que movem os homens não de forma lógica, mas irracional. São imagens apaixonantes, ao invés de demoradas construções sistemáticas que convencem seus intérpretes, de forma discursiva. Esta é uma hipótese que, muito provavelmente, teria sido questionada por Schmitt, uma vez que ele nunca admitiu o uso da ideia de nação como mito, mas tampouco poderia fazê-lo, dada sua preocupação com a

---

<sup>61</sup> SOREL, *Réflexions sur la violence*, 2013, op. cit., p. 35. No original: [...] aux ouvriers qu'il ne fallait pas rougir des actes violents. (tradução livre)

<sup>62</sup> Ibid., p. 102. No original: [...] une organisation d'images capables d'évoquer instintivement tous les sentiments qui correspondent aux diverses manifestations de la guerre engagée par le socialisme contre la société moderne. (tradução livre)

crise política do seu tempo somada à sua procura árdua por soluções, derivando na impossibilidade de que ele viesse a assumir tal recurso. Schmitt não admitiu, mas Mussolini sim, sendo possível ler no posfácio escrito por Philippe Blouin a revelação desta faceta polissêmica que foi capaz de inspirar personalidades antagônicas: “Depois da morte de Sorel, em 1922, tanto a Itália fascista quanto a Rússia bolchevique fizeram a proposta de conservar sua sepultura. Mussolini declarou, sem rodeios, que devia tudo a Sorel, pois foi ele que o inspirou a criar um mito da nação.”<sup>63</sup>

No artigo de nome *A teoria política do mito* (1923), estão as considerações de Schmitt sobre Sorel, nelas, podemos sentir a admiração que nosso autor nutriu por ele, como, por exemplo, na seguinte análise:

Ela significa a mais pulsante oposição ao racionalismo absoluto e à sua ditadura, mas, em igual medida, já que ela é uma doutrina da decisão ativa e imediata, ao racionalismo relativo de todos os complexos que se agrupam em torno de representações, tais como a balança, a discussão pública e o parlamentarismo. A força para a ação e para o grande heroísmo, toda grande atividade histórica, reside na capacidade do mito.<sup>64</sup>

Schmitt se alinha à forma por meio da qual Sorel se opôs ao racionalismo relativo correspondente ao parlamentarismo, logo, não é vã a hipótese de que Schmitt tenha perseguido os mesmos motivos, sobretudo, porque ele expressamente disse que na força do mito estão os critérios que decidem se um povo ou se outro grupo social tem uma missão histórica e se o seu momento histórico chegou. Ao interpretar as *Reflexões*, Schmitt sublinha que o grande entusiasmo e o grande mito são provenientes de instintos vitais autênticos e não de ponderações ou reflexões sobre os fins. Na intuição imediata de uma massa entusiasmada, a imagem mítica seria criada, tendo a energia necessária para estimular o martírio e o emprego da violência. Apenas desta forma, o autor prossegue, um povo ou uma classe se tornam os motores da história universal. Quando fala sobre Sorel,

---

<sup>63</sup> BLOUIN, Philippe. Postface. In: SOREL, Georges. **Réflexions sur la violence**. Genève-Paris: Entremonde, 2013. p. 272. No original: Après la mort de Sorel en 1922, l'Italie fasciste et la Russie bolchévique proposeront toutes deux d'entretenir sa sépulture. Mussolini déclarera sans ambages qu'il doit tout à Sorel, que c'est Sorel qui lui a inspiré l'idée de créer un mythe de la Nation. (tradução livre)

<sup>64</sup> SCHMITT, Carl. La théorie politique du mythe (1923). Traduit de l'allemand par Denis Trierweiler. In: ZARCA, Yves Charles. (Org.) **Carl Schmitt ou le mythe du politique**. Paris: Presses Universitaires de France (Débats philosophiques), 2009. p. 183/198. p. 187. No original: Elle signifie l'opposition la plus puissante au rationalisme absolu et à sa dictature, mais également, parce qu'elle est une doctrine de la décision active immédiate, au rationalisme relatif de tout le complexe qui se groupe autour de représentations telles que la balance, la discussion publique et le parlementarisme. La force pour l'action et pour un grand héroïsme, toute grande activité historique, réside dans la capacité au mythe. (tradução livre)

Schmitt fala sobre si: “É da energia vital e irracional de uma massa anônima que todo o heroísmo provém. Qualquer interpretação racionalista falsifica o imediatismo da vida.”<sup>65</sup>

Bem, chega a ser impossível não reconhecer, neste artigo, uma inspiração que Schmitt encontrou para sua própria teoria, ainda que, volto a repetir, o autor não tenha admitido.<sup>66</sup> Outra hipótese para esta omissão é o fato de que ele, simultaneamente, temeu o avanço do irracionalismo, sua postura teológica quanto à unidade refletiu-se em seu pensamento político, por via de consequência, Schmitt assustou-se com a possibilidade do pluralismo inerente ao número de mitos. Seguindo esta comparação, para ele, o mito é politeísta, não está a serviço da unidade ou da homogeneidade, e neste fator concentrar-se-ia o seu perigo.

Ao invés de discussões parlamentares infundáveis, a preferência que se intui, da compreensão do seu conceito do político, é pelo fator capaz de encorajar o povo à batalha, ao conflito e à violência, dada a possibilidade sempre constante de guerra.<sup>67</sup> Lembremos do final do primeiro capítulo, segundo o qual, Cortés desprezava tanto os liberais que não os via como inimigos, apenas iguais podem se colocar frente a frente. O anarquismo de Proudhon foi o inimigo de Cortés, o mesmo é perfeitamente válido para Schmitt, na obra socialista de Sorel, o autor encontrou uma imagem negativa a ser moldada e dilapidada, a fim de se ajustar aos seus argumentos.<sup>68</sup> Nele, Schmitt identificou a coerência que não viu em autores liberais. E cabe enfaticamente dizer que tal artigo menciona, em suas passagens finais, uma sonora declaração de Mussolini:

Em seu célebre discurso de outubro de 1922, em Nápoles, antes da marcha sobre Roma, Mussolini declarou: ‘Nós criamos um mito, o mito é uma crença, um nobre entusiasmo, ele não tem necessidade de ser real,

---

<sup>65</sup> SCHMITT, Carl. *La théorie politique du mythe* (1923). Traduit de l’allemand par Denis Trierweiler. In: ZARKA, Yves Charles. (Org.) **Carl Schmitt ou le mythe du politique**. Paris: Presses Universitaires de France (Débats philosophiques), 2009. p. 183/198. p. 191. No original: C’est de l’énergie vitale irrationnelle d’une masse anonyme que jaillit tout héroïsme. Toute interprétation rationaliste fausserait l’immédiateté de la vie. (tradução livre)

<sup>66</sup> Cf.: “Dans le sentiment national, des éléments divers sont agissants chez les divers peuples de manières hautement diversifiées : les représentations plutôt naturelles de race et d’origine, un « terrisme » apparemment plutôt typique de tribus celto-romaines ; et puis la langue, la tradition, la conscience d’une culture et d’une formation (Bildung) communes, la conscience d’une communauté de destin, une sensibilité à l’être-différent en soi – tout cela se meut aujourd’hui plutôt dans le sens d’oppositions nationales que de classes. [...] Mais, là où l’on en est venu à une opposition déclarée entre les deux mythes, c’est toujours, jusqu’à ce jour, **le mythe national qui a triomphé.**” Ibid., p. 196/197. (Grifo nosso).

<sup>67</sup> Cf.: “Ce qui fait la valeur de la vie humaine ne provient pas d’un raisonnement ; c’est l’état de guerre qui l’engendre chez des hommes qui, animés par de grandes images mythiques, prennent part au combat.” Ibid., p. 191.

<sup>68</sup> Cf.: “Aux yeux de Donoso, l’anarchiste socialiste était un méchant démon, un diable, et pour Proudhon le catholique est un Grand Inquisiteur, dont il tente de rire. Aujourd’hui, il est facile de reconnaître qu’ici les adversaires authentiques étaient ces deux-là, et tout le reste demiportions provisoires.” Ibid., p. 190.

ele é um impulso e uma esperança, fé e coragem. Nosso mito é a nação, a grande nação, que queremos tonar uma realidade concreta.’<sup>69</sup>

Com o exemplo deste fascista inspirado por Sorel, o emérito teórico do Terceiro *Reich* consolida seu posicionamento, mostrando o entusiasmo nacional italiano, o qual, segundo ele, foi pautado em uma tradição constitucional democrática, uma vez que a unificação italiana foi realizada em conformidade com ideias democráticas. E para o futuro da Alemanha, igualmente, o que se percebe no autor é o desejo por um líder aclamado pelo povo, que salve seu país das ameaças marxistas e liberais, disso decorre sua concepção de ditadura nacionalista.

Exclusivamente, nesta perspectiva, os críticos das jornadas de junho podiam estar certos ao identificar no nacionalismo exaltado dos manifestantes um sintoma de fascismo. Vimos que a nação, enquanto mito, foi uma marca política de Mussolini, vimos também seu papel no incentivo da violência e do comportamento agressivo, que legitima o sacrifício individual, em prol de salvar a pátria. O nacionalismo pode realmente ser o sintoma do avanço de uma onda conservadora, quando o povo supostamente se fecha em suas tradições, cria a ficção de uma unidade (de um estereótipo de brasileiro, de um gigante) e se torna intolerante ao diferente, daí outra interpretação possível para os atos de violência contra militantes de partidos de esquerda, incluindo a destruição da sede central do Partido dos Trabalhadores. O nacionalismo, ideologicamente, estaria mais próximo da ditadura e, se partirmos da tese de que foi este mesmo o caso, junho se assemelharia à vontade nacional que se manifestou na Alemanha e na Itália, antes da ascensão de Hitler e Mussolini.

Paulo Arantes, por exemplo, em palestra pronunciada num ciclo de debates intitulado *Caminhos da esquerda contra o golpe*, afirmou que a massa que emergiu em junho foi conservadora e que a esquerda não soube como lidar com ela, não soube como incorporá-la ou canalizá-la, permitindo, conseqüentemente, que uma nova direita ganhasse campo. Para ele, quando se diz fascismo é quase um acerto, mas um acerto involuntário, porque o fascismo seria, entre outras coisas, o sinal da derrota da esquerda em não conseguir captar, direcionar ou esclarecer essa massa de energia social e política

---

<sup>69</sup> SCHMITT, Carl. La théorie politique du mythe (1923). Traduit de l'allemand par Denis Trierweiler. In: ZARKA, Yves Charles. (Org.) **Carl Schmitt ou le mythe du politique**. Paris: Presses Universitaires de France (Débats philosophiques), 2009. p. 183/198. p. 197/198. No original: Dans son célèbre discours d'octobre 1922 à Naples, avant la marche sur Rome, Mussolini a déclaré : 'Nous avons créé un mythe, le mythe est une croyance, un noble enthousiasme, il n'a pas besoin d'être réalité, il est une impulsion et un espoir, foi et courage. Notre mythe est la nation, la grande nation, dont nous voulons faire une réalité concrète.' (tradução livre)

insurgente, quando a esquerda não faz isso, essa massa se organiza como fascismo. Segundo Arantes, foi assim nos anos 20 e 30, na Europa, quando o poder insurrecional das massas foi mobilizado pelo fascismo, logo, o mesmo poderia se repetir, desta vez, no Brasil. Resumindo, para ele, junho adquiriu ares fascistas, mas sua energia inicial foi insurgente.<sup>70</sup>

O mesmo para Marilena Chauí, para quem, quando não são definidas lideranças, metas e alvos, ter-se-ia a violência fascista, pautada basicamente na eliminação do outro, simplesmente porque ele é o outro. Para ela, como não estamos vivenciando um processo revolucionário, corremos o risco da violência fascista contra a esquerda.<sup>71</sup>

Bem, os teóricos brasileiros acima apenas ilustram argumentos que foram recorrentes a respeito do ar fascista que teria caracterizado as jornadas de junho a partir do momento em que elas incorporaram mais manifestantes, nacionalizando-se. Seja como for, voltando ao raciocínio de Schmitt, junho não teria sido a expressão de fascismo, afinal de contas, para ele, mesmo que as manifestações resultassem na queda do governo constituído, a fim de implantar a ditadura, ainda viveríamos na democracia. Não nos esqueçamos da sua opinião: a ditadura não é o oposto da democracia. Afinal, para ele, no domínio de um ditador, pode predominar a identificação democrática, de tal sorte que a vontade do povo ainda seja a única determinante.

Seus escritos weimarianos desejam o aprimoramento da democracia, não sua eliminação, nesse sentido, em sua bagagem conceitual, a ditadura pode ser um meio para a realização democrática, principalmente, se ela for eficaz ao tirar o Estado da crise que o individualismo liberal o inseriu, salvando-o. A esperança deste autor pode ser compreendida como sendo a de buscar este líder ideal, o redentor aclamado pelo povo, que seja capaz de mantê-lo coeso.

Reforço: junho, para Schmitt, não teria sido fascista, mas sim o reflexo do desejo de realização da democracia substantiva. A aclamação, enquanto fenômeno democrático originário, pode derrubar um governo, porque antecede todo governo, “todo poder emana do povo”, ou seja, sem a existência prévia da unidade política, não há o que ser representado. Ela também foi definida como o fenômeno eterno de toda comunidade

---

<sup>70</sup> Cf. ARANTES, Paulo. **Caminhos da esquerda diante do golpe**: Mesa 12. São Paulo: ECA pela democracia. 30 maio 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w5TGH1-JDlo>. Acesso em: 24 ago. 2016.

<sup>71</sup> Cf. SAVIAN FILHO, Juvenal. **A lucidez de Marilena Chauí**. São Paulo, Revista Cult nº 182, Agosto/2013. (entrevista)

política, a ponto de ser impossível desvincular o povo deste ato, o autor foi claro em afirmar que a verdadeira atividade, capacidade e função do povo é justamente a aclamação.

Enquadrando o país a esta hipótese, os manifestantes de junho apenas deram sequência ao seu destino, afinal, se o autor foi tão enfático em afirmar que não existe Estado sem povo, nem povo sem aclamação, que outra opção teria o brasileiro além de engrossar os protestos? Nenhuma, claro. Não se trata de uma escolha, mas do cumprimento de um dever, sem a existência política do povo, não se pode falar em unidade para o Estado. Em outras palavras, a unidade política e jurídica derivaria da vontade do povo brasileiro.

O casamento empreendido por Schmitt, entre os conceitos de povo e nação, resulta no reconhecimento de suas formas espontâneas de manifestação. A voz transmitida nas ruas, nas praças, nos prédios públicos, nos estádios ou em qualquer outro lugar, deve ser respeitada, na qualidade de uma expressão democrática. Mas se fosse este mesmo o caso, por que tantas acusações negativas são feitas às obras weimarianas deste autor?

Bem, não se pode responder a esta questão, sem desmascarar seu conceito de povo. No caso brasileiro, isso significaria que apesar de ter sido lindo ver milhares de pessoas cantando o hino nacional, é necessário manter a percepção de que sua unidade não foi real, mas decorrente de uma ficção. Se adotarmos a visão fantasiosa de que se tratava da voz única de um gigante, perderemos a dimensão do múltiplo e entraremos de cabeça na teoria de Schmitt. Recusaríamos o resultado das urnas e poderíamos ter visto em junho a emersão de um novo líder.

Um líder que apesar de não ter sido eleito, nas cabines individuais e secretas tão detestadas pelo autor, seria legítimo e democrático, caso se identificasse com esse grito do povo reunido. Seu desejo é o de eliminar os ranços de liberalismo que estão contaminando o Estado, mas seu método, cabe sublinhar, está todo pautado em ficções. A identidade do líder com tal grito só pode ser sentida como comoção, jamais seria numericamente provada, para ele, a energia que se demonstra em tais momentos de aclamação seria suficiente como prova de autenticidade. Isso é muito perigoso, sobretudo, se a crise política vivenciada pelo país for equiparada aos quadros de uma guerra civil, o que, volto a dizer, não seria tão difícil, face aos elevados índices de homicídios que ocorrem em solo pátrio.

Em tal cenário de caos, medo, violência e insegurança, este líder aclamado apareceria como a figura iluminada de um Deus mortal, capaz de fazer o milagre de

declarar a exceção, suspendendo toda a normatividade, evitando, assim, que as pessoas fossem vítimas da situação, padecendo de uma morte violenta. O direito sobreviveria em sua decisão pura e a democracia poderia permanecer através de sua identidade com o povo. A Constituição em sentido absoluto, para cujo conceito a unidade política é essencial, daria a legitimidade esperada a este líder, uma vez que ele poderia perfeitamente violar as leis constitucionais, sem mal algum, pois o interesse primeiro seria o de proteger e salvaguardar o modo de vida que se tem coletivamente, vencendo a crise política, até finalmente poder declarar o retorno da normalidade.

O medo que tomou conta de muitos militantes da esquerda, entre os dias 17 e 20, foi proporcionado pelo pânico de ver naquele Deus mortal sua verdadeira face de monstro. Um golpe de Estado foi temido em junho de uma forma sem precedentes, depois da redemocratização, acreditou-se, por exemplo, que os militares tomariam o poder e suspenderiam todas as garantias do art. 5º, da Constituição. Isso proporcionou um grande recuo da esquerda partidária, notado, sobretudo, entre os militantes marxistas. Muitos viram nisso fascismo e progressivamente deixaram de comparecer aos protestos, fazendo com que os cartazes de pautas conservadoras, como a redução da maioria penal, se tornassem mais visíveis.

Junho teria sido, nesta perspectiva, um momento em que o povo disse não ao governo, ocorre que a sequência temida por tais militantes era a de que essas pessoas voltassem às ruas exigindo e nomeando outro líder, uma figura redentora que se identificasse com o gigante e que dissesse estar apenas ao seu serviço, alguém que fosse carismático o bastante para ser querido por todos e que fosse visto como o salvador da nação, por, ilustrativamente, prometer livrar o país de toda sua corrupção institucional. Temia-se, em suma, que o poder fosse tomado por um líder de características schmittianas.

O governo por aclamação é uma consequência da fé na onipotência do povo, se antes os soberanos eram legitimados pelo exercício de uma missão divina, agora, num mundo em que a morte de Deus já foi declarada, o povo veio em substituição. A unidade do Deus único foi transferida para a unidade política do povo. A vontade do povo, assim como a vontade de Deus, não deve ser questionada e não pode ser previamente conhecida, frente a ela, o que resta é a aceitação. Ao contrário da voz de Deus, sempre silenciosa, a voz emanada nas ruas é forte o suficiente para ser a verdadeira expressão da opinião pública. E acaba sendo muito engraçado que o “todo poder emana do povo” seja, neste

raciocínio, apenas o fruto de uma paráfrase, quanto ao “todo poder emana de Deus”. O invisível e o uno, por ficção, continuam presentes na teoria política moderna.

Dilma Rousseff, em seu discurso realizado no dia 18, pontuou justamente estar ouvindo as “vozes pela mudança”, e, nesta oportunidade, garantiu que os episódios minoritários de violência contra pessoas e contra o patrimônio público e privado seriam condenados e coibidos com vigor. Bem, neste momento, ela representava o governo federal, logo, não é de se estranhar sua oposição ao “vandalismo”. Seu papel, à época, era o de garantir que a violência só pudesse ser um recurso legítimo para o Estado, ou seja, os cidadãos não poderiam decidir sozinhos quais inimigos combater. Em linguagem schmittiana, esta fala teria sido o último suspiro de um governo que já não estava conseguindo se manter e que tentava a todo custo afirmar sua soberania, seu monopólio da violência legítima. Noutras palavras, em tais momentos, quando o representante do Estado percebe uma crise, cabe a ele recorrer à violência e à hostilidade, ideia schmittiana que acaba sendo coincidente com os termos proferidos pela então presidente, de acordo com os quais, as manifestações seriam bem vindas, mas desde que fossem pacíficas.

A pacificação do território mais que um desejo é uma responsabilidade estatal, por isso não devemos nos esquecer de outro fator que provocou medo na esquerda: as discussões sobre o Projeto de Lei 5.773/2013, apresentado no dia 17 de junho, pelo Deputado Federal Onyx Lorenzoni, do DEM/RS, o qual, também em linguagem schmittiana, seria uma forma de estabelecer que apenas o Estado pode definir quem é o inimigo público.

Este PL previa que o terrorismo, no Brasil, fosse, dentre outras coisas, o ato de saquear, incendiar ou depredar bens públicos ou particulares. Ou seja, qualquer praticante da tática *black bloc* passaria a ser, na perspectiva do Estado, um terrorista, sujeitando-se à pena base de reclusão de seis a oito anos. Tal conceito amplo, genérico e abstrato foi discutido em junho, supostamente, para proteger os grandes eventos que nos anos seguintes aconteceriam no país. De qualquer sorte, esta discussão se tornou mais uma fonte para deixar os militantes de esquerda acuados, desta vez não mais pelo temor de um golpe de Estado, mas pelas ações concretas que um governo ameaçado poderia tomar. Nomeado o inimigo público, sobre ele seria descarregada toda carga de violência típica do Estado, uma vez que caberia a ele a proteção dos “cidadãos de bem” contra as ações dos “vândalos e baderneiros”.

Bem, especificamente sobre o tema da democracia, vimos que o autor é favorável a ela e que sua tese é a de que o modelo de Estado liberal não consegue realizá-la. Então, é como se, para ele, a crise fosse do Estado não da democracia. Disse isso de propósito, pois a frase colocada na epígrafe, na autoria de David Graeber, poderia ter sido dita por Schmitt. O que muda? A forma como os dois autores conceituam este substantivo, daí a importância de enfatizar que as palavras se repetem, mas dificilmente com a mesma carga de significação.

Com este esclarecimento, lembremo-nos de que a democracia, em Schmitt, é pautada numa série de identidades, por exemplo, entre governantes e governados. A aclamação é importante, em virtude de sua função de contribuir para a criação de um Estado forte, no qual haja empatia entre o líder e o povo. Anarquista algum concordaria com isso, e, possivelmente, eles seriam os primeiros a denunciar a finalidade de tais manifestações populares, pois, para eles, não se trata de fortalecer o Estado, mas de destruí-lo.

Dito isso, recuperemos uma das principais bandeiras levantadas, entre os dias 17 e 20: a corrupção. Esta, por curioso que seja, também foi considerada uma demanda conservadora, talvez por seu conteúdo moral que critica um governo, em prol de um ideal inalcançável.<sup>72</sup> André Singer, por exemplo, argumentou que o objetivo da direita, ao adotar a pauta da corrupção, era o de se opor ao governo federal, a fim de tirar o Partido dos Trabalhadores do poder. Em suas palavras: “A direita estabelece uma relação entre a corrupção e as carências sociais, buscando convencer os setores populares de que se ela fosse varrida para fora da casa haveria recursos para todos viverem bem.”<sup>73</sup> Ainda para o autor, esta seria uma demanda típica das camadas médias tradicionais que nutrem o preconceito de que a falta de instrução das camadas populares as levaria a aceitar a corrupção, em troca de benefícios. Bem, este é um argumento que procede, haja vista as acusações preconceituosas que cidades como São Paulo costumam realizar quanto ao nordeste, costumeiramente, classificado como uma região que vota no PT devido a programas, como o bolsa família. Por tudo isso, a corrupção seria uma bandeira da direita,

---

<sup>72</sup> Cf.: “A capacidade de mobilização das questões morais costuma ser maior do que a de pautas concretas, como o aumento das passagens de ônibus. [...] Os vinte centavos foram um pretexto para expressar a indignação moral da população contra os privilégios, a corrupção, os gastos públicos indevidos, a pizza do mensalão.” KAHN, Tulio. A segurança pública e as manifestações de junho de 2013. In: FIGUEIREDO, Rubens. (Org.). **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014. p. 120/121.

<sup>73</sup> SINGER, André. **Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas**. Novos estudos – CEBRAP. n° 97. São Paulo, nov. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002013000300003>. Acesso em: 29 ago. 2016.

desejosa de derrubar o governo do PT, a fim de implantar outro mais compatível com suas pretensões.

Observo, ainda uma vez, que o julgamento do caso do Mensalão havia sido encerrado em outubro de 2012, poucos meses antes, portanto, do levante de junho. À época, este era o principal escândalo a macular a imagem do PT, e se nos pautarmos nos escritos de Schmitt a respeito do funcionamento da democracia parlamentar, concluiremos que é justamente contra a corrupção inerente a este sistema que o autor se insurge. A supervalorização dos interesses partidários e econômicos foi visível, no processo do Mensalão, quando inúmeros parlamentares foram acusados de receberem propinas em troca de apoio político.

Nosso autor que repetiu sistematicamente que a discussão e a publicidade eram princípios de fachada, muito provavelmente, teria visto no caso do Mensalão uma confirmação para suas críticas, uma forma de ratificar a mentira que permeia a democracia de moldes liberais. Em suma, enquanto a teoria fantasia que nosso voto leva à escolha de deputados que representam os interesses coletivos, o que se passa, em realidade, é uma roubalheira descarada, graças a qual os votos favoráveis ao governo acontecem.

Para enquadrarmos a corrupção como uma bandeira conservadora uma das possibilidades é a de seguir o pensamento de Schmitt, para quem, os vícios do sistema poderiam ser eliminados com a adoção de uma democracia eficiente na representação da unidade política, trata-se da democracia que decorre do governo por aclamação e que poderia ser viabilizada por meio de uma ditadura nacionalista. O líder que mesmo sem eleições encarna a vontade do povo ou é de algum modo aclamado por ele. Alguém cujas decisões não podem ser “compradas” com propinas, pois seu interesse é o de defender a Constituição, em sentido absoluto. Livrar o país da corrupção, através destes meios, pode ser mais um caminho para o encontro de fascismo em junho. Uma representação criada a partir de Schmitt seguiria este caminho.

Lembre-mos, entretanto, de que a proposta desta pesquisa é a de transformar as jornadas numa alegoria, por via de consequência, serão dadas interpretações distintas aos fatos que compuseram as manifestações. Desta forma, se a corrupção pode ser enquadrada como uma pauta conservadora, também pode sê-lo como uma pauta democrática, capaz de ser defendida por correntes de esquerda. Vladimir Safatle destaca-se neste argumento, para ele: “[...] desde quando a pauta contra a corrupção é conservadora?

[...] Nós queremos [...] que o último mensaleiro petista seja enforcado nas tripas do último mensaleiro tucano”.<sup>74</sup>

É assim que o inimigo liberal não é exclusivo da teoria schmittiana, Marx com a mesma intensidade criticou essa doutrina, podemos admitir, conseqüentemente, que o que distingue tais autores não é a crítica, mas as soluções que oferecem. O conservadorismo de Schmitt está em sua proposta, não em sua análise da situação fática. A corrupção escancarada com o mensalão não pode se restringir a uma pauta conservadora, qualquer um precisa ter o discernimento de concluir que o quadro político clama por alterações.

Bem, seja como for, a crise de representatividade brasileira também é uma consequência da crença de que os políticos servem apenas para se apropriar do dinheiro público, oferecendo serviços de baixíssima qualidade a uma população cujo nível de desigualdade é tremendo. Somos um dos países com o maior número de milionários, simultaneamente, a quantidade de pessoas que dependem da educação, da saúde e do transporte fornecidos pelo Estado é imensa. Não pode ser conservadora a crítica à corrupção tampouco é cabível a consideração de que as camadas populares adotem esta bandeira de forma acrítica, até porque são elas que mais padecem com o impacto de uma carga tributária sistematicamente desviada para o cumprimento de propósitos egoísticos.

Volto a repetir: para que a corrupção seja interpretada como uma pauta conservadora, devemos associá-la à solução de Schmitt, por meio da qual o soberano que decretar a exceção será capaz de suspender toda essa leva de normas jurídicas, decidindo de forma pura, no interesse de garantir a subsistência da Constituição do Estado. Melhor dizendo, no interesse de restaurar a ordem, superando os erros e as falhas da teoria liberal.

Já comentamos sobre o antipartidarismo que marcou algumas manifestações, com destaque para o que se revelou no dia 20, na Av. Paulista, falta, entretanto, mencionar o apartidarismo, enquanto característica das jornadas desde o primeiro momento. Isso porque a ausência de partidos políticos, com força suficiente para articular os protestos, foi outro fator que desencadeou desconfiança na esquerda partidária. O próprio Movimento Passe Livre afirma-se como apartidário, mas não antipartidário, o que, na prática significa que ele pode lutar, em frente ampla, com partidos políticos, a fim de buscar um interesse comum.

---

<sup>74</sup> SAFATLE, Vladimir. **Aula pública com Vladimir Safatle sobre a Primavera Brasileira**. Evento realizado pelo movimento Honestinas, da Universidade de Brasília, em parceria com os coletivos Juntos, Anel, Cia Revolucionária Triângulo Rosa e Rompendo Amarras. Brasília - DF. 26 jun. 2013. - parte 1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qvxhw2XDvjo>. Acesso em: 29 ago. 2016.

Vimos em pesquisa de opinião divulgada no dia 18, pela Folha de S. Paulo, que 84% dos manifestantes, presentes no ato do dia 17, não possuíam qualquer preferência partidária. Tendo sido recorrentes os gritos: “o povo unido não precisa de partido” e “abaixa a bandeira do partido e levanta a do Brasil”. Majoritariamente, estas pessoas não chegaram ao ponto extremo de rasgar bandeiras ou de agredir fisicamente ou verbalmente os militantes, mas tampouco tinham qualquer afinidade, filiação ou interesse nos partidos. Os indiferentes foram a maior expressão de nossa crise de representatividade, pois mostraram que o descrédito que sentiam por tais instituições era tão grande que não conseguiam sequer escolher, ou seja, se disseram não ao governo Dilma não foi uma consequência de serem filiados, por exemplo, ao PSDB.

O apartidarismo foi colocado após o debate sobre a corrupção, porque se conecta a ele, os escândalos atingem a esmagadora maioria dos partidos, não são um privilégio do PT, logo, a solução desejada por aqueles tantos manifestantes não conseguiu ser canalizada por nenhuma sigla. O comentário de Denis Rosenfield é bastante preciso:

Os partidos políticos estão em franca perda de representatividade, perdidos em demandas corporativas deles mesmos, se não em corrupção e desvio de recursos públicos, pura e simplesmente. Os partidos e suas lideranças estão dando o pior exemplo para a nação, mostrando que o seu objetivo consiste principalmente na busca de seus interesses particulares.<sup>75</sup>

O nível de saturação revelado frente ao atual modelo político, que ganhou forma no grito “o povo unido não precisa de partido”, somado a trechos do excerto acima que constata o péssimo exemplo que os partidos oferecem à nação, seriam os elementos destacados para um enquadramento em Schmitt. Ele que foi um grande defensor da representação, afirmou que um governante será autêntico quando conseguir conferir à unidade política uma aparência concreta, perceptível e coerente com sua importância.

Deste modo, ainda que o povo unido não precise de partido, ele precisará sim de um representante, afinal, apenas um ser de presença pública pode tornar visível sua unidade política. Schmitt aproveitaria do apartidarismo brasileiro para conduzir essa massa de insatisfeitos ao modelo que ele acreditou ser o verdadeiro, no qual possa ser restabelecida a identidade entre governante e governado. Um modelo inspirado na forma política do catolicismo romano, mais especificamente, na representação efetivada pelo

---

<sup>75</sup> ROSENFELD, Denis. Entre o libertário e a usurpação. In: FIGUEIREDO, Rubens. (Org.). **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014. p. 133/134.

Papa com relação a Cristo. Alguém cuja autoridade não seja uma consequência de poderes econômicos ou militares, mas fruto da importância primeira daquilo que representa.

O que tornou os brasileiros céticos quanto aos partidos políticos não diverge grandemente do que provocou em Schmitt o mesmo efeito: a influência dos interesses econômicos e egoísticos, no modo de se fazer política. O apartidarismo poderia ser, portanto, um sintoma deste pensamento, bem como, um clamor por mudanças no Estado, com ênfase nos Poderes Executivo e Legislativo, o que fornece mais uma interpretação para as tentativas de invadir o Palácio do Planalto, para o ato realizado no topo do Congresso e para as destruições no Palácio dos Bandeirantes. Schmitt, provavelmente, teria visto nisso uma forma de confrontar o modelo do Estado, não sua essência, de modo que ele veria naquelas pessoas apenas o desejo de renovar a representação.

Nosso autor que, à época dos seus escritos weimarianos, demonstrou inegável preferência pelo presidencialismo, quer que ao lado da Igreja Católica exista um Estado também capaz de ser político, para que haja interlocução entre representantes verdadeiros. No cap. 1, fiz constar um trecho da *Teoria da Constituição* (1928), de acordo com o qual o presidente do *Reich* tem um contato direto com o povo, recebendo dele todo o crédito. Ele é colocado como alguém que está acima dos limites das burocracias partidárias, de tal sorte que ele não é um homem de partido, mas um homem de confiança. Em obra posterior, *O Guardião da Constituição* (1931), o presidente é caracterizado como aquele que cumpre o papel estampado no título, ele é o homem escolhido por toda a nação, que livra o órgão legislativo de seu pluralismo anticonstitucional, que redime a instabilidade provocada pelo Estado de coalizção partidária. Em suma, alguém independente e político-partidariamente neutro que representa por si a unidade política do povo.

O sentimento destes setores da esquerda partidária quanto ao apartidarismo poderia ser descrito como o temor de que esse presidente schmittiano ascendesse ao poder, consubstanciando um Estado autoritário, legitimado por seu carisma frente ao povo. Estes militantes acreditavam que mudanças deveriam acontecer, mas dentro do modelo estabelecido pela atual Constituição, sem o descarte de estruturas partidárias e sem a negação dos governantes que já tinham sido eleitos. Temia-se, sobretudo, a queda da então presidente da República, Dilma Rousseff, cuja popularidade despencava a cada nova manifestação.

Finalmente, a última implicação da teoria de Carl Schmitt sobre junho tem a ver com sua fé antropológica, ou seja, com sua crença de que nossa natureza é

eminentemente problemática, tendente ao egoísmo e potencialmente agressiva. O homem que aclama, mitologicamente engajado à sua nação, oferece risco ao outro, sobretudo, num cenário de escassez de recursos.

Num texto, as palavras escritas não possuem a mesma eficiência das imagens, tampouco substituem a experiência, por isso que dizer “matar e morrer” pode não surtir nenhum efeito. Devemos nos lembrar, entretanto, que essas poucas letras expressam o que de mais intenso pode acontecer a um ser humano, e escondem uma dimensão obscura e assustadora. Um homem disposto a matar e a morrer por convicções do grupo é algo a se temer, por isso que este sentimento foi o mais invocado ao longo deste tópico. O medo da morte, o medo da tortura, o medo de perder amigos e familiares, o medo de se ver imerso numa situação de vale tudo, na qual não se possa combater o inimigo de força maior.

O medo que foi uma realidade para militantes de esquerda, anarquistas e marxistas, ao longo do regime militar, as sequelas que não foram esquecidas, os corpos que foram mutilados, os mortos que não foram reconhecidos e os ativistas desaparecidos para sempre. Quando Carl Schmitt diz matar e morrer e incentiva o sacrifício em prol do “modo de vida que se tem coletivamente” é espontâneo que nos lembremos destes fatos que marcaram a história recente do nosso país. Mais que instintiva, a memória dos nossos mortos e presos políticos é um dever imposto por nossa racionalidade.

O Estado hobbesiano que se tornou visível com a imagem de um imenso monstro bíblico é a prova de que nosso medo é procedente. A criatura de aparência sobrenatural que nasce para nossa proteção pode se voltar contra nós e quando o fizer teremos poucas chances de sobrevivência. Com que armas lutar contra quem detém o monopólio da violência legítima? A noite do dia 13 de junho, quando mais de cem pessoas foram feridas, algumas brutalmente, ilustra as consequências do emprego desproporcional da força, também testemunhado pelos 240 detidos para averiguação. Cenas habituais da ditadura foram contemporâneas do Estado democrático de direito.

Hobbes que também interpretou a natureza humana como eminentemente problemática foi esperto em fazer com que as pessoas temessem mais uns aos outros do que ao seu Leviatã. Sua vasta teoria política esconde uma substituição simples: ao invés da morte violenta consequente de situações que não podemos prever ou controlar, melhor um monstro que nos proteja, em troca de obediência. Melhor ter medo do Estado que criamos do que de uma pluralidade de pessoas ameaçadoras que não conhecemos.

Para Schmitt, junho poderia ter sido o momento em que o povo se insurgiu contra a insegurança, a corrupção, a má qualidade dos serviços públicos e a incapacidade de gestão do Estado liberal. Acontece que a distinção entre manifestantes pacíficos e baderneiros serviu para denunciar que parte do protesto se aproximava do caos. Ônibus queimados, lojas saqueadas, bancos invadidos, carros incinerados, prédios públicos parcialmente destruídos, entre outros atos que assustou parte da população que assistiu aos acontecimentos, principalmente, através de seus televisores. Reclamar do governo era legítimo, simultaneamente, a violência progressiva despertava a sensação de descontrole e pânico. Sendo assim, os sempre citados ares fascistas, poderiam ser consequentes da vinda de um líder que soubesse interpretar esses clamores, individualizado o objeto sobre o qual o medo deveria recair, derrubando o governo, mas também prometendo o retorno da paz. Não nos esqueçamos de que foi um cenário de instabilidade, medo e destruição que favoreceu a vinda de Hitler e Mussolini. Conclui-se por isso que, na teoria política moderna, não há a eliminação do medo, mas sua canalização a um fim específico.

O Estado autoritário que poderia nascer da aclamação tem como fundo a crença de que os homens sempre precisarão ser guiados, protegidos, orientados e punidos, a fé antropológica do autor condiciona sua teoria política, daí a necessidade de revelar quais interesses estão escondidos por detrás de belas ideias. Esta alegoria procurou dar às jornadas um significado próximo do pensamento weimariano de Schmitt, ela não é a Verdade, apenas uma representação, um modo de se interpretar o agir direto consumado, no Brasil, em junho de 2013.

### **3.3 A segunda alegoria: junho e a ação direta anarquista**

Esta outra narrativa utilizará o anarquismo de David Graeber como fio condutor, o que equivalerá à afirmação de que, em junho de 2013, foram majoritários os episódios nos quais o Estado foi confrontado de forma direta, sem impedimentos. Um confronto que foi também capaz de prefigurar a sociedade verdadeiramente livre que se pretendia criar.

Para dar sequência a este propósito, o protagonismo do MPL será explorado, o que nos leva à ousadia de classificar este Movimento como anarquista. Não por ser esta sua

autodenominação, mas sim graças à forma pela qual Graeber nos autoriza a definir o anarquismo por inspiração. Em sua Carta de Princípios, o Passe Livre classifica-se como horizontal, autônomo, apartidário, pautado no apoio mútuo, independente de ONGs, instituições religiosas ou financeiras e adepto do consenso, enquanto forma preferencial de deliberação. Bem, se a autonomia, a associação voluntária, a auto-organização, a ajuda mútua e a democracia direta, correspondem justamente aos princípios anarquistas básicos, a narrativa baseada em Graeber nos autoriza a enquadrá-lo nesta inspiração anarquista, o que o torna sujeito do agir direto consumado nas jornadas.

Sendo este o caso, junho não foi um raio em céu azul, mas a continuidade de um ciclo de lutas que, no Brasil, quanto ao assunto, relaciona-se a protestos focados na questão do transporte público, e, quanto à execução, reproduz um modo de insurgência recorrente, por exemplo, nos movimentos estudantis. Sua novidade teria sido a adesão de membros da classe média alta, num tipo de protesto que é mais comum, em regiões periféricas. Internacionalmente, o paralelo pode ser encontrado no formato horizontal, sem lideranças e sem mediação caracterizante do Movimento de Justiça Global.

De uma forma ou de outra, para junho acontecer, muitos anos de aprendizado foram precisos. Na realidade, ele seria o ponto alto de táticas que se aperfeiçoaram através de movimentos urbanos, como a Revolta do Buzu, ocorrida em 2003, em Salvador, quando dezenas de milhares de pessoas se opuseram aos vinte centavos de aumento na tarifa. A deliberação coletiva e a descentralização estiveram presentes nestes atos articulados por jovens estudantes. Estes protestos horizontais e sem hierarquia fizeram prova da possibilidade de um tipo diverso de organização. Este foi o seu acerto. Seu erro foi induzido pela manipulação efetivada por entidades estudantis aparelhadas por grupos partidários que negociaram com o governo. Espalhando o medo e a sensação de descontrole, tais “líderes” desmobilizaram os atos, resultando na não revogação da tarifa.

Outro precedente deu-se em 2004, com a Revolta da Catraca, em Florianópolis, quando ações militantes, como ocupações e bloqueios, mobilizaram a opinião pública e foram bem sucedidas ao pressionar o governo, para que a revogação acontecesse. No ano seguinte, somando todas estas experiências, o MPL constituiu-se durante o V Fórum Social Mundial, definindo como meta um transporte verdadeiramente público e de qualidade.

Depondo contra o enquadramento do Passe Livre como anarquista está sua constante iniciativa em dialogar com o Estado, pressionando-o com a força das ruas, a fim de que, por exemplo, altere uma decisão. Nesta perspectiva, os atos de junho teriam sido

um modo explosivo de mostrar ao Poder Público o descontentamento da população com o reajuste. Inclusive, lembrando o capítulo segundo, pode-se dizer que esta lógica assemelha-se mais à desobediência civil que à ação direta, pois a necessidade de chamar a atenção do Estado, denunciando suas injustiças, com a ciência de que tal atitude pode levar à prisão, combina com a descrição feita por Graeber a respeito da desobediência civil, sendo incompatível com a ação estritamente anarquista, quando não se espera nada do governo, nem reconhecimento.

Mas aí entra a horizontalidade das jornadas, seus atos foram articulados pelo MPL, não controlados por ele, a postura do Movimento que sempre de fato se propôs a dialogar com os governantes não pode ser definida como a emanção da vontade de todos. Logo, à parte a intenção do Passe Livre, o agir direto daqueles protestos contiveram a ação direta anarquista, em seu sentido estrito, a exemplo da tática *black bloc*, conforme ainda será abordado.

Para o encontro dos princípios anarquistas básicos num Movimento que reconhece o Estado, uma explicação possível é a sua diversidade ideológica, afinal, por mais que ele assine e se expresse como grupo, sua postura nos permite a identificação da pluralidade dinâmica que o forma, cujo funcionamento é viabilizado pelo respeito mútuo entre seus integrantes.<sup>76</sup> Graeber que nunca fez questão de conceitos científicos fechados definiu o anarquismo da melhor maneira possível: trata-se de um movimento que enfatiza o respeito mútuo, a cooperação e a tomada de decisão igualitária. O universalismo desta definição é mais um caminho para que encontremos inspiração anarquista no Passe Livre.

Seu local de nascimento, o Fórum Social Mundial, foi citado por nosso autor como sendo: “o centro intelectual do movimento global contra o neoliberalismo, com milhares de diferentes organizações e indivíduos participando em centenas de sessões.”<sup>77</sup> Não por acaso, portanto, o Movimento de Justiça Global foi uma influência para a forma adotada nos protestos de junho, daí a comunicação entre o narrado no segundo capítulo e os fatos ocorridos no Brasil, em 2013. Para corroborar esta informação, basta citar que o

---

<sup>76</sup> Cf.: “Estão presentes, basicamente, três correntes do pensamento e da organização juvenil de esquerda da época: jovens ligados ao trotskismo, dissidentes das organizações tradicionais da esquerda e seus métodos e associados a jovens independentes, sobretudo na CPL de Florianópolis; ativistas articulados em torno dos movimentos que a partir dos anos 1990 ficaram conhecidos como movimentos antiglobalização [...] com formação anarquista; e alguns grupos minoritários e de oposição às direções das entidades estudantis.” POMAR, Marcelo. Introdução: não foi um raio em céu azul. In: JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013. p. 12.

<sup>77</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. XV. No original: the intellectual center of the global movement against neoliberalism, with thousands of different organizations and individuals participating in hundreds of sessions. (tradução livre)

Centro de Mídia Independente (CMI), tão frequentado por Graeber, foi fundamental para a constituição do MPL. Além disso, ativistas de formação anarquista que participaram daquele Movimento Antiglobalização também fizeram parte da fundação do Passe Livre, em 2005.

Após o levante zapatista, eventos subsequentes como a formação do *Peoples' Global Action*, em 1998, repercutiram no Brasil, até porque, conforme já dito, desta rede internacional fez parte o Movimento Sem Terra (MST). Enfatizo que o grande exemplo do *Direct Action* (2009), a manifestação ocorrida em Quebec, em 2001, encontrou correspondência simultânea na cidade de São Paulo, com o A20, protesto articulado por estudantes, coletivos anarquistas, *punks*, marxistas, blocos pretos e cidadãos independentes que se opuseram à Terceira Cúpula das Américas, explicitamente, revelando sua solidariedade ao ato de Quebec. Nesta ocasião, o método lúdico constituído por apresentações teatrais e circenses foi também praticado no Brasil. Este ato organizado de forma horizontal e sem lideranças foi o primeiro protesto contra a globalização que ganhou destaque nacional. Tendo sido duramente atingido pela repressão policial, seu formato e finalidade nos permitem traçar as semelhanças, a fim de sublinhar que junho foi o ápice de um ciclo de lutas que já se formava e que, com o tempo, aperfeiçoou-se.

A ação direta e a desobediência civil foram táticas cujo emprego foi deflagrado, no Brasil, graças ao contexto global dos anos 90 e 2000, além disso, outro paralelo possível está na nova forma de fazer política, pautada na ausência de mediação e na demonstração imediata de um descontentamento. Pode-se contra-argumentar que, em junho de 2013, a pauta abrigou o clamor por melhores serviços que deveriam ser prestados pelo governo brasileiro, sem vinculá-los a instituições neoliberais. Bem, seguindo este argumento estritamente, de fato nosso mote não foi a OMC, como em Seattle, ou a ALCA, como em Quebec, mas seria ingenuidade não relacionar nossas reivindicações a um jogo econômico internacional que progressivamente causa desigualdade, empobrecimento, aumenta os índices de violência e depressão. Logo, insurgir-se contra o governo também é uma forma de se opor ao neoliberalismo que o envolve. O mesmo dito com palavras diferentes: a conquista de demandas locais implica no enfretamento de estruturas que transcendem a vontade estatal.

A relevância em mostrar a aproximação entre o formato de junho de 2013 e o Movimento de Justiça Global é a de afastá-lo do nacionalismo, enquanto modo autocentrado de manifestação. Uma narrativa pautada em Graeber não pode colocar ênfase

no hino nacional, na bandeira e nas cores verde e amarelo. Para além dos motivos locais, será preciso sublinhar a herança internacional, a fim de favorecer nossa percepção do diferente e do múltiplo que compuseram os protestos.

A afronta consumada, em nosso país, não teria sido protagonizada por um povo munido de vontade nacional, mas por uma multidão que além de não ter tido um líder, não fez questão alguma de tê-lo, era diversificada demais para assumir um só corpo. A ficção da unidade é algo apontado pelo anarquismo, em seu apreço pelo plural, conseqüentemente, um coletivo que se reúne para uma ação política será analisado por seu comportamento (expresso na adoção dos princípios anarquistas básicos), não por sua nacionalidade. O ativismo ideal é protagonizado pelo cidadão do mundo, por pessoas que se agrupam em função de afinidades ideológicas e que atacam as fronteiras de um Estado, por percebê-las como algo que separa a humanidade ao invés de integrá-la. O anarquismo se abre ao universal, este é um dos fatores que impossibilita a equivalência entre as duas narrativas propostas nesta pesquisa.

Bem, voltando ao MPL, enquanto articulador das jornadas, outro dado relevante para aproximá-lo do pensamento político de Graeber é a sua crença em algo que os demais percebem como ilusão: o fim da tarifa para os transportes públicos. No tópico 3.1, consta a fala de Fernando Haddad, no dia 10 de junho, segundo a qual, a tarifa zero é uma bandeira utópica, logo, irrealizável. Desta exata maneira a reivindicação do Passe Livre foi taxada por expressivos setores da sociedade, quase ninguém acreditava na viabilidade desta ideia. Para os membros do MPL, no entanto, tudo pode ser alcançado, desde que haja interesse. Um exemplo de tal posicionamento foi descrito na nota de nº 03, quando o Movimento afirmou que dinheiro a Prefeitura tinha, apenas preferia aplicá-lo em outros propósitos.

Na nota nº 1, publicada no dia 10, as palavras escolhidas pelo Passe Livre lembram perfeitamente as de Graeber: “não vamos desistir de lutar por um mundo diferente - um mundo em que a cidade seja de todos.”<sup>78</sup> Nesta perspectiva, junho teria sido fruto do planejamento de um coletivo cuja fé se materializou em cálculos e práticas. O otimismo cobrado por nosso autor, na qualidade de um dever moral, esteve presente na coragem dos integrantes deste Movimento, sempre convictos de que, com as mobilizações, seu objetivo a curto prazo seria alcançado.

---

<sup>78</sup> Movimento Passe Livre – São Paulo. **Nota nº 01**: sobre a manifestação do dia 06.06. *Facebook*. Data de publicação: 10 jun. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-01-sobre-a-manifesta%C3%A7%C3%A3o-do-dia-0606/528654787190777>. Acesso em: 07 set. 2016.

Dando sequência à caracterização do sujeito, a distinção midiática entre manifestantes vândalos e pacíficos, para Graeber, não faria sentido, isso porque o vimos definir a violência como sendo agressões contra seres viventes. Os “vândalos” que se restringiram a atos simbólicos como a quebra de vitrines, pichações e pequenos incêndios, ao seu ver, não seriam violentos de jeito nenhum. De qualquer forma, se fôssemos levar a sério esta distinção, teríamos que preferir os vândalos e baderneiros, tão detestados pela grande mídia, devido à necessidade de colocar maior ênfase nos ativistas que foram criminalmente fichados ou que poderiam ter sido, pois as pessoas de comportamento mais militante costumam ser as mais visadas pela força policial.

Excluindo do conceito aqueles que machucaram outros seres humanos e mantendo os que se expressaram de forma mais contundente, o argumento de Graeber é o de que a arbitrariedade estatal tende a legitimar atrocidades e a ofender direitos constitucionalmente previstos, em nome de interesses políticos que se escondem no argumento de “segurança pública”. E já que os anarquistas afrontam este *status* são eles os que, costumeiramente, mais sofrem com a repressão policial. Nesta hipótese é que se pode situar a nota nº 04, publicada pelo Passe Livre São Paulo, no dia 13, de acordo com a qual, manobras ilegais foram feitas para a transferência de muitos daqueles que foram arbitrariamente detidos. Além disso, o Movimento afirmou que a agressividade policial foi uma consequência da tentativa de criminalizar os movimentos sociais, por isso é que o governador e a Secretaria de Segurança Pública foram acusados de deliberadamente agirem para enfraquecê-lo.

Um dos sinais de vitória para a ação direta se impõe quando ela consegue atrair para si a opinião pública, apesar de todas as narrativas midiáticas que a chamaram de violenta. Neste sentido é que podemos interpretar a pesquisa Datafolha realizada antes da manifestação do dia 13, quando foi revelado que 55% dos paulistanos eram favoráveis aos protestos. Graeber poderia explicar este resultado enquadrando-o em sua tese do “contágio da experiência de ser livre”, ocorrido, por exemplo, em Quebec, quando a população testemunhou tanto a atitude do policial quanto a do ativista, e optou por esta última. Neste mesmo raciocínio, também pode ser inserida a famosa pesquisa do Datena, devido ao número expressivo de telespectadores que se mostrou favorável aos protestos “com baderna”. “A imitação por meio do exemplo”, tão comentada por David, seria um dos motivos para a expansão das manifestações, após a noite do dia 13, ou seja, os relatos e os

vídeos divulgados nas redes sociais teriam favorecido a massiva adesão daqueles que por se entusiasmarem com a experiência do outro, decidiram integrá-la.

Neste ponto, lembremo-nos da imagem estereotipada do ativista: branco, jovem, filho da classe média alta, com disposição, tempo e demais recursos para viajar o mundo protestando. É engraçado, pois a forma utilizada para criticar os manifestantes de junho equivale à empregada contra os participantes do Movimento de Justiça Global. A exemplo da crítica de Arnaldo Jabor sobre o suposto predomínio de filhos da classe média que não precisavam dos 20 centavos. Este comentário que situou os policiais como sendo os verdadeiros marginalizados e os jovens “revoltosos” como sendo pessoas de valor inferior ao daquelas moedas, não tem originalidade alguma. Graeber preocupou-se em descrever o modo de vida real dos ativistas, justamente para combater comentários assim, extremamente corriqueiros, cuja real intenção é a de insuflar o ódio nos policiais para que eles sejam mais agressivos com manifestantes taxados de riquinhos e ociosos.

Bem, o primeiro dado verídico informado por nosso autor foi o de que a maior parte dos ativistas possuía curso superior completo e tinha menos de 30 anos. O que coincide com o resultado da pesquisa Datafolha realizada ao longo do dia 20, tendo como campo amostral uma fatia daqueles que se manifestaram na Av. Paulista. Os dados levantados foram de que 78% possuíam curso superior completo, além disso, a maior parte, quanto à faixa etária, tinha entre 21 e 35 anos. Levando-se em conta que, no Brasil, o número de pessoas com diploma universitário é bastante pequeno, esta porcentagem é de fato significativa.

A objeção mais evidente é a de que o levantamento de Graeber diz respeito exclusivamente ao perfil médio de um anarquista, sendo que, por óbvio, na Av. Paulista, coexistiram diversas ideologias. Por ser este o caso, a utilidade desta comparação restringe-se ao que pode ser concluído sobre a presença majoritária de jovens escolarizados. Trata-se da tese, segundo a qual, em movimentos revolucionários ou insurgentes, há uma maioria de “esclarecidos”, ou seja, de pessoas que por uma série de conjunturas tiveram melhores oportunidades e maiores meios, para entenderem os motivos da revolta, voltando-se contra a situação opressora. Para Graeber, os que mais sofrem, os mais pobres são, infelizmente, os menos aptos para a rebeldia. O excesso de trabalho, a moradia precária, a má alimentação, o mínimo acesso à cidade e à educação tornam-se fatores excludentes para a participação política.

A elite, do ponto de vista educacional, será sempre mais propensa à insurgência, esta é a síntese capaz de ser enquadrada ao caso brasileiro. O acesso aos meios de informação é o verdadeiro privilégio, com este argumento pode-se explicar, por exemplo, a menor proporção de negros, de moradores da periferia, daqueles que, enfim, são os mais oprimidos. Não se trata de privilegiar uma determinada cor ou uma determinada classe, para Graeber, a resposta é simples, os extratos sociais mais baixos são os que menos possuem armas para a revolta, sua vida diária está praticamente reduzida à luta pela subsistência.

Esther Solano, ao se propor a analisar o perfil *black bloc*, tirou conclusões semelhantes: “eles (os ativistas) puderam ter acesso à universidade (geralmente particular), trabalhando para pagá-la ou aderindo a programas como o Fies ou Prouni.”<sup>79</sup> A autora prossegue descrevendo que estes jovens, apesar de geralmente trabalharem desde muito cedo, conseguiram por esforço pessoal ter acesso ao estudo, à informação e à crítica. Ela também expõe um breve relato do dia 02 de agosto de 2013, no qual um adepto da tática afirma que o pessoal da periferia não havia comparecido, por estarem anestesiados, por crerem que nada mais poderia mudar. Em outro relato, de 07 de setembro de 2013, um segundo ativista explana que o grande desafio era o de fazer com que estas pessoas se juntassem ao movimento, a fim de tornar a revolução possível. Para ele, seria preciso mostrar à periferia que toda luta se travava em seu nome. Exatamente o mesmo foi dito por nosso autor, para quem, a revolução nasceria do contato entre os menos alienados e os mais oprimidos, daí a necessidade de empreender o casamento entre ambos.

Graeber ratifica que o perfil médio do anarquista é constituído por jovens, devido à necessidade de adequação entre “as coisas da vida” e o ativismo, de forma que o engajamento é mais fácil para aqueles que ainda não possuem um emprego formal. Desempregados, subempregados e trabalhadores com jornadas flexíveis podem se dedicar de forma mais contundente. Não é o caso, portanto, de falarmos num sonho juvenil, o fator principal é o tempo e sua progressiva escassez.

Sobre isso compensa o paralelo com a análise feita por Ricardo Antunes e Ruy Braga, em 2013, pois, de acordo com ela, o modelo de desenvolvimento associado aos governos Lula e Dilma se apoiou, entre outros fatores, no aumento do número de acidentes de trabalho, na elevação das taxas de terceirização e na flexibilização da força de trabalho,

---

<sup>79</sup> SOLANO, Esther. Parte 1: a pesquisadora – Esther Solano Gallego. In: SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática *black bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014. p. 48.

o que teria gerado grande insatisfação entre os trabalhadores, com ênfase nos mais jovens, uma vez que, conforme dados ali expostos, de 2003 a 2013, 94% dos empregos criados, no mercado formal brasileiro, remuneraram até um salário mínimo e meio. Levando-se em conta que 60% destas vagas foram ocupadas por indivíduos entre 18 e 28 anos, Antunes e Braga concluíram o papel chave destes trabalhadores jovens e precarizados, nas manifestações de junho. Esta tese foi corroborada com a indicação da pesquisa *Plus Marketing*, ocorrida no dia 20 de junho, no Rio de Janeiro, cujo resultado revelou que a maioria dos manifestantes (70,4%) estava inserida no mercado de trabalho, mas 64% ganhavam até 3 salários mínimos.<sup>80</sup>

Em linha semelhante, está a análise de André Singer, para quem, os acontecimentos de junho foram compostos pela classe média tradicional e pelo novo proletariado - nome conferido aos trabalhadores, majoritariamente, jovens, cujo primeiro emprego com carteira assinada ocorreu na década lulista, embora mediante baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho. Singer confirma a informação de que os jovens foram maioria e sublinha a alta escolaridade dos manifestantes. Sua novidade foi a de mostrar a incompatibilidade entre o nível de estudo e a renda possuída, uma vez que, citando dados da Pesquisa *Plus Marketing* do dia 20, 34% dos manifestantes cariocas ganhavam até um salário mínimo. Isso o levou à conclusão de que estes jovens possuíam uma escolaridade mais alta do que a renda, além disso, se a classe média tradicional esteve presente, não o fez com exclusividade, e, entre os dias 17 e 20, teria havido, em sua percepção, um cruzamento de classes.<sup>81</sup>

Graeber também pontuou a diversidade como forma de descrever os manifestantes quanto à renda possuída, de forma que apesar da presença de uma minoria proveniente de famílias extremamente ricas, havia também pobres que dispunham apenas do estritamente necessário. De toda sorte, o preponderante foi definido como sendo a mistura entre os filhos de uma classe mais favorecida e os filhos da classe trabalhadora. Esta sobreposição é a síntese verdadeira, logo, o elemento decisivo não é a renda, mas o compartilhamento de um mesmo modo de vida. Este argumento nos ajuda a constatar que a presença marcante de jovens diplomados, na análise de uma manifestação, pode ter maior

---

<sup>80</sup> Cf.: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Os dias que abalaram o Brasil**: as rebeliões de junho, julho de 2013. R. Pol. Públ., São Luís, Número Especial, p. 41/47, julho de 2014. Disponível em: [www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id\\_publicacao=865](http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=865). Acesso em: 29 ago. 2016.

<sup>81</sup> Cf.: SINGER, André. **Brasil, junho de 2013**: classes e ideologias cruzadas. Novos estudos – CEBRAP. nº 97. São Paulo, nov. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002013000300003>. Acesso em: 29 ago. 2016.

importância do que a renda, ou seja, pessoas diferentes quanto à estratificação social, mas com acesso à informação e à crítica podem lutar lado a lado, caso desejem algo semelhante. Nesta hipótese, o que distinguiu os manifestantes, para muito além da renda possuída, foi a orientação ideológica.

Para não nos reduzirmos aos chavões obsoletos concernentes à direita e à esquerda, pensemos nas jornadas a partir de uma conta simples: alguns se voltaram contra a gestão pública, reivindicando melhores serviços, novos políticos e maior participação, mas sem excluir a ideia de governo, enquanto outros rejeitaram por completo o Estado e suas soluções. Claro que é uma distinção simplista, o múltiplo caracterizante das jornadas jamais poderia ser comprimido desta maneira, ainda assim, didaticamente, levemos em conta esta caracterização, cujo efeito imediato é o de descrever junho como um agir direto que conteve ação direta. Noutras palavras: um movimento horizontal, do qual fizeram parte ações ativistas protagonizadas por anarquistas de fato ou por inspiração.

Feito este esclarecimento, retornemos a um dos temas mais recorrentes ao longo das manifestações: a violência. Algo que Graeber reconheceu desde sua participação no Movimento de Justiça Global é a fluidez deste conceito, se para uns é violência destruir grandes propriedades, para outros, violento é o sistema que permite a existência de tais propriedades. No cap. 2, vimos que em Seattle e em Quebec, manifestantes entraram em conflito devido, basicamente, à inexistência de consenso sobre este substantivo. Sendo assim, a divisão testemunhada, no Brasil, entre aqueles que, com flores, clamaram “sem violência” e os que, com *sprays* e pedras, cobriram seus rostos, não foi novidade nenhuma. Em grandes manifestações, com pluralidade ideológica, é comum que os praticantes da tática *black bloc* sejam rechaçados e interpretados como vândalos e egoístas, pessoas que mancham a causa, que atraem repercussão midiática negativa, além de repressão policial. Se nos Estados Unidos o respeito pela diversidade de táticas é um princípio mais amadurecido, no Brasil, permanece uma grande resistência perante estes atos de destruição simbólica. Apenas em junho de 2013 a tática *black bloc* ganhou os holofotes da imprensa nacional, antes disso, apesar de já existir, era muito pouco conhecida.<sup>82</sup>

---

<sup>82</sup> Cf.: “O primeiro Dia de Ação Global que contou com ações no Brasil foi 26 de setembro de 2000, marcado contra a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Praga. Neste dia, em São Paulo, um grupo de manifestantes atacou o prédio da Bovespa, o que gerou confronto entre policiais e ativistas. Na época, o incidente não ganhou destaque na imprensa e o termo “*black bloc*” não foi mencionado, mas a lógica da ação desses militantes, em sua maioria ligados ao movimento anarcopunk de São Paulo, seguia a lógica da tática *black bloc*.” FIUZA, Bruno. *Black Blocs*, uma história. In: ALVES, Amanda. (org.). **Não é por centavos**: um retrato das manifestações no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Liga, 2014.

No ensaio de nome *Concerning the Violent Peace-Police* (2012), Graeber nos confessa sua participação em muitos blocos pretos, ele prossegue, com pudor, garantindo que nunca destruiu propriedades, apesar de já ter testemunhado esta prática, nos blocos que integrou.<sup>83</sup> Esta confissão é bastante útil, pois faz com que enquadremos os episódios de junho à perspectiva de um *black bloc*, redimindo, por via de consequência, esta tática dos mal entendidos repercutidos pela mídia.

Daí a constatação anterior de que os vândalos e baderneiros, os inimigos número um da Polícia Militar, são pacíficos, desde que adotemos o conceito, segundo o qual, violência é agredir formas de vida. Nem as vitrines, nem as caçambas de lixo, nem os vidros das agências bancárias sangram, ficam com traumas psicológicos ou sequelas vitalícias. Ilustrativamente, se o prejuízo causado ao metrô poderia ser revertido com 73.000 reais, dinheiro nenhum trará de volta a visão perdida pelo fotógrafo Sérgio Silva, atingido por uma bala de borracha. O anarquista, descrito por Graeber, não quer se valer da mesma violência instrumentalizada pelo Estado, ele, dentro de sua carga conceitual, está eticamente impedido de ferir outro ser humano. Se porta vinagre, se usa escudos, se está mascarado, tudo é uma proteção consequente do reconhecimento da violência policial.

De toda sorte, Graeber sublinha o princípio da autonomia moral, cujo principal efeito é o de impedir julgamentos e condenações. É necessário conciliar a liberdade individual à solidariedade perante todos. Uma autonomia, portanto, que deve ser ética e responsável. Em junho, tal ausência de julgamento foi notada, por exemplo, na nota nº 01, do Passe Livre São Paulo, de acordo com a qual, o Movimento não incentiva qualquer violência, mas tampouco controla o ânimo de pessoas cansadas do descaso do poder público e da truculência policial.

Aliás, o MPL é a melhor ilustração para este caso, pois não obstante ser ele constituído por orientações teóricas distintas, os posicionamentos individuais cederam à composição consensual de uma visão de grupo. Visão esta que apesar de excluir a tática *black bloc*, não deixa de afirmar que a maior violência é aquela que o Estado executa frente aos excluídos socialmente. Por isso o Movimento ter revelado sua ação contra a violência estatal, no compromisso de criar um mundo diferente.

A noite do dia 18 enquadra-se perfeitamente como exemplo negativo daquilo que a violência *black bloc* não é. Daí, em certa altura, parte do Passe Livre ter retornado à

---

<sup>83</sup> Cf.: GRAEBER, David. **Concerning the Violent Peace-Police**: in response to “The Cancer in Occupy” by Chris Hedges. 09 fev. 2012. Disponível em: <https://nplusonemag.com/online-only/online-only/concerning-the-violent-peace-police/>. Acesso em: 12 set. 2016.

região central, para tentar conter o que havia se tornado um conflito progressivo, sem nenhuma finalidade. Saques e agressões físicas correspondem à chamada violência oportunista, feita em prol da satisfação de interesses egoísticos. Importante sublinhar esta distinção, pois o ato simbólico de um anarquista possui um motivo político, não tem relação com roubos, destruições de pequenos negócios, ameaças, ferimentos, etc.

Em sua pesquisa de campo, realizada no período de agosto de 2013 até a Copa do Mundo de 2014, sobre a tática *black bloc*, Esther Solano fez uma pergunta intrigante: “num país onde mais de 50 mil pessoas são mortas por ano, como é possível essa histeria com 40 garotos?”<sup>84</sup> Por que de fato tanta ênfase nos “vândalos e baderneiros”, nas pichações e nas vidraças quebradas, em detrimento dos assassinatos? A pergunta, incapaz de ser respondida objetivamente, serve para tirar o interlocutor de sua zona de conforto, denunciando a falta de paridade quanto ao nível de indignação revelado.

Se nos pautarmos neste argumento, outra hipótese interessante para a ampliação das manifestações, após a noite de 13, é a de que a violência policial ganhou visibilidade quando feriu também a classe média branca. A repressão corriqueira nos morros e favelas chocou a opinião pública apenas ao se mostrar nos grandes centros, desnaturalizando um tipo de cena que não comove quando atinge os mais pobres. Há um fator de hipocrisia que vem à tona com a pergunta de uma estrangeira, em seu esforço por compreender nossa sociedade.

A autora prossegue: “Num país de violências, por que umas, as brutais, não geram reação social nenhuma? Por que outras, as do *Black Bloc*, mínimas se comparadas com aquelas, geram todo um espetáculo social?”<sup>85</sup> Bem, este questionamento está imediatamente vinculado ao parágrafo anterior, pois o espetáculo tem íntima relação com este ato de “tornar visível”, mostrar o que de outra maneira permaneceria ignorado. Jogar uma pedra no vidro de uma agência bancária não faz ruir o capitalismo, por que, então, ainda assim, arremessá-la?

O embasamento teórico da tática *black bloc* é o de se opor ao espetáculo, quebrando todo o seu encanto. Se não percebemos os danos sociais gerados pelo capitalismo, por estarmos “enfeitiçados” pelo poder da publicidade, nada melhor que, por exemplo, reduzir vitrines a estilhaços, a fim de que as coisas voltem a representar aquilo que verdadeiramente são, sem acréscimos gerados pela propaganda. A eficácia destes atos

<sup>84</sup> SOLANO, Esther. Parte 1: a pesquisadora – Esther Solano Gallego. In: SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática *black bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014. p. 22.

<sup>85</sup> Ibid., p. 25.

está associada, portanto, à crítica da sociedade do espetáculo, desmascarando-a, com o intuito de incentivar mais pessoas a se oporem a ela. Grandes corporações, bancos, tudo que possa ser associado à corrupção torna-se alvo. Esta é a explicação real para o que Alckmin e Datena interpretaram como baderna.

No perfil traçado por Solano, majoritariamente, são jovens com emprego, acesso ao ensino superior, dependentes de serviços públicos e crentes de que a verdadeira violência é aquela praticada pelo sistema político e corporativo. De todos os substantivos aplicáveis a este contexto, volto a dizer, que a violência talvez seja o mais polêmico, são dois lados oponentes cada qual lutando com suas armas, numa guerra acima de tudo simbólica, para definir quem é de fato o agressor.

Além disso, a maior parte foi descrita como sendo pessoas que possuem um projeto político e que entendem o significado de quebrar um banco. Estes realmente representam a tática *black bloc*, a qual, lembremo-nos, foi classificada por Graeber como a forma mais autêntica de ação direta. Um dado substancial, constatado por Esther, é o de que a maioria dos entrevistados não sabia o que era o *black bloc* antes de junho e muitos afirmaram que foi o protesto do dia 13 que os despertou para a tática, devido ao excesso de violência policial.<sup>86</sup>

Daí o fundamento para a afirmação de que junho de 2013 foi o momento em que se intensificou a presença da ação direta, no Brasil, depois deste mês, progressivamente, ganharam campo discussões inspiradas no anarquismo, muito embora misturadas a reivindicações locais não associáveis a ele, como melhorias no sistema político e nos serviços públicos.

Mas se o *black bloc* denuncia o espetáculo do capitalismo, seu método, além de proteger os demais manifestantes, cria, ironicamente, outros tipos de espetáculos. Desta vez, em sentido estrito, pois seus atos simbólicos possuem uma natureza performática e teatral, cujo fortalecimento depende de chamar a atenção, ou seja, sem público a denúncia que efetivam contra o sistema não teria eficácia.

Na perspectiva da mídia e do alto escalão da política, são atos de violência que causam prejuízo ao patrimônio público e privado. Atos que, conseqüentemente, podem ser enquadrados como crimes. Se o *black bloc* perder a guerra simbólica, será ele o criador de espetáculos violentos, logo, a linha que o separa do objeto que critica é bastante tênue. Ao

---

<sup>86</sup> Cf.: SOLANO, Esther. Parte 1: a pesquisadora – Esther Solano Gallego. In: SOLANO, Esther; MANZO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática *black bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014. p. 38/39.

olhar externo, uma violência que denuncia a violência e um espetáculo que combate o espetáculo podem não ser distinguidos, caso não sejam suficientemente explicados. O alto risco é o que explica tantos manifestantes gritarem “sem violência”, pedindo para que não sejam feitos estes atos performáticos, pois uma coisa é certa: eles atrairão o arbítrio da força policial.

Por trás da máscara podem estar pessoas cujo anonimato é uma forma de expressão, tal como disse Graeber, um modo de mostrar que aquilo que querem é superior ao que são, ou, sinteticamente, um modo de personificar a ideia que representam. O interesse de não ser reconhecido pelo Estado, para o bloco preto, é secundário, acontece que a mesma máscara utilizada para fins políticos pode esconder o rosto de infiltrados e criminosos. A noite do dia 18 também fez prova destes argumentos, quando se suspeitou que os incitadores dos atos de vandalismo contra a Prefeitura de São Paulo eram policiais disfarçados.

Na contra-argumentação está o discurso anarquista defendido por Graeber, para quem, carregar cartazes, caminhar, ouvir um líder entusiasmado com megafone, ficar enquadrado dentro da lei e da ordem, não é ação direta. O significado disto está relacionado a um trecho citado no segundo capítulo, agora parafraseado: é muito difícil imaginar que revoluções sejam possíveis sem conflitos. A tática *black bloc* seria, então, uma linguagem capaz de atuar perante o Estado, afrontando-o, independentemente das consequências. Foi o que Solano constatou: “a violência nasce da certeza de que os protestos pacíficos não geram resultado político efetivo nenhum e da descrença absoluta e firme nas instituições políticas do país”.<sup>87</sup>

Quando a mídia tradicional passou a adotar narrativas semelhantes às das redes sociais, denunciando a repressão, os protestos cresceram, o que depõe favoravelmente à tática *black bloc* e se alia aos debates descritos no *Direct Action*: a violência é o que desperta a atenção da grande mídia, protestos pacíficos raramente são noticiados. E por mais que Graeber não confie nela, reconhece que mesmo a divulgação de uma visão negativa é útil, pois faz com que parte da população tome ciência do alvo do protesto, descobrindo, por exemplo, a existência da OMC ou da ALCA. Sua esperança é o faz crer que muitos telespectadores conseguirão julgar por si mesmos a legitimidade da causa, tornando a opinião pública favorável.

---

<sup>87</sup> SOLANO, Esther. Parte 1: a pesquisadora – Esther Solano Gallego. In: SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática *black bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014. p. 59.

Devido ao poder almejado pela polícia para definir a situação, sua narrativa sobre os acontecimentos costuma ser a mais utilizada pela mídia, seja para estimar o número de manifestantes, seja para descrever o sentido dos atos. O valor dos prejuízos, o caos urbano, o trânsito sem proporções, os bens públicos vandalizados, os policiais feridos, a lesão causada aos “cidadãos de bem”, todos estes elementos constaram nos grandes jornais, pelo menos dos dias 6 ao 13. Após esta data, os jornalistas detidos, os manifestantes agredidos, os direitos constitucionais violados, os erros governamentais e o excessivo valor da tarifa substituíram aquelas outras expressões, devido à reviravolta proporcionada, dentre outros fatores, pela adesão da opinião pública aos protestos.

Solano comenta algo parecido: “[...] quem tem o poder de definir é sempre quem impõe sua visão das coisas. A linguagem é sempre uma opção política.”<sup>88</sup> Este raciocínio aplicado ao *black bloc* acentua as percepções distintas entre planos semióticos, daí as recíprocas acusações entre os adeptos desta tática e a polícia militar. Assumir um posicionamento significa adotar uma destas declarações como sendo a mais correta.

A violência que não é violência, por ser simbólica, nos impede a associação imediata entre Graeber e Sorel. Na realidade, a não-violência foi um dos princípios mais mencionados no *Direct Action*, seguido por discussões infundáveis sobre os limites éticos para a ação política. Graeber não incentiva conflitos, dá amparo racional aos seus argumentos e critica o mito como meio para a mobilização das massas. Além de acusar Sorel de antissemitismo, lamenta a contribuição deste francês para que o anarquismo fosse associado à irracionalidade e à violência. E debocha do fato deste teórico ter se aproximado do fascismo, ao fim da vida, para ele, tanto Sorel quanto Mussolini foram anarcossindicalistas diletantes que mancharam a imagem do movimento.<sup>89</sup> Efetivamente, nada na produção teórica do nosso autor nos autoriza a compará-la com as *Reflexões*.

Mas como a vida acadêmica é constituída por ironias, Walter Benjamin, este sim influenciado por Sorel, criou um conceito que pode ser útil à percepção de qual violência é mais compatível com o anarquismo: a *reine Gewalt*. Traduzido literalmente como violência pura. Este adjetivo, mais importante para caracterizar o substantivo em alemão do que em português, serve para afastar a palavra de sua vinculação originária com o poder. Ela é pura por não ser a violência que instaura o direito ou que o conserva, sua

<sup>88</sup> SOLANO, Esther. Parte 1: a pesquisadora – Esther Solano Gallego. In: SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática *black bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014. p. 103.

<sup>89</sup> Cf.: GRAEBER, David. **Fragments of an Anarchist Anthropology**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2004. p. 18/19.

essência não tem vínculo institucional, neste ponto, podemos sentir a influência de Sorel: “a greve geral proletária se propõe, como única tarefa, aniquilar o poder do Estado”.<sup>90</sup> Adotando o sentido não-violento desta greve,<sup>91</sup> Benjamin afasta-se do apreço pelo mito, para ele, é mais importante o foco no desejo por transformações radicais e na consequente rejeição de concessões, reformas ou regalias, que meramente provocam modificações exteriores nas condições do trabalho. Desejo este que denota o anarquismo intrínseco a este tipo de greve.

Na violência proletária, defendida por Sorel, como não há a fundação de uma nova ordem jurídica, trata-se de uma não-violência. Em português, o jeito mais confuso de se explicar é dizendo que se trata de uma violência não-violenta. Recuperando o idioma original, significa que ela não é *Gewalt*, não é poder e está purificada desta miscigenação de conceitos que foi naturalizada pela língua alemã.

Neste escrito de juventude, no qual a teologia é marcante, o autor nomeia de uma forma que Graeber jamais faria: violência divina. Deixando de lado as impossíveis correspondências religiosas, o conteúdo deste conceito é muito semelhante: uma violência capaz de aniquilar o direito, as fronteiras, a culpa e a expiação. E o mais importante: que é letal, mas sem derramamento de sangue. O princípio da não-violência pode ser interpretado como uma versão ateísta da recusa benjaminiana pela violência/poder, e os atos de força executados pelos anarquistas podem também ser justificados à luz desta violência pura, de perfil revolucionário. Para Benjamin: “É na ruptura [...] na destituição do direito e de todas as violências das quais ele depende, e que dependem dele, em última instância, então, na destituição da violência do Estado, que se funda uma nova era histórica.”<sup>92</sup>

Uma não-violência desvinculada do poder coincide com a proposta de David Graeber, na medida em que é anarquista a base de ambos. Algo que emerge imediatamente das pessoas, por meio do confronto direto, e que pode ser compreendido, *lato senso*, como a força da contestação, sem vínculo necessário com atos de destruição. Ao contrário, a ação direta é majoritariamente executada por aqueles que se preocupam com a correspondência entre o meio utilizado e a mudança defendida, tal como impõe a máxima de Gandhi: “tornar-se a mudança que você quer ver”.

---

<sup>90</sup> BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. Tradução de Ernani Chaves. In: GAGNEBIN, Jeanne-Marie. (Org.). **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo: Ed. 34, Duas Cidades, 2011. p. 142.

<sup>91</sup> Cf.: “Enquanto a primeira forma de suspensão do trabalho [a greve geral política] é violenta, uma vez que provoca só uma modificação exterior das condições de trabalho, a segunda [a greve geral proletária], enquanto meio puro, é não-violenta.” Ibid., p. 143.

<sup>92</sup> Ibid., p. 155.

Esta não-violência, enquanto forma de ação pautada na solidariedade, nos remete ao tema da democracia, fazendo-nos constatar, em primeiro lugar, que a ampliação da tática *black bloc*, depois de junho de 2013, pode ser interpretada como a resposta mais radical à decepção sentida com o atual modelo político, o que confere ao apartidarismo uma leitura diferente e mais expansiva, desconectada de ódio, fascismo, pretensões ditatoriais ou afins. Citando a epígrafe, não se trata de uma crise da democracia, mas do Estado,<sup>93</sup> estrutura inepta cuja corrupção gerou seus próprios inimigos, pessoas incapazes de enxergar nos partidos políticos uma forma de mediação eficaz. Os anarquistas de Graeber e os anarquistas dos blocos pretos brasileiros, diferentemente do MPL, não querem mais dialogar com o Estado, não acreditam em nenhuma de suas promessas.

Assim, os 84% que se declararam apartidários, em pesquisa Datafolha, realizada no dia 17, podem ser descritos como a expressão de uma sociedade descrente em tal modelo representativo. Isso explicaria o porquê dos sindicatos e partidos políticos não terem tido poder decisório, na organização dos atos, além disso, quando presentes, o fizeram em pé de igualdade com outros coletivos, não tiveram destaque, protagonismo e foram literalmente repelidos, em algumas ocasiões.

Lembre-mos da noite do dia 11, quando a sede do PT foi parcialmente destruída, durante o protesto ocorrido na região central. Pois bem, na visão já exposta de Maria Frô, depredar sedes de partidos de esquerda é uma ação historicamente efetivada por brigadas fascistas. De fato, o PT, nas jornadas de junho, foi o partido mais rechaçado, sua bandeira, no dia 20, chegou a ser queimada e diversas vezes impedida de ser erguida. Mas como explicar tamanha ênfase no PT, sem aplicar a leitura de Maria Frô?

Na realidade, é bem simples. Na hipótese a ser desenvolvida neste tópico, o que antecedeu o crescimento do apartidarismo foi a desesperança nas instituições estatais. Afinal, se desde o início dos anos 2000, já existiam, no Brasil, blocos pretos e movimentos horizontais, por que eles não contaram com a mesma adesão popular? São diversos os motivos, em meio aos quais, ser o aumento da tarifa uma pauta bastante carismática, mas o fato a ser destacado é que, na virada do século, o clima institucional não estava a esse ponto devastado. O PT ainda era o partido das promessas, da mudança e da ética na

---

<sup>93</sup> Em pesquisa Datafolha, realizada no dia 20 de junho, durante a manifestação de São Paulo, verificou-se que para metade dos entrevistados a principal bandeira era a luta contra a corrupção, simultaneamente, para 87%, a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo. Cf.: Corrupção é principal motivação de manifestantes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1299344-corrupcao-e-principal-motivacao-de-manifestantes-em-sp-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 16 set. 2016.

política. Embora não fosse querido por todos os setores da sociedade, sua imagem era a de uma alternativa real a ser adotada, em caso de necessidade.

Inúmeras pessoas que, à época, acreditaram no poder transformador do PT decepcionaram-se, por exemplo, com o escândalo no Mensalão. E quando um anterior afeto se transforma em mágoa, pode se tornar mais agressivo do que a resposta proveniente de alguém que sempre demonstrou indiferença. Gritar “sem partido, sem partido” ou “o povo unido não precisa de partido” é uma consequência do desgaste da imagem de todos os partidos, pois, no contexto histórico do qual junho emergiu, nenhum foi capaz de atrair a confiança da maioria, representando-a de fato. O enfoque no PT, nesta leitura, ao invés de motivos fascistas, decorreria do fato de que até então a ele se destinavam as maiores esperanças. Sendo assim, o sentimento preponderante para o apartidarismo não teria sido o ódio, mas a tristeza gerada pela decepção, e, ao contrário de uma ditadura, os que se voltaram contra os partidos podiam estar clamando por mais democracia, por uma participação efetiva e igualitária, que não se restringisse ao voto.

Bruno Fiuza usou um raciocínio interessante: “Foi preciso que uma nova geração chegasse à adolescência, ou ao início da idade adulta, para romper de vez os laços com o antigo partido da esperança”.<sup>94</sup> O que é corroborado pela expressiva presença de jovens, nas manifestações, pessoas que não conheceram o início da trajetória política de Lula, mas que testemunharam o que se tornou o PT, uma vez empossado no governo federal, seus sucessivos escândalos de corrupção somados à persistência de uma realidade social pautada em serviços públicos degradantes. Na análise de Ruy Braga e Ricardo Antunes:

[...] os manifestantes e seus movimentos sociais, populares e estudantis perceberam que, para além do crescimento econômico, do mito falacioso da nova classe média, há uma realidade profundamente crítica em todas as esferas da vida cotidiana dos assalariados.<sup>95</sup>

Ao longo destes anos, nem o PT, nem o PSDB cumpriram suas promessas perante estes jovens trabalhadores precarizados, progressivamente tendentes à rejeição das soluções institucionais. Se alguns transformaram sua mágoa em ações mais militantes, integrando blocos pretos, outros simplesmente gritaram palavras de ordem contra a presença de partidos e de políticos oportunistas, numa manifestação horizontalmente

<sup>94</sup> FIUZA, Bruno. *Black Blocs*, uma história. In: ALVES, Amanda. (org.). **Não é por centavos**: um retrato das manifestações no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Liga, 2014.

<sup>95</sup> ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Os dias que abalaram o Brasil**: as rebeliões de junho, julho de 2013. R. Pol. Públ., São Luís, Número Especial, p. 41-47, julho de 2014. p. 44. Disponível em: [www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id\\_publicacao=865](http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=865). Acesso em: 20 set. 2016.

composta por cidadãos. Cabe frisar, entretanto, que, em junho, existiram pelo menos dois tipos de apartidarismo, o nacionalista e o anarquista. Sinteticamente, o que rejeitou os partidos, mas não o Estado, e o que fez de ambos um mesmo pacote a ser combatido. Por óbvio, nesta narrativa, interessará mais este último tipo. Daí a lembrança dos manifestantes presentes no ato do dia 20, a queimar bandeiras do Brasil, gritando, por exemplo: “Uh! Patriota, Uh! idiota”.

No perfil *black bloc* traçado por Willian Novaes, consta a seguinte descrição: “Cris, politicamente, não está ligado a nenhum partido. O Partido dos Trabalhadores seria o mais próximo. ‘Mas o Lula era um grande nome e nos traiu, e a Dilma, hoje está junto com o sistema que a torturou. Não conseguimos entender.’”<sup>96</sup> Este não entendimento, ao ser colocado na primeira pessoa do plural, enfatiza a identidade coletiva do bloco e faz prova de que nele convivem os membros mais radicais de uma crise de representatividade que é nacional.

Ainda sobre este tema, Marcos Nobre, em seu livro *Choque de Democracia* (2013), ao analisar as revoltas de junho, encontrou aspirações mais abrangentes do que o valor da tarifa, associáveis a uma luta contra todo o sistema, daí sua tese de que elas foram suficientemente fortes para desestabilizar o pemedebismo – pacto de governabilidade que blindava o sistema político contra a sociedade. O desejo pelo aprofundamento da democracia teria sido, então, capaz de furar o bloqueio constituído por forças políticas que se protegem pelo menos desde 1993.

O nome “pemedebismo” ajuda a transparecer a dissonância entre o pluralismo da sociedade e a apatia de todos os partidos políticos, compreendidos por Nobre como estruturas que, independentemente, de serem grandes ou pequenas, se espelham no PMDB, ou seja, pretendem ser “um amálgama de interesses que sempre está no governo, qualquer que seja o governo”.<sup>97</sup> A ausência de polarização, de ideologia, de convicções políticas reais gera acordos de bastidores, à revelia da sociedade, impedindo-a de acompanhar conversas decisivas que ocorrem às escondidas. Por isso é que agir contra o pemedebismo significa uma postura apartidária, não há como adotar um posicionamento, se o sistema político contemporâneo aparece como um bloco único, fechado e isolado.

---

<sup>96</sup> NOVAES, Willian. Parte 3: os manifestantes. In: SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática *black bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014. p. 198.

<sup>97</sup> NOBRE, Marcos. **Choque de democracia**: razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 12.

Agir contra tal sistema, repito, não atenta contra a democracia, inclusive, o título da obra, *Choque de democracia*, contribui para ressaltar as benesses da pluralidade de pautas, entendidas como o reflexo de uma multidão que foi às ruas, sem uma organização unitária, para reivindicar demandas locais e mundiais, gerando um clima que o autor comparou ao da Constituinte. Sua definição de democracia é a seguinte: “[...] é uma forma de vida que penetra fundo no cotidiano, que se cristaliza em uma cultura política pluralista.”<sup>98</sup>

Quanto ao PT, Nobre revela que também este partido firmou o pacto pemedebista, sendo, conseqüentemente, um dos responsáveis por tal blindagem. O grande exemplo fornecido diz respeito à postura de Lula, em 2009, pois, num contexto de denúncias contra Sarney, o então presidente defendeu-o, sublinhando que sua história era suficiente para que não fosse tratado como uma pessoa comum.<sup>99</sup> Mais uma vez, portanto, fica patente a decepção causada pelo PT, quando ele se tornou governo. O partido que veio com a promessa de trazer ética para a política acabou por ratificar mais do mesmo, frustrando toda a esperança de transformações radicais no país. A pergunta de Nobre poderia ser feita por todos nós: “Afinal, como o depositário da transformação social brasileira pôde se ver confrontado com manifestações de rua de milhões de pessoas sem ter percebido seu potencial explosivo?”<sup>100</sup>

De fato, a reação do PT às jornadas de junho foi um completo fiasco, seja pela demora excessiva de Haddad para dialogar com o MPL, seja pela igual demora de Dilma Rousseff para se pronunciar publicamente. Por tudo isso, a impressão de Nobre de que o Partido não soube como reagir a junho é acertada e talvez tenha sido este o momento histórico que selou seu destino.

A conclusão do autor é dura e servirá a este tópico como a justificativa máxima para o apartidarismo: “Tanto o “neoliberalismo” do período FHC como o que se chama de “lulismo” são figuras do pemedebismo, são configurações mais avançadas dessa cultura política inerentemente conservadora.”<sup>101</sup> Ratifica-se, assim, algo que é senso comum para os anarquistas: apartidários e antipartidários podem ser pessoas que clamam por mais democracia. O que coincide com o sentido que Graeber oferece ao termo, purificando-o de toda e qualquer estrutura estatal, para que se pautem no processo de consenso.

---

<sup>98</sup> NOBRE, *Choque de democracia*: razões da revolta, op. cit., p. 18.

<sup>99</sup> Cf.: *Ibid.*, p. 11.

<sup>100</sup> *Ibid.*, p. 26.

<sup>101</sup> *Ibid.*, p. 38.

Bem, partindo da constatação de Nobre de que as manifestações de junho mostraram o esgotamento do “modelo político-econômico que corresponde à fase ‘lulista’ do projeto social-desenvolvimentista”,<sup>102</sup> aportamos num conceito de David Graeber: a política prefigurativa. De acordo com o qual, a forma de organização de um grupo deve encarnar o tipo de sociedade que ele quer construir. Aliás, mesmo a ação direta foi definida como uma forma de resistência cuja estrutura prefigura a sociedade verdadeiramente livre que se deseja criar.

Pensadas à luz destes dois conceitos, as jornadas de junho nos levam a uma conclusão lógica: sua estrutura, modo e forma de organização prefiguraram o tipo de sociedade que se desejava. Logo, se aquelas pessoas se opuseram ao sistema político blindado, fizeram-no expondo um modelo absolutamente distinto. E se isso pode ser afirmado pensando nas jornadas como um todo, devido à horizontalidade, auto-organização, ausência de líderes formais ou de mediadores sindicais, estudantis ou políticos, fica ainda mais claro se focarmos no MPL. Sua autonomia, independência, seu caráter apartidário, sua democracia direta e sua horizontalidade são o retrato perfeito da política prefigurativa almejada por Graeber.

É o que se pode constatar na fala de Mayara Vivian (MPL):

O fato de esses atos terem sido muito grandes e contagiados [sic] tem a ver com a forma política que nós tomamos, porque a forma não está dissociada do conteúdo [...]. A gente construiu uma nova cara, porque as pessoas se sentiram à vontade para estar naquele espaço, porque não tinha ali um carro de som vomitando um monte de abobrinhas na orelha delas. É, sim, uma nova forma política.<sup>103</sup>

A associação entre forma e conteúdo, que Mayara chamou de nova forma política, tem a ver com a equivalência defendida, no anarquismo, entre ação direta e democracia direta, tudo devido à aplicação do princípio majoritário de não-violência nos assuntos políticos. O adjetivo “nova”, neste contexto, é útil para contrastar com o modo tradicional, pautado na verticalidade, na submissão dos vencidos e no conseqüente uso da força, para fazer valer a vontade da maioria.

É de se observar também que o trecho correspondente a “não ter um carro de som vomitando abobrinhas” denota respeito aos manifestantes, além de ser um incentivo à expressão coletiva. Em Graeber, vimos que de todos os tipos de ação direta, as marchas e

<sup>102</sup> NOBRE, **Choque de democracia**: razões da revolta, op. cit., p. 42.

<sup>103</sup> Debate no Espaço Cult, registrado em “O que pensam os jovens que ocupam as ruas?”, Cult, n. 182, ago. 2013, p. 64 apud ARANTES, Paulo. O novo tempo do mundo. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 569.

os comícios são os mais desacreditados, os anarquistas não valorizam caminhadas de pessoas cuja participação se resume a segurar cartazes pré-confeccionados e a ouvir discursos de líderes entusiasmados. Tanto os carros de som, quanto os megafones são desprestigiados por estes ativistas, defensores da horizontalidade.

Sobretudo na primeira fase, entre os dias seis e treze, podem ser encontradas marchas que se enquadram no sentido anarquista, seja pelos episódios em que o espaço foi ocupado ilegalmente (a exemplo de terminais de ônibus), seja pela hostilidade da polícia que forçou uma marcha previamente autorizada a adquirir características mais militantes. Aliás, a repressão policial foi tão enfática, nesta fase, que a relação com o conceito de marcha anarquista torna-se muito fácil. A exemplo do dia 06, quando os manifestantes apesar de terem sido atingidos por bombas de gás e balas de borracha, invadiram o Terminal Parque Dom Pedro II, tentaram ocupar a Av. 23 de maio e praticaram táticas associáveis ao *black bloc*. O mesmo para o dia 07, quando foram invadidas vias da Marginal Pinheiros, gerando uma nova onda de violência policial. Não nos esqueçamos do dia 11, quando manifestantes tentaram fechar o Corredor Norte-Sul, entraram forçosamente no Terminal Parque Dom Pedro II e praticaram atos de violência simbólica. Até a famosa noite do dia 13, quando o confronto começou, graças à tentativa de subir a Consolação, rumo à Av. Paulista.

Ainda conforme o MPL: “na ação direta da população sobre sua vida – e não a portas fechadas, nos conselhos municipais engenhosamente instituídos pelas prefeituras ou em qualquer uma das outras artimanhas institucionais – que se dá a verdadeira gestão popular”.<sup>104</sup> Claramente o Movimento defende a ocupação do espaço público, para que os próprios manifestantes determinem seu fluxo e uso, o que representaria a retomada de ruas usurpadas pelo interesse privado. No ato, a coincidência entre a forma e o conteúdo revela-se também nesta ideia de que a ocupação faz transparecer o desejo pela gestão popular, a fim de que os próprios envolvidos decidam sobre a forma de utilização do espaço público.

Ocupar terminais de ônibus, bloquear avenidas e parar o trânsito são ações que utilizam a cidade como arma para sua própria retomada. O MPL não discute termos técnicos com os governantes, sua forma de ação é direta. Isso mostra às pessoas que não é preciso ser um especialista para fazer uma reivindicação precisa. Nunca adiantou Haddad

---

<sup>104</sup> Movimento Passe Livre – São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: Ermínia Maricato et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 16.

aparecer com cálculos, gráficos e previsões orçamentárias. Se a decisão é política, politicamente, deve ser revertida.

Conforme vimos, a tática de parar a cidade, enquanto forma de pressionar os governos, tem a ver com a desobediência civil, daí o apelo à injustiça do valor da tarifa. O teor emocional é importante neste tipo de ação direta, extremamente dependente da opinião pública. Nesta hipótese, foi o inflar das manifestações que garantiu a queda do reajuste. A desobediência civil fracassa sem público, necessariamente, ela precisa comovê-lo, para revelar que toda a agressão, arbitrariedade e vandalismo são provenientes do Estado.

Alckmin acertou, no dia 14, ao constatar que os protestos eram movimentos políticos, uma vez que aconteciam até em cidades, nas quais o aumento tarifário não havia ocorrido. Seu erro foi diferenciar uma coisa da outra, para o MPL o movimento sempre foi político, nunca houve razão de ser em afirmar o contrário. Ainda que a luta pelo transporte público forme um todo maior e incontrolável, sua descentralização é um ensaio para uma forma diversa de organização, não apenas do transporte, mas da cidade e de toda a sociedade. Repito: ação direta e tomada de decisão igualitária não apenas caracterizam o Passe Livre, como também refletem seu maior desejo – a gestão popular do espaço público. Em suas palavras: “em junho de 2013, o povo, tomando as ruas, trouxe para si a gestão da política tarifária do município e revogou o decreto do prefeito que aumentava a passagem em vinte centavos”.<sup>105</sup>

As manifestações de junho saíram vitoriosas não somente pela queda dos vinte centavos, o que fica claro na seguinte passagem: “a ação direta dos trabalhadores sobre o espaço urbano, o transporte, o cotidiano da cidade e de sua própria vida não pode ser apenas uma meta distante a ser atingida, mas uma construção diária nas atividades e mobilizações, nos debates e discussões”.<sup>106</sup> A maior vitória diz respeito à democracia aplicada ao cotidiano, algo que Graeber defende de forma explícita e que ressalta a importância das próprias pessoas decidirem aquilo que querem, com base no respeito mútuo e na solidariedade. Uma vitória, então, vinculada à queda do preconceito de que nada pode ser feito contra a arbitrariedade do Estado, e que permitiu aos manifestantes a recuperação da fé nas transformações geradas a partir da união coletiva.

---

<sup>105</sup> Movimento Passe Livre – São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: Ermínia Maricato et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 16.

<sup>106</sup> *Ibid.*, p. 17/18.

O que Paulo Arantes disse é correto: “não é lenga-lenga piedosa a convicção difundida de que depois de Junho o país nunca mais voltará a ser o mesmo”.<sup>107</sup> De fato, uma população que se convence de sua força e de sua capacidade de auto-organização, provoca uma mutação irreversível, em seu cotidiano. O confronto direto frente ao governo intensificou-se após a vitória de junho, caminhos não institucionais foram abertos e é necessário um novo olhar para apreender esta cena.

De todos os tipos descritos por Graeber, não compuseram nosso quadro fático apenas os piquetes e as festas de rua, tais formas, ainda que eventualmente tenham ocorrido em junho, não fizeram parte direta do movimento. De toda sorte, já que a marcha, a desobediência civil e a tática *black bloc* estiveram presentes, tão intensamente, nas três fases anteriormente expostas, é válida a conclusão de que as jornadas foram um agir direto constituído, entre outros fatores, por ação direta. O anarquismo de fato ou por inspiração se fez presente, em solo pátrio, com uma força até então sem precedentes, logo, se os ensinamentos de David não encerram o raciocínio, eles são, ainda assim, úteis para interpretá-lo. Nos termos precisos de Arantes: “Fica a descoberta atônita de que a insurgência que vem, ou está chegando, envolve um momento perturbador de desgoverno, de abalo sísmico do regime normativo dominante: simplesmente não queremos mais ser governados, ou não mais assim.”<sup>108</sup>

Repito a frase, a fim de sublinhar sua importância: “simplesmente não queremos mais ser governados, ou não mais assim”. Frase coincidente com o grito: “você não nos representam!”. Terão sido as jornadas de junho revolucionárias? Muito provavelmente.

Não pelos vinte centavos, mas pelo o que eles deflagraram: a descrença na participação mediada pelas instituições estatais. Algo de inaudito se fez presente nestas manifestações, daí o choque proporcionado ao governo e aos próprios envolvidos.<sup>109</sup> Em 14 dias, cinco mil converteram-se em um milhão. Nem o Passe Livre previu a extensão que junho chegaria, nem os cidadãos imaginavam que um dia se constituiriam como um gigante, por isso inclusive a dificuldade compartilhada por tantos autores em nomear o que aconteceu naquele mês. De qualquer maneira, uma coisa é certa: se seus fatos

<sup>107</sup> ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 546.

<sup>108</sup> *Ibid.*, p. 572.

<sup>109</sup> Quanto a isso: “O sistema político ficou atônito, perguntando-se com quem deveria negociar. Acossado pelas ruas, saiu em busca de uma organização hierárquica, com lideranças e reivindicações claras, com quem poderia debater, de maneira tecnocrática, planilhas de custos e leis orçamentárias. Não encontrou.” NOBRE, **Choque de democracia**: razões da revolta, op. cit., p. 8.

representaram a maturação de lutas anteriores, também contiveram o inesperado, enquanto dado impossível de ser definido objetivamente, seja pelo choque que leva ao silêncio, seja pela antecipação dos eventos frente às palavras utilizadas para explicá-los.

Retirando do termo [revolução] sua conotação marxista, a situação revolucionária junina não teria tido a ver com rupturas radicais, paradigmáticas ou apocalípticas. Tomar o poder de assalto ou estatizar os meios de produção não é algo relacionável às pretensões anarquistas. O sentido de Graeber nasce da constatação inicial de que a realidade instituída pelo poder não é definitiva, para ele, lembremo-nos, “o mundo é algo feito por nós”, e por ser este o caso, poderíamos construí-lo de uma forma essencialmente diferente. Quando centenas de milhares recusaram o reajuste, os gastos com megaeventos, os péssimos serviços públicos, a insegurança, os baixos salários e a ameaça constante de agressão policial, deram prova da sabedoria de Arantes, pela terceira vez descrita: “simplesmente não queremos mais ser governados, ou não mais assim.” Destaco uma hipótese: foi o próprio poder público que gerou seus opositores, oferecendo por vias institucionais serviços tão degradantes, quando não corruptos, que a população começou a abandonar, paulatinamente, a crença em soluções institucionais/estatais.

Tomar as rédeas do próprio destino e construir o novo a partir da casca do velho são atos que compõem a ideia anarquista de revolução permanente, pautada na certeza de que a liberdade é a própria luta. Cito duas imagens para ilustrar este raciocínio. A primeira do dia 17, quando a Ponte Estaiada foi ocupada, em toda sua extensão, por pessoas, ao invés de carros. A segunda, do mesmo dia, correspondente à sombra dos manifestantes projetada em uma das semiesferas do Congresso. A utilidade oficial da ponte e do teto foi completamente transformada por pessoas que desde aquele momento se viram como absolutamente livres. O clima era de alegria, de festa, aliás, em termos ativistas, de “carnaval”, momento em que tudo é possível. Neste novo conceito, os revolucionários não esperam pelo dia de amanhã, vivem no aqui e no agora como se já fossem perfeitamente livres do Estado. Durante as marchas, o que restou dos políticos foi sua conversão em bonecões, frequentemente destruídos, derrubados e satirizados, a fim de refletir humoristicamente o que eles representavam, ou melhor, o que eles já não representavam - a força e a confiança da multidão.

A revolução permanente não se limita às fronteiras de um Estado, seu sujeito, conforme vimos, é o cidadão global, e sua luta, mesmo quando envolve um problema interno, conecta-se quanto ao tema e quanto à forma a diversas outras partes do mundo.

Dito isso, chega a hora de cumprir uma promessa: escolher uma destas representações para chamar de verdadeira, inserindo junho num ciclo de lutas globais.

### 3.4 A escolha da narrativa verdadeira

Associar qualquer das narrativas anteriores à Verdade é algo que só pode ser feito mediante o olhar sarcástico de Platão. O primeiro esclarecimento, portanto, é o de que esta pesquisa respeita demais toda a tradição socrática, para afirmar que encerrou a Verdade nos parágrafos que seguem. Trata-se de um jogo, nada mais. O mesmo jogo que motivou Schmitt e Graeber a utilizarem a ‘verdade’, em seus escritos, misturando-a a outras palavras, a fim de não ser questionado o absoluto contido em suas sentenças.

Ela se torna um adjetivo utilizado para distinguir determinado termo, afastando-o de tradições políticas divergentes. Daí a recorrência de expressões como ‘globalização verdadeira’, ‘revolução verdadeira’ ou ‘democracia verdadeira’. Numa alegoria, quando o conteúdo é separado da aparência, a verdade nasce da atribuição de sentido, vem do homem e morre com ele. Torna-se arbitrária e perde seu conteúdo transcendental, já não tendo qualquer relação com o absoluto platônico.

Esta pesquisa escolhe a segunda narrativa, a de Graeber, aquela que vê no agir político direto consumado no país a presença da ação direta anarquista. Na guerra simbólica pelo sentido verdadeiro, a carga conceitual deste autor, finalmente, vence os argumentos weimarianos de Schmitt. O que na prática significa escolhê-lo como a fonte máxima da qual será extraída uma interpretação para junho de 2013, seus conceitos serão associados ao sentido correto para os eventos e, por via de consequência, o pensamento de Schmitt será rechaçado como uma falsificação, como uma mentira que contribui para a legitimação de atrocidades históricas.

Algo que pode ter passado despercebido, no segundo capítulo, é a impossibilidade da coexistência de extremos: “quando é forte o apelo à nação, sufocam-se movimentos anarquistas”. Informação esta corroborada pelo prejuízo causado ao *Direct Action Network* (DAN) em função do 11 de setembro e da sua nova onda de xenofobia e nacionalismo, bem como pelo declínio do anarquismo após a criação da União Soviética. A ameaça de guerras, em ambos os casos, fortaleceu o Estado e o seu monopólio da

violência. A necessidade de escolher um destes extremos nasce deste testemunho histórico, forte o suficiente para que uma narrativa se torne excludente da outra, não há meio termo eficaz na descrição de situações excepcionais.

Mas por qual motivo Graeber foi o escolhido? Bom, à primeira vista, as justificativas de ordem moral prevalecem. Seria pavoroso associar a verdade, mesmo que num jogo, aos argumentos de um autor que mostrou adesão ao nazismo e que mesmo antes da ascensão de Hitler, já articulava com tanta facilidade palavras de exaltação à ditadura, à violência e à aniquilação do outro, em caso de conflito extremo. Um olhar mais atento, entretanto, revela que não há um vilão e um mocinho, ao contrário, existem surpreendentes semelhanças entre ambos.

A citar a crítica ao Estado de moldes liberais, seus conchavos, sua corrupção, suas obscuras decisões secretas e sua supervalorização dos interesses egoísticos. Por tudo isso, os dois ratificaram sua não representatividade, fazendo do apartidarismo uma postura declarada. Schmitt repete à exaustão que a publicidade e a discussão são princípios de fachada, Graeber, com a mesma intensidade, percebe a influência da economia na vida política e denuncia a mentira que permeia todo o Estado.

Schmitt critica o isolamento caracterizante das cabines de votação, Graeber debocha dizendo que a quantidade de eleitores necessários para mudar uma lâmpada é irrelevante, pois eleitores não conseguem mudar nada. Os dois defendem a atuação política no espaço público e acreditam na melhor eficácia de tal postura, por ser uma forma de expressão coletiva, ao invés de privada.

Aliás, relembro a epígrafe que inaugurou esta pesquisa: “A Constituição recebe legitimidade a partir de algo chamado “povo”. Mas como o “povo” concedeu essa legitimidade à Constituição?”. Originalmente, esta pergunta foi feita com o propósito de enfatizar a hipocrisia da ação policial que incide sobre uma revolta popular, sendo que a constatação de Graeber também poderia ter sido feita por Schmitt: “[...] a legitimidade de todo o sistema se assenta [...] também em atos de insurreição armada do passado.”<sup>110</sup> Assim, se as leis recebem legitimidade da Constituição e se esta encontra legitimidade no “povo”, a polícia não deveria usar a força contra quem lhe concedeu o direito de usar a força. A conclusão anarquista é a de que, num Estado democrático, o monopólio da força não faz sentido, já para Schmitt, a aclamação, enquanto fenômeno democrático originário, pode a qualquer tempo derrubar um governo. Os fins são distintos, mas a percepção de que

---

<sup>110</sup> GRAEBER, David. **Um projeto de democracia**: uma história, uma crise, um movimento. Tradução de Ana Beatriz Teixeira. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 233.

a revolta popular não pode ser abatida pelo Estado é um fator comum. A constituição política do povo antecipa sua constituição jurídica, logo, sua atuação não pode ser constrangida pelo poder público, ambos os autores, em determinadas condições, assentem com este argumento.

O que fica ainda mais claro na seguinte passagem: “se admitirmos que o ‘povo’ tem o direito de resistir à autoridade injusta [...] como podemos distinguir, em qualquer circunstância, o ‘povo’ de uma simples multidão violenta?”<sup>111</sup> A ação direta anarquista e o agir direto schmittiano podem efetivamente confrontar uma autoridade juridicamente constituída, pois o fator que os legitima veio antes de qualquer norma. No primeiro caso, trata-se de uma autonomia moral que nasce com o indivíduo, no segundo, tem a ver com uma vontade nacional e uma amizade pública que por serem políticas estão na origem.

Atuar perante o Governo, desafiando-o, confrontando-o, até a fundação de uma nova ordem, está na essência destes dois autores, uma das diferenças seria a intenção final: recepcionar um novo líder, para renovar a representação, mantendo-se a ideia de Estado, ou prefigurar uma sociedade pautada na democracia direta.

Sintetizando, as aproximações referem-se à análise do quadro fático (contexto político estatal corrupto) e ao instrumento utilizado para afrontá-lo – o agir político direto. As distinções concernentes à violência já foram suficientemente abordadas, pelo contraste entre a posição schmittiana, inspirada em Georges Sorel, e a violência que chamamos de pura, junto com Benjamin. A distinção entre os dois conceitos de democracia também já foi revelada, sendo a primeira correspondente ao governo por aclamação e a segunda assumindo o sentido de democracia direta - o processo de consenso que elimina todas as esferas estatais de mediação.

Escolher David Graeber significa, então, aderir a não-violência e ao processo de consenso como perspectivas para a análise das jornadas, daí o destaque dado, no tópico precedente, à violência simbólica e à forma horizontal dos atos. Mas o fator principal que, na realidade, leva à percepção de que estas são as melhores perspectivas é a descoberta do sujeito que executa o agir direto. Ele será definido como o conceito-chave que desencadeia todas as demais distinções, dando liga ao raciocínio. Trata-se dos conceitos de povo (Schmitt) e de multidão (Graeber), elucidados a partir do empréstimo feito por esta pesquisa frente à obra *Multidão: guerra e democracia na era do Império* (2004), de Antonio Negri e Michael Hardt.

---

<sup>111</sup> GRAEBER, *Um projeto de democracia*: uma história, uma crise, um movimento, 2015, op. cit., p. 234.

Antes de elucidá-los, cabe a explicação do contexto que torna relevante sua análise: a guerra civil global. Literalmente, uma pluralidade de conflitos armados que ocorrem indistintamente em todo o globo, “alguns breves e limitados a um lugar específico, outros prolongados e expansivos”.<sup>112</sup> Correspondentes a uma guerra civil, por abrangerem combatentes soberanos e/ou não-soberanos dentro de um mesmo território soberano. A diferença frente ao posicionamento de Schmitt está no abandono do espaço nacional, em prol do global, ou seja, a perspectiva que incide sobre uma guerra local não a define como um fenômeno isolado, mas interconectado a outras zonas de guerras já em andamento ou latentes.

Estes autores nos ajudam a interpretar o número de homicídios que ocorrem em solo pátrio como algo que também decorre deste contexto bélico, no qual a violência letal está sempre presente, ainda que somente como ameaça. Trata-se de uma leitura que lembra muito a de Schmitt (weimariana), mas seu sentido é totalmente novo, já que considera o declínio da soberania do Estado-nação.<sup>113</sup> Ambas usam o conceito de exceção, mas de forma distinta, sendo que a de Negri e Hardt está essencialmente conectada a de Walter Benjamin: “O estado de exceção tornou-se permanente e generalizado; a exceção transformou-se em regra, permeando tanto as relações internacionais quanto o espaço interno”.<sup>114</sup> O principal efeito deste estado, no qual convivemos com uma guerra interminável, é a progressiva indistinção entre a guerra e a política, noutras palavras: “a guerra vai se transformando no princípio básico de organização da sociedade, reduzindo a política apenas a um de seus recursos ou manifestações”.<sup>115</sup>

O que significa dizer que a solução schmittiana consistente num soberano megalomaniaco que identifica a crise, suspende a norma, até enfim declarar a normalidade, já não faz sentido. Vencer uma crise pontual não adianta quando ela tem relação com outros conflitos incomensuráveis. Além disso, um papel chave foi concedido aos Estados Unidos: como este país se apresenta na qualidade de líder global, promotor da democracia e dos direitos humanos, ele age como se fosse a exceção diante da lei. Ou seja, sua “nobre

---

<sup>112</sup> HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 21/22.

<sup>113</sup> Cf.: “[...] devemos enfatizar que não estamos sustentando aqui que nesse interregno os Estados-nação deixam de ser poderosos, e sim que seus poderes e funções estão sendo transformados num novo arcabouço global. [...] suas ações se orientam cada vez mais para a emergente estrutura do poder global, e não para os interesses nacionais.” Ibid., p. 213.

<sup>114</sup> Ibid., p. 26.

<sup>115</sup> Ibid., p. 33.

missão” o exime de obedecer regras e normas que sujeitam os outros, sua “bondade” o afasta das punições que devem incidir sobre os “maus”.

Este novo sentido de exceção somado à percepção de um quadro de guerra civil global serão os suportes teóricos para que consigamos compreender junho de 2013, para além das nossas fronteiras, encaixando-o num cenário muito mais amplo, no qual será afastada a perspectiva estatal. O posicionamento desta pesquisa, ao se aliar ao destes autores, vê na utilização schmittiana do conceito de povo – unidade suficientemente homogênea - algo que está em decadência conjuntamente à soberania do “Estado nação”, logo, não foi o “povo” que protagonizou junho, sua existência já não pode ser concebida, nem como ficção.

Para Negri e Hardt, na tradição dominante da filosofia política, o povo pode governar como poder soberano por ser uno, por sintetizar e reduzir as diferenças sociais numa identidade, acontece, porém, que esta idealização pautada na exclusão do diferente, não pode ser compreendida como um meio eficaz para qualquer ação política transformadora. Citando-os: “Em todos esses casos, associações cívicas, trabalho, família e pátria, o objetivo final é a reconstrução do corpo social unificado e portanto a recriação do povo”.<sup>116</sup> No entanto: “Os velhos corpos sociais que os sustinham já não se fazem presentes. Está faltando o povo”.<sup>117</sup>

Dáí o título da obra e a consequente defesa de um conceito oponente, o de multidão: plural e múltipla. Então: “a multidão é composta de um conjunto de singularidades – e com singularidades queremos nos referir aqui a um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à uniformidade, uma diferença que se mantém diferente.”<sup>118</sup> Em síntese, ao invés da unidade, a primazia é posta nas singularidades plurais.

Ter a multidão como sujeito social ativo das jornadas de junho significaria perceber sua constituição e ação como pautadas em singularidades que agem em comum e que apesar de sempre terem se mantido múltiplas e diferentes, foram capazes de se governar, sem a interferência de comandos verticais. Nestes autores, o desafio da multidão coincide com o desafio de ser o único sujeito capaz de realizar a democracia – governo de todos por todos, o que vem em auxílio da identificação feita no tópico precedente entre o agir direto junino e a política prefigurativa. Esta tarefa foi definida como desafiadora em

---

<sup>116</sup> HARDT; NEGRI, **Multidão**: guerra e democracia na era do Império, 2005, op. cit., p. 250.

<sup>117</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>118</sup> Ibid., p. 139.

virtude da condição global e permanente do estado de guerra, que tende a normalizar a suspensão da democracia.

A composição da multidão, em Negri e Hardt, segue principalmente a perspectiva socioeconômica, ou seja, “a multidão é o sujeito comum do trabalho”,<sup>119</sup> correspondendo, portanto, a um conceito de classe que atualiza a compreensão marxista do que é o proletariado, identificando-o com todos aqueles que trabalham e que produzem em submissão ao domínio do capital. São pessoas que apesar de possuírem tipos diferentes de trabalho, viverem de formas diferentes, em locais geográficos diferentes, possuem um projeto político comum (a realização da democracia) e agem em comum (por exemplo, no conflito direto com o poder), compartilhando esta condição primordial - a classe econômica, tornada assim um conceito político.

Se a classe é uma coletividade que luta conjuntamente, a multidão é constituída por todos aqueles que subjugados pelo capital, potencialmente, recusam o seu domínio. Este é o fator comum que torna relevante a expressão das diferenças sociais, sem jamais uniformizá-las: o múltiplo é um fator de combustão a ser incentivado.

“Comum” é a palavra chave para que compreendamos este conceito, sua base é a comunicação entre singularidades e sua manifestação ocorre por meio de processos sociais colaborativos de produção. Sendo assim, ao invés do interesse público, estes autores defendem o interesse comum, como algo que é gerido democraticamente pela multidão, eliminando-se tanto a burocracia quanto o controle do Estado. O que nos é relevante por estar vinculado à percepção da real democracia: “o comum assinala uma nova forma de soberania, uma soberania democrática [...] na qual as singularidades sociais controlam através de sua própria atividade biopolítica aqueles bens e serviços que permitem a reprodução da própria multidão”.<sup>120</sup>

A objeção mais evidente é a herança marxista destes autores, presente, por exemplo, em seu discurso tendente à reinvenção do conceito de luta de classes: “a função de uma teoria de classes é identificar as condições existentes de uma potencial luta coletiva e expressá-las como proposta política”.<sup>121</sup> Ainda assim, o conceito de multidão, contrastante com o de povo, tem importância para o anarquismo, por ser infinitamente próximo do seu projeto. Nunca foi a intenção de Graeber dar um nome para o sujeito da

---

<sup>119</sup> HARDT; NEGRI, **Multidão**: guerra e democracia na era do Império, 2005, op. cit., p. 141.

<sup>120</sup> Ibid., p. 268.

<sup>121</sup> Ibid., p. 144.

ação direta, em sua etnografia, seu propósito mais claro foi o de caracterizá-lo, isso não o impediu, entretanto, de expressamente citar a obra de Negri e Hardt:

Seria possível imaginar um tipo essencialmente diferente de sujeito revolucionário? [...] Nesta nova leitura [de Negri, entre outros autores], 'a multidão' se torna tudo aquilo que 'o povo' não é. Trata-se de uma rede aberta de singularidades, de uma inconstante mistura de afinidades, alianças, mas principalmente de formas de cooperação, que se unem devido à oposição comum ao Estado e ao capital. Na Europa, em particular, os ativistas consideraram bastante atraente esta definição. Ela é certamente muito mais favorável à filosofia tática da ação direta: por exemplo, em sua suposição de que estas forças populares nunca podem ser reduzidas a uma única perspectiva, a uma única lógica ou a uma única consciência.<sup>122</sup>

Esta inconstante mistura de formas de cooperação foi um dos fatores, elencados por Graeber, ao aproximar o conceito de multidão da filosofia tática da ação direta. Realmente, o entendimento de Negri e Hardt sobre esta multiplicidade de formas singulares é algo relacionável à noção ativista de cidadão global, em seu desejo pela verdadeira globalização, também por isso todos estes autores valorizarem o processo, os efeitos e os aprendizados advindos do Movimento de Justiça Global.

Um profundo desejo direcionado à realização da democracia real foi identificado por Negri e Hardt, nos modernos movimentos de libertação e nas lutas de resistência, a incluir os protestos e as manifestações pertencentes ao Movimento supracitado. Estes autores identificaram já no Exército Zapatista de Libertação Nacional a criação de organizações horizontais em rede, como modelo que substituiu as estruturas verticais e centralizadas, algo que também foi seguido por aquele Movimento, compreendido, finalmente, como o exemplo mais eficaz de organizações disseminadas em rede. De fato, na descrição feita por Graeber das manifestações de Seattle e de Quebec, nunca houve homogeneidade, o autor pontuou a presença simultânea de diferentes grupos, a citar, sindicalistas, marxistas, anarquistas, ambientalistas, entre outros que, na linguagem da *Multidão*, corresponderiam a coletivos que apesar de diferentes (e eventualmente contraditórios), foram capazes de agir em comum, sem que fossem subordinados ou padronizados por uma autoridade única.

<sup>122</sup> GRAEBER, **Direct Action: An Ethnography**, 2009, op. cit., p. 529/530. No original: Was it possible to imagine a fundamentally different sort of Revolutionary Subject? [...] In this new reading [de Negri, entre outros autores], "the Multitude" becomes. everything "the people" is not. It is an open-ended network of "singularities," .a shifting mix of affinities, alliances, and above all, forms of cooperation, united by their common opposition to state and capital. In Europe in particular, activists have found this a very appealing notion. It is certainly much more amenable to the tacit philosophy of direct action: for example, in its assumption that such popular forces can never be reduced to a single perspective, a single logic, a single consciousness. (tradução livre)

A multiplicidade de singularidades, presente no Movimento de Justiça Global, ilustra com perfeição o conceito defendido, no qual inexistente a pretensão de apagar as diferenças para fazer emergir o uno. A pluralidade não é um obstáculo, mas um acréscimo à força que nasce da união conjunta. O que nos traz a recordação do processo de consenso, no qual, para a resolução de um problema, as contribuições advindas de pessoas diferentes seriam preferíveis a discursos padronizados e idênticos. Volto a dizer: é o desejo direcionado à realização da democracia que aparece como a busca comum de todos estes movimentos globais.

Não foi o povo, enquanto bloco único, que protagonizou junho de 2013, esta afirmação impede qualquer contato com o conceito schmittiano de aclamação, afinal, toda a sequência desta teoria weimariana depende da identificação inicial do povo, sem tal unidade, não haveria identidade entre governantes e governados, não chegaria a se constituir o líder representante da nação e inexistiria justificativa democrática para o monopólio da violência legítima. Em síntese, sem tal concepção de povo, toda a teoria política weimariana de Carl Schmitt desaba e junto dela qualquer tentativa de associar junho a um gigante, a uma unidade orgânica de corpo único, como o Leviatã. Este é, enfim, o motivo principal para que descartemos a aclamação, na escolha da representação verdadeira.

A convivência de militantes partidários, *black blocs*, cidadãos independentes, apartidários, entre outros, numa luta comum, num espaço público comum, sem qualquer liderança oficial, fez de junho de 2013 o receptáculo perfeito para o conceito de multidão. Entre os dias seis e vinte, seria uma falsificação descartar as tantas diferenças que compuseram os protestos, logo, trata-se do mesmo sujeito caracterizante do Movimento de Justiça Global.

Identificado o sujeito verdadeiro, tudo o mais vem em sequência, a violência presente nos atos entraria na disputa entre as duas formas já retratadas nesta pesquisa e também propostas por Negri e Hardt: “a violência que preserva a hierarquia contemporânea da ordem global e a violência que ameaça esta ordem.”<sup>123</sup> A violência simbólica é enquadrada, por óbvio, nesta última hipótese, vindo também em contribuição à real democracia, aquela que foi identificada como sendo o desejo comum destes movimentos. Negri e Hardt a definiram como o governo de todos por todos, algo colocado

---

<sup>123</sup> HARDT; NEGRI, **Multidão**: guerra e democracia na era do Império, 2005, op. cit., p. 58.

entre a soberania e a anarquia, enquanto Graeber excluiu o termo governo, para falar abertamente em auto-organização, democracia direta e processo de consenso.

Da mesma maneira, esta real democracia deflagra a crise da falsa democracia, institucionalmente incorporada.<sup>124</sup> Mesmo nestes autores, portanto, é possível encontrar a disputa pela declaração política verdadeira, submetendo alguns conceitos à falsificação, a fim de exaltar outros. Para tanto, almejam a criação do conceito que a democracia pode ter num mundo globalizado, com formas e práticas diferentes das que foram empregadas na era moderna, quando ainda tinha força a soberania do Estado-nação. Por outro lado, desde o prefácio, Negri e Hardt nos alertaram que a obra seria um livro de filosofia, no qual a pergunta sobre o que fazer não seria respondida, tampouco seria dado um programa de ação concreta. Sendo assim, sua solução final é a mesma que a de Graeber: fazer da *imaginação* política um instrumento para o rompimento com o passado. Em suas palavras: “já não é suficiente usar modelos institucionais nacionais de democracia para nos defender da opressão e da tirania globais, de modo que teremos de inventar novos modelos e métodos”.<sup>125</sup>

Para nós, o interessante é que da constatação inicial do sujeito, a adesão aos demais sentidos, seja de violência, seja de democracia, vem no mesmo pacote, coincidindo, em muitos aspectos, com o posicionamento de Graeber, conforme foi revelado pelo próprio autor, no excerto citado. O novo conceito de democracia deverá, assim, partir da multidão, com todas suas características plurais e dinâmicas irredutíveis à unidade.

Uma observação, entretanto, deve ser feita: vivemos numa época posterior ao ataque das torres gêmeas. Logo, se o Movimento de Justiça Global foi uma herança cujo aprendizado possibilitou junho, seria um grande erro histórico colocar tudo numa mesma sequência. Depois do 11 de setembro, o nacionalismo e a xenofobia permitiram o reaparecimento do Estado forte, sufocando assim os movimentos de inspiração anarquista, a exemplo dos atos contra a globalização. O que também foi percebido por Negri e Hardt, ao constatarem que aquele ataque serviu ao mundo como um lembrete da necessidade de segurança, recriando o papel de um Estado poderoso, cujas forças militares se mostrem eficientes à proteção interna e ao serviço prestado para o funcionamento do mercado

---

<sup>124</sup> Cf.: “A crise da democracia hoje tem a ver não só com a corrupção e a insuficiência de suas instituições e práticas, mas também com o próprio conceito. Parte da crise está no fato de que não está claro o que significa democracia num mundo globalizado.” HARDT; NEGRI, **Multidão**: guerra e democracia na era do Império, 2005, op. cit., p. 294.

<sup>125</sup> Ibid., p. 390.

mundial. Para eles: “o capital eventualmente precisa convocar um exército para forçar a abertura de mercados recalcitrantes e estabilizar os existentes”.<sup>126</sup>

Assim, aquele Movimento estaria imerso no que os autores chamaram de um novo “ciclo internacional de lutas”, inaugurado em 1999, com os protestos de Seattle. Este conceito, essencial para esta pesquisa, fez do ciclo a melhor forma para expressar a mobilização do comum e sua comunicação através do globo. O “comum”, no caso, tem a ver tanto com o inimigo (o neoliberalismo) quanto com os métodos de combate, o modo de se viver e o desejo direcionado à criação de um mundo melhor. Uma luta, então, que se comunica com outras através do compartilhamento destes fatores e que apesar de possuir características locais e singulares está vinculada, na prática e no desejo, ao espaço global.

Quanto ao Movimento Antiglobalização, Seattle teria deflagrado não apenas tantas outras manifestações posteriores, ocorridas na América do Norte e na Europa, como também teria permitido o encontro do que os autores chamaram de “reais origens” do ciclo, quais sejam, protestos anteriores que se processaram no sul global contra o FMI, o Banco Mundial, entre outras instituições neoliberais. A consolidação deste ciclo teria acontecido justamente nos encontros anuais do Fórum Social Mundial, onde, vale lembrar, ocorreu a fundação do Movimento Passe Livre. A “falsa” globalização (neoliberal) foi o inimigo comum, as lutas horizontais e a ação direta foram os métodos comuns, tudo em prol da construção de uma sociedade livre dos efeitos destrutivos do neoliberalismo, a fim de realizar a “verdadeira” globalização: a livre circulação de pessoas e ideias.

Para Graeber, no entanto, o que Negri e Hardt chamaram de “novo ciclo internacional de lutas” foi drasticamente enfraquecido justamente pelo 11 de setembro, daí a já citada impossibilidade de inserimos junho de 2013 neste mesmo contexto.<sup>127</sup> Mas o fato é que nossa obra de referência, *Multidão*, foi publicada originalmente em 2004, logo, ela não teve tempo de assistir à nova reviravolta histórica proporcionada pela grande crise econômica de 2008, a qual, ao ver desta pesquisa, instituiu outro ciclo de lutas globais, no interior do qual junho pode ser colocado.

Algo notável neste conceito é a ausência de uniformização, de modo que não são protestos idênticos ou necessariamente simultâneos a percorrem diversos espaços do

<sup>126</sup> HARDT; NEGRI, *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, 2005, op. cit., p. 230.

<sup>127</sup> Negri e Hardt ratificam o posicionamento de Graeber: “Depois do 11 de setembro de 2001 e da subsequente guerra contra o terrorismo, todos os protestos contra o sistema global foram temporariamente suplantados pelo estado de guerra global. Em primeiro lugar, em muitos países tornou-se quase impossível protestar porque a presença policial nas manifestações tornou-se muito maior e mais brutal, em nome do antiterrorismo. Em segundo lugar, frente ao sofrimento da guerra, as diferentes queixas pareciam recuar para o pano de fundo, perdendo seu caráter de urgência.” Ibid., p. 359.

globo. O formato é o de uma rede disseminada, na qual cada luta se comunica com outras, sem que para tanto exista um centro de inteligência ou de controle. Por se processarem em um território soberano, o mais comum é que elas tragam elementos específicos de seus contextos nacionais, simultaneamente, esses elementos nunca são assim tão exclusivos, havendo outras pessoas, em outros países, que sofrem e lutam contra o que os autores chamaram de “exploração e hierarquia do sistema global”. Para eles: “cada luta mantém-se singular e vinculada a suas condições locais, mas ao mesmo tempo está mergulhada na rede comum”.<sup>128</sup>

Quanto ao projeto de realização da democracia “real”, Negri e Hardt percebem estas lutas de uma forma coincidente com a de Graeber, ou seja, são protestos, mas também são movimentos positivos e criativos. Na linguagem anarquista, são ações que prefiguram a sociedade verdadeiramente livre que se deseja criar, algo próximo do sentido encontrado nesta obra: “a criação da democracia é a única maneira de consolidar o poder da multidão”.<sup>129</sup> Não é anarquista a proposta de Negri e Hardt, mas assemelha-se muito a ela, dada a defesa de que a multidão é capaz de tomar decisões e de agir em comum (governando-se a si mesma), de modo que a democracia não seja algo feito ou imposto verticalmente.<sup>130</sup>

É importante enfatizar que o conceito de multidão – múltiplas singularidades que agem em comum – ilustra perfeitamente o sujeito que atua nestes ciclos, uma vez que a pluralidade emergente em cada protesto, ao se comunicar com outras, não apaga ou reduz suas características singulares, ao contrário, sua expressão necessariamente será livre e horizontal. Uma luta pode se tornar inspiração e referência para ativistas de outros países, desencadeando assim novos confrontos que funcionam em rede.

Daí a verossimilhança em chamar junho de 2013 de primavera brasileira, a comparação com a primavera árabe mostra que ao invés de nacionalistas, as manifestações extrapolaram os limites das nossas fronteiras, evocando lutas ocorridas em outros territórios soberanos, como a Turquia, o Egito, os Estados Unidos da América, a Grécia, a Espanha e a Alemanha, após a crise de 2008. Em todos estes casos, a multidão esteve presente: pessoas de diferentes culturas, raças, etnias, gêneros, orientações sexuais, formas

---

<sup>128</sup> HARDT; NEGRI, **Multidão**: guerra e democracia na era do Império, 2005, op. cit., p. 281.

<sup>129</sup> Ibid., p. 283.

<sup>130</sup> Para estes autores: “o que a multidão produz não são apenas bens ou serviços; a multidão produz também e sobretudo cooperação, comunicação, formas de vida e relações sociais. A produção econômica da multidão, em outras palavras, é não só um modelo de tomada de decisão política, mas também tende ela mesma a tornar-se uma tomada de decisão política.” Ibid., p. 424.

de trabalho, modos de vida, visões de mundo e diferentes desejos. Não houve padronização, as diferenças nunca foram planificadas, em todos estes atos, as singularidades conseguiram agir em comum, mesmo sendo internamente diferentes.

Foram lutas portadoras de uma infinidade de motivos especificamente nacionais, mas passíveis de serem inseridas numa rede comum, devido ao compartilhamento de fatores semelhantes aos elencados por Negri e Hardt (o inimigo, o método e a crença num mundo melhor). A primavera árabe, por exemplo, começou em 2010, na Tunísia, e abrangeu diversos países como o Egito, Bahrein, Iêmin e Líbia. Ela foi constituída por protestos que apesar de se processarem num contexto absolutamente diverso do brasileiro, sobretudo, nos aspectos linguísticos e religiosos, mostraram traços equivalentes: crises que podem ser chamadas de político-institucionais e econômicas. Nelas, podemos encontrar os paralelos possíveis, afinal foram enfrentadas por milhares de pessoas que interiorizando a palavra “resistência”, se opuseram ao poder constituído, a fim de construir o novo. No Egito, em 2011, os protestos ganharam força e foram amplamente divulgados nas redes sociais, especificamente, a Praça Tahrir ficou famosa por ter sido palco de uma onda de manifestações bem sucedidas que resultaram na queda de Hosni Mubarak, um presidente opressor que concentrou o poder por trinta anos.

Em virtude das restrições estruturais desta pesquisa, nos limitaremos às características superficiais destes protestos, no objetivo de delinear o que está sendo proposto como um novo ciclo internacional de lutas. Com este esclarecimento, acrescento que dele também fez parte a Grécia, em razão de uma série de manifestações ocorridas, entre 2010 e 2012, quando o país atravessava uma grande crise institucional e econômica. Milhares se levantaram contra as políticas neoliberais de austeridade que foram adotadas pelo poder, em prejuízo da sociedade e fizeram das ruas um espaço de insurgência contra os interesses do capital internacional que estavam sendo defendidos pelo governo.

Na Alemanha, o *Occupy* começou a se desenvolver no final de 2011, em Frankfurt, na Praça Willy-Brandt, em local próximo a importantes bancos, a citar o Banco Central Europeu. Maria da Glória Gohn, pesquisadora brasileira, visitou esta ocupação e constatou a solidariedade entre os ativistas que se opuseram a estes símbolos do poder financeiro. Ao contrário da maior parte do mundo, na Alemanha a ocupação recebeu

amparo legal, muito embora tenha sido esvaziada pela própria polícia, após dez meses, supostamente em razão de problemas sanitários e de saúde pública.<sup>131</sup>

O mesmo na Espanha, em 2011/2012, quando manifestações espalharam-se em diversas cidades e ficaram internacionalmente conhecidas como Movimento dos Indignados ou 15M (por ter se iniciado no dia 15 de maio). O protesto se opôs à corrupção e aos conchavos do sistema político, *lato senso*, foi uma forma de insurgência contra as instituições oficiais e sua não representatividade. A crise econômica também foi um fator decisivo, devido ao número progressivo de desempregados e de famintos, enquanto o governo, adotando políticas de austeridade, desviava recursos para salvar os bancos.

Na Turquia, os protestos ocorreram em 2013, na Praça Taksim, inicialmente por causas ambientais, em defesa do Parque Gezi, contra a intenção governamental de destruí-lo. Embora o enfoque neste parque, os protestos foram sendo engrossados por milhares de pessoas que se opuseram a tantas outras decisões arbitrárias do governo, concernentes à sua corrupção, além de sua postura econômica, sendo, portanto, a expressão de um desejo mais abrangente que foi capaz de mobilizar setores diferentes da população, numa mesma luta.

Uma análise mais demorada recairá sobre o *Occupy Wall Street*, iniciado em setembro de 2011, no Parque Zuccotti, no sul de Manhattan, seja pelos incontáveis paralelos com junho de 2013, seja pelo protagonismo assumido por David Graeber, em sua articulação. Agora se torna mais compreensível o porquê de enfatizarmos os 99%, no capítulo segundo. Eles expressam a multidão, são sinônimos do encontro das múltiplas singularidades contra o poder econômico e estatal, tal como consta na seguinte passagem escrita por Graeber, através de palavras que inspiraram o slogan mais famoso do movimento, “**somos os 99%**”:

Os dois partidos governam em nome de um por cento dos americanos, que receberam praticamente todos os rendimentos do crescimento econômico, são as únicas pessoas que se recuperaram completamente da recessão de 2008 e controlam o sistema político e quase toda a riqueza financeira. **Então, se ambos os partidos representam o um por cento, nós representamos os 99 por cento** cujas vidas ficam essencialmente fora dessa equação.<sup>132</sup>

<sup>131</sup> Cf. GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 112/114.

<sup>132</sup> GRAEBER, **Um projeto de democracia**: uma história, uma crise, um movimento, 2015, op. cit., p. 58. (grifo nosso).

A progressiva indistinção entre o poder financeiro e o poder do Estado levou à desconsideração dos partidos políticos estadunidenses, os autodenominados 99% perceberam que o jogo governamental havia se reduzido a uma escolha entre qual dos dois grandes partidos (republicanos ou democratas) iria fazer os cortes na aposentadoria, nos programas de saúdes, entre outros, pois quaisquer que fossem suas “ideologias”, eles estavam a serviço do grande capital. Os desastrosos efeitos da crise de 2008 sobre a população levaram ao rompimento desta com o governo, daí a emergência do *Occupy Wall Street*, como ato revolucionário no coração do poder financeiro americano, o cinismo governamental na proteção do interesse das grandes empresas e dos bancos foi tão grande que deixou de haver qualquer relação possível entre o governo e a vontade popular.

É como se existissem duas esferas inconciliáveis, uma delas ocupada por políticos que ao ascenderem ao poder (ou mesmo antes disso) adquirem uma imensa quantidade de dinheiro, servindo então aos interesses do “1%”, que é quem efetivamente garante a manutenção do poder estatal. Daí o ciclo vicioso de gerarem mais riqueza ao 1%, a fim de também se tornarem mais ricos. Na outra esfera, está a sociedade, refém deste jogo e progressivamente mais pobre, seu poder decisório é reduzido às eleições, quando só pode escolher entre cartas previamente marcadas. A crise de representatividade da democracia de moldes liberais e a crise econômica sintetizam o porquê do *Occupy*. “Se Wall Street representava o um por cento, então nós éramos todos os demais”.<sup>133</sup>

Ao escrever sobre sua participação no *Occupy*, em um livro inteiramente dedicado ao tema, *The Democracy Project: a history, a crisis, a movement* (2013), Graeber pontuou a influência da primavera árabe e inseriu a luta americana num contexto internacional expansivo, cuja eclosão dependeu de uma pluralidade de sincronismos históricos, capazes de desencadear fenômenos de dimensões imprevisíveis. A inspiração também veio de Atenas, Barcelona e Madri, locais onde milhares de pessoas, a maior parte sem preparo, já estavam ocupando espaços públicos, em oposição à classe política dos seus países. Em suas palavras: “O *Occupy* é [...] a manifestação americana de uma rebelião democrática que começou na Tunísia, em janeiro de 2011, e no final daquele mesmo ano ameaçava desafiar estruturas de poder em todo o mundo”.<sup>134</sup>

Foi assim que no dia 17 de setembro, data previamente escolhida pela revista radical *Adbusters*, nasceu um movimento de características horizontais, no qual foram feitas assembleias para que as decisões políticas fossem tomadas, com base no processo de

<sup>133</sup> GRAEBER, **Um projeto de democracia**: uma história, uma crise, um movimento, 2015, op. cit., p. 58.

<sup>134</sup> *Ibid.*, p. 137.

consenso, sem a mediação de qualquer partido político. Assim como as jornadas de junho de 2013, o *Occupy* começou com cerca de duas mil pessoas, reunidas no Parque Zuccotti, inicialmente desordenadas, até que empreenderam a técnica do microfone humano (quando os próprios envolvidos paulatinamente repetem as frases do interlocutor principal, em substituição aos carros de som com megafones, para que todos tomem ciência do debate), amplamente utilizada no Movimento de Justiça Global e igualmente conhecida e praticada pelo Movimento Passe Livre. Um dos primeiros consensos foi o de ocupar o parque, depois dele, o movimento cresceu de forma meteórica, sendo que em poucas semanas, já havia se espalhado por cerca de oitocentas cidades.

Questionando-se sobre o porquê deste sucesso, Graeber pontuou a presença da mídia corporativa na divulgação do ato, parcialmente devido ao amplo compartilhamento de vídeos (na internet), com flagrantes cenas de violência policial, mas essencialmente em razão do contexto internacional, tendente à valorização destes protestos. Assim como em junho, as redes sociais e a mídia tiveram um papel relevante ao crescimento da ocupação, sem elas talvez todo o processo esmorecesse logo no início, quando foi decidida a adoção da tática gandhiana de desobediência civil, afinal, já vimos que sem a comoção do público externo, ela perde a eficácia.

Com tal divulgação, veio o apoio de sindicatos, o que também possibilitou a multiplicação dos comícios. A opinião pública favorável, assim como em junho, foi importante para que as narrativas benéficas ao *Occupy* ganhassem força. Graeber viu nisso uma confirmação para uma de suas teses: a verdadeira democracia é contagiosa. De qualquer maneira, por mais que nosso autor tenha reconhecido o papel da grande mídia para a expansão do *Occupy*, ele não o definiu como a causa principal, isso porque o movimento já tinha se espalhado antes da massiva cobertura jornalística. Situação semelhante processou-se no Brasil, uma vez que mesmo antes da noite do dia 13, quando as narrativas dos grandes jornais ainda eram contrárias, a opinião pública já se mostrava favorável (segundo a pesquisa Datafolha anteriormente exposta), de forma que os atos nunca deixaram de crescer em cidades-sede e em número de participantes.

A imensa quantidade de jovens desempregados e endividados (devido ao financiamento estudantil) foi o principal fator a impulsionar o *Occupy*. Pessoas com um alto grau de escolaridade, que, depois de terminarem os estudos, não conseguiram a inserção no mercado de trabalho ou ao menos não com dignidade. Por mais que a Ocupação tenha sido constituída por um quadro diversificado que incluiu a classe

trabalhadora, estes jovens tiveram um papel primordial em sua expansão. Para David, especialistas em contrainsurgência sempre souberam que: “o prenúncio mais provável de efervescência revolucionária em qualquer país é o crescimento da população universitária desempregada e empobrecida”.<sup>135</sup> Daí a lembrança inevitável dos 78% possuidores de curso superior completo presentes na Av. Paulista, no dia 20 de junho. Trata-se da mesma realidade, jovens com acesso à informação e à crítica, que lutam contra um sistema opressor. Lembrando também da informação lançada por Ruy Braga e Ricardo Antunes, segundo a qual, de 2003 a 2013, 94% dos empregos criados, no mercado formal brasileiro, remuneraram até um salário mínimo e meio, sendo que 60% destas vagas foram ocupadas por jovens entre 18 e 28 anos, concluiremos que houve paridade quanto ao perfil preponderante no *Occupy* e em junho de 2013.

Ao invés de classificar a corrupção como uma demanda conservadora, Graeber a percebeu como uma forma de mostrar rejeição às soluções propostas pela ordem política, de modo que a verdadeira ambição do *Occupy* teria sido a de reinventar a democracia americana. Neste sentido, o simbolismo de Wall Street decorreria da indistinção entres os interesses financeiros e os governamentais, dado o senso comum de que o suborno é o princípio organizador da vida política.

O tom anarquista identificado por nosso autor, em tal rejeição, está intimamente vinculado à inexistência de uma demanda única, isso porque quando não há uma lista de exigências práticas, o governo não consegue sufocar o movimento mediante concessões ou promessas. Além disso, a forma pautada na horizontalidade, na ausência de líderes e na tomada de decisão igualitária fez da Ocupação uma política prefigurativa que desejava estender-se por toda a sociedade, tal como foi descrito para o contexto brasileiro.

Negri e Hardt também identificaram o papel político da demanda, afirmando que em todo movimento de protesto em massa, emerge a pergunta: “o que vocês querem?”. Esta pergunta pode esconder o intuito de deslegitimar causas irredutíveis a uma série de propostas concretas, também por isso ter sido considerada por estes autores uma armadilha.<sup>136</sup> O desejo por transformações radicais da sociedade e de estruturas do poder nunca caberá numa folha de papel, ainda que, eventualmente, possam ser estabelecidos pontos, o movimento em si não se limitará a eles. Este raciocínio tem a ver com a imaginação, enquanto instrumento político, e a perpétua construção do novo, sem a possibilidade de fórmulas ou manuais sobre o agir revolucionário.

---

<sup>135</sup> GRAEBER, **Um projeto de democracia**: uma história, uma crise, um movimento, 2015, op. cit., p. 85.

<sup>136</sup> Cf. HARDT; NEGRI, **Multidão**: guerra e democracia na era do Império, 2005, op. cit., p. 366.

A Ocupação durou cerca de dois meses, tendo sido desmantelada pela ação policial, supostamente em virtude de violências sexuais, presença de criminosos, vandalismo, imundície, entre outros. Estas acusações derivaram na associação do movimento a um cenário de caos generalizado, conseqüentemente, a expulsão dos ativistas do Parque Zuccotti passou a ser defendida pela mídia corporativa. Sublinho, com isso, a utilidade midiática em distinguir os manifestantes entre pacíficos e baderneiros, pois a presença de grupos que proporcionem medo, em qualquer país, justifica a violência policial e a necessidade de um Estado forte.

De qualquer forma, o *Occupy* não morreu em novembro de 2011, foi um movimento vitorioso na medida em que conseguiu identificar o problema: “um sistema de poder de classe que fundiu governo e finanças em uma coisa só”.<sup>137</sup> E propor uma solução: “a criação de uma cultura genuinamente democrática”.<sup>138</sup> Tornando-se por isso inspiração para ativistas no mundo todo, frutificando seus aprendizados em movimentos horizontais, a exemplo das jornadas de junho de 2013, quando a sociedade brasileira também conseguiu enfrentar o Estado, suas más decisões, sua corrupção e seus gastos excessivos com megaeventos.

Escolhida a narrativa verdadeira, repito a afirmação de Paulo Arantes: “não é lenga-lenga piedosa a convicção difundida de que depois de Junho o país nunca mais voltará a ser o mesmo”.<sup>139</sup> Faço sua paráfrase a fim de abranger todo o globo: depois da Primavera Árabe, do Movimento dos Indignados e do *Occupy*, o mundo nunca mais voltará a ser o mesmo. O politicamente possível foi ampliado conjuntamente aos limites da imaginação coletiva, logo, no sentido anarquista fundamentado no segundo capítulo, a era das revoluções ainda não terminou, elas permanecem como fenômenos planetários que transformam nossos pressupostos sobre a política, tornando realidade aquilo que o poder nos havia ensinado a perceber como ilusão.

O que acontecerá depois deste ciclo internacional de lutas não é possível definir, de qualquer modo, a escolha desta narrativa implica no reconhecimento de que a ação profética não espera pelo futuro, ela é uma prática contemporânea que se constrói prefigurando o amanhã, de modo que as duas temporalidades se tornem coincidentes. Após a queda do correspondente brasileiro da Bastilha, os vinte centavos, a população nunca

---

<sup>137</sup> GRAEBER, *Um projeto de democracia: uma história, uma crise, um movimento*, 2015, op. cit., p. 154.

<sup>138</sup> *Ibid.*, loc. cit.

<sup>139</sup> ARANTES, *O novo tempo do mundo*, 2014, op. cit., p. 546.

mais saiu das ruas, nós nos transformamos, ou seja: “o país nunca mais será o mesmo”, porque nós também já não somos.

O descontentamento que se manifestou em centenas de demandas diferentes permanece difuso, o desfecho de toda esta situação ainda não foi declarado. A diferença vital é que agora finalmente compreendemos que a união coletiva, não mais do povo, mas da multidão, tem poder duradouro e ilimitado, capaz de realizar conquistas, como a da revogação do reajuste, ameaçando com isso não apenas o Estado, mas toda a ordem global. A multidão é o sujeito do agir direto deste ciclo internacional de lutas, apenas ela, portanto, é capaz de desencadear todo o quadro lançado nesta pesquisa a respeito do vínculo entre ação direta, não-violência e democracia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As considerações finais desta pesquisa foram escritas em 2016, no mês de novembro. Os mais de três anos que nos afastam dos acontecimentos de junho de 2013, trouxeram consigo significativas mudanças. A de maior relevância foi o impedimento da então presidente Dilma Rousseff, em agosto deste ano. Antes das jornadas, em março de 2013, 89% dos brasileiros, segundo o Ibope, aprovavam sua maneira de governar. Durante as jornadas, além da pluralidade de cartazes “Fora, Dilma”, uma petição *online* circulou com quase dois milhões de assinaturas que clamavam por seu *impeachment*. Depois das jornadas, milhões de eleitores insatisfeitos com sua reeleição marcaram presença nas ruas e nos painéis.

Na cidade de São Paulo, a queda dos vinte centavos foi revertida e a passagem do ônibus/metrô/CPTM já atinge o montante de R\$3,80. O prefeito Fernando Haddad não conseguiu se reeleger, e, nas últimas eleições, o Partido dos Trabalhadores sofreu grandes derrotas, nas principais cidades do país, à exceção da Prefeitura de Rio Branco.

Michel Temer, o vice que se tornou presidente da República, está atualmente defendendo seu plano de salvação da pátria, a Proposta de Emenda Constitucional 55, já aprovada na Câmara dos Deputados e, em primeiro turno, no Senado Federal. Algo que pode ser interpretado como a atualização da teoria política de Carl Schmitt: a exceção declarada pelo soberano já não depende da suspensão de leis constitucionais, aos interesses do poder, pode ser suficiente a criação de emendas. Por limitar os gastos públicos nos próximos vinte anos, esta PEC é o avesso absoluto das demandas de junho de 2013, a respeito do “padrão FIFA” que deveria ser caracterizante da educação e da saúde. Ainda existe corrupção, o transporte público está mais caro, os serviços públicos continuam precários e os gastos para a realização dos megaeventos foram feitos, deixando, por exemplo, o Rio de Janeiro em estado de calamidade pública. Em suma, as principais demandas das jornadas estão pendentes de solução.

A escrita do último capítulo não foi feita em um momento histórico de euforia, o contrário disso é mais preciso, mesmo assim David Graeber foi o escolhido, entre outros motivos, graças à sua tese, segundo a qual, haja o que houver, o otimismo é um dever moral. De qualquer sorte, há quem diga que não é necessário o esforço de uma pesquisa, para afirmar a catástrofe, bastaria cruzar os braços, aguardando-a, com um estoque suficiente de alimentos. O pessimismo paralisa e retira do futuro qualquer possibilidade de transformação.

Em 2016, a crise de representatividade deflagrada em junho de 2013 agravou-se enormemente. Nas últimas eleições, para a escolha de prefeito, abstenções, nulos e brancos superaram o primeiro ou o segundo lugar, em 22 capitais brasileiras. Em São Paulo, por exemplo, os votos válidos de João Doria (PSDB) ficaram em segundo lugar, quando comparados aos 3.096.304 vencedores, correspondentes às pessoas que faltaram, anularam ou que votaram em branco.

Esta crise de representatividade equivale à afirmação da crise do Estado de molde parlamentar e liberal, além da crise da mídia corporativa, em seus lugares, o agir direto e as narrativas construídas nas redes e mídias sociais. A primeira é o que justifica a presença de Carl Schmitt nesta pesquisa, a segunda, historicamente recente, revela a impossibilidade de que os “teóricos da unidade” expliquem e solucionem a contemporânea falta de representação política. As vozes que saltam das ruas e da internet são múltiplas, horizontais e desprovidas de liderança.

Luís Inácio Lula da Silva, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, incorporou muitos movimentos sociais ao seu governo, também marcado pela fusão dos sindicatos ao Estado. Sua sabedoria política, porém, não soube reagir a junho e se mostrou datada quando enfatizou a necessidade de negociar, de encontrar soluções por meio do diálogo entre os políticos e os expoentes dos protestos. Os movimentos horizontais que se tornaram recorrentes após junho, marcam o fim da era das negociações, até porque outra consequência da ausência de líderes é a pluralidade de demandas e a iliquidez dos pedidos.

O agir político direto, sem mediação, presenciado no país e em diversas outras partes do mundo, atravessa as fronteiras de um Estado e se reproduz virtualmente. Para se comunicar com ele, uma das alternativas seria a utilização desta mesma linguagem, daí um dos erros apontados, ilustrativamente, por Marcelo S. Tognozzi, ter sido o afastamento de Dilma Rousseff das redes sociais, segundo este autor, tão logo eleita, em 2010, a ex-presidente desconectou-se do *Twitter*, vindo a reativar sua conta após as manifestações de junho.<sup>1</sup>

A despeito do que os idealizadores do *Black Mirror* possam relatar sobre o papel devastador da tecnologia em nossas vidas, é indiscutível a importância que as redes e as mídias sociais tiveram para a expansão não apenas de junho, como também do *Occupy*, do Movimento dos Indignados, além da Primavera Árabe. Neste sentido, a compreensão de

---

<sup>1</sup> TOGNOZZI, Marcelo S. A força das redes sociais. In: FIGUEIREDO, Rubens. (Org.). **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014. p. 83.

um movimento que recusa ser apropriado por legendas partidárias passa pela horizontalidade preexistente, por exemplo, no *Facebook*, onde há uma profusão de comentários políticos vindo de anônimos que podem se tornar famosos, caso seus “*posts*” sejam visualizados por milhares ou, no termo em voga, sejam “viralizados”.

Se a crise de representatividade não é um problema local, mas presente em tantos outros países democráticos, o fenômeno da internet é o que impede qualquer comparação com o cenário europeu fascista das décadas de 20 e 30. A queda da soberania do Estado-nação seguida pelo universalismo *online* são fatos que impedem uma repetição histórica desprovida de atualização. Está faltando o povo, como bem afirmaram Negri e Hardt, a ficção da unidade não consegue mais justificar um modelo de governo que teria nascido para representá-la. Tampouco a grande mídia pode ser considerada a expressão da opinião pública, fiscalizadora e imparcial. Novos tempos exigem novos conceitos, tal como o de multidão, emprestado daqueles autores. Ela está no epicentro do agir direto e suas múltiplas singularidades denunciam o esgotamento das instituições tradicionais do Estado, como é o caso dos partidos políticos. O que pode ser ainda mais verdadeiro, no Brasil, face ao que Marcos Nobre corretamente chamou de pemedebismo.

Mas a multidão que ocupa as ruas não está interessada em “mais Estado”, muito embora suas expressivas críticas aos serviços públicos, ela quer mais democracia, maior participação e, a exemplo da reivindicação do Passe Livre, quer a verdadeira gestão popular dos transportes. Os vândalos e baderneiros ainda menos querem este “mais Estado”, sendo eles a face mais expressiva da crise de representatividade presente em uma sociedade que não acredita mais nas promessas dos políticos.

Durantes as jornadas, centenas foram detidos, pessoas de rostos encobertos, na contramão de um tempo tão narcisista, fizeram com que o país finalmente conhecesse e desse nome à tática *black bloc*. A violência que denuncia a violência, o espetáculo que combate o espetáculo. A violência que, na realidade, não é violência por não atingir seres vivos, mas símbolos de um poder que traz danos e mata diariamente, sobretudo, os mais pobres. Este é o argumento central desta tática: violento é o Estado. Diante do número de pessoas concordantes com esta tese, outra consequência da falta de unidade, da falta do “povo”, é a dificuldade de justificar aos olhos da multidão o monopólio da violência legítima. No agir direto consumado por pessoas diferentes e múltiplas, nasce uma contestação que não necessariamente é convertida em atos de força, o comum é o desafio, a postura de confronto, por meio da qual um descontentamento é emanado diretamente.

A utilização do termo “agir direto” expressa a capacidade da população de atuar sem a mediação de políticos, burocratas, sindicatos ou movimentos estudantis. Ele é um gênero do qual uma das espécies é a ação direta anarquista: uma forma que prefigura a sociedade verdadeiramente livre que se deseja criar. Outra espécie é a aclamação, quando se defende um líder que consiga representar a capacidade do povo de agir diretamente. Em junho, portanto, o agir direto conteve episódios de ação direta anarquista, seja em razão da desobediência civil, da tática *black bloc* ou das marchas de protesto. Mas não existiu a aclamação, porque, torno a repetir, este conceito depende do reconhecimento inicial de um povo suficientemente homogêneo, capaz de gritar “a uma só voz”, fato inexistente em junho e incompatível com o sujeito que o praticou.

A política prefigurativa identificada na horizontalidade do movimento, na deliberação direta do Passe Livre e na ausência de líderes define o desejo da multidão. Afinal, se é senso comum que a democracia representativa está em crise, não se trata de esperar a invenção de algo que lhe supere, mas de praticar diariamente a mudança que se queira realizar, acreditando piamente na possibilidade de um outro mundo. Há dois ensinamentos anarquistas que se destacam: 1) a experiência de ser livre é transformadora e contagiante. 2) uma vez ampliado o horizonte político, a mudança é permanente. Junho ensinou à multidão sobre sua capacidade de atuar perante o Estado, conquistando seus objetivos, sem que precise ser guiada ou orientada por alguém.

Os reajustes foram cancelados em inúmeras cidades, a citar, São Paulo, a capital onde tudo começou. Neste sentido, foi por vinte centavos. Nem tanto em razão do valor real destas moedas, mas, sobretudo, pelo papel simbólico que elas assumiram, transformando-se no marco de uma queda imposta pela população civil aos interesses estatais e econômicos. Não faltaram razões para que junho acontecesse, por isso é absurdo concebê-lo como um raio em céu azul, reduzindo as demandas a um rol taxativo ou, o que é pior, submetê-lo à lógica petista de que foi um movimento composto por pessoas que “queriam mais”. Por ser este o caso, foi sim contra tudo, afinal, foi revolucionário, no exato sentido apropriado por Graeber e exposto nesta pesquisa. O sucesso das manifestações de junho foi um aprendizado definitivo, e, muito provavelmente, seu fruto mais amadurecido encontra-se nos estudantes que estão ocupando escolas, em todo o país.

Não há uma solução final para a crise da democracia, há um processo constante de invenções, no qual a imaginação é instrumentalizada, a partir do esforço coletivo. Este foi outro ensinamento de Graeber, exposto nesta pesquisa, por meio da influência de

Castoriadis. O que é necessário pontuar é a descrença em planos estratégicos definitivos, deixemos a proposta de uma “solução final” a teóricos como Carl Schmitt. No cenário político concreto, defendido pelo anarquismo, a melhor opção é a de que façamos a grande aposta. O que vai ser do amanhã? Não se sabe, mas compensa “pagar” para ver. Compensa o esforço de recriar cotidianamente as melhores soluções, as melhores saídas, oferecendo a todos a chance de descobrirem como seriam possibilidades políticas alternativas. Tal como aconteceu durante o *Occupy Wall Street*.

No final de junho de 2013, a Pesquisa Ibope indicou que 89% dos brasileiros apoiavam as manifestações. Este é um excelente exemplo de uma aposta que deu certo. Cinquenta membros do Movimento Passe Livre, movidos pelo sonho de um transporte verdadeiramente público e de qualidade, apostaram em atos de rebeldia, acreditaram que conseguiriam reverter o reajuste. E conseguiram. Foram estratégias pensadas de forma ininterrupta que se adaptaram às surpresas emergentes, que se moldaram à evolução dos acontecimentos, e que, principalmente, revelaram o funcionamento de um grupo apartidário, horizontal, autônomo, independente e pautado na democracia direta. A imitação por meio do exemplo, tão enfaticamente repetida por Graeber, é algo que este pequeno grupo levou a todo um país. Inserindo-nos naquilo que esta pesquisa chamou de novo ciclo internacional de lutas: os protestos que ocorreram em diversos territórios, a partir da crise econômica de 2008.

Trata-se, enfim, de saber vencer o medo e aderir à grande aposta. Este sentimento é o que legitima o socorro pedido aos braços de uma autoridade, consubstanciado no velho binômio que reproduz a teoria política moderna – obediência em troca de proteção. O medo tão presente em junho de 2013, em razão do golpe de Estado que poderia acontecer, do caos que o *black bloc* poderia espalhar, da invasão de Estados estrangeiros ou da emergência de uma nova ditadura militar. Precisamos aprender a não nos assustarmos com o novo, para tanto, a forma mais fácil é a de que estejamos inseridos em seu processo de construção, caso em que, ao invés de “assustador”, por ser distante, será algo que reconhecemos, participamos e recriamos continuamente, seu controle não será externo, mas proveniente de nossa força coletiva.

Por isso a alegria, avesso absoluto do medo, ser defendida pelo anarquismo. Alegria, confiança, apoio mútuo, amor, solidariedade e esperança são palavras que o movimento repete sistematicamente. Elas raramente fazem parte de qualquer teoria política construída na modernidade, daí a harmonia entre a inovação que postulam e as ambições

de uma coletividade cética quanto à segurança que poderia vir do Estado, cética quanto à moralidade das instituições públicas e que, por desejar transformações radicais, gritou em junho de 2013: vocês não nos representam!

## **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Os dias que abalaram o Brasil**: as rebeliões de junho, julho de 2013. R. Pol. Públ., São Luís, Número Especial, p. 41/47, julho de 2014.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

AZZELLINI, Dario. Disobbedienti/Tute Bianche. In: NESS, Immanuel. (ed.) **The International Encyclopedia of Revolution and Protest**. United Kingdom: Wiley-Blackwell Publishing, 2009. v. III.

BEAUD, D'Olivier. Préface. In: SCHMITT, Carl. **Théorie de la Constitution**. Traduit d'allemand par Lilyane Deroche. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

BENDERSKY, Joseph W. **Carl Schmitt**: teorico del Reich. Traduzione e edizione italiana a cura di Maurizio Ghelardi. Bologna: Il Mulino, 1989.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. Tradução de Ernani Chaves. In: GAGNEBIN, Jeanne-Marie. (Org.). **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo: Ed. 34, Duas Cidades, 2011.

BLOUIN, Philippe. Postface. In: SOREL, Georges. **Réflexions sur la violence**. Genève-Paris: Entremonde, 2013.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2000.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2016**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, março de 2016. nº 17.

DUPUIS-DÉRI, Francis. **Who's Afraid of the Black Blocs?** Anarchy in Action Around the World. Translated by Lazer Lederhendler. Oakland: PM Press, 2014.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **O curto verão da anarquia**: Buenaventura Durruti e a Guerra Civil Espanhola. Tradução de Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FIGUEIREDO, Ney. Os empresários e os movimentos de rua. In: FIGUEIREDO, Rubens. (Org.). **Junho de 2013**: a sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

FIUZA, Bruno. *Black Blocs*, uma história. In: ALVES, Amanda. (org.). **Não é por centavos**: um retrato das manifestações no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Liga, 2014.

GALLI, Carlo. **Genealogia della politica**: Carl Schmitt e la crisi del pensiero politico moderno. Bologna: Il Mulino, 1996.

GERTH, H. H.; MILLS, C. Wright. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Max Weber**: Ensaio de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

\_\_\_\_\_. (org.). **Max Weber**: Ensaio de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GRAEBER, David. **Concerning the Violent Peace-Police**: in response to “The Cancer in Occupy” by Chris Hedges. 09 fev. 2012. Disponível em: <https://nplusonemag.com/online-only/online-only/concerning-the-violent-peace-police/>.

\_\_\_\_\_. **Direct Action**: An Ethnography. Oakland: AK Press, 2009.

\_\_\_\_\_. **Fragments of an Anarchist Anthropology**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2004.

\_\_\_\_\_. **O anarquismo no século XXI e outros ensaios**. Tradução de Heitor Magalhães Corrêa. Rio de Janeiro: Rizoma, 2013.

\_\_\_\_\_. **Possibilities**: Essays on Hierarchy, Rebellion, and Desire. Oakland: AK Press, 2007.

\_\_\_\_\_. **Revolutions in Reverse**: essays on politics, violence, art, and imagination. New York: Autonomedia, 2011.

\_\_\_\_\_. **The Democracy Project**: a history, a crisis, a movement. New York: Spiegel & Grau, 2013.

\_\_\_\_\_. **The Utopia of Rules**: on technology, stupidity, and the secret joys of bureaucracy. Brooklyn: Melville House, 2015.

\_\_\_\_\_. **Toward An Anthropological Theory of Value**: The False Coin of Our Own Dreams. New York: Palgrave, 2001.

\_\_\_\_\_. **Um projeto de democracia**: uma história, uma crise, um movimento. Tradução de Ana Beatriz Teixeira. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HERRERA, Carlos Miguel. **A Política dos Juristas**: Direito, liberalismo e socialismo em Weimar. Tradução de Luciana Caplan. São Paulo: Alameda, 2012.

HOBBS, Thomas. **Leviathan**. Edited with an Introduction and Notes by J. C. A. GASKIN. New York: Oxford University Press Inc., 1998.

HOLLOWAY, John. Zapatismo. In: NESS, Immanuel. (ed.) **The International Encyclopedia of Revolution and Protest**. United Kingdom: Wiley-Blackwell Publishing, 2009. v. VII.

IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In: Ermínia Maricato et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

JORDAN, John. Reclaim the Streets. In: NESS, Immanuel. (ed.) **The International Encyclopedia of Revolution and Protest**. United Kingdom: Wiley-Blackwell Publishing, 2009. v. VI

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo. **Vinte centavos**: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.

KAHN, Tulio. A segurança pública e as manifestações de junho de 2013. In: FIGUEIREDO, Rubens. (Org.). **Junho de 2013**: a sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

KALYVAS, Andreas. **Democracy and the Politics of the Extraordinary**: Max Weber, Carl Schmitt, and Hannah Arendt. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

KELSEN, Hans. Essência e Valor da Democracia. In \_\_\_\_\_. **A Democracia**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti, Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla e Vera Barkow. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MACEDO, Roberto. Uma visão econômica e política dos protestos juninos. In: FIGUEIREDO, Rubens. (Org.). **Junho de 2013**: a sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

MARDER, Michael. **Groundless Existence**: The Political Ontology of Carl Schmitt. New York: The Continuum International Publishing Group Inc, 2010.

McCORMICK, John P. **Carl Schmitt's Critique of Liberalism**: Against Politics as Technology. New York: Cambridge University Press, 1997.

MEIER, Heinrich. **Carl Schmitt, Leo Strauss y el Concepto de lo Político**: sobre un diálogo entre ausentes. Traducido por Alejandra Obermeier. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

Movimento Passe Livre – São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: Ermínia Maricato et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia**: razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOVAES, Willian. Parte 3: os manifestantes. In: SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática *black bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

POMAR, Marcelo. Introdução: não foi um raio em céu azul. In: JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo. **Vinte centavos**: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.

ROSENFELD, Denis. Entre o libertário e a usurpação. In: FIGUEIREDO, Rubens. (Org.). **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014.

ROUSSEAU, J.J. **Do Contrato Social**. Tradução de Lourdes Santos Machado. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1983.

SCHMITT, Carl. **A crise da democracia parlamentar**. Tradução de Inês Iohbauer. São Paulo: Scritta, 1996.

\_\_\_\_\_. **Catolicismo Romano y Forma Política**. Traducción y notas de Pedro Madrigal. Madrid: Editorial Tecnos (Grupo Anaya, S. A), 2011.

\_\_\_\_\_. **Democrazia e liberalismo**. 1. Referendum e iniziativa popolare 2. Hugo Preuss e la dottrina tedesca dello Stato. A cura di Manuela Alessio. Milano: Giuffrè Editore, 2001.

\_\_\_\_\_. **La Defensa de la Constitución**. Traducción directa del alemán por Manuel Sanchez Sarto. Madrid: Editorial Tecnos, S.A., 1983.

\_\_\_\_\_. La théorie politique du mythe (1923). Traduit de l'allemand par Denis Trierweiler. In: ZARKA, Yves Charles. (Org.) **Carl Schmitt ou le mythe du politique**. Paris: Presses Universitaires de France (Débats philosophiques), 2009. p. 183-198.

\_\_\_\_\_. **Legalidad y legitimidad**. Traducción de Jose Diaz Garcia. Madrid: Aguilar, S. A. de Ediciones, 1971.

\_\_\_\_\_. **O Conceito do Político. Teoria do Partisan**. Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

\_\_\_\_\_. **Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty**. Translated by George Schwab. Cambridge, Massachusetts, and London: MIT Press, 1985.

\_\_\_\_\_. **Scritti su Thomas Hobbes**. A Cura di Carlo Galli. Milano: Giuffrè Editore, 1986.

\_\_\_\_\_. **Teoría de la Constitución**. Versión española de Francisco Ayala. 1º ed. Segunda reimpresión. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1996.

SHUKAITIS, Stevphen; GRAEBER, David. Introduction. In: SHUKAITIS, Stevphen; GRAEBER, David; BIDDLE, Erika. (ed.) **Constituent Imagination: Militant Investigations. Collective Theorization**. Oakland: AK Press, 2007.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. **Qu'est-ce que le Tiers état?** Paris: Éditions du Boucher, 2002.

SIMARD, Augustin. **La loi désarmée: Carl Schmitt et la controverse légalité/légitimité sous Weimar**. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 2009.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas**. Novos estudos – CEBRAP. n° 97. São Paulo, nov. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002013000300003>.

SLOMP, Gabriella. **Carl Schmitt and the Politics of Hostility, Violence and Terror**. London: Palgrave Macmillan, 2009.

SOLANO, Esther. Parte 1: a pesquisadora – Esther Solano Gallego. In: SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática *black bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

SOREL, Georges. Appendice II: Apologie de la violence. (1919). In: \_\_\_\_\_. **Réflexions sur la violence**. Genève-Paris: Entremonde, 2013.

\_\_\_\_\_. **Réflexions sur la violence**. Genève-Paris: Entremonde, 2013.

SORJ, Bernardo. Entre o local e o global. In: FIGUEIREDO, Rubens. (Org.). **Junho de 2013**: a sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

STRAUSS, Leo. Comentario sobre el concepto de lo político de Carl Schmitt. In: MEIER, Heinrich. **Carl Schmitt, Leo Strauss y el Concepto de lo Político**: sobre un diálogo entre ausentes. Traducido por Alejandra Obermeier. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

THOMPSON, AK. **Black Bloc, White Riot**: Anti-Globalization and the Genealogy of Dissent. Oakland: AK Press, 2010.

TOGNOZZI, Marcelo S. A força das redes sociais. In: FIGUEIREDO, Rubens. (Org.). **Junho de 2013**: a sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

TRIERWEILER, Denis. Georges Sorel et Carl Schmitt: D'une théorie politique du mythe à l'autre. In: ZARKA, Yves Charles. **Carl Schmitt ou le mythe du politique**. Paris: Presses Universitaires de France (Débats philosophiques), 2009.

TROTT, Ben. Global justice movement and resistance. In: NESS, Immanuel. (ed.) **The International Encyclopedia of Revolution and Protest**. United Kingdom: Wiley-Blackwell Publishing, 2009. v. III.

VAN DEUSEN, David; MASSOT, Xavier. (ed.) **The Black Bloc Papers**: an anthology of primary texts from the north american anarchist Black Bloc 1999-2001 The Battle of Seattle (N30) Through Quebec City (A20). KS: Breaking Glass Press, 2010.

VILLACAÑAS, José Luis. **Poder y Conflicto**: Ensayos sobre Carl Schmitt. Madrid: Biblioteca Nueva, 2008.

WHITNEY, Jennifer. World Trade Organization (WTO) protests, Seattle, 1999. In: NESS, Immanuel. (ed.) **The International Encyclopedia of Revolution and Protest**. United Kingdom: Wiley-Blackwell Publishing, 2009. v. VII.

ZARKA, Yves Charles. (Org.) **Carl Schmitt ou le mythe du politique**. Paris: Presses Universitaires de France (Débats philosophiques), 2009.